



GOVERNO
DOS AÇORES

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

ANTEPROPOSTA - Aprovada no Conselho de Governo em 4 de março de 2021

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
XIII GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

ÍNDICE

PROÉMIO	5
I CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO	7
ECONOMIA MUNDIAL	7
ECONOMIA PORTUGUESA	11
II ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO	16
III POLÍTICAS SETORIAIS	36
<i>Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades</i>	36
<i>Um futuro mais digital e ecológico no seio da sociedade do conhecimento</i>	60
<i>Afirmar os Açores no mundo</i>	94
IV INVESTIMENTO PÚBLICO	104
V DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO	109
VI OS PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO	206
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020	206
PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA 2021-2026	225
PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2021-2027	227
ANEXOS	230
Desagregação por Objetivo	
Desagregação por Entidade	
Desagregação por Ilha	

PROÉMIO

O Plano Regional para 2021 inicia a etapa do período de programação do investimento público nos Açores, enquadrado pelas Orientações de Médio Prazo 2021-2024.

Este quadriénio, que corresponde à ação do XIII Governo Regional dos Açores, decorre num ambiente económico e financeiro mais desfavorável do que o quadriénio precedente, derivado da pandemia Covid-19, que causou uma crise de saúde, económica e social sem precedentes.

A pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença Covid-19, teve consequências sanitárias, económicas e sociais em toda a sociedade, mas não impactou todos os cidadãos de igual forma. As suas consequências criaram novas desigualdades e agravaram as já existentes. Neste documento, dá-se resposta a um cenário complexo e exigente, introduzindo-se novos mecanismos e reforçando alguns dos já implementados.

A programação anual contida neste documento insere-se na estratégia definida para o médio prazo, e estabelece em cada setor da política regional o investimento público que será promovido pelos diversos departamentos do Governo Regional durante o corrente ano de 2021.

Este plano anual estrutura-se da seguinte forma: os primeiros dois capítulos deste documento introduzem os traços principais da evolução mais recente e prospetiva das realidades e situações socioeconómicas internacional, do país e também a regional, Um terceiro capítulo com as prioridades de intervenção neste período anual, quer em termos gerais, quer as relativas às políticas setoriais, um quarto com a apresentação dos montantes de investimento por programa, organizado por grande objetivo e por departamento governamental executor, um capítulo seguinte onde é apresentado o detalhe da programação a nível de ação e finalmente um último com o ponto de situação sobre os programas com participação comunitária, encerrando-se o documento com listagens em anexo.

I CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO

ECONOMIA MUNDIAL

Antes dos efeitos provocados pela atual crise pandémica nos primeiros meses de 2020, os principais indicadores sobre a economia mundial vinham registando variações dentro de um padrão relativamente estável que, sem deixar de levantar questões de incerteza, permitiam encontrar elementos indiciadores de condições de crescimento.

Durante o ano de 2019, incertezas em políticas comerciais, desequilíbrios acentuados no âmbito de economias nacionais e, mesmo, certos acidentes de natureza meteorológica, repercutiram-se de forma redutora na intensidade do crescimento médio que era expectável. Todavia, o aproximar do fim do ano evidenciou um certo desanuviamento de tensões políticas e sociais permitindo um sentimento económico mais positivo e favorável a expetativas de crescimento.

Ainda durante o ano de 2019 começaram a surgir algumas notícias favoráveis e expetativas com mercados de produção industrial e de comércio internacional a revelarem indícios de retoma num quadro de reorientação geral de políticas monetárias acomodáticas, de negociações comerciais mais positivas entre os EUA e a China e de menos receios com um Brexit sem acordo.

Com estes primeiros sinais de estabilização poderia prosseguir e reforçar-se o vínculo entre despesas em consumo que permaneciam resilientes e investimento empresarial. No âmbito deste ambiente de expetativas económicas, com políticas monetárias acomodáticas e fiscais mais incentivadoras em países diferentes, como a China, Coreia e Estados Unidos, verificaram-se desempenhos económicos a ritmos considerados lentos, mas com estabilidade indutora de certo crescimento potencial.

É neste contexto que se inseriam os dados sobre novos pedidos de compras em setores industriais, que também apontavam para alguma retoma global, antes de se ter verificado a interrupção de fluxos de passageiros despoletada pela necessidade de conter a expansão da pandemia Covid - 19 através daqueles mesmos fluxos e de circuitos económicos conexos. A pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença Covid-19, veio alterar de forma radical o cenário económico mundial que se vinha registando nos últimos anos.

Os choques do lado da procura e do lado da oferta estão a ter um impacto assinalável sobre os fluxos de comércio internacional. Tal como aconteceu na crise económica e financeira internacional de 2008, observa-se um colapso das trocas de bens e serviços. A redução dos fluxos de comércio é amplificada pelo facto de algumas das economias mais afetadas pela propagação do coronavírus terem um papel central em termos das cadeias de valor internacionais. Estas cadeias densificaram-se ao longo das últimas duas décadas em torno da China, Alemanha e EUA, tornando-as vulneráveis a choques que afetem particularmente estas economias.

O facto dos efeitos da pandemia não serem simétricos a todas as partes do mundo, implica ainda que a disrupção da atividade a nível global seja prolongada. Adicionalmente, poderão existir efeitos negativos de longo prazo da pandemia sobre o comércio associados, por exemplo, à intensificação de pressões protecionistas que se sobreponham à expectável reconfiguração das cadeias de valor globais decorrente da decisão das empresas em diversificar fontes de abastecimento e manter maiores stocks de produtos intermédios.

A natureza do choque provocado pela pandemia exigiu uma resposta de política orçamental diferente. O efeito dos estabilizadores automáticos, decorrente de um aumento das transferências com subsídios de desemprego e de doença ou de uma diminuição automática da receita fiscal foi importante, mas limitado, face à magnitude dos efeitos diretos da pandemia e das necessárias medidas de contenção sanitária entretanto adotadas.

A generalidade dos governos das economias avançadas adotou um conjunto de medidas discricionárias com um impacto orçamental significativo que podem dividir-se genericamente em três grupos, consoante a sua incidência: medidas de sustentação dos sistemas de saúde, medidas de proteção social das famílias e medidas de apoio às empresas e ao setor produtivo.

Face a este cenário de pandemia, o Fundo Monetário Internacional, em documento datado de outubro de 2020, previu, para esse ano, que o comércio de bens e de serviços mundial registasse um decréscimo à taxa de -10,4%, representando uma variação de -11,4 pp em relação ao ano anterior, enquanto que para a produção estimou-se um decréscimo do PIB à taxa de -4,4%, correspondendo a uma variação de -7,2 pp no mesmo período.

Nas economias avançadas, estimou-se para 2020 uma desaceleração da produção em -5,8%, sobretudo devido ao decréscimo no Reino Unido (-9,8%), na Área do euro (-8,3%), no Japão (-5,3%) e nos Estados Unidos da América (-4,3%).

Também se estimou em 2020, para as economias emergentes e em desenvolvimento, uma redução na produção de -3,3%, contribuindo de forma significativa para essa desaceleração as reduções na produção previstas para a Índia (-10,3%) e Brasil (-5,8%).

Realça-se, para 2020, que das economias avançadas e emergentes, apenas a China apresenta uma estimativa positiva da taxa de crescimento do PIB, de cerca de 1,9%.

A inflação subjacente, prevista para 2020, medida pelos preços no consumidor evidencia uma maior moderação nas economias avançadas do que nos mercados emergentes, na sequência de níveis de atividade económica mais contidos. A desaceleração da procura global favoreceu a redução de preços em matéria primas e de forma mais significativa nos preços do petróleo (-32,1%), que, por sua vez, também retroagiram sobre o nível geral de inflação.

Segundo as projecções do Fundo Monetário Internacional este cenário será invertido em 2021, face à existência de várias vacinas seguras e eficazes para combater o coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença Covid-19.

Em termos de evolução média anual estima-se, em 2021, para o comércio de bens e de serviços mundial, um crescimento à taxa de 8.3%, representando uma variação de +18,7 pp em relação ao ano anterior, enquanto que para a produção mundial estima-se um crescimento do PIB à taxa de 5,2%, correspondendo a uma variação de +9,6 pp no mesmo período.

Nas economias avançadas estima-se, para 2021, uma aceleração da produção em 3,9%, sobretudo devido ao crescimento no Reino Unido (5,9%), na Área do euro (5,2%) e nos Estados Unidos (3,2%).

Também se estima, em 2021, para as economias emergentes e em desenvolvimento, um crescimento na produção de 6%, contribuindo de forma significativa para essa aceleração os aumentos de produção previstos para a Índia (8,8%) e para a China (8,2%).

A inflação prevista para 2021, medida pelos preços no consumidor, evidencia uma maior moderação nas economias avançadas (1,6%) do que nos mercados emergentes (4,7%).

Relativamente aos preços das matérias primas verifica-se uma estimativa mais favorável para os preços do petróleo do que no ano anterior, derivada do início esperado da recuperação económica mundial. Relativamente às restantes matérias primas, a estimativa para 2021 mantém um valor semelhante ao previsto para 2020.

Estas projeções, de outubro de 2020, ainda não refletem o agravamento da crise pandémica que se verifica atualmente e o atraso registado nas entregas de vacinas pelas farmacêuticas, tendo esta situação, como consequência, o agravamento dos indicadores económicos.

Indicadores para a Economia Mundial

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (e)	2021 (e)
PIB								
Economia mundial	3,4	3,1	3,2	3,8	3,5	2,8	-4,4	5,2
Economias avançadas	1,8	1,7	1,7	2,4	2,2	1,7	-5,8	3,9
EUA	2,4	1,6	1,5	2,2	3	2,2	-4,3	3,2
Japão	-0,1	1	0,9	1,9	0,3	0,7	-5,3	2,3
Área do euro	0,8	1,7	1,8	2,4	1,8	1,3	-8,3	5,2
Reino Unido	2,6	1,8	1,9	1,8	1,3	1,5	-9,8	5,9
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,6	4,1	4,4	4,8	4,5	3,7	-3,3	6
Rússia	0,6	-0,2	-0,2	1,6	2,5	1,3	-4,1	2,8
China	7,4	6,7	6,7	6,8	6,7	6,1	1,9	8,2
Índia	7,2	6,8	7,1	7,2	6,1	4,2	-10,3	8,8
Brasil	0,1	-3,6	-3,5	1,1	1,3	1,1	-5,8	2,8
Comércio mundial de bens e serviços	3,2	2,2	2,3	5,5	3,9	1	-10,4	8,3
Preços no consumidor								
Economias avançadas	1,4	0,8	0,8	1,7	2	1,4	0,8	1,6
Economias emergentes e em desenvolvimento	5,1	4,4	4,3	4,3	4,9	5,1	5	4,7
Preços de matérias-primas								
Petróleo (brent) em USD	-7,5	-15,7	-15,7	33,3	29,4	-10,2	-32,1	12
Matérias-primas não energéticas em USD	-4	-1,9	-1,5	6,8	1,3	0,8	5,6	5,1
Mercado interbancário de Londres (% taxas oferecidas)								
Depósitos em dólares USD	0,3	1,1	1,1	1,5	2,5	2,3	0,7	0,4
Depósitos em euros	0,2	-0,3	-0,3	-0,3	-0,3	-0,4	-0,4	-0,5
Depósitos em ienes japoneses	0,2	0	0	0	0	0	0	0

Nota: (e) = estimativa

Fonte: IMF World Economic Outlook, outubro 2020

ECONOMIA PORTUGUESA

Durante todo o ano de 2019 as atividades produtivas prosseguiram uma trajetória dentro de valores expetáveis e com fatores condicionantes conhecidos. De facto, a procura agregada interna confirmou a moderação de crescimento, enquanto a procura externa líquida (exportações menos importações de bens e de serviços) voltou a registar um contributo negativo para variação do PIB.

O crescimento das trocas de bens e serviços com o exterior apresentou uma desaceleração, em particular as exportações, num contexto de menor crescimento do comércio mundial na sua globalidade e de redução da procura externa dirigida aos exportadores portugueses. A desaceleração das importações foi menos acentuada que a das exportações, prosseguindo na sua linha de evolução em termos do histórico da elasticidade face à procura ponderada por conteúdos importados.

O abrandamento do consumo privado decorreu num contexto de diminuição da confiança dos consumidores, permanecendo, todavia, acima da sua média histórica.

O crescimento do investimento reflete o comportamento da FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo, sendo a única componente da despesa que mais cresceu e registou uma aceleração. Esta aceleração foi sustentada pelo comportamento da FBCF em construção, refletindo o investimento público e algumas grandes obras em curso que beneficiaram de cofinanciamento comunitário.

Os principais indicadores do mercado de trabalho também revelaram desaceleração, mas mantiveram uma evolução positiva, com criação líquida no volume de emprego e redução da taxa de desemprego.

A inflação reduziu-se em 2019, situando-se a um nível particularmente baixo. Nos últimos anos, as baixas taxas de inflação têm estado relacionadas com a situação verificada nos países da Área do euro, onde a inflação, nomeadamente a inflação subjacente, tem-se mantido a um nível inferior ao objetivo de estabilidade dos preços.

O saldo orçamental de 0,2% do PIB, em 2019, corresponde ao primeiro excedente das últimas décadas. Este resultado foi determinado pela diminuição significativa dos encargos da dívida e pelo contributo positivo da atividade económica que gerou receitas acima do valor potencial esperado.

A dívida pública, em percentagem do PIB, voltou a diminuir em resultado do elevado excedente primário e do crescimento nominal da atividade económica acima da taxa de juro implícita da dívida.

Em síntese, a economia portuguesa apresentou um desempenho relativamente positivo em 2019, que se vinha delineando num contexto de maturação de ciclo económico.

As medidas anunciadas em março de 2020, para conter a difusão da pandemia Covid-19 repercutiram efeitos nas atividades económicas, cujas restrições de mobilidade atingiram mais intensamente os serviços locais e com acesso público, como o setor do turismo e da restauração, enquanto atividades como as da construção foram menos afetadas.

A pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença Covid-19, e as medidas de contenção representam choques sem precedentes quer do lado da oferta quer do lado da procura, amplificados pelo efeito de reduções dos níveis de confiança.

Do lado da oferta, as perturbações devem-se principalmente às medidas de confinamento, que reduzem a mobilidade dos agentes e levam ao encerramento ou redução da atividade de uma parte significativa de empresas. Embora o teletrabalho seja uma possibilidade em algumas atividades, a produtividade poderá ser condicionada no contexto de distanciamento social, e em muitos setores a única solução é o encerramento de empresas.

A pandemia também constitui um acentuado choque do lado da procura. Um número significativo de trabalhadores desempregados ou em lay-off leva a uma redução do rendimento disponível.

Simultaneamente, um aumento acentuado da incerteza quanto à situação financeira futura das famílias induz à poupança por motivo de precaução. Este efeito é amplificado pelo facto das medidas de confinamento reduzirem as oportunidades de consumo. Do lado das empresas, o

aumento da incerteza leva a uma menor propensão para investir, o que também deprime a procura.

Com efeito, as estimativas da Comissão Europeia (CE), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Ministério das Finanças (MF) e Conselho das Finanças Públicas (CFP), refletem um agravamento de quase todos os parâmetros da economia Portuguesa, para 2020.

Comparando as estimativas mais recentes da Comissão Europeia (novembro de 2020) com as da OCDE (dezembro de 2020), para o ano de 2020, verifica-se que estas são praticamente coincidentes. No entanto, as estimativas, dessas mesmas entidades, para o ano de 2021, já não são coincidentes, prevendo a OCDE uma recuperação mais lenta da economia portuguesa do que a Comissão Europeia.

De acordo com as estimativas mais recentes, de dezembro de 2020, apresentadas pela OCDE, a procura interna estimada, para 2020, apresenta um decréscimo à taxa de -5,9%, representando uma variação de -8,7 pp em relação ao ano anterior, enquanto que a produção estimada representa um decréscimo do PIB à taxa de -8,4%, correspondendo a uma variação de -10,6 pp relativamente a 2019.

As estimativas para as exportações e importações, para 2020, apresentam decréscimos acentuados de -21,3% e -16,1%, respetivamente.

Ao nível da taxa de desemprego, a previsão é de que esta se situe nos 7,3%, em 2020, mais 0.8 pp do que em 2019.

A inflação subjacente estimada para 2020, medida pelos preços no consumidor, é de -0,2%, representando menos 0,5 pp do que em 2019.

A dívida pública consolidada em percentagem do PIB, estimada para 2020, é de 136,1%, mais 18,4 pp do que em 2019.

As mesmas entidades estimam uma inversão, em sentido positivo, da economia portuguesa em 2021 face à existência de várias vacinas seguras e eficazes para combater o coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença Covid-19.

A Agência Europeia do Medicamento (EMA), à data de elaboração deste documento, havia já autorizado a utilização das vacinas das farmacêuticas Pfizer/BioNTech, Moderna e AstraZeneca, desenvolvida em conjunto com a Universidade de Oxford.

Foram consideradas as projeções da OCDE, mais prudentes do que as restantes entidades, tendo em conta que a distribuição das vacinas já aprovadas para combater o coronavírus SARS-CoV-2 estão a ser entregues a um ritmo mais lento do que o previsto, o que induz que a retoma económica será realizada a um ritmo mais lento do que o esperado.

As estimativas da OCDE, para 2021, refletem uma melhoria em quase todos os parâmetros. No entanto, são bastante conservadoras relativamente às estimativas da Comissão Europeia, Ministério das Finanças e Conselho de Finanças Públicas.

A procura interna estimada apresenta um crescimento à taxa de 1,4%, representando uma variação de +7,3 pp em relação ao ano anterior, enquanto que a produção estimada apresenta um crescimento do PIB à taxa de 1,7%, correspondendo a uma variação de 10,1 pp relativamente a 2020.

As estimativas para as exportações e importações, para 2021, apresentam crescimentos moderados de 3,6% e 2,5%, respetivamente.

Ao nível da taxa de desemprego, a previsão é de que esta se situe nos 9,5%, em 2021, mais 2,2 pp do que em 2020.

A inflação subjacente estimada para 2021, medida pelos preços no consumidor, é de -0,2%, mantendo, assim, o mesmo valor em 2020.

A dívida pública consolidada em percentagem do PIB, estimada para 2021, é de 139,7%, mais 3,6 pp do que em 2020 e mais 22 pp do que em 2019.

Estas projeções, de dezembro de 2020, ainda não refletem o agravamento da crise pandémica que se verifica atualmente e o atraso registado nas entregas de vacinas pelas farmacêuticas, tendo esta situação, como consequência, o agravamento dos indicadores económicos.

Indicadores para a Economia Portuguesa

Taxa de variação anual em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (e)				2021 (e)			
						CFP set20	MF out20	CE nov20	OCDE dez20	CFP set20	MF out20	CE nov20	OCDE dez20
PIB	1,8	2	3,5	2,8	2,2	-9,3	-8,5	-9,3	-8,4	4,8	5,4	5,4	1,7
Procura interna total	2,4	2,2	3,3	3,1	2,8	-7,1	-5,9	-6,7	-5,9	5,7	3,9	4,6	1,4
Consumo privado	2	2,6	2,1	2,9	2,3	-8,9	-7,1	-7,9	-7,3	6,9	3,9	4,9	1,1
Consumo público	0,8	0,8	0,2	0,9	0,8	3	-0,3	1	-0,3	-0,3	2,4	1,6	3,5
Formação Bruta de Capital Fixo	5,9	2,5	11,9	6,2	6,5	-6,8	-7,4	-10,2	-4,2	5,9	5,3	6,3	0,1
Importações	8	5	8,1	5,7	5,2	-17,5	-17,9	-15,6	-16,1	9,3	7,2	7,5	2,5
Exportações	6,3	4,4	8,4	4,5	3,7	-22,5	-22	-21	-21,3	7,5	10,9	9,7	3,6
Emprego e desemprego (Inquérito ao Emprego)													
Emprego, ótica Contas Nacionais	1,4	1,6	3,3	2,3	1	-4	-3,8	-3,8	-	1,3	1	2,1	-
Taxa de desemprego, Inquérito ao Emprego (% da pop. ativa)	13,2	11,1	8,9	7	6,5	10	8,7	8	7,3	8,8	8,2	7,7	9,5
IHPC	0,5	0,6	1,6	1,2	0,3	0,1	-0,1	-0,1	-0,2	0,7	0,7	0,9	-0,2
Finanças públicas (% do PIB)													
Saldo global das administrações	-4,4	-1,9	-3	-0,4	0,2	-7,2	-7,3	-7,3	-7,3	-3,2	-4,3	-4,5	-6,3
Dívida pública consolidada (ótica Maastricht)	131,2	131,5	126,1	122	117,7	137,6	134,8	135,1	136,1	134,5	130,9	130,3	139,7

Nota: (e) = estimativa

Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares, 2019, 28 de fevereiro, 2020

INE, Estatísticas do Emprego, 2019, 5 de fevereiro, 2020

INE, Índice de Preços no Consumidor, 2019, 13 de janeiro, 2020

INE, Procedimento dos Défices Excessivos, 1ª Notificação, 25 de março, 2020

Banco de Portugal (BdP), Boletim Económico, maio de 2020

OCDE – Economic Outlook nº 108, dezembro 2020

Comissão Europeia (CE), Autumn 2020 European Economic Forecast, novembro 2020

Ministério das Finanças (MF), Elementos informativos e complementares do Orçamento de Estado para 2021, outubro 2020

Conselho das Finanças Públicas (CFP), Previsões Macroeconómicas subjacentes à Proposta de Orçamento do Estado para 2021, outubro de 2020

Conselho das Finanças Públicas (CFP), Análise à Proposta de Orçamento de Estado para 2021, outubro de 2020

II ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA REGIÃO

ASPETOS DEMOGRÁFICOS

No ano de 2019, a população residente na Região Autónoma dos Açores, estimada pelo INE, traduziu-se num total de 242 796 pessoas, representando um decréscimo de cerca de 0,02% em relação ao ano anterior, decorrendo de variações ocorridas em ambos os saldos demográficos, o fisiológico e o migratório.

Estes números integram-se na trajetória demográfica nacional e mais recentemente na Região dos últimos anos, com movimentos migratórios a assumirem maior dimensão e impacto no volume global de residentes, ao passo que os saldos fisiológicos vão registando um valor menos representativo, mesmo residual, pela redução dos níveis de natalidade (nº de nados vivos) face aos de mortalidade (nº de óbitos).

No âmbito da estrutura etária da população prosseguiu a redução da representatividade da população jovem com menos de 15 anos.

O grupo etário da população entre os 15 e os 64 anos, grosso modo o de pessoas em idade ativa, continua a manter um nível de representatividade próximo do verificado nos últimos anos, com um peso relativo à volta dos 70% do efetivo populacional.

Estrutura Etária da População

Unidade: %

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
População com menos de 15 anos	17,9	17,5	17,2	16,8	16,4	16,2	16,0	15,6	15,4
População dos 15-64 anos	69,2	69,5	69,8	69,9	70,0	70,0	70,0	69,8	69,7
População com mais de 64 anos	12,9	13,0	13,0	13,2	13,5	13,8	14,0	14,6	14,9

Fonte: INE

ASPETOS DA ECONOMIA REGIONAL

Produção

O INE previu para 2019 um PIB de 4 469 milhões de euros.

O aumento de produção interna beneficiou não só de acréscimos de produtividade, mas também do nível de emprego da população em idade ativa, sendo esta evolução compatível com a recuperação de ciclo económico num contexto de recursos e capacidade económica ainda disponíveis.

Produto Interno Bruto a Preços de Mercado

(Base 2016)

Unidade: Milhões de Euros

Anos	Açores	PIB per capita (mil euros)	PIB per capita (País=100)	PIB per capita PPC (UE28=100)
2012	3 569	14,4	90,2	67,6
2013	3 653	14,8	90,5	69,3
2014	3 686	14,9	89,7	68,7
2015	3 824	15,5	89,6	68,7
2016	3 973	16,2	89,6	69,0
2017	4 111	16,8	88,3	67,8
2018	4 285	17,6	88,2	68,6
2019 Po	4 469	18,4	88,8	69,9

Po = Dados provisórios

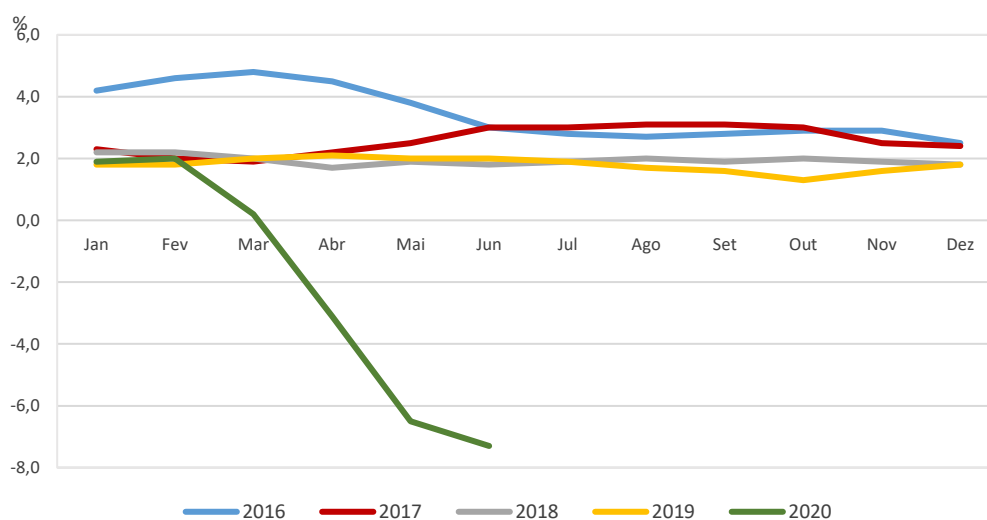
Fonte: INE, Contas Regionais (base 2016)

Os dados mais recentes, de 2020, que já refletem a crise sanitária e económica provocada pela pandemia Covid-19, apontam no sentido de um decréscimo da produção interna.

Para períodos mais recentes, utilizando o IAE – Indicador de Atividade Económica, que mede a evolução da atividade económica em períodos intra-anuais, observa-se um decréscimo até ao segundo trimestre de 2020, resultante da situação de pandemia Covid-19 e confinamento que

se viveu a partir de março de 2020. Esta situação inverteu-se a partir do terceiro trimestre de 2020, após o fim do confinamento, embora este indicador continue a registar valores negativos.

Indicador de Atividade Económica (IAE)



Fonte: SREA

O Valor Acrescentado Bruto (VAB), em 2018, dado mais recente conhecido, era de 3.684,6 milhões de euros.

Para este valor destaca-se o contributo do ramo do Comércio, Transportes, Alojamento e Restauração pela intensidade registada e por efeitos decorrentes do seu peso entre as diversas atividades económicas.

Assinale-se os crescimentos positivos nos setores primário e secundário, particularmente o crescimento superior à média que se registou no ramo de Agricultura e Pescas.

O ramo do Imobiliário também prosseguiu o seu crescimento na linha de regularidade que já vinha revelando, sendo acompanhado pelo ramo da Construção.

VAB por Ramos de Atividades Económicas

Preços Correntes

Unidade: 10⁶ euros

	Total	Agricultura e Pesca	Indústrias Água Saneamento	Construção	Comércio Transportes Alojamento Restauração	Informação Comunicação	Finanças Seguros	Imobiliário	Técnico Científico Apoio Adm.	Administração Serviços Púb	Outros Serviços
2013	3 209,0	273,8	280,5	130,1	801,0	55,6	73,5	423,7	113,0	952,5	105,3
2014	3 218,4	295,0	267,0	121,6	770,0	57,5	81,1	433,7	115,9	967,2	109,3
2015	3 330,1	298,6	276,8	123,3	801,3	55,3	86,7	441,3	120,7	1 008,6	117,4
2016	3 450,5	292,5	271,9	127,6	867,9	57,1	82,0	459,5	133,8	1 039,2	119,0
2017	3 557,9	308,3	264,3	137,3	907,8	57,4	87,0	472,5	145,8	1 056,9	120,7
2018Po	3 684,6	331,1	265,1	149,8	946,0	58,9	87,3	487,5	154,4	1 080,4	124,0

Po: Dados Provisórios

Fonte: INE. Contas Regional (base 2016)

Mercado de trabalho

A população empregada correspondeu a 113 665 indivíduos, em 2019, o que representa um acréscimo, à taxa média de 1,7%, em relação ao ano anterior.

Este acréscimo foi alimentado pelo reingresso de desempregados em atividades produtivas e, maioritariamente, por pessoas classificadas como inativas que ingressaram pela primeira vez no mercado de trabalho.

Sendo assim, compreende-se a melhoria de níveis de atividade superiores aos do ano anterior e atingindo os máximos em termos de tendência global e feminina, respetivamente, com a taxa de 51,0% e a de 44,9%.

O desemprego, por sua vez, atingiu, em 2019, uma taxa média de 7,9%.

Tomando os valores mais recentes, relativos ao terceiro trimestre de 2020, observa-se que o aumento do volume da população empregada é superior à diminuição da população desempregada, traduzindo essencialmente que o crescimento do emprego não só proporciona

diminuição do desemprego existente, como envolve a criação de postos de trabalho no âmbito dos inativos que ingressem pela primeira vez no mercado de trabalho. É de esperar que esta tendência se inverta no atual contexto socioeconómico, decorrente da pandemia Covid-19.

Condição da População Perante o Trabalho

Unidade: Nº Indivíduos

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	3.º Trim. 2020
População total	247 535	247 358	244 785	244 638	242 599	242 175	242 436
População Ativa	121 583	122 315	120 797	122 210	122 313	123 400	123 950
Empregada	101 768	106 715	107 345	111 246	111 799	113 665	115 599
Desempregada	19 815	15 600	13 452	10 964	10 514	9 734	8 351
Tx. de Atividade (%)	49,1	49,4	49,3	50,0	50,4	51,0	51,1
Tx. de Atividade Feminina (%)	43,1	43,4	44,2	44,9	44,6	44,9	45,9
Tx. de Desemprego (%)	16,3	12,8	11,1	9,0	8,6	7,9	6,7

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego

O acréscimo de emprego ocorreu sobretudo no setor secundário, tendo o crescimento no setor terciário sido a um ritmo inferior ao valor médio global, o que se traduziu numa redução do seu peso em termos proporcionais. Já o setor primário, por sua vez, reduziu-se mesmo em termos absolutos.

A evolução no setor secundário tem vindo a revelar, nos últimos anos, alguma recuperação, sobretudo no ramo da construção civil, depois da forte crise de investimento ocorrida em 2008, e acentuada em 2011, mas sem atingir o ritmo das indústrias, em termos de intensidade e regularidade.

No setor terciário destaca-se a sua moderação de crescimento, que voltou a ser mais evidente pela contenção em atividades com características de serviços públicos, tais como Administração, Ensino, Saúde e Ação Social, comparativamente a serviços mais associados a atividades mercantis, tais como Comércio e Transportes.

População Ativa Empregada por Setores de Atividade

	Indivíduos, nº			%		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Setor Primário	11 910	11 979	11 265	10,7	10,7	9,9
Setor Secundário	17 075	17 525	19 331	15,4	15,7	17,0
Setor Terciário	82 261	82 296	83 082	73,9	73,6	73,1
Total	111 246	111 800	113 677	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego

Observando a evolução do emprego, segundo a respetiva distribuição por profissões, evidencia-se o crescimento de Pessoal de Serviços e Vendas, no âmbito do setor terciário, pelo volume e regularidade verificados nos últimos anos.

A profissão Administrativos também revelou um acréscimo expressivo, enquanto as outras categorias profissionais, associadas ao setor terciário, mostram um volume de ativos mais estáveis.

Já outras categorias revelaram maior estabilidade ou decréscimo menos acentuado de volume de emprego, como o caso dos Trabalhadores Não Qualificados ou dos Agricultores e Pescadores, correspondendo estes últimos, grosso modo, à evolução do próprio setor primário, que vem mantendo a sua representatividade no contexto do volume global de emprego.

Preços no consumidor

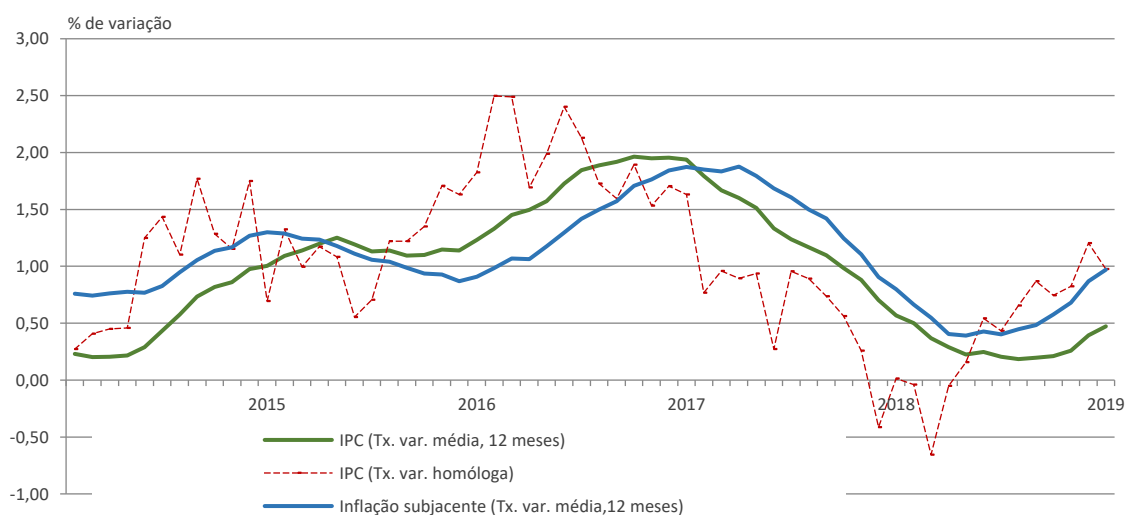
O Índice de Preços no Consumidor, no ano de 2019, registou uma variação à taxa média de 0,47%, interrompendo a trajetória que vinha delineando nos dois anos anteriores.

Este valor corresponde a uma fase de inflexão, conforme se pode observar no gráfico abaixo, através da linha da taxa de variação média, ao mesmo tempo que as variações homólogas o confirmam com valores crescentes e proporcionalmente superiores.

No mesmo sentido apontam os dados da inflação subjacente que, apesar dos produtos energéticos e alimentares não transformados virem a representar um peso tendencialmente decrescente, também contribuíram para a evolução do nível geral de preços no consumidor, em 2019.

Evolução intra-anual do IPC, base 2012

(taxas de variação homólogas)



Para a inflexão de preços registada contribuíram as classes 2. Bebidas, 7. Transportes e 11. Hotelaria e Restauração, registando os acréscimos de preços mais intensos, seja através de mecanismos económicos internos de crescimento, seja por resposta a mercados com procura externa em expansão.

Como fator de moderação de preços contribuíram as classes 2. Bens Alimentares, 3. Vestuário e Calçado e 8. Comunicações que registaram decréscimos, mesmo em termos nominais, encontrando-se associadas a bens de consumo interno e em segmentos de mercado com oferta superior à procura.

Variação e Contribuição por Classes de Despesa

Unidade: %

Classes	Variação de preços		Ponderadores (peso)	Contribuição	
	2018	2019		2018	2019
1. Alimentares e Bebidas não Alcoólicas	-1,1	-1,0	27,6	-0,3	-0,3
2. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	3,4	4,0	5,2	0,2	0,2
3. Vestuário e Calçado	-2,1	-6,3	6,1	-0,1	0,4
4. Habitação., Água, Eletricidade, Gás e Outros combustíveis	1,0	0,2	8,4	0,1	0,0
5. Acessórios, Equip. Domést. e Manut. Corrente da Habitação	1,4	1,8	5,9	0,1	0,1
6. Saúde	0,6	0,8	8,6	0,0	0,1
7. Transportes	2,4	2,8	13,7	0,3	0,4
8. Comunicações	0,1	-2,7	4,7	0,0	-0,1
9. Lazer, Recreação e Cultura	-0,2	-0,6	4,5	0,0	0,0
10. Educação	1,9	-1,2	0,9	0,0	0,0
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes	2,4	2,8	6,3	0,2	0,2
12. Bens e Serviços Diversos	0,9	1,6	8,1	0,1	0,1
Total	0,6	0,5	27,6	0,5	0,3

Fonte: SREA

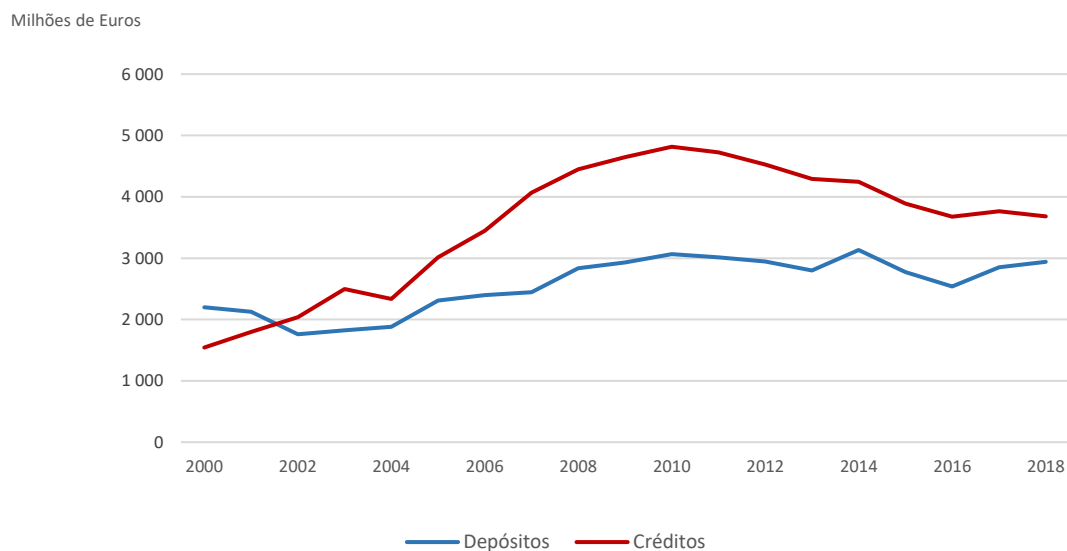
Moeda e Crédito

O volume de poupança captada através das redes de bancos comerciais com balcões na Região Autónoma dos Açores tem vindo a situar-se num patamar próximo de 3 000 milhões de euros de depósitos.

Já quanto ao volume de crédito concedido, depois de uma fase em que se atingiu o máximo muito próximo de 5 000 milhões de euros no ano de 2010, tem vindo a registar uma trajetória de redução significativa.

Este tipo de tendência insere-se na sequência de políticas com vista a reequilíbrios de balanços financeiros e de aproximar as capacidades de financiamento interno às necessidades de investimento sustentável da economia.

Evolução de Depósitos e Créditos Bancários



Fonte: Banco de Portugal (Últimos dados disponíveis no Banco de Portugal - 2018)

Efetivamente, em 2018, a concessão de créditos de 3 679 milhões de euros assentou numa base de poupança de 2 940 milhões de euros, representando um grau de cobertura de 79,9%, enquanto em 2010 os respetivos valores representavam apenas 63,6%.

No período em análise verificou-se um aumento de garantia de cobertura financeira, que poderá ser traduzível numa melhoria daquele rácio em cerca de 16 pontos.

Estes dados decorrem da política de desalavancagem financeira de economia no período pós- crise de 2011 e inserem-se nos processos de consolidação e reestruturação do setor bancário.

Depósitos e Créditos Bancários

Unidade: 10⁶ Euros

Anos	Depósitos	Créditos 1)	Créditos/Depósitos (%)
2010	3 065	4 816	63,6
2011	3 015	4 728	63,8
2012	2 945	4 527	65,1
2013	2 799	4 291	65,2
2014	3 133	4 245	73,8
2015	2 771	3 889	71,3
2016	2 538	3 675	69,1
2017	2 850	3 766	75,7
2018	2 940	3 679	79,9

1) Não inclui crédito titulado

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, www.bportugal.pt

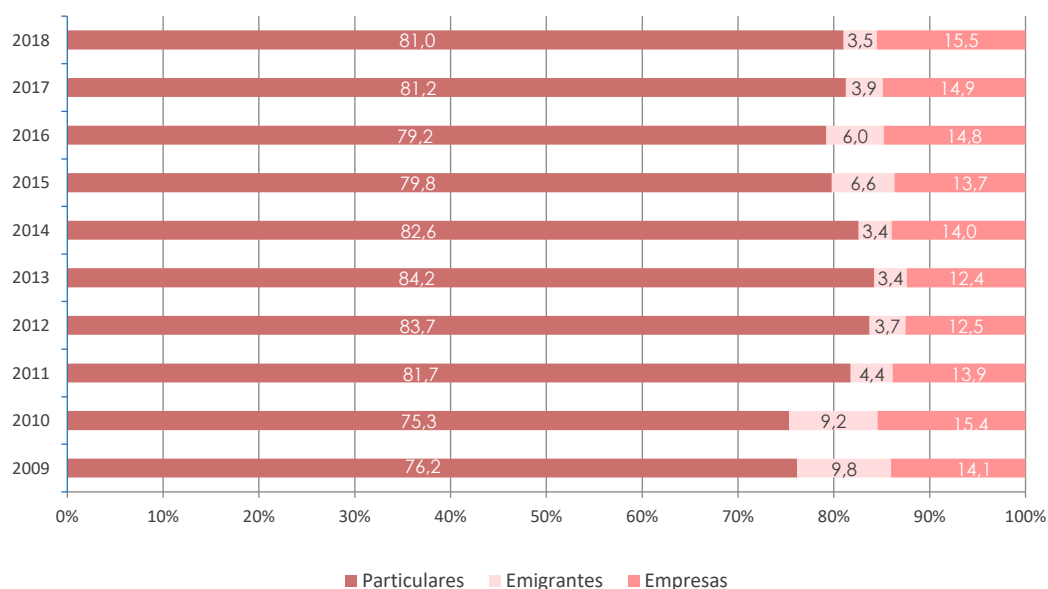
O volume de depósitos captados em 2018 registou um crescimento à taxa média anual de 3,2%, que traduz um ritmo de crescimento comparável ao registado no conjunto da economia do país, mantendo assim a quota que registara no ano anterior, de 1,4%.

Os depósitos de particulares residentes no país continuam a representar a principal fonte de poupanças captadas pelos bancos, representando cerca de 80% do total e, logicamente, condicionando de forma mais evidente a evolução geral.

Os depósitos de empresas (sociedades não financeiras) têm registado uma representatividade de cerca de 15%, nos últimos 3 anos.

Os depósitos de emigrantes ocupam uma posição complementar e a sua trajetória aponta no sentido de uma mudança de padrão a partir de 2011.

Estrutura dos Depósitos



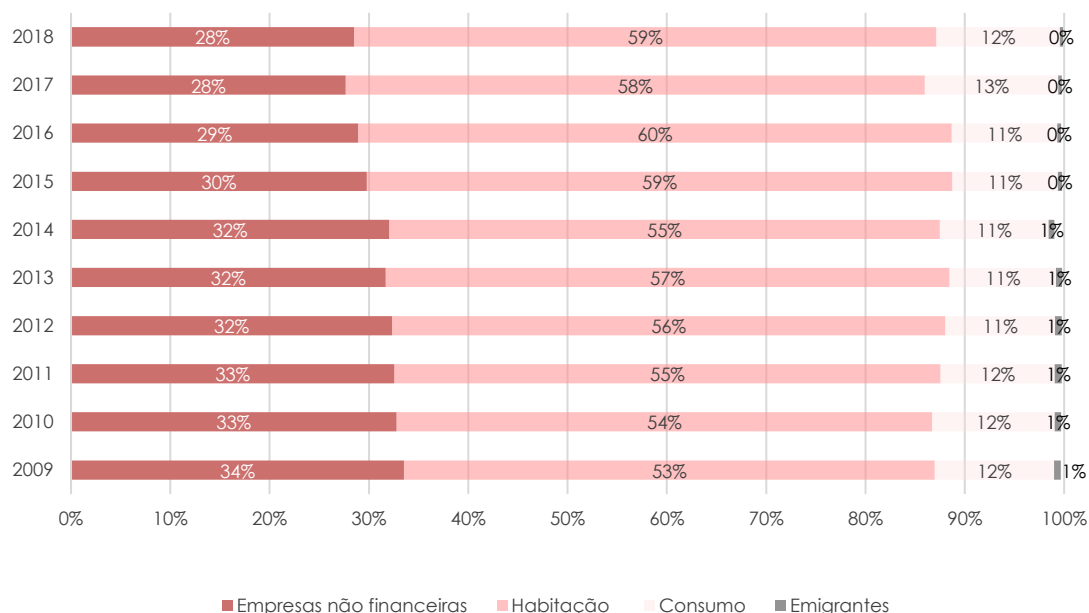
O volume de créditos concedidos registou um decréscimo à taxa média anual de 2,3% durante o ano de 2018, comparável ao observado no conjunto do país, mantendo assim a quota idêntica à do ano anterior, de 2,0%.

Os empréstimos para habitação representam a componente mais significativa e, depois de crescimentos mais intensos durante a fase de alavancagem, vêm registando uma evolução mais próxima da evolução geral, praticamente paralela.

Os créditos para financiamento empresarial vêm representando uma posição de cerca de um terço do total.

Os empréstimos ao consumo representam, de 2009 a 2018, cerca de 11% a 12% do total dos créditos concedidos, evidenciando maior variabilidade, seja por maior sensibilidade a fatores de conjuntura, seja pela própria dimensão mais reduzida que ocupam.

Estrutura dos Créditos



Finanças Públicas

O montante de 1 299,9 milhões de euros das despesas da conta da Região Autónoma dos Açores, durante o ano de 2019, incorpora um acréscimo nominal à taxa média de 8,9%.

Nesta evolução das despesas assinala-se o aumento das Despesas Correntes e de Capital. Em contrapartida, as despesas do Plano registaram um decréscimo face a 2018.

O acréscimo das Despesas Correntes, verificado no último ano, abrangeu diversas rubricas. Se algumas podem ser condicionadas significativamente por fatores de ordem externa, como é o caso de Encargos Correntes da Dívida e respetivos juros, outras dependem mais de opções de políticas e gestão internas, como as Transferências e as Despesas com Pessoal.

Se ao conjunto das Despesas Correntes, de Capital e do Plano se adicionar o montante de Operações Extraorçamentais de 176,7 milhões de euros, contabiliza-se um total de despesa de 1 476,5 milhões de euros, representando mais 1% relativamente ao ano anterior.

Despesas – Conta da RAA

Unidade: Milhares de Euros

Despesas	2016	2017	2018	2019
Despesas Correntes	672 836	690 625	687 412	715 484
Despesas com Pessoal	311 786	318 425	317 132	117 115
Aquisição de bens e Serviços correntes	13 197	13 227	12 529	8 530
Encargos correntes da dívida (juros e outros)	14 670	15 637	15 391	21 112
Transferências correntes	321 735	331 018	329 398	555 608
Subsídios	0	0	0	0
Outras despesas correntes	11 448	12 318	12 962	13 119
Despesas de Capital	139 616	72 877	81 698	164 043
Aquisição de bens de capital	295	306	336	305
Ativos financeiros	0	0	0	0
Passivos financeiros (amortizações)	138 943	72 393	81 258	163 634
Transferências de capital	0	0	0	0
Outras despesas de capital	378	178	104	104
Despesas do Plano	368 177	373 825	425 101	420 338
Sub-total	1 180 629	1 137 326	194 211	1299 864
Contas de Ordem / Operações extraorçamentais	206 182	229 017	268 282	176 668
Total	1 386 811	1 366 343	1 462 493	1 476 532

Fonte: Conta da R.A.A., DROT

A receita total da conta da Região Autónoma dos Açores, em 2019, totalizou 1 331,3 milhões de euros, mais 11,5% do que em 2018.

O crescimento verificado nas Receitas Correntes resulta, sobretudo, do aumento registado nos Impostos Diretos, Indiretos e das Transferências.

No âmbito das receitas fiscais, a arrecadação de Impostos Indiretos no montante de 484 milhões de euros representa um acréscimo de 2,9%, relativamente a 2018. Nos Impostos Diretos, também se registou uma variação positiva de 2,8%, em período homólogo.

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

Os empréstimos pedidos no montante de 223,5 milhões de euros, contabilizados na rubrica Passivos Financeiros, representam um acréscimo à taxa média anual de 58,5%, relativamente ao ano de 2018.

Adicionando os movimentos de contas com operações extraorçamentais obtém-se um total de receita de 1 507,6 milhões de euros.

Receitas – Conta da RAA

Unidade: 1000 euros

Receitas	2016	2017	2018	2019
Receitas Correntes	818 481	848 154	904 288	929 421
Impostos diretos	191 425	206 957	204 366	210 053
Impostos indiretos	420 764	432 450	471 007	484 487
Contribuições Segurança Social	11 215	10 019	357	0
Taxas, multas, outras penalidades	8 078	7 797	9 458	10 180
Rendimentos de propriedade	4 347	9 192	9 140	8 544
Transferências	179 915	179 393	207 650	212 791
Outras receitas	2 737	2 346	2 310	3 368
Receitas de Capital	360 956	287 085	287 120	399 556
Venda de bens de investimento	1 096	1 584	1 537	1 372
Transferência	171 043	152 543	143 038	173 165
Ativos financeiros	127	852	1 536	1 516
Passivos financeiros (empréstimos pedidos)	188 500	132 000	141 000	223 500
Outras receitas de capital	190	107	9	3
Outras receitas/ Reposições não abatidas nos pagamentos	1 152	2 324	2 603	2 121
Saldo da gerência anterior	164	122	360	160
Sub-total	1 180 753	1 137 686	1 194 371	1 331 259
Contas de Ordem/ Operações extraorçamentais	206 083	229 037	268 648	176 375
Total da Receita	1 386 836	1 366 723	1 463 019	1 507 634

Fonte: Conta da R. A. A., DROT

Em 2019, o saldo corrente de 213,9 milhões de euros decorre da diferença entre as Receitas Correntes de 929,4 milhões de euros e as Despesas Correntes de 715,5 milhões de euros.

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

O saldo de operações de capital de -182,5 milhões de euros, também inclui as operações classificadas como investimentos de plano.

Desta forma, deduz-se um Saldo Global de 31,4 milhões de euros, ao qual, agregando os juros e encargos do serviço da dívida de 21,1 milhões de euros, obtém-se um Saldo Primário de 52,5 milhões de euros.

Saldos – Conta da RAA

Unidade: Milhões de Euros

	2016	2017	2018	2019
Saldo Corrente	145,6	157,5	216,9	213,9
Saldo de Capital	-145,5	-157,2	-216,7	-182,5
Saldo Global	0,1	0,3	0,2	31,4
Saldo Primário	14,8	15,9	15,6	52,5

Fonte: Direção Regional do Orçamento e Tesouro, Conta da R.A.A.

Dívida Pública Direta

Durante o ano de 2019 registaram-se operações de natureza meramente contabilística, na ordem dos 811,7 milhões de euros, que aumentaram o montante de dívida direta da Região, por contrapartida de anulação da dívida da responsabilidade da empresa pública Sudaçor EP, que foi extinta.

Com esta reestruturação o montante de dívida direta da Região ultrapassa ligeiramente os 1,7 mil milhões de euros, representando os juros e outros encargos cerca de 1,2% do stock de dívida.

Dívida Pública Regional

Unidade: Milhares de Euros

	2016	2017	2018	2019
Dívida Pública Direta	573 001	632 608	867 270	1 738 848
Serviço da Dívida	153 613	88 030	96 649	184 746
Juros e outros encargos	14 670	15 637	15 391	21 112

Amortizações	138 943	72 393	81 258	163 634
--------------	---------	--------	--------	---------

Fonte: Direção Regional do Orçamento e Tesouro, Conta da R.A.A.

Indicadores de atividade económica

Considerando a evolução económica mais recente, em contexto de pandemia Covid-19, tomando alguns indicadores simples, verifica-se que alguns indicadores da atividade económica foram profundamente afetados, travando de forma brusca o contexto geral de estabilidade e de crescimento moderado que se vinha registando até ao final de 2019.

No caso do setor dos serviços, onde o turismo se vinha destacando por ganhos progressivos de peso relativo na formação do produto interno e na oferta de postos de trabalho, observa-se uma acentuada redução do número de dormidas e também no movimento de passageiros nos aeroportos da Região, onde se registou um decréscimo de cerca de 868 000 passageiros desembarcados no final do 3º trimestre de 2020, representando um decréscimo de 63%, em comparação com período idêntico de 2019.

Após um pico do número de licenças de habitação concedidas e das vendas de cimento no 2º trimestre de 2018, verifica-se uma retoma de tendências, de forma mais clara no setor da habitação, onde a reabilitação urbana tem tido algum significado.

Um dos indicadores mais representativos do consumo duradouro, a venda de veículos automóveis, com uma evolução algo variável nos períodos intra-anuais, será revelador da confiança das famílias na situação económica em geral, que permite avançar com este tipo de aquisição de bens, havendo, no entanto, neste indicador, que ter em consideração alguma alavancagem das vendas de veículos, por via da reposição e aumento do parque de viaturas para a atividade do rent-a-car. Comparando os primeiros três trimestres de 2019 e 2020, verifica-se que foram vendidas menos 1 000 viaturas em igual período, em consequência do atual contexto de pandemia em que nos encontramos.

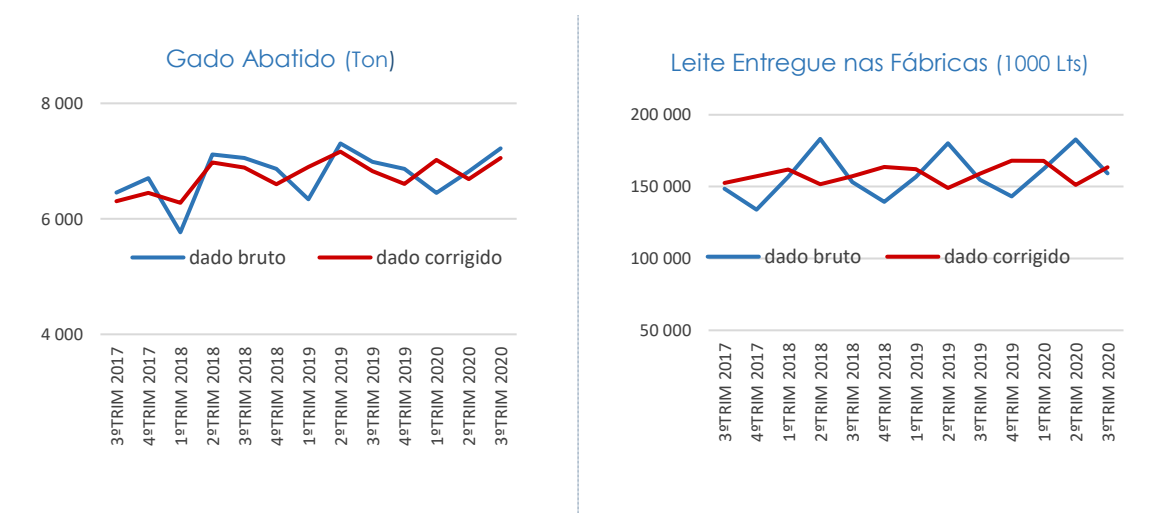
Muito dependente de elementos naturais, é difícil captar uma tendência na evolução do pescado descarregado nos portos de pesca da Região, ressaltando a menor produção recorrente no primeiro trimestre, a que estarão associadas condições climatéricas mais desfavoráveis para

a atividade da pesca. Verifica-se que em período idêntico de 2019 e 2020, a pesca descarregada foi de aproximadamente 6 000 toneladas nos primeiros três trimestres dos anos referidos.

No domínio da fileira do leite mantém-se um volume de mais de 600 milhões de litros entregues nas fábricas por ano, com alguma oscilação intra-anual na produção de lacticínios, mas com tendência de crescimento sustentado a prazo mais dilatado. Regista-se, até ao final do 3.º trimestre de 2020, a entrega de cerca de 500 milhões de litros de leite nas fábricas da Região. No mesmo período, a produção de manteiga e queijo ascendeu a 35 000 toneladas.

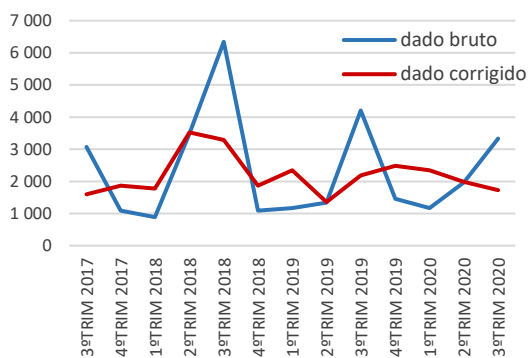
O contexto atual da pandemia está a afetar negativamente a atividade económica e por consequência também terá um impacto negativo ao nível do emprego.

As políticas públicas de manutenção do emprego, implementadas no atual contexto de pandemia Covid-19, já refletidas nos dados mais recentes disponibilizados pelo Serviço Regional de Estatística, relativos ao 3.º trimestre de 2020, permitiram atenuar os efeitos negativos esperados ao nível do emprego e do desemprego.

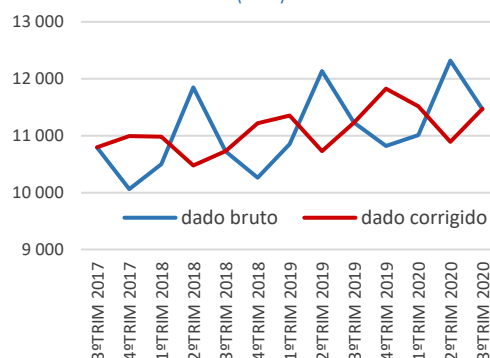


PLANO REGIONAL ANUAL 2021

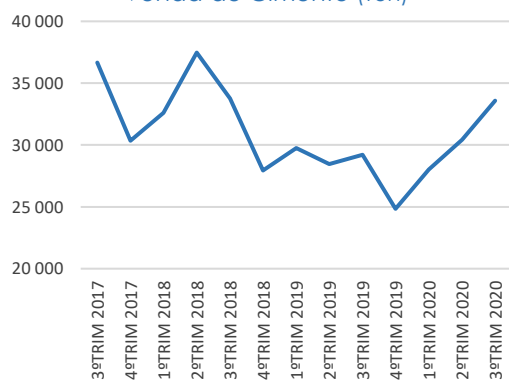
Pesca Descarregada (Ton)



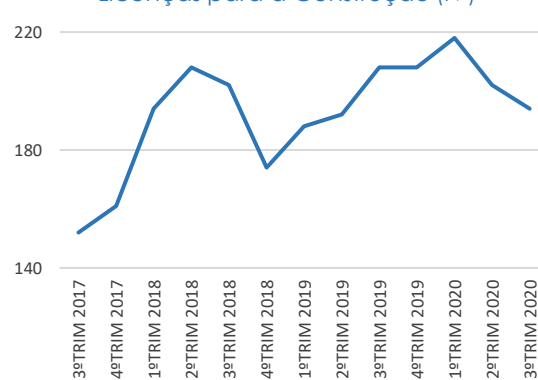
Produção de Manteiga e Queijo (Ton)



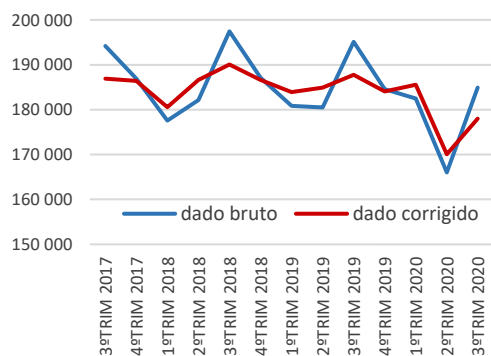
Venda de Cimento (Ton)



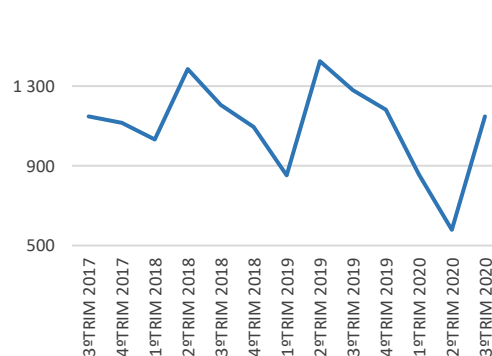
Licenças para a Construção (Nº)



Consumo de Eletricidade (Mwh)

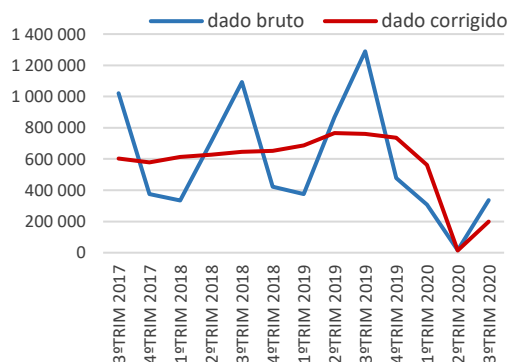


Vendas de Automóveis novos (Nº)

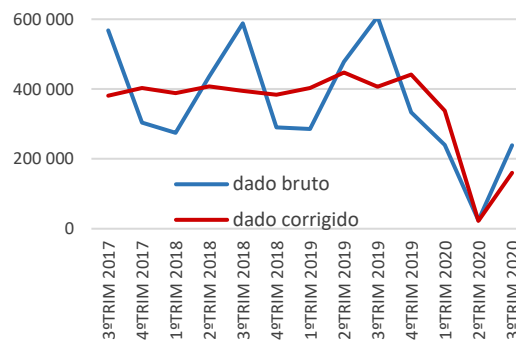


PLANO REGIONAL ANUAL 2021

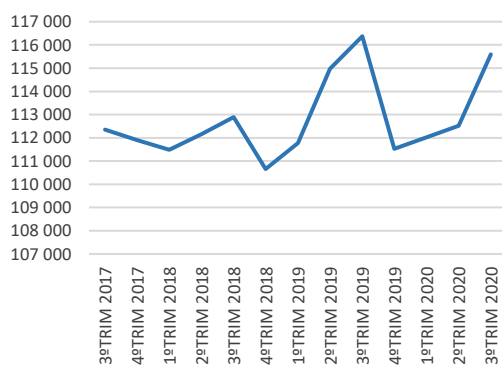
Dormidas na Hotelaria (Nº)



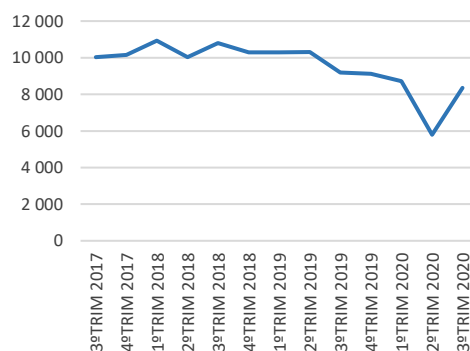
Movimentos nos Aeroportos (Nº de passageiros desembarcados)



Emprego (N.º de Indivíduos)



Desemprego (N.º de Indivíduos)



III POLÍTICAS SETORIAIS

Políticas para a coesão social e para a igualdade de oportunidades

◆ *Solidariedade Social*

O Plano de 2021 prevê assegurar o desenvolvimento de políticas transversais e de estratégia de atuação multidisciplinar que permita que todo o cidadão possa desfrutar de uma vida ativa e saudável. Assim sendo, foram delineadas estratégias e ações com o objetivo de reforçar a capacidade da comunidade em apoiar e integrar os grupos, indivíduos e famílias que enfrentam maiores dificuldades.

Em consequência, este plano visa assegurar a implementação de mecanismos de proteção social nas diversas áreas.

Infância e Juventude

A resposta do Governo Regional vai no sentido de se apoiar a criação de uma rede de respostas personalizadas de apoio à infância em termos de mini-creches e amas. Esta medida só será possível através do aumento da rede de respostas ao nível dos equipamentos sociais nestas áreas. Este reforço estrutural será adequado com as recomendações das taxas de cobertura da Região, por Ilha e por Concelho, ajustando, assim, às reais necessidades da população.

Por outro lado, este reforço irá potenciar a conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional, não só pelo aumento das vagas comparticipadas, mas também pela redução das mensalidades e adequabilidade dos horários de funcionamento às dinâmicas das famílias.

No que se refere à juventude, será fundamental o reforço da capacidade de respostas dos Centros de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil, como via facilitadora do reingresso das crianças e jovens na escola e fortalecimento das suas competências.

Família, Comunidade e Serviços

Neste domínio propõem-se assegurar medidas no sentido de apoiar as famílias, que derivado à pandemia Covid-19, podem registar uma perda de rendimentos, causada pelo desemprego e/ou lay-off. Atendendo à situação que se vive mundialmente e pelas suas implicações socioeconómicas, considera-se necessário a criação e adequação de políticas de apoio que fomentem o aumento do rendimento disponível das famílias mais carenciadas. Propõe-se ainda o apoio às famílias através das refeições escolares no período de férias escolares, sendo estes valores ajustados às previsões.

Por outro lado, no que refere ao desenvolvimento e coesão social, propõem-se apoios a investimentos em estruturas que permitam respostas transversais à comunidade, de promoção intergeracional e inclusivas, que visam reforçar a ação nos vários níveis de intervenção, destacando-se a necessidade de adequar apoios que permitam reforçar as respostas de acolhimento temporário e/ou permanente e ainda respostas que promovam o apoio domiciliário.

No apoio domiciliário existe a necessidade de apostar no reforço e renovação do parque automóvel. As instituições de cariz social apresentam algumas limitações no acesso às populações, desde o apoio no transporte para os mais jovens, bem como na rede domiciliária dos mais idosos, pelo que a promoção de aquisição de viaturas, é sem dúvida uma forma de mitigar as distâncias entre as respostas sociais e a população, promovendo o acesso a serviços e respostas. Assim, a aquisição de novas viaturas também surge como necessidade de renovar as frotas automóveis, respeitando por exemplo os valores recomendáveis de emissões de gases CO2 considerados poluentes. Numa ótica mais expectante, e com vista à promoção de energias limpas, pretende-se proceder à substituição das viaturas existentes por viaturas híbridas ou totalmente elétricas, indo ao encontro das máximas da EU em matéria ambiental.

Públicos com necessidades especiais

Para 2021 prevê-se a aposta na melhoria da rede de infraestruturas destinada a este público-alvo, através da criação, ampliação e remodelação destes espaços. Assim, será possível aumentar a capacidade de resposta, o que se reflete no aumento do número de vagas ao nível de centros de atendimento, acompanhamento e reabilitação social, centros de atividades ocupacionais e lares residenciais, proporcionando o acompanhamento destes cidadãos, bem como a promoção das suas competências e reforço da sua autonomia.

Idosos

Derivado ao contexto atual que vivemos, decorrente da pandemia Covid-19, existe a necessidade de repensar as políticas e medidas destinadas a estes cidadãos. Assim, no plano para 2021, as políticas destinadas aos mais idosos passam pela adequabilidade das respostas sociais disponíveis, mas também pela criação de novas políticas e medidas para este público-alvo.

A Covid-19 revelou que se mantém a necessidade da criação, ampliação e melhoria da rede de infraestruturas para idosos, incluindo centros de dia, centros de noite, cuidados continuados integrados e estruturas residenciais para idosos, porque nem todos têm condições de frequência e/ou permanência nas suas residências sem o auxílio de terceiros para cuidados básicos e de saúde, e ainda para o desenvolvimento das atividades de vida diária.

Por outro lado, é imprescindível a criação de uma nova resposta que complemente o serviço de apoio ao domicílio e apoio ao projeto dos cuidadores informais, permitindo aos mais idosos envelhecer na sua moradia. Esta resposta de apoio ao aging in place deve ser suportada por uma rede de recursos humanos e tecnológicos, reforçada pelo serviço de teleassistência que apoie o cidadão e a família na prestação de cuidados pelo grau de autonomia.

Ainda no âmbito da promoção de respostas no domicílio para esta população, este plano prevê a criação de medidas de proximidade e inserção dos idosos nas suas famílias e comunidades de origem, mantendo os vínculos familiares e culturais, com apoios como o aumento da majoração regional das famílias de acolhimento de pessoas idosas.

Natalidade

O Governo Regional adotará medidas de estímulo à natalidade, de combate ao despovoamento populacional, bem como medidas de promoção da conciliação entre a vida profissional e familiar, de modo a compatibilizar o apoio na educação dos filhos e a criar condições de permanência dos mais idosos em ambiente familiar.

◆ *Igualdade, Inclusão Social e Combate à Pobreza*

Os Açores estão confrontados com a necessidade de responder eficazmente à pobreza e à exclusão social, não se podendo descurar que a Região é marcada por desigualdades na distribuição de recursos e oportunidades, que conduzem a um maior risco de pobreza.

No Plano 2021 propõe-se assegurar medidas no sentido de apoiar as crianças e jovens, famílias e comunidade, pessoas com necessidades especiais e idosos. As consequências socioeconómicas da situação que se vive mundialmente implicam a criação e adequação de políticas de apoio que fomentem o aumento do rendimento disponível das famílias mais carenciadas, através de medidas de apoio como a atualização anual do abono de família, o complemento regional de pensão para idosos, o complemento para a aquisição de medicamentos pelos idosos. Propõe-se ainda o apoio às famílias através do apoio financeiro para a comparticipação das propinas e do complemento ao doente oncológico, sendo estes valores ajustados às previsões.

Para 2021 prevêem-se projetos de intervenção social vocacionados para a promoção nas áreas da infância e juventude, idosos, pessoas com deficiência e incapacidade e públicos em situação de grave exclusão. Prevê-se um investimento em campanhas de sensibilização, criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada, apoio técnico e capacitação das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O Governo Regional vai avaliar, rever e ajustar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028, que tem por objetivo central a redução dos níveis de pobreza na Região Autónoma dos Açores, retomando a convergência para a média nacional e assegurando simultaneamente a coesão entre os diferentes territórios dos Açores.

◆ *Habitação*

As principais orientações estratégicas de política setorial da área da Habitação a prosseguir no ano de 2021 são:

Promoção, Reabilitação e Renovação habitacional

- Promoção e Apoio à Habitação Própria e a Custos Controlados

Subsídios não reembolsáveis a atribuir às famílias para comparticipação na aquisição, construção, ampliação e alteração de habitação própria, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº 59/2006/A, de 29 de dezembro;

- Operações Urbanísticas e Reabilitação de Infraestruturas Habitacionais

Obras de urbanização e de reabilitação para disponibilização de fogos a pessoas singulares e de lotes a pessoas singulares e coletivas destinados à promoção de habitação própria permanente e à habitação de custos controlados, respetivamente, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº 21/2005/A, de 3 de agosto;

- Reabilitação do Parque Habitacional da Região

Obras de recuperação e reabilitação de habitações atribuídas a famílias em regime de arrendamento apoiado (Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro), ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº 23/2009/A, de 16 de dezembro;

- Programa “Casa Renovada, Casa Habitada” e Combate à Infestação por Térmitas

Apoios financeiros a atribuir às famílias ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº 11/2019/A, de 24 de maio, para obras de reabilitação, reparação e beneficiação de fogos destinados a habitação permanente ou para arrendamento, bem como no combate à infestação por térmitas, cujo regime foi instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº 22/2010/, de 30 de junho;

- Salvaguarda Habitacional em Zonas de Risco

Operações de realojamento de famílias a residir em zonas de risco, nomeadamente falésias, orla costeira e leitos de ribeiras, quer diretamente, quer através de contratos ARAAL a celebrar com os respetivos municípios;

- Operações de Inserção e Reintegração Social

Estudo, avaliação e apoio ao desenvolvimento de políticas e medidas de inserção social de famílias; Investimentos no âmbito da estrutura técnica de cooperação e de planeamento interdepartamental e interdisciplinar; Arrendamento Acessível e Cooperação;

- Incentivo e Apoio ao Arrendamento

Subsídios ao arrendamento de prédios ou de frações autónomas de prédios urbanos, destinados à habitação, a atribuir a famílias, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº 23/2009/A, de 16 de dezembro, denominado por Famílias com Futuro;

- Construção/Arrendamento de Fogos para Arrendamento/Subarrendamento Apoiado

Operações a levar a efeito com vista a aumentar o ritmo de oferta pública de habitação, quer pela via de novas construções, quer pela via da aquisição e/ou arrendamento do stock existente, para atribuição a famílias mais vulneráveis em regime de arrendamento/subarrendamento apoiado, no âmbito do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº 23/2009/A, de 16 de dezembro;

- Cooperação com Autarquias – Acordos de Colaboração IHRU/RAA/Municípios

Encargos com empréstimos contraídos para construção/aquisição de habitação destinada a realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, no âmbito dos contratos ARAAL celebrados com os municípios de Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Fraca do Campo, Povoação, Nordeste, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória;

- Condomínios e Seguros

Encargos com quotas de condomínio e seguro nos prédios em regime de propriedade horizontal em que a Região é detentora de frações habitacionais atribuídas em regime de arrendamento apoiado, instituído pela Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro;

- Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica

- Reabilitação, Conservação e Manutenção de Instalações

Reabilitação, conservação e manutenção de edifícios, designadamente o edifício sede da DRH que se encontra infestado por térmitas;

- Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços

Atualização do equipamento informático e respetivo software;

- Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo

- Apoio à Reabilitação em Habitações Danificadas pela Intempérie

Apoios a famílias para reparação de danos em habitações provocados pelo furacão Lorenzo.

◆ Educação

Na continuidade da remodelação do parque escolar da Região está previsto o investimento na construção da última fase da EBI de Rabo de Peixe, na remodelação das instalações da EBI de Capelas e no início da construção das novas instalações da EBI de Arrifes.

Tendo em conta que se encontram em fase de conclusão as intervenções em novas construções com o apoio de fundos comunitários, há necessidade de se efetuar um forte investimento na melhoria das instalações das restantes escolas.

Será dada continuidade à colaboração com as autarquias na reformulação das infraestruturas do primeiro ciclo e da educação pré-escolar da sua responsabilidade, através da celebração de Contratos ARAAL.

A nível pedagógico, assegurar-se-á a continuidade das políticas educativas estabelecidas para o ano letivo 2020/2021. Nomeadamente, destacam-se entre as ações mais prementes, em consonância com o definido no Programa do Governo para 2021-2024, a implementação de mecanismos que garantam melhorias significativas na universalidade e na equidade de acesso a respostas educativas no ensino à distância, assim como a prossecução dos projetos pedagógicos, procedendo-se à sua reapreciação.

Neste sentido, é de salientar no âmbito da promoção do sucesso escolar, a necessidade de dotar as escolas, professores e os alunos de equipamento informático que permita o recurso ao ensino à distância.

No que concerne à valorização dos profissionais da educação será dada relevância à formação no domínio das novas tecnologias do pessoal docente e não docente.

No que respeita ao desenvolvimento da autonomia das escolas a aposta centra-se em desenvolver mecanismos de gestão e de comunicação inteligente e desburocratizada.

◆ **Saúde**

A política de saúde é uma prioridade permanente, para além da pressão e exigência adicional que a gestão da pandemia causada pelo vírus SARS-COV-2 impõe sobre o setor. A capacitação do Serviço Regional de Saúde (SRS) com os meios humanos e materiais necessários para combater a pandemia, e os seus efeitos, bem como garantir a prestação de cuidados de saúde aos açorianos, é a prioridade no curto e médio/longo prazo.

Em 2021 este setor será reforçado financeiramente atendendo aos efeitos nefastos da resposta à pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2.

A política de Saúde da Região privilegiará a promoção da saúde e a prevenção da doença definindo-se, como prioridade, os cuidados primários de saúde e, neste sentido, foram criadas

as seguintes ações do Plano 2021: Política de promoção da saúde e prevenção da doença - Plano Nutrição das Escolas # Alimentação Saudável; Programa de Literacia em Saúde; Estratégia e Plano para Implementar o Enfermeiro de Família na RAA.

Relativamente aos Cuidados hospitalares, em 2021 as orientações incluem: a retoma e recuperação da atividade; a fixação de profissionais de Saúde; garantir a interoperabilidade de sistemas de informação de modo a disponibilizar a informação clínica aos profissionais de saúde e ao utente; suprimir o subfinanciamento crónico, dotando as Unidades Hospitalares e as Unidades de Saúde de Ilha dos meios financeiros que correspondam ao custo real da sua produção, assegurando a qualidade da sua prestação e o pagamento atempado aos seus fornecedores.

Pretende-se considerar e manter a rede de infraestruturas e equipamentos, dotando as unidades de saúde e os profissionais de melhores meios e recursos técnicos. Assim, para 2021 destaca-se:

- Empreitada da Construção do Novo Corpo C do Hospital da Horta - 2ª Fase - Centro de Saúde;
- Empreitada de Modernização e Remodelação do Hospital de Ponta Delgada;
- Construção do Laboratório SEEMBO;
- Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores;
- Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas;
- Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico;
- Elaboração de planos de manutenção das USI's.

No âmbito da acessibilidade e proximidade, serão garantidas todas as medidas que conduzam a uma atempada prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos, criando melhores

condições de acessibilidade aos utentes do SRS que tenham de efetuar deslocações para fora da sua ilha de residência.

No âmbito da organização do Serviço Regional de Saúde (SRS), os objetivos para 2021 incluem:

- Estabelecer um Plano Regional de Saúde com programas que tenham em conta a prevalência das principais patologias na Região, com indicadores de saúde mensuráveis, permitindo o acompanhamento da evolução do seu cumprimento;
- Elaborar estratégia para a Rede de Cuidados Paliativos;
- Promover a prevenção primária e o diagnóstico precoce de doenças oncológicas, nomeadamente através do apoio aos programas organizados de rastreio, de base populacional;
- Capacitar o SRS de equipamentos para uma reposta eficaz;
- Desenvolver uma estratégia de promoção de saúde mental e prevenção de doenças psiquiátricas.
- Retomar o processo de Radioterapia da ilha Terceira

As características demográficas dos Açores, com uma população envelhecida, sobretudo em algumas ilhas, obrigam a assumir medidas intersectoriais que abranjam a nossa população geriátrica, pelo que para 2021 será implementado o Plano de Desenvolvimento de Unidades de Geriatria.

Na área da prevenção dos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD), a identificação dos fatores de risco e de proteção nos grupos-alvo de intervenção (individual, família, escola e comunidade) permite identificar, de igual modo, as vulnerabilidades e as potencialidades existentes, com vista ao planeamento ajustado das ações/estratégias de intervenção. Assim, um dos principais objetivos na área da prevenção é a alteração do equilíbrio entre fatores de risco e os de proteção, superação destes relativamente aos primeiros havendo, ainda, a considerar os seguintes objetivos relativamente à prevenção:

- Aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência dos programas de intervenção;
- Aumentar o conhecimento sobre o fenômeno dos consumos de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas de forma a adequar as intervenções.

Os níveis operacionais de intervenção são os seguintes:

- a) Prevenção Universal - Os Programas de Prevenção Universal dirigem-se a grandes grupos da população em geral, sem que se tenha apurado a existência de risco de uso / abuso de substâncias psicoativas – serão realizadas campanhas de informação/sensibilização.
- b) Prevenção Seletiva - A Prevenção Seletiva tem como população-alvo, grupos vulneráveis que se encontram em maior risco de desenvolverem problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, visando prevenir comportamentos mais problemáticos de consumo dessas substâncias e a exclusão social antes que surja a necessidade de tratamento – serão desenvolvidos projetos específicos com recurso a parceiros e profissionais do SRS.
- c) Prevenção Indicada - A Prevenção Indicada tem por objetivo identificar e intervir junto de indivíduos que possam aparentar sinais de abuso precoce de substâncias psicoativas e outros problemas comportamentais e abrangê-los com intervenções específicas, com vista a intervir no abuso de substâncias psicoativas como um comportamento, mas a um nível anterior à necessidade de tratamento – realização de encaminhamentos para as equipas de CAD ou outras equipas/respostas especializadas.

Nesta área, os contextos de intervenção são: Meio Comunitário, Familiar, Escolar, Recreativo, Universitário, Laboral, Prisional e Desportivo.

Relativamente especificamente à Promoção da Saúde em Contexto escolar, os programas de prevenção vão ser desenvolvidos de forma a intervir precocemente, logo ao nível do pré-escolar, dirigindo-se a fatores de risco de abuso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, tais como comportamentos agressivos, competências sociais pouco adaptadas e dificuldades académicas.

A planificação do tratamento deve ter em conta e ajustar-se às necessidades globais do utente, determinadas não só pelo grau de gravidade da perturbação, mas também pelas comorbilidades físicas e psíquicas que eventualmente possa apresentar. Assim o tratamento de uma pessoa com comportamentos aditivos ou dependência pode requerer a combinação de diferentes intervenções terapêuticas: psicofarmacológicas, psicológicas/psicoterapêuticas, médicas, intervenções sistémicas e reabilitação social.

O Modelo de Tratamento desenvolvido em Portugal, é um modelo integrado, assente numa abordagem biopsicossocial que constitui o principal eixo da abordagem multidisciplinar dos comportamentos aditivos e dependências, em que os diferentes recursos terapêuticos se integram e articulam em momentos simultâneos ou sucessivos de acordo com o diagnóstico, as necessidades e capacidades do utente e da família.

A definição da rede de respostas aos comportamentos aditivos e dependências preconiza a prestação de cuidados em ambulatório, tendo como base a relação estabelecida entre o utente e um técnico de saúde. Assim, o início do tratamento em ambulatório pode ocorrer:

- Através dos Cuidados de Saúde Primários;
- Através das Instituições com Intervenção na área dos Comportamentos Aditivos e nas Dependências;

Já o tratamento em internamento acontece quando a abordagem integrada do utente com comportamentos aditivos e dependência evidencia um conjunto de características e de problemas associados (tipo e gravidade) que necessitam de uma intervenção mais específica e especializada, serão mobilizadas para o processo de tratamento outras estruturas mais diferenciadas, as quais poderão determinar períodos de internamento (Unidades de Desabilitação e Comunidades Terapêuticas).

A apreciação do ato ilícito é retirada da instância judicial e é submetida à avaliação das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT), criadas para o efeito. A sua ação, despoletada pelo sistema judicial com a intervenção das forças de segurança e tribunais, perante a aquisição, posse e/ou consumo de substâncias psicoativas ilícitas, tem como objetivo último a dissuasão dos consumos e a promoção de melhor qualidade de vida.

Privilegia-se o conhecimento aprofundado da situação dos indiciados, sustentado em critérios de avaliação e diagnósticos eficazes, permitindo adequar a intervenção às necessidades e características dos indivíduos.

A abordagem nesta temática tem consistido em promover a mudança do comportamento dos consumidores de substâncias psicoativas, a fim de diminuir os riscos nos casos em que não é possível impedir o consumo ou conseguir a abstinência. Implica frequentemente trabalhar com pessoas com comportamentos aditivos e dependências com muitos problemas psicossociais e enfrentar contextos problemáticos e situações imprevisíveis.

As intervenções promotoras da reinserção têm como suporte o Modelo de Intervenção em Reinserção (MIR) e que têm como objetivo primordial melhorar e qualificar o serviço que é prestado aos cidadãos, procurando sempre a eficácia e eficiência da intervenção. As estratégias sistemáticas de acompanhamento e de mediação social, transversais aos processos de reabilitação, são consideradas como fundamentais para o processo de reabilitação das pessoas com comportamentos aditivos e dependências, consubstanciando-se na definição, avaliação e follow-up de planos individuais de inserção e, no que respeita à mediação social, no desenvolvimento de estratégias integradas de atuação em cada uma das dimensões, indivíduo, família e sistemas sociais, e na relação entre elas.

◆ **Desporto**

No âmbito do desporto, as principais linhas de política setorial a prosseguir em 2021 são:

Desenvolver investimentos na área da promoção da estimulação motora precoce, como forma de ultrapassar as sequelas que poderão advir, por via dos sucessivos meses de confinamento e quase total imobilidade físico/ motora, e que – a confirmarem-se - terão implicações no normal desenvolvimento das crianças e jovens da Região, quer no plano motor, quer no plano cognitivo e de desenvolvimento pessoal.

Promover, em ambiente pedagogicamente favorável, atividades que incentivem o conhecimento e identificação do corpo bem como deste mesmo corpo em interação com os outros e com o meio ambiente.

Propagar investimento na área da promoção da atividade física desportiva, com particular ênfase nas atividades destinadas às crianças e jovens da Região através do apoio e incentivo às atividades regulares do movimento associativo desportivo.

Assumir especial investimento na promoção do desporto para os cidadãos portadores de deficiência, que através da sua prática regular, para além dos próprios benefícios físicos e psicológicos individuais, constitui uma oportunidade e simultaneamente uma expressão de integração e reconhecimento social sem, no entanto, esquecer, conforme indica a Carta Europeia do Desporto (1992), que “o Desporto deve ser definido como uma participação organizada que tem por objetivo a manifestação ou melhoramento das condições físicas e psíquicas de um indivíduo ou grupo de indivíduos , o desenvolvimento das relações pessoais e a obtenção de resultados em competições de todos os níveis.

Promover oportunidades para que os cidadãos portadores de deficiência que não demonstrem apetência para a prática desportiva e, no entanto, tenham vontade de promover uma prática física regular consigam espaço e oportunidade para a fazer.

Investir, ainda, na generalização das oportunidades de prática para os cidadãos em geral, quer seja através da melhor adequação das instalações desportivas oficiais existentes, incluindo a modernização do parque desportivo regional, quer seja na criação de oportunidades de prática, promotoras da criação do hábito de estilos de vida ativos e ainda através da vigilância sobre a qualidade da oferta pelos diferentes prestadores de serviços desportivos.

No contexto de toda a atividade físico / desportiva promover, com caráter de urgência, e em parceria com todos os agentes desportivos da Região, uma profunda alteração do Regime Jurídico em vigor, que - pelo seu tempo de vigência - vem revelando muitas desadequações com o atual modelo organizativo do movimento Associativo Desportivo da Região.

Com isso pretende-se criar um enquadramento formal do desporto, investindo na criação de condições, não só do acesso à atividade local de treino e competição dos escalões de formação, mas nas da melhoria qualitativa da prática desenvolvida, através da disponibilização de vários mecanismos de reforço da formação especializada dos nossos jovens.

Reforço no trabalho junto dos nossos jovens Praticantes Desportivos de Alto Rendimento e Jovens Talentos Regionais no sentido de adequar as suas condições, de preparação e de competição, aproximando-as dos patamares nacionais e internacionais preferencialmente, sempre que o estímulo de treino seja considerado bom, integrando-os em centros de treino e trabalhos de seleção e assegurando condições para a preparação e participação nos “Jogos das Ilhas 2021”.

Assumindo-se, definitivamente, o “Alto Rendimento” como a expressão maior da qualidade competitiva internacional traduzida no rendimento desportivo dos atletas açorianos e os “Jovens Talentos Regionais” “medida” em contextos competitivos de elevado nível e com o máximo rigor, no sentido de apurar o conjunto da praticantes desportivos de elevado nível que passarão a beneficiar de um conjunto relevante de apoios que, a serem concretizados, levarão, consequentemente, a uma melhoria dos resultados desportivos alcançados por praticantes desportivos açorianos.

Garante-se o acesso às instalações desportivas propriedade da Região, mantendo elevados padrões de qualidade no seu funcionamento através de mecanismos de gestão e monitorização permanente, que asseguram cada vez mais a sua rentabilização e eficiência, mas sem descurar as preocupações com as questões ecológicas das mesmas.

◆ *Proteção Civil*

Em 2021, o Governo Regional dos Açores propõe-se a desenvolver a sua política de investimentos, de forma criteriosa e rigorosa, no âmbito da Proteção Civil.

A definição estratégica de toda a política de investimento tem como ponto fulcral a prevenção e a pronta prestação de cuidados à população, numa ótica de complementaridade, conforme seguidamente se descreve.

Aquisição de novos equipamentos perante a necessidade de adquirir capacidade material, formativa e humana, de forma a dar resposta aos novos desafios da área da proteção civil, e tendo como objetivo máximo a resposta eficaz e pronta, nunca perdendo de vista as reais necessidades da Região Autónoma dos Açores.

Garantir o apoio às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários para garantirem o transporte terrestre de doentes e elevar a sua capacidade no socorro às populações bem como a sua sustentabilidade perante a crise económica que atravessamos.

Assegurar a aquisição de novos equipamentos que permitam modernizar, adequar e reforçar os meios e equipamentos técnicos e de proteção individual dos bombeiros, assim como formar e treinar as melhores técnicas de padrão nacional, de acordo com as exigências efetivas que as missões atuais apresentam.

Reforçar o investimento nas reparações e manutenção de veículos e equipamentos para garantir a operacionalidade de todos os meios distribuídos pela Região.

Efetuar investimento na aquisição de novas viaturas por forma a substituir as que se encontram tecnicamente ultrapassadas por via do parco investimento efetuado nos últimos anos ou que já não reúnam as condições ideais para o socorro às populações.

O reforço do investimento no parque informático e software, e respetivos contratos de manutenção, irá permitir a consolidação dos dados e a obtenção de informação cada vez mais fiável que permita monitorizar os resultados operacionais e implementar as consequentes melhorias.

Será dinamizado e alargado o âmbito de atuação da Linha de Saúde Açores como forma de permitir uma melhor racionalização dos recursos disponíveis.

A formação e qualificação continuará a ser uma aposta, tanto nas recertificações como na realização das diversas ações de formação, fundamentais à eficácia dos serviços que os bombeiros prestam às nossas populações, no âmbito das missões que lhes estão atribuídas.

Propõe-se aperfeiçoar as técnicas de combate aos fogos, busca e resgate em estruturas colapsadas, utilizando o Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

A realização de exercícios com a inclusão de todos os agentes de proteção civil e demais entidades com responsabilidade nesta área.

A preparação e formação de equipas especializadas em busca e resgate em estruturas colapsadas e em fogos florestais, prontas para atuarem na Região ou para serem projetadas para auxílio no continente ou noutras regiões insulares.

O aprofundamento das ações de sensibilização junto da população açoriana em geral e nos clubes de proteção civil a funcionar nas escolas da Região.

Aumentar o número de exercícios e de ações de formação junto dos órgãos de poder local.

Em relação à construção e remodelação dos quartéis de Bombeiros da Região Autónoma dos Açores, prevê-se a conclusão do projeto de ampliação do quartel das Lajes do Pico, da Povoação, na ilha de S. Miguel e do quartel da Horta, na ilha do Faial.

◆ **Cultura**

A complexidade da realidade pandémica que vivemos veio alterar global e transversalmente todas as dimensões da vida humana, afetando sobremaneira o setor cultural.

Não obstante, foi ao setor cultural que todos recorreram quando confinados, do local ao global, também ela, a Cultura esteve na “linha da frente” no combate à solidão e ao isolamento, onde foi alento e divertimento.

A democratização e descentralização da Cultura, estabelece a missão regional de levar a Cultura de e a todas as ilhas, rentabilizando recursos, agentes e criadores culturais.

Assim, em 2021 e no âmbito da política setorial, será dada ênfase a quatro eixos prioritários:

1 - No campo de ação da Educação para a Cultura, procurar-se-á envolver as escolas no âmbito das artes, para a literacia e fomentando o intercâmbio escolar através de clubes escolares culturais ou de teatro.

Proporcionar ao público escolar experiências culturais de forma continuada, numa ligação estratégica com o Plano Regional de Leitura, promovendo o gosto pela leitura através de um

programa de ação que envolva as bibliotecas escolares e os serviços educativos das bibliotecas públicas da Região.

Investir em projetos sustentáveis, em atividades e serviços educativos inovadores, promovendo a divulgação informal de conhecimentos em contexto escolar, como por exemplo, através de grupos folclóricos, etnográficos, contadores de histórias, tirando partido da riqueza dos saberes deste tipo de manifestação cultural.

Incrementar a cooperação com a televisão e a rádio públicas, no sentido de enquadrar e apoiar elementos e projetos de promoção cultural nas respetivas programações regulares.

Apoiar o Programa Regional de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas dos Açores - "SOREFIL".

2 - Democratização da Cultura, procurar-se-á garantir a existência de oferta cultural em todas as ilhas, aproveitando as deslocações dos artistas regionais, nacionais e internacionais, para que possam circular entre ilhas, bem como a realização de parcerias ou de outros mecanismos de cooperação com as autarquias, estruturas artísticas e comunidade educativa, garantindo a cobertura das comunidades mais vulneráveis, remotas e rurais, como uma medida de proximidade.

3 - No âmbito do fomento e apoio à Criatividade, procurar-se-á apoiar as entidades culturais em espetáculos, obras ou produções artísticas que promovam a divulgação da nossa história, costumes ou artes e em paralelo, estimular o investimento de empresas e de cidadãos individuais em projetos criativos.

Apoiar projetos que permitam que os Açores estejam presentes nos mercados nacionais e internacionais, possibilitando o intercâmbio e a circulação de autores e artistas açorianos, dando a conhecer as suas obras.

Procedimentos para a revisão do Regime Jurídico de Apoio às Atividades Culturais, bem como o seu reforço, por forma a estimular a produção cultural na Região.

Desenvolvimento da estratégia do Audiovisual e multimédia, nas áreas de formação, divulgação e promoção.

4 - No âmbito da proteção e projeção do Património, procurar-se-á promover uma estreita cooperação entre turismo, ambiente e cultura, na preservação, valorização e conhecimento do território e do património cultural móvel e imóvel.

Aprofundar as dinâmicas da Rede Regional de Museus e Coleções Visitáveis dos Açores, renovando-os e adaptando-os, bem como apoiar os museus municipais, locais e parques arqueológicos subaquáticos.

Apoiar a intervenção, conservação e restauro de bens móveis e imóveis, bem como ações para a proteção, conservação de bens arquivísticos públicos e inventariação, tratamento e estudo do património arquitetónico e artístico da Região.

Apoiar a criação e difusão de intervenções ao nível da Arte Contemporânea.

Pretende-se na sequência da transformação digital, implementar medidas de modernização administrativa, na gestão de museus e bibliotecas, bem como desenvolver a presença de conteúdos culturais em meio digital, nomeadamente visitas virtuais, modelação em 3D de elementos de património cultural móvel e imóvel, criando programas informáticos de conteúdo pedagógico, cultural e turístico.

Criar condições para a candidatura da viola da terra a “Património Material da Humanidade”, considerando as características únicas, a tradição e a história contidas nas suas variações de sonoridades, a originalidade de se tratar de um instrumento artesanal único no património musical mundial, assim como elaborar os procedimentos necessários à candidatura dos Açores a membro associado da UNESCO.

♦ *Juventude*

A juventude açoriana encontra, no dobrar da segunda década do século XXI, novos desafios decorrentes da aceleração da alteração das características da nossa sociedade, mas também resultantes de um contexto de crise sanitária devido à pandemia por Covid-19 que assola o mundo na sua globalidade.

Em traços gerais, a política de juventude para o ano de 2021 terá como base fundamental a capacitação dos jovens em competências de educação não formal, que propiciem, de uma forma integrada, a realização pessoal e a preparação para a integração na vida ativa.

Neste sentido, no âmbito da Cidadania e Formação dos Jovens vão ser implementados projetos em diferentes áreas: no debate político juvenil, na educação para o empreendedorismo; na inclusão social e erradicação da violência e discriminação; na criação do Certificado de Competências de Educação Não Formal; na formação em diversas áreas do saber e conhecimento e na promoção da formação em competências empreendedoras no ensino básico e secundário/profissional.

Na área da mobilidade e fixação dos jovens será dinamizada a experiência do contato com outras localidades através do projeto Bento de Góis e a criação de um projeto de mobilidade dentro da Região que possibilite a ocupação de tempos livres noutra Ilha dos Açores e ainda a manutenção do Cartão Interjovem, que será alvo de uma reformulação de gestão e operacionalização que será efetivada na campanha em 2022.

No Associativismo e Voluntariado, será reforçado o apoio às Associações Juvenis através do Sistema de Incentivo ao Associativismo Juvenil, o qual será alvo de análise e proposta de reformulação para atender às reais e atuais necessidades das Associações Juvenis. Será ainda incrementado o espírito de voluntariado através de um projeto em parceria com a Região Autónoma da Madeira e da dinamização de uma Bolsa de Voluntários Regionais. Está previsto ainda o apoio à melhoria de infraestruturas e equipamentos das associações de jovens.

De forma a potenciar o empreendedorismo e autoemprego, está prevista a preparação de um concurso e mostra de empreendedorismo do ensino secundário/profissional; a preparação de um Encontro Regional de Jovens Empreendedores (Acores Summit); a implementação do projeto Jovens + - Empreendedorismo Social, o qual será revisto para alargar o âmbito da sua ação; será desenhada e debatida a criação do Gabinete do Jovem Empreendedor; a execução do programa OTL – Ocupação de Tempos Livres, reformulando a sua regulamentação para responsabilizar as entidades recetoras por uma mentoria adequada e, por fim, a execução do “Entra em Campo”.

Numa época global e globalizante, a estratégia para a juventude deste Governo também terá como desígnio a capacitação dos jovens em competências digitais, através do apoio a projetos de criação de espaços formativos e de apoio nas áreas da tecnologia de comunicação e informação. Será preparado um projeto de sensibilização e intervenção ambiental, indo ao encontro do preconizado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No que concerne à promoção da criatividade e inovação, serão apoiados projetos de desenvolvimento de competências criativas e lançado o projeto “CriAcores”, que tem como objetivo a divulgação e criação artísticas e culturais.

Serão ainda desenhadas conferências e fóruns de e para jovens, haverá um reforço na estratégia de comunicação e informação, delineando um plano de marketing digital e dar-se-ão por concluídas as obras de requalificação do Serviço de Atendimento ao Jovem e Serviços da Direção Regional da Juventude.

As políticas de juventude contarão com um aporte reflexivo sobre as dinâmicas dos jovens, com base em estudos e respetivo tratamento estatístico, através do Observatório da Juventude dos Açores, operacionalizado por um contrato programa com a Universidade dos Açores e a Fundação Gaspar Frutuoso.

◆ *Qualificação Profissional e Emprego*

O XIII Governo Regional dos Açores utilizará todos os instrumentos de política económica e social de que dispõe para ajudar a proteger os trabalhadores, diminuir o desemprego e atenuar as consequências socioeconómicas negativas da pandemia Covid-19 na Região Autónoma dos Açores.

Numa primeira fase, a Região irá atuar através das suas políticas públicas no sentido de prosseguir com a estratégia que permita, por um lado, minimizar dificuldades e, por outro, colmatar necessidades de forma a ultrapassar os desafios que o contexto económico e social, em transformação constante, impõe.

Contudo, é necessário, o quanto antes, centrar esforços no lançamento e concretização das bases de um novo paradigma de desenvolvimento baseado na tecnologia, no conhecimento, na transição digital, na economia verde e azul, na formação, mas, acima de tudo, na qualificação dos açorianos, e que se materialize em grandes linhas de orientação com enfoque no combate à precariedade, na promoção da empregabilidade jovem, na redução do desemprego de longa duração e no investimento na Qualificação e Formação dos açorianos.

Nesse sentido, torna-se imprescindível investir na formação profissional em áreas que obedeçam a uma estratégia regional de ajustamento entre as necessidades atuais e futuras do mercado de trabalho com os interesses e vocações dos jovens, sendo por isso fundamental fomentar uma auscultação dos parceiros sociais, escolas profissionais e entidades formadoras, sem esquecer que será necessário dotar a formação profissional na Região de elevada competência técnica, recorrendo, para isso, a formadores especializados e infraestruturas adequadas e devidamente equipadas.

Perspetivando-se um horizonte temporal de 10 anos, promover-se-á, no âmbito da Formação Profissional na Região, o Fórum Regional da Qualificação Profissional, que juntará as Escolas Profissionais, responsáveis pela educação, representantes da sociedade civil, desde logo, o Conselho Económico e Social, as autarquias locais e outros agentes do ecossistema da educação, formação, emprego e economia, para projetar a nossa ambição para o futuro neste domínio e, de um modo mais geral, para o futuro da qualificação dos açorianos.

Por outro lado, é também importante adotar incentivos e apoios aos jovens das vias profissionalizantes e aos adultos para a prossecução de estudos, através de uma articulação robusta com o ensino superior politécnico e universitário, a par dos incentivos à cooperação das instituições de ensino superior com a Administração Pública e as empresas.

No sentido de acompanhar esta nova dinâmica de mudança, promover-se-á uma abordagem pioneira respeitante à formação profissional, com o objetivo de tornar o percurso formativo mais atrativo e adaptado à era da modernização digital, assim como se abordarão novos métodos que sejam mais vantajosos também para as nossas empresas, contribuindo para que estas disponham de mão de obra qualificada de que necessitam para enfrentar os desafios futuros.

Neste domínio, a estratégia definida prevê a criação de um Centro de Educação e Formação de Adultos, impulsionador do ensino DUAL na Região, refundando e revitalizando a Escola Profissional das Capelas, com o objetivo de desenvolver as políticas de formação de ativos da Região. A introdução do ensino DUAL permitirá que a formação profissional seja realizada em contexto de trabalho mais intensivo, possibilitando que, após a conclusão da formação, o formando seja capaz de assumir uma atividade profissional qualificada.

A qualificação e a formação dos açorianos são tidas como vetores essenciais na capacitação enquanto forma de potenciar a empregabilidade, validando, igualmente, soluções eficientes e eficazes perspetivando, sempre, o aumento das habilitações dos açorianos, concretamente, por via do enfoque na certificação de formadores, numa bolsa regional de formadores, na certificação de entidades formadoras e, ainda, na certificação profissional.

O emprego que todos desejam é fator que consolida a família e estrutura a sociedade, assumindo, atualmente, maior relevância, atendendo ao contexto pandémico que se vive nos Açores e no mundo.

Ultrapassar a situação atual implica e implicará, a médio prazo, uma robusta recuperação económica e social, visando, numa primeira fase, a manutenção do emprego e posteriormente a criação líquida de postos de trabalho.

A economia privada tem de produzir mais emprego. É necessário unir os esforços, do governo, das autarquias, das empresas, das escolas profissionais, para se vencerem os desafios da formação e da empregabilidade, através por exemplo da cooperação técnico-financeira.

As orientações estratégicas passam, também, pela promoção do emprego, destinado a incluir pessoas em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho, visando responder a problemas específicos de emprego, como são o conjunto de medidas integrantes do Mercado Social de Emprego e de outros programas em execução.

A integração dos jovens no contexto laboral é crucial, e nesse sentido continuar-se-á a aprofundar os programas de incentivo à sua empregabilidade. Neste particular, é igualmente importante promover a inclusão dos que não estudam, não trabalham e não frequentam

formação pela melhoria da pertinência do ensino e da formação orientados para o mercado de trabalho.

Na promoção de políticas ativas de emprego, será introduzida uma diferenciação positiva na promoção do emprego dos jovens e desempregados de longa duração, contemplando novos e diferenciados incentivos.

O Plano Regional de Emprego, que se irá reformar, assume particular importância enquanto meio que visa reforçar as estratégias para a empregabilidade, sendo, pois, um instrumento que será atualizado e ajustado às novas condições do mercado.

*Um futuro mais digital e ecológico no seio
da sociedade do conhecimento*

◆ **Competitividade Empresarial e Empreendedorismo**

O desenvolvimento económico dos Açores, a criação de emprego e a fixação das populações passam necessariamente pelo investimento privado. Neste âmbito, os sistemas de incentivos ao investimento privado constituem um instrumento fundamental de política económica, facilitando a adequação do tecido produtivo a uma maior concorrência interna e externa, através da obtenção de ganhos de produtividade e de competitividade, acelerando o processo de ajustamento da economia regional em direção a novos perfis de especialização.

O desenvolvimento das áreas de especialização inteligente baseadas no potencial regional fortalece o desempenho da inovação e fomenta a produtividade. Neste sentido, a prioridade do investimento deve visar a melhoria das aptidões de investigação e inovação e a absorção de tecnologias avançadas, fomentando a complementaridade e compatibilidade com outros instrumentos, como o Programa Horizonte Europa, como ferramenta para aumentar a cadeia de valor acrescentado, melhorar os índices de inovação nas empresas e desenvolver tecnologias de transição para uma economia neutra em carbono. Estes investimentos devem ser acompanhados do reforço da cooperação entre investigação pública e privada, com uma ativa transferência de conhecimento e tecnologia, a par da mobilidade de recursos humanos qualificados entre universidades, instituições de investigação e desenvolvimento, centros tecnológicos e empresas.

As competências digitais e a utilização de tecnologias digitais por parte das empresas regionais permanecem baixas. Há que promover a inclusão digital e, em particular, a aquisição e o desenvolvimento de competências digitais e tecnológicas em informação e comunicação orientadas para o mercado, através do apoio à integração de tecnologias digitais em negócios e processos produtivos de micro, pequenas e médias empresas, a par da promoção do aumento

da gama de serviços digitais prestados (*e-government, e-procurement, e-inclusion, e-health, e-learning, e-skilling, e-commerce*).

A predominância no tecido económico regional de micro e pequenas empresas afeta a capacidade de inovação e a produtividade. Os níveis de internacionalização das empresas portuguesas e açorianas são relativamente fracos. Existem necessidades de investimento para melhorar o crescimento e a competitividade das micros, pequenas e médias empresas (PME) para permitir que estas cresçam, criem empregos, se internacionalizem e promovam uma transformação industrial neutra em termos climáticos. Há que incentivar o ecossistema empreendedor, o networking, as novas ferramentas de marketing, o fortalecimento de competências nas áreas de gestão e financeira, a partilha de conhecimento entre setores e fronteiras nacionais, facilitar o acesso ao crédito e ao capital próprio e melhorar a consciencialização sobre as oportunidades de financiamento disponíveis e serviços avançados de negócios para pequenas e médias empresas.

Por outro lado, é necessário um esforço para se atingirem as metas estabelecidas de descarbonização a longo prazo, para 2030 e 2050. As necessidades prioritárias de investimento passam por promover medidas de eficiência energética e energia renovável e, em particular, melhorar a eficiência energética nas PME, apoiando a transição para a utilização de energias renováveis, de sistemas de energia inteligentes e soluções de armazenamento.

É imperativo promover a transição para a economia circular, favorecendo práticas, ações e comportamentos sustentáveis para aumentar a eficiência dos recursos das micros, pequenas e médias empresas.

No âmbito da política de incentivos, o período em causa coincide com o arranque do novo quadro 2021-2027, que, por via da situação de emergência vivida nos últimos meses devido ao surto pandémico Covid-19, encontra-se ainda em negociação, estimando-se que no início do segundo trimestre de 2021 seja dado seguimento à negociação do Acordo de Parceria entre a UE e Portugal, para que sejam admitidas candidaturas ainda no decorrer deste ano.

Após a entrada em vigor do Programa Operacional dos Açores para o novo período de programação, proceder-se-á à revisão do Sistema de Incentivos para a Competitividade

Empresarial, Competir+, adequando-o às prioridades que vierem a ser estabelecidas na sequência do Acordo de Parceria e Programa Operacional Regional, promovendo-se assim de forma rápida a transição entre períodos.

Na sequência da reformulação e atualização da legislação comunitária enquadradora dos Auxílios de Estado, promover-se-á, de forma atempada e ponderada, a revisão da política de incentivos ao investimento privado na Região. Dar-se-á continuidade a diversas iniciativas conducentes à redução dos custos de contexto, designadamente ao nível da simplificação dos procedimentos inerentes aos sistemas de incentivos. Serão igualmente desenvolvidas e apoiadas iniciativas que promovam a inovação, a qualidade e a competitividade, em parceria com as associações empresariais e outras entidades de investigação e desenvolvimento tecnológico da Região.

Atendendo que para o desenvolvimento económico de uma região é essencial a existência de uma sociedade dinâmica e empreendedora, serão dinamizadas diversas iniciativas com o objetivo de desenvolver o espírito empreendedor junto dos jovens, as quais pretendem incrementar uma cultura empresarial, baseada no conhecimento e na inovação.

Dar-se-á continuidade à concessão de apoios no âmbito do microcrédito, promovendo a integração no sistema económico de pessoas em situações de desfavorecimento social, contribuindo deste modo para uma maior coesão económica e social. O microcrédito define-se como um financiamento, de baixo montante, dirigido a pessoas que não encontram resposta no mercado de trabalho e que querem criar o seu próprio emprego ou pequeno negócio. Constitui um instrumento cada vez mais utilizado no combate à pobreza. O microfinanciamento já provou a sua importância em muitos países, como forma de combater a pobreza e a exclusão social.

Estas políticas integram-se numa gestão eficiente e eficaz de fundos europeus, em estreita articulação com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, com a Comissão Europeia e com os organismos de auditoria e fiscalização nacionais e europeus. Neste período transitório, essa gestão inclui a preparação do período de programação 2021-2027, do REACT-EU e do Plano de Recuperação e Resiliência, essenciais ao desenvolvimento económico e social da Região no seio da Europa.

♦ *Agricultura e Desenvolvimento Rural*

O Plano para 2021 configura uma real perspetiva de recuperação da economia açoriana, também pela via do investimento na agroprodução de alimentos seguros, sustentáveis, nutritivos e diversificados, reconhecendo, nesta pandemia, a resiliência dos agricultores e das fileiras da agrotransformação. Principalmente, no que diz respeito à perda de rendimentos dos agricultores.

É uma evidência a quebra no preço do leite pago ao produtor e a diminuição abrupta na procura de produtos tradicionalmente comercializados para restaurantes, cafés, hotéis e destinados à venda a turistas (vinho, hortícolas, flores, frutos subtropicais, como o ananás e o chá).

O planeamento documental para 2021, atribui à transferência de conhecimento, a novos métodos agroprodutivos e aos mercados, uma visão de compromisso entre todos.

O Plano assegura vários desafios, mas simultaneamente garante várias oportunidades. Neste sentido, a política para o agrorural açoriano nos próximos anos assenta numa visão de futuro, orientada para uma estratégia produtiva onde se pretende ter uma agricultura saudável, sustentável, de preços justos e inclusiva.

O setor primário nos Açores, assume uma expressão económica, social e territorial de grande relevância para a coesão regional, que marca a identidade de cada uma das nossas ilhas e o mérito das suas gentes.

Objetivamente, torna-se necessário diminuir a dependência alimentar exterior, melhorar a qualidade dos alimentos pela vertente nutritiva, procurar novos mercados e publicitar a sustentabilidade agroalimentar e o bem-estar animal na pecuária.

Em paralelo, serão avançadas medidas para fixar a população na agricultura e promover a agricultura familiar, valorizar a pequena e média escala da economia agrícola, melhorar o consumo local dos produtos locais, pugnar pela transparência das relações comerciais entre produção, transformação e distribuição, articular a investigação científica, a experimentação, a formação e a informação com a agricultura e desenvolver a agroindústria.

O investimento no “Relançamento Económico da Agricultura Açoriana” será executado no período 2021-2026, tendo por base planos de ação específicos para a inovação, vertidos em Planos Estratégicos Setoriais para as fileiras do leite e da carne e as fileiras das produções diversificadas.

Convém aqui constatar que a produção de leite nos Açores representa o nosso “Bilhete de Identidade”, pelo que tem de receber uma atenção concreta.

Os fundos comunitários, neste período de transição, devem continuar a apoiar o investimento nas explorações agropecuárias, na sua modernização e reestruturação e garantir o apoio direto aos agricultores. De todas as políticas de apoio europeu, importa referenciar o POSEI, que na sua génese de princípios e valores, é muito mais do que um programa de apoio à agricultura açoriana; é, acima de tudo, um meio de reconhecimento da equidade e da solidariedade da União Europeia para com as Regiões Ultraperiféricas. O POSEI assegura a “dimensão ultraperiférica” e, como tal, consagra esta dimensão geográfica.

O POSEI, é sobretudo, a realização política, institucional e jurídica do Estatuto de Região Ultraperiférica vertida no artigo 349.º do Tratado da União Europeia.

Neste âmbito, este documento previsional, incorpora o POSEI num verdadeiro Estatuto de Região Ultraperiférica, ligando-o ao despovoamento e ao envelhecimento das populações, à imprescindibilidade de se fixar jovens e à urgente criação de emprego privado.

Estas preocupações obrigam a uma abordagem de iniciativas inteligentes, internas e de criatividades externas, num contexto de sustentabilidade do território, com responsabilidade para todos nós.

O investimento público está presente no plano, nas infraestruturas rurais (caminhos, água e luz) e de agrotransformação.

Toma especial ênfase no Plano, uma atitude de compreensão da agricultura em cada ilha, na ótica da especificidade e da complementaridade regional agroprodutiva.

◆ *Assuntos do Mar*

As políticas adotadas para o Mar dos Açores no Plano do Governo de 2021, centram-se numa visão estratégica de promoção de um oceano saudável, no combate às alterações climáticas e no restauro de ecossistemas, bem como no fomento ao emprego e a uma economia azul circular e sustentável. Estas políticas vão ao encontro da Estratégia Nacional para o Mar, bem como da concretização das diretrizes europeias que resultam da Política Marítima Integrada da União Europeia e na consolidação formal de uma estratégia regional para o mar dos Açores.

O Governo Regional dos Açores dará seguimento às políticas de conservação da biodiversidade e dos ecossistemas marinhos, nos termos do regime jurídico que lhes são aplicáveis a nível regional, da Diretiva-Quadro Estratégia Marinha (DQEM), das Diretivas Aves e Habitats da Rede Natura 2000 (RN2000) e da Diretiva Quadro da Água (DQA), bem como ao desenvolvimento de políticas setoriais de âmbito regional, como o Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Açores, Plano Regional para as Alterações Climáticas e o Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, entre outros compromissos assumidos pela Região Autónoma, a diversos níveis (regional, nacional e europeu).

Neste âmbito, destaca-se o projeto LIFE IP AZORES NATURA, que terá execução este ano, criado com o objetivo de obter um contributo significativo para a conservação de espécies e habitats, protegidos pelas Diretivas Habitats e Aves, classificados pela Rede Natura 2000, no território marítimo da Região. Tendo em conta a dimensão e complexidade deste projeto, revela-se necessário assegurar a contratação de serviços especializados e de consultoria para o cumprimento de tarefas específicas a desenvolver para o cumprimento do referido projeto.

O ano de 2021 será determinante para a preparação das intervenções no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2021-2027, não só nas áreas da proteção, resiliência e valorização da orla costeira regional, da proteção da biodiversidade marinha, do ordenamento do espaço marítimo e da economia azul sustentável, como também no que respeita à criação de instrumentos fundamentais para a execução de apoio ao setor do mar, nomeadamente no âmbito da pesca e da aquicultura, concretizáveis no próximo quadro comunitário de apoio, no âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, cuja negociação e respetiva implementação serão acompanhadas pelo atual Governo, no superior interesse da Região.

Com a aprovação do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional – Açores (PSOEMA) e o recente reforço das competências da Região Autónoma dos Açores em matéria de Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional, torna-se prioritário, enquanto elemento estruturante para desenvolver e potenciar, de forma sustentável, a economia do mar, através do desenvolvimento de procedimentos eficientes de licenciamento de usos privativos do espaço marítimo.

Este plano deverá contar com o apoio de projetos internacionais, já aprovados no âmbito de instrumentos financeiros comunitários, nos quais a Região, através da Direção Regional dos Assunto do Mar, é parceira (PLASMAR +, MARCET II, INTERTAGUA, OCEANLIT, MISTC Seas III, SMART BLUE F, LIFE-IP Azores Natura, LIFE-IP CLIMAZ e RAGES). Dá-se, assim, continuidade aos trabalhos de conservação da biodiversidade, gestão ambiental marinha, ordenamento do espaço marítimo e costeiro e promoção da economia do mar.

Serão, igualmente, criados mecanismos eficazes de ordenamento do espaço marítimo, que permitam a tramitação administrativa de processos de licenciamento de uma forma eficiente e desburocratizada, esperando que essa simplificação venha a facilitar a submissão de novas candidaturas para a utilização privativa do espaço marítimo da RAA. Neste sentido, será de grande importância continuar com o desenvolvimento e atualização do geoportal SIGMAR Açores, com o intuito de disponibilizar cada vez mais informação relevante e garantir a criação de mecanismos eficazes de ordenamento do espaço marítimo.

Com grande expressividade no total do investimento imputado a 2021, está a Gestão e requalificação da orla Costeira, onde foi identificado um número significativo de zonas costeiras consideradas de risco que serão intervencionadas, de acordo com o Plano de gestão, requalificação, estabilização e de proteção costeira. Foram, igualmente, consideradas verbas com o intuito de responder a estragos imprevisíveis resultantes de intempéries e outras situações extraordinárias.

Quanto à proteção, conservação e reabilitação das zonas balneares costeiras, privilegiar-se-á a cooperação com as entidades gestoras de zonas balneares em todas as ilhas, apoiando técnica e financeiramente as ações que visem melhorar o usufruto, em segurança, da prática balnear, através da valorização e requalificação das infraestruturas associadas aos espaços, bem como o

desenvolvimento de projetos europeus em curso, tais como o projeto ABACO, assente na melhoria da qualidade das areias e águas balneares. A monitorização da qualidade das águas balneares será mais abrangente, incluindo-se novos locais de amostragem. Estimular-se-á a formação de nadadores-salvadores, comparticipando-se financeiramente os custos de formação. Com esta medida pretende-se o incremento de zonas balneares vigiadas e, consequentemente, mais seguras para os utentes.

Um dos pontos fulcrais do estímulo de crescimento da economia azul e da promoção de emprego qualificado e certificado na região assenta na concretização dos eixos de ação estratégica de gestão da Escola do Mar dos Açores (EMA), a saber:

- Concretizar a criação formal do Estabelecimento de Ensino Profissional “Escola do Mar dos Açores” (EMA);
- Garantir a execução dos devidos processos de certificação da EMA (junto da DGRM e do ISN), com vista ao estabelecimento de condições do seu pleno funcionamento;
- Iniciar a atividade formativa (Formação Contínua de Ativos e Formação Profissional de Dupla Certificação).

Desta forma, será garantida a disponibilização de oferta formativa direcionada para as necessidades do mercado de trabalho, na promoção de emprego qualificado e de captação de jovens para as profissões em setores tradicionais e emergentes da economia do mar.

Como ação prioritária em 2021, será promovida a cooperação dos serviços responsáveis pelos assuntos do mar com os Parques Naturais de Ilha (PNI), apostando-se na formação com o objetivo de qualificar os recursos humanos dos PNI das áreas marinhas protegidas que compõem esses parques e no desenvolvimento de ações de valorização e gestão dos PNI, através do fomento e promoção de atividades marítimo-turísticas não extrativas e de investigação. Para além desta cooperação com os PNI, os assuntos do mar serão dotados com meios próprios para efetivar de forma mais completa e eficaz as boas práticas da administração pública.

♦ *Pescas e Mar*

O Plano Regional para 2021 prevê para o setor das Pescas e Aquicultura a introdução de padrões de governação baseados no conhecimento, na inovação e na qualificação, usando-os como motores de desenvolvimento, sustentabilidade e valorização dos recursos haliêuticos e das zonas costeiras. Neste sentido, a política regional terá como metas, para além do reforço do crescimento de uma economia azul, a manutenção e criação de emprego, através da capacitação dos ativos da pesca e do aumento do rendimento do setor, a valorização dos produtos da pesca e a melhoria das condições de trabalho dos pescadores, nomeadamente, através do investimento em infraestruturas e equipamentos de apoio à pesca, tendo sempre por base a adaptação do esforço de pesca aos recursos existentes, a segurança dos ativos da pesca e a proteção dos ecossistemas marinhos.

Neste contexto, serão desenvolvidas diversas iniciativas, no que respeita à promoção de uma pesca e uma aquicultura ambientalmente sustentáveis e eficientes, em termos sociais e económicos. Conscientes que a viabilidade económica e a competitividade do setor das pescas pressupõem a definição de estratégias que tomem em consideração o estado dos recursos, única via para garantir a exploração sustentável, a Região dá prioridade à avaliação científica dos recursos alvo das diferentes pescarias, com eventual adaptação da frota e das artes utilizadas aos recursos existentes, salvaguardando sempre a componente social e económica do setor. No que à aquicultura diz respeito pretende-se apoiar a criação de instalações adequadas à exploração de culturas aquícolas, abrindo portas aos investidores e identificando áreas com potencial para o exercício da atividade.

Uma das áreas de intervenção previstas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para o setor é a do desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores". Da avaliação feita a nível regional, relativa à capacidade instalada em matéria de investigação e inovação nas áreas das ciências do mar, foi possível identificar necessidades urgentes de investimento a dois níveis:

- infraestruturas científicas e tecnológicas;
- número e qualificação dos recursos humanos dedicados à investigação na área das ciências do mar a trabalhar com e nas instituições e empresas regionais.

Neste seguimento, no âmbito do PRR para o desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores", estabelecem-se os seguintes objetivos específicos:

- Assegurar a substituição do navio de investigação "Arquipélago" por uma plataforma moderna com altos padrões tecnológicos em termos de capacidades e de equipamentos e com elevado desempenho energético;
- Assegurar a criação de um centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao Mar (Tecnopolo MARTEC), partilhável com as instituições do SCTA e as empresas, indutor de I&D em áreas tradicionais e emergentes, como as áreas das pescas e produtos derivados, da aquicultura, da biotecnologia marinha, dos biomateriais e recursos minerais, ou, das tecnologias e engenharias marinhas;
- Assegurar a criação de instalações adequadas à exploração de culturas aquícolas;
- Dotar as autoridades regionais com competências no meio marinho, para que estas possam exercer de forma efetiva a sua função de autoridade ambiental (DRAM) ou o estabelecimento e execução de políticas de pescas (DRP), através da criação de meios técnicos e infraestruturas que permitam a execução destas tarefas.

Importa referir que está previsto, para 2021, o lançamento dos procedimentos de contratação pública exigidos, com a finalidade de dar início à construção do novo navio de investigação, bem como a construção do Tecnopolo MARTEC.

Serão, igualmente, desenvolvidos diversos projetos aprovados no âmbito do Programa de Cooperação INTERREG, nomeadamente a execução do projeto PLASMAR+, que visa contribuir para o avanço do processo de Ordenamento do Espaço Marítimo nos arquipélagos da Macaronésia e para apoiar o desenvolvimento sustentável do crescimento azul, bem como a execução do projeto OCEANLIT, que visa reduzir os resíduos marinhos ajudando desta forma à conservação e recuperação dos espaços naturais protegidos costeiros e oceânicos em arquipélagos insulares.

Paralelamente, será dada continuidade aos programas de monitorização das diferentes pescarias praticadas na Região, protocolados com o IMAR (Açores), nomeadamente o Programa

de Observação das Pescas dos Açores (POPA), o cruzeiro anual de monitorização das espécies demersais (ARQDAÇO), o programa de monitorização do Banco CONDOR e o programa de monitorização e gestão dos recursos costeiros (MoniCo). Serão também promovidos estudos de diagnóstico socioeconómico e demográfico dos ativos da fileira da pesca respondendo, deste modo, aos objetivos de sustentabilidade ambiental, económica e social, prosseguidos pela Região. Pretende-se ainda apoiar a monitorização da qualidade organolética e níveis de contaminação dos produtos da pesca.

Quanto à execução na Região do Programa Nacional de Recolha de Dados (PNRD), está em curso o Programa Plurianual para o biénio 2020-2021 que inclui, à semelhança dos programas anteriores, a recolha de dados morfológicos e biológicos das principais espécies que ocorrem na Região, bem como a monitorização da pesca (comercial e lúdica), em terra e no mar.

Destaca-se que toda a informação recolhida no âmbito destes programas garantirá a produção do conhecimento necessário para apoio à decisão e aos compromissos e metas europeias estabelecidas no âmbito da conservação do bom estado ambiental, bem como a elaboração dos planos de gestão para as espécies de maior interesse comercial ou unidades populacionais em risco.

Continuar-se-á a valorizar o nosso pescado através da sua diferenciação, que reside não só na forma artesanal como é capturado, mas também na sua qualidade alimentar. A dignificação da atividade e a valorização do capital humano de suporte à pesca, através da sua formação e qualificação, será também uma prioridade.

Por forma a garantir a melhoria contínua do desempenho organizacional e o acesso generalizado à informação, será disponibilizada, numa plataforma on-line georreferenciada, toda a informação oficial da pesca, bem como o acesso on-line a todos os formulários em uso.

Estas políticas de governação do oceano, assentarão num trabalho de cogestão, articulando os interesses das diversas instituições e setores, e de responsabilização de todos os atores da fileira da pesca.

Destaca-se ainda que para a concretização de políticas de gestão sustentável dos recursos da pesca, é necessário reforçar a fiscalização e controlo das medidas existentes, pelo que se deverá

apostar no aumento de meios materiais, tecnológicos e humanos, que permitam que este controlo seja eficaz.

◆ *Ciência, Tecnologia, Inovação e Transição Digital*

O conhecimento, a qualificação e a inovação são fatores fundamentais do desenvolvimento das sociedades modernas, do crescimento económico sustentado, do bem-estar social, da riqueza e do progresso das regiões.

O impacto que a investigação, a transferência de conhecimento, a tecnologia e a inovação exercem nas empresas e noutras instituições de diversa natureza e, consequentemente, nas economias dos países e nas suas várias regiões é, hoje em dia, incontestável e incontornável.

O desempenho em inovação, resultante de atividades de transferência de tecnologia e da aplicação dos resultados da investigação fundamental e aplicada no tecido empresarial é, assim, um fator decisivo na competitividade de empresas e na criação de modelos de desenvolvimento sustentável, assentes na produção e apropriação do conhecimento por todos os setores da sociedade.

O grande desafio é, pois, reforçar a capacidade de as entidades regionais materializarem a investigação em efetiva inovação, sendo a produção de conhecimento científico e tecnológico, bem como o incremento da intensidade das atividades de transferência e cocriação desse conhecimento, aspetos fundamentais a ter em conta nas dinâmicas de desenvolvimento e progresso.

Nesse sentido, torna-se essencial definir e implementar uma estratégia concertada e integrada, em termos de políticas públicas e fontes de financiamento “multifundo”, que seja capaz de promover uma efetiva interligação e convergência entre a ciência, a tecnologia, a inovação e o empreendedorismo, sinergicamente agregando, otimizando e sistematizando ações, iniciativas e medidas que potenciem a envolvimento dos vários atores do sistema de investigação, desenvolvimento e inovação (ID&I).

Neste contexto, releva igualmente o papel das infraestruturas de ciência e tecnologia, designadamente dos Parques de Ciência e Tecnologia (PC&T) e a sua ação no estabelecimento de redes, de relações colaborativas e de processos de eficiência coletiva, com o intuito de criar as condições para a promoção de uma cultura de inovação, empreendedorismo e de competitividade.

Os PC&T são ambientes propícios ao ecossistema de inovação, à criação de sinergias e aproximação dos centros de conhecimento do setor produtivo, ao desenvolvimento da capacidade de investigação aplicada, ao incremento de atividades de transferência de conhecimento, ao desenvolvimento de inovações técnicas, de novos processos ou ideias, e ainda de empresas de base tecnológica, permitindo, através da proximidade e uso intensivo de tecnologias, otimizar o estreitamento de relações colaborativas entre os diversos atores.

O dinamismo já verificado no âmbito das atividades dos PC&T, por um lado, e a apresentação, por parte das empresas, de cerca de duas dezenas de projetos de ID&I em contexto empresarial, no eixo 1 do atual programa operacional, incluindo interações e parcerias com institutos, cooperativas e laboratórios regionais e Universidade, por outro, revelam já uma dinâmica interessante e prometedora no incremento do ecossistema de investigação e inovação regionais.

A transição e transformação digital têm um papel crucial e transversal nas atuais sociedades. No âmbito de um processo de modernização administrativa, por exemplo, este processo decorre por via da reorganização das suas estruturas, para otimizar os recursos, ou por via da definição de ferramentas de gestão estratégicas, fundamentais para operar uma visão transversal e vertical dos objetivos estratégicos e específicos.

Os trabalhadores da Administração Pública Regional, que operam e promovem os serviços que prestam, bem como os cidadãos e empresários que recorrem a esses mesmos serviços, desempenham ambos um papel motriz no processo de evolução da sociedade.

A qualificação destes utilizadores é um dos mais importantes desafios sociais que urge resolver. A capacidade de compreender e saber utilizar as tecnologias digitais é, hoje em dia,

conditio sine qua none para que qualquer processo de otimização, melhoria, recuperação e reforço da resiliência seja bem sucedido.

Entende-se que a transição e transformação digital é um dos pilares neste processo de evolução. Por outro lado, a capacidade interna para identificar e caracterizar as deficiências é um dos primeiros passos que dará à Administração Pública Regional a capacidade para desenhar as suas soluções, na medida das reais necessidades dos seus utilizadores. No limite, esta falta de capacidade criará, naturalmente, uma dependência de terceiros no que toca ao planeamento, desenho, desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação que suportam as atividades das entidades da Administração Pública Regional, descurando o real foco: as necessidades dos cidadãos e empresários.

Mas a transição e transformação digital não se manifesta apenas na capacitação das pessoas e das empresas, ou na otimização dos processos e na desmaterialização dos serviços. Esta é, fundamentalmente, uma mentalidade, uma forma de estar no dia-a-dia. A transparência, apoiada numa cultura de partilha e de melhoria constante, são fatores cruciais para a geração de valor na sociedade. Os dados que são produzidos diariamente, quando devidamente analisados e desprovidos de um sentido de posse, são peça charneira para a adoção de uma postura mais aberta, recetiva à experimentação, à partilha e à tomada de decisão fundamentada, respondendo às reais necessidades da sociedade.

Por fim, a dispersão de sistemas de informação que suportam os serviços prestados pelas entidades da Administração Pública Regional impede o desenvolvimento de uma filosofia baseada na interoperabilidade, modularidade e abstração, que são sinónimo de uma eficaz e eficiente otimização dos recursos disponíveis. No limite, esta dispersão impede a mudança de paradigma, de uma Administração Pública Regional reativa, para uma que seja proativa e, mais tarde, para a implementação de uma Administração Pública Regional “Seameless”, em que a sua presença não é notada, no entanto, estando lá, resolvendo e dando resposta às necessidades de todos e de cada um de nós.

♦ *Ambiente e Alterações Climáticas*

Perante o cenário de emergência climática que o planeta atravessa, assume particular importância a concretização das medidas de adaptação e mitigação estabelecidas no Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), num processo contínuo de acompanhamento, que implicará a clarificação dessas medidas, bem como a criação de métricas para a avaliação do sucesso da sua implementação.

Perspetivando o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica em 2050, impõem-se políticas e medidas nos vários setores com vista à redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), conducentes a uma economia competitiva e de baixo carbono, em conformidade com o previsto no Acordo de Paris e no Pacto Ecológico Europeu. Neste âmbito, perspetiva-se a implementação de projetos e estratégias de sequestro de carbono da atmosfera, como sejam a criação e implementação de novos planos e projetos de florestação na Região ou a recuperação das zonas de turfeira.

Ainda em termos de ação no âmbito do combate às alterações climáticas, encontram-se as medidas de transição energética que passam pelo reforço da aposta na produção de energias renováveis, que, para além de incluir investimentos em projetos públicos, contempla, ainda, o incentivo à microprodução para famílias e empresas, a promoção da mobilidade elétrica, a atribuição de benefícios fiscais para aquisição de veículos elétricos e a expansão e densificação da rede pública de pontos de acesso para carregamento.

No que concerne à informação e ao conhecimento público referente aos fenómenos associados às alterações climáticas, promover-se-á a implementação do Plano de Comunicação e Capacitação para as Alterações Climáticas – 2021/2023, criando condições para o aumento da resiliência por via da sensibilização para a importância da adoção de comportamentos adequados.

Neste âmbito, procurando medidas eficazes que promovam a resiliência perante o fenómeno das alterações climáticas, promover-se-á, ainda, o desenvolvimento de estudos de previsão e avaliação dos impactos da subida do nível médio da água do mar nas zonas do arquipélago mais vulneráveis, atendendo especialmente ao aumento da frequência de fenómenos climatéricos

extremos, de modo a permitir implementar sistemas de alerta numa lógica de proteção civil e de salvaguarda das populações.

Outro dos eixos ambientais em que a Região tem de progredir, e que constitui um desafio complexo, é a gestão dos resíduos. Neste particular, proceder-se-á à revisão do Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEPGRA), prosseguindo a implementação de uma estratégia que, orientada para o respeito pelo princípio da hierarquia da gestão de resíduos, defina soluções sustentáveis e eficientes que permitam alcançar as metas e compromissos assumidos.

Nesta matéria continuar-se-á a desenvolver campanhas de informação e sensibilização para a redução, reutilização e separação de resíduos, promover-se-á a melhoria dos sistemas de recolha porta-a-porta, da rede de ecopontos, ecocentros e recolha seletiva, estendendo-a a outros fluxos de resíduos, implementar-se-ão instrumentos com base na aplicação de sistemas PAYT (pay as you throw), permitindo a redução de custos com a gestão de resíduos aos cidadãos cumpridores e mais responsáveis do ponto de vista ambiental.

Dando resposta aos novos desafios europeus em termos da implementação de uma economia verde e circular, será realizada, também, uma forte aposta na promoção da recolha seletiva de bioresíduos e no combate à utilização dos produtos de uso único.

Em termos de Qualidade Ambiental será promovida a revisão do Regime Jurídico da Avaliação do impacte e do licenciamento ambiental, adaptando-se procedimentos que considerem as especificidades da Região e conformando-o com o direito europeu. Simultaneamente, proceder-se-á ao aumento da cobertura da rede de estações de monitorização da qualidade do ar existentes na Região em plataformas on-line e a disponibilização de informação pertinente ao público sobre impactos de determinados poluentes.

Ao nível da Conservação da natureza e proteção da biodiversidade, continuar-se-á a implementação de programas e mecanismos de proteção da flora e da fauna autóctone e endémica dos Açores. Para além disso, será feito um reforço da estratégia de combate à progressão e de erradicação de espécies exóticas e invasoras. Promover-se-á, também, à realização de estudos de avaliação da capacidade de carga das áreas protegidas da Região e

implementar-se-ão as cartas de desporto na natureza, como instrumentos privilegiados para a prossecução da sustentabilidade dos ecossistemas e da proteção dos recursos e valores naturais em presença, num contexto de crescente pressão turística.

◆ *Ordenamento do Território e Recursos Hídricos*

Em relação ao Ordenamento do Território serão desenvolvidos trabalhos ao nível da Implementação do Sistema de Gestão Territorial, nomeadamente na Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores, adaptação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica à Região Autónoma dos Açores e acompanhamento dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores.

No quadro da avaliação de Instrumentos de Gestão Territorial, para o ano de 2021 iniciar-se-á o processo de avaliação do Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores. No campo da revisão e alteração de Instrumentos de Gestão Territorial, serão concluídos os trabalhos de alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Jorge (POOC São Jorge), da Alteração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha da Terceira (POOC Terceira) e dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Miguel (POOC São Miguel).

No que diz respeito à implementação de Instrumentos de Gestão Territorial, proceder-se-á à implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, à implementação dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas e de outros Instrumentos de Gestão Territorial.

No âmbito da Prevenção de Riscos Naturais, prevê-se, para o corrente ano, a elaboração de Cartografia de Pormenor para Riscos de Galgamentos e Inundações Costeiras [Sedes de Concelho - escala 1:2000], a implementação do Projeto AZMONIRISK - Monitorização das Zonas de Risco dos Açores, e ainda a implementação de Sistemas de Monitorização das Instabilidades Geomorfológicas Identificadas na Ilha de Santa Maria.

Relativamente à Cartografia, Cadastro e Informação Geográfica, prevê-se a realização de Voos aerofotogramétricos em toda a Região Autónoma dos Açores, com vista à atualização da informação cartográfica de base, a aquisição de equipamento não tripulado para recolha de

imagens aéreas, a renovação do equipamento de topografia e a aquisição de estações totais e GPS geodésicos.

No que diz respeito ao Cadastro Predial, prevê-se, para 2021, a aquisição e manutenção de equipamento de apoio a trabalho de campo, nomeadamente GPS de dupla frequência RTK e GPS Geodésicos, a realizar no âmbito da implementação do Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SiRGIC).

Nos recursos hídricos, destaca-se a Alteração do Programa Regional da Água, enquanto documento estratégico, fundamental na definição das políticas públicas e privadas na gestão dos recursos hídricos, que será operacionalizada no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores (3º Ciclo) e no Plano de Gestão de Riscos de Inundações da Região Autónoma dos Açores (2º Ciclo).

É também objetivo do XIII Governo Regional proceder eficazmente à monitorização e manutenção da rede hidrográfica, nomeadamente na execução de trabalhos de limpeza e desobstrução, reparação e melhoramento desta, em ações a realizar em todas as ilhas do arquipélago da RAA. No âmbito da rede de monitorização do ciclo hidrológico, pretende-se proceder ao reforço dos equipamentos de monitorização do ciclo hidrológico e limnigráfico das águas superficiais e à instalação e manutenção da rede quantitativa das águas subterrâneas.

Na requalificação da rede hidrográfica, serão realizadas Intervenções regulares programadas em função do processo de avaliação do estado da rede hidrográfica - Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores. No grupo central, pretende-se desenvolver ações de Intervenção e planificação dos caudais das ribeiras na ilha Terceira.

♦ **Energia**

No que diz respeito à eficiência energética, o Governo dos Açores irá promovê-la na sociedade em geral e nos vários setores de atividade, com o objetivo de alcançar a racionalização do consumo de energia e a redução de custos. Esta é uma abordagem que também será feita por via de programas educativos, apostando nas gerações mais jovens, enquanto agentes de mudança, para que assumam o desígnio da liderança no processo de transição energética, com

efeito multiplicador em toda a sociedade. Será dado especial destaque ao combate à pobreza energética, em cooperação com outros departamentos governamentais, uma vez que se pretende que os mais carenciados encontrem na energia uma forma de reduzir os seus encargos, dada a forte aposta na sensibilização e educação direcionada que será proporcionada neste âmbito.

Ainda, a produção e armazenamento de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo por parte das famílias, das empresas, das cooperativas, das associações sem fins lucrativos e das Instituições Particulares de Solidariedade Social será impulsionada através da atualização e melhoria dos incentivos financeiros à aquisição e instalação de equipamentos e sistemas de produção de eletricidade, calor e águas quentes.

De referir que, a par do consumo da energia, o Governo dos Açores irá também atuar na área dos combustíveis, eletricidade e ascensores, apostando na segurança e na qualidade do abastecimento de energia, bem como na inovação dos serviços energéticos prestados aos cidadãos.

No que à mobilidade elétrica diz respeito, pretende-se provê-la através da atribuição e concessão de incentivos financeiros sob a forma de subsídio não reembolsável, perante a aquisição de veículos elétricos, bem como de incentivos não financeiros, através de uma discriminação positiva aos seus utilizadores. Serão envolvidas entidades públicas e privadas na implementação de medidas e ações que estimulem a aquisição destes veículos, nomeadamente, no estabelecimento de zonas de estacionamento reservados, estacionamento gratuito, entre outras facilidades e acessibilidades.

A mobilidade elétrica será, também, promovida por via de uma aposta na formação e educação pública, sensibilizando a comunidade para as vantagens ambientais e económicas do uso dos veículos elétricos, e capacitando os recursos humanos (mecânicos e bombeiros) para atuarem nesta área.

Ainda neste âmbito, tem-se como objetivo prosseguir com a instituição de uma ilha modelo em soluções inovadoras no âmbito da mobilidade elétrica, bem como de uma cidade modelo com o propósito de servir de exemplo tanto a nível nacional, como a nível europeu.

Assim, o Governo dos Açores vai participar ativamente nos projetos e consórcios europeus que integra, adquirindo conhecimento e investimento externo em diversas áreas em matéria de energia, nomeadamente eficiência energética, mobilidade elétrica e renováveis.

Em suma, e em matéria de energia, prosseguir-se-á no Plano Anual para 2021 uma política energética consciente, transformativa e novadora, orientada para os resultados sociais, ambientais e económicos.

◆ *Comércio e Indústria*

Durante o ano de 2021 será dada especial ênfase aos grandes desígnios previstos no Programa do XIII Governo Regional dos Açores, nomeadamente, no que se refere à desmaterialização dos processos e à simplificação de procedimentos.

Neste sentido, será apresentada uma proposta de revisão do regime de licenciamento dos estabelecimentos industriais na Região Autónoma dos Açores. Pretende-se, assim, alargar a abrangência da tipologia de estabelecimentos que fiquem enquadrados no procedimento mais simplificado. Será previsto um regime especial de localização para as pequenas unidades de produção local, dentro de determinados limites de produção. Pretende-se, do mesmo modo, a eliminação das taxas referentes à instalação de novos estabelecimentos, bem como à modificação e ampliação das indústrias existentes.

No âmbito das medidas destinadas a combater os impactos negativos resultantes da Covid-19, deverão ser promovidas alterações a programas de Apoio à Restauração e Hotelaria para a Aquisição de Produtos Açorianos. Serão reforçadas as taxas de comparticipação previstas neste programa de apoio, passando para 25% na aquisição de produtos com o selo “Marca Açores” por parte dos restaurantes. Já os produtos abrangidos por denominações de reconhecimento comunitário, bem como o artesanato certificado dos Açores, a taxa de comparticipação passará para 35%. Será também alargado o montante máximo anual do apoio financeiro por estabelecimento que era fixado em 5.000 euros. O valor máximo anual do apoio financeiro por estabelecimento será fixado em 7.500 euros, traduzindo num reforço de 50% relativamente ao montante anteriormente estabelecido. Com esta ajuda adicional procura-se apoiar o setor da

restauração e o setor produtivo e, paralelamente, pretende-se estimular a utilização e incorporação de produtos açorianos, em especial os que detêm o selo “Marca Açores” na gastronomia açoriana, contribuindo para uma mais fácil recuperação desta atividade.

A “Marca Açores” tem assumido um papel importante na promoção e valorização dos produtos açorianos nos mercados interno e externo. Pretende-se incrementar e valorizar a “Marca Açores”, de forma a que todos os produtos e serviços tragam um valor acrescentado, reforçando o seu posicionamento no mercado, alavancado numa estratégia de marca e em plataformas logísticas e digitais apropriadas, com mais valias mais significativas para as empresas.

Dar-se-á início a um processo de análise estratégica da “Marca Açores”, identificando os fatores diferenciadores e que possam maximizar a sua notoriedade, mas também as mais valias associadas e os benefícios para as empresas que ostentam o selo desta marca de referência nos seus produtos e serviços.

Assumem especial importância os projetos dirigidos à produção de bens transacionáveis, inseridos em cadeias de valor associadas a recursos endógenos. Neste particular, será dada especial atenção ao Subsistema de Incentivos para a Internacionalização, particularmente à medida Acesso aos Mercados, que contempla apoios financeiros visando facilitar o encaminhamento dos produtos regionais para fora da Região e ao nível do comércio intrarregional. Esta medida permitirá melhores condições de penetração e posicionamento das empresas açorianas no mercado global, numa lógica de transversalidade a todos os setores de atividade e de compensação dos custos adicionais decorrentes da condição ultraperiférica dos Açores.

De forma complementar a estas medidas de apoio ao funcionamento das empresas, aprofundar-se-á a cooperação com o tecido empresarial e com as associações empresariais. Neste sentido, serão concertadas medidas de reforço da visibilidade da Região nos mercados externos, através da promoção dos seus setores económicos, com ênfase nos produtos e serviços açorianos. Nesta perspetiva, serão também celebrados protocolos de cooperação entre o Governo Regional dos Açores e as câmaras do comércio e indústria para a dinamização de campanhas do comércio tradicional, uma vez que as associações empresariais apresentam condições privilegiadas de proximidade e de conhecimento da realidade local.

Através do programa comunitário POSEI, na vertente do Regime Específico de Abastecimento, serão apoiadas cerca de 30 empresas açorianas do setor comercial e da indústria transformadora. O apoio comunitário incide sobre o abastecimento de matérias-primas, em especial os cereais para as indústrias de moagem e de fabricação de alimentos compostos para animais.

As políticas regionais visando a Qualidade e a Inovação Tecnológica dos Açores, direcionadas para todas as PME's dos Açores, têm disponibilizado um conjunto de importantes instrumentos, não só ao nível material e financeiro, mas também no que respeita ao acompanhamento técnico. Será promovido o recurso a instrumentos de digitalização de processos e de comunicação.

Merecerão o devido apoio e acompanhamento os projetos de caráter mais específico, nomeadamente, no que respeita ao aproveitamento do recurso geotérmico, a exploração de massas minerais não metálicas e de águas de nascente e minerais naturais.

O papel do Governo na área da defesa do consumidor é o de promover e apoiar ações de educação, formação, informação e esclarecimento do consumidor de um modo geral. Pretende-se apoiar as associações de defesa dos consumidores e colaborar na instalação e funcionamento do Centro de Informação, Mediação e Arbitragem da Região dos Açores (CIMARA), por forma a agilizar a resolução de conflito de consumo.

◆ **Artesanato**

O Governo Regional quer afirmar a produção artesanal como um setor dinâmico, inovador e sustentável, que contribui ativamente para a riqueza e para a diversidade do património cultural e para o desenvolvimento económico da Região.

Tendo como objetivo a melhoria da competitividade das empresas artesanais regionais, pretende-se apostar na dinamização de atividades alicerçadas na valorização económica de produtos endógenos e inovadores, visando potenciar a melhoria das condições em matéria de internacionalização, como o acesso a novos mercados e a promoção do reconhecimento internacional do valor dos produtos artesanais regionais e da sua relevância cultural.

Deste modo, será reforçada a capacidade empresarial para a criação de novos produtos, associando a inovação e a tradição, de forma a valorizar o artesanato como uma característica não só económica, mas cultural da Região, sobretudo através de projetos como as Residências Criativas e a Azores CraftLab – Incubadora de Artesanato dos Açores, alargando a abrangência a todas as ilhas.

Será feita uma aposta em novos canais de distribuição e de comercialização, nomeadamente em plataformas globais de e-commerce, com vista à aproximação dos produtos artesanais açorianos de novos segmentos de mercado, bem como criadas novas leituras do território regional em torno do turismo artesanal, promovendo a produção artesanal como atividade contemporânea, atualizada e em constante transformação.

Pretende-se estimular o resgate das artes e ofícios, levando à preservação das culturas locais e à formação de uma mentalidade empreendedora, por um lado através da capacitação dos artesãos para a sociedade de mercado, e por outro através da educação criar novos públicos e sensibilizar jovens para a importância das artes e ofícios.

Em 2021 o Governo Regional irá propor uma nova legislação, com o intuito de facilitar a distinção e a validação dos processos de indicação geográfica de origem e os produtos com o selo da marca coletiva Artesanato dos Açores, bem como implementar as alterações propostas ao Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato (SIDART), que permite apoiar a atividade profissional dos artesãos e o desenvolvimento económico das suas empresas.

*Uma governação ao serviço das pessoas,
próxima e transparente*

◆ *Informação e Comunicação Social*

No reconhecimento da necessidade e do direito de todos as ilhas acederem e atraírem novas oportunidades, a Autonomia de Responsabilização pretendida desenvolver nesta XIII legislatura, para afirmar a identidade açoriana, os valores democráticos, a participação política da Região no plano nacional, europeu e mundial, tem de socorrer-se do rigor e da fluidez da informação e da comunicação institucional, tendo em conta que contribuem sobremaneira para efetivar a liberdade das pessoas, a participação da sociedade, a iniciativa dos agentes sociais e económicos, o bom funcionamento da Administração Pública Regional e das autarquias locais e para respeitar diferenças e criar sinergias entre as diferentes ilhas.

Em 2021, porque a comunicação social privada exerce uma verdadeira missão de interesse público e há que contribuir para o seu fortalecimento, através de um novo enquadramento legislativo de apoio financeiro, com objetividade, independência, estabilidade e regularidade nas áreas do desenvolvimento digital, da difusão informativa inter-ilhas e para fora da Região, da acessibilidade à informação, valorização dos profissionais da comunicação social e apoio especial ao funcionamento e produção, incentivando o estabelecimento de parcerias com entidades externas à Região, bem como iniciativas na área da comunicação social que contribuam para a formação dos agentes do setor e para a promoção externa da Região.

O serviço público de rádio e televisão nos Açores e bem assim a cobertura informativa a cargo da agência de notícias pública, porque indispensáveis numa região de características arquipelágicas como a nossa, justificam o financiamento de ações formativas e outros eventos que promovam a atualização de competências profissionais dos colaboradores das Rádio e Televisão de Portugal e da Lusa – Agência de Notícias de Portugal em exercício de atividade nos Açores, assim como as obrigações complementares específicas do serviço público, mediante

acordo específico para o efeito, a fim de promover a cultura dos Açores e divulgar informação sobre a vida social, política, económica e desportiva, de todas as ilhas e por todas as ilhas, contribuindo para a construção da Região como entidade política e para a consolidação da unidade dos Açores.

Providenciar-se-á a melhoria da prestação de serviços digitais no relacionamento do Governo com os cidadãos, incrementando a presença online e a sua capacidade de interação.

Será desenvolvida a imagem do Governo dos Açores, designadamente, através do Portal do Governo dos Açores – Plataforma E-Citizen, compatibilizando-a com as boas práticas de gestão da informação e de relacionamento digital.

Em 2021, proceder-se-á, também, à atualização da plataforma de edição do Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores e à disponibilização à Administração Pública Regional de acessos a bases de dados jurídicas como forma de melhorar as suas valências e disponibilizar serviços consentâneos com as necessidades de produção regulamentar e de iniciativa legislativa do Governo Regional.

Será dada primazia a medidas de desenvolvimento do território regional de carácter interdepartamental, em resultado da articulação da ação de várias entidades, valorizando as lideranças locais e a capacitação institucional, difundindo plataformas de diálogo e de cocriação, de experimentação e implementação de políticas, em prol de processos inovadores de governança.

No âmbito da coordenação da atividade governativa da Presidência do Governo serão dinamizados processos de construção coletiva das questões mais relevantes para o presente e para o futuro do desenvolvimento regional, iniciando-se, em 2021, a realização de um ciclo de anos temáticos especificamente direcionado para os desafios com interesse estruturante e comum ao nível da saúde, da educação, da agricultura e desenvolvimento rural, da cultura, ciência e transição digital, do ambiente, dos transportes, turismo e energia, da juventude, qualificação profissional e emprego, das obras públicas e comunicações, assim como no âmbito dos planos de reativação e retoma económica a serem implementados com recurso aos meios financeiros colocados à disposição da Região, pelo Estado ou pela União Europeia. ▬

Neste enquadramento, serão, ainda, concedidos subsídios e outras formas de apoio a entidades públicas e privadas para o desenvolvimento de ações e projetos que visem a melhoria da qualidade de vida dos açorianos, a salvaguarda das tradições, usos e costumes ou a promoção da Região.

◆ *Poder Local*

O poder regional e poder local são parceiros de um desenvolvimento comum. Assim, para o Plano 2021 está prevista a realização das seguintes medidas:

- Estabelecer uma plataforma de apoio técnico às freguesias que lhes dê resposta adequada em tempo útil;
- Programar e iniciar a execução de um conjunto de ações de informação e formação para autarcas;
- Assegurar mecanismos de coordenação da cooperação financeira que garantam o cumprimento, em 2021, e no quadro legislativo vigente os requisitos de transparência, objetividade e equidade;
- Conceber um novo quadro regulamentar estável de enquadramento da cooperação com as freguesias, que cumpra integralmente os requisitos determinados no Programa do XIII Governo Regional: "Partilha baseada em critérios objetivos e equitativos, transparentes e escrutináveis, com previsibilidade e estabilidade no relacionamento do Governo Regional para com as câmaras e as juntas de freguesia";
- Avaliar os mecanismos de cooperação com os municípios com o intuito de estabelecer um quadro instrumental adequado ao tempo presente e aos desafios que temos à nossa frente.

◆ *Modernização, Eficiência e Transparência da Administração Pública*

A crise pandémica Covid-19 veio reforçar a necessária implementação de um novo paradigma para a Administração Pública Regional, que abarca o aumento da eficiência e eficácia da gestão

do bem público, a adoção de uma postura orientada para a transparência, para a partilha de dados e informação pública, o incremento da participação cívica, a sua transformação através da inovação, da transição digital e da simplificação de processos, de forma a alavancar a criação de valor e de conhecimento na Região, e a gestão desse conhecimento e das pessoas que o geram. Desta forma, destaca-se o reforço do investimento no processo de modernização e reforma assente, designadamente, num plano de modernização, rejuvenescimento e formação, para uma maior simplificação e desburocratização na Administração Pública Regional e na sua relação com os cidadãos e com as empresas açorianas.

A natureza insular e arquipelágica dos Açores requer também formas únicas de administração, impondo-se a adoção de centrais de serviços partilhados nas ilhas de menor dimensão de forma a reduzir a atual dispersão de serviços que acarreta encargos económicos suplementares sem benefícios para o cidadão. Desta forma, este Plano aloca já investimentos às Centrais de Serviços Partilhados, permitindo a gestão centralizada e integrada de recursos humanos e equipamentos, uniformizando procedimentos de aquisição e manutenção de bens e serviços, contribuindo assim para uma maior eficácia e eficiência da Administração Pública e apetrechando esses serviços das necessárias competências para a sua eficaz operacionalização. Esta reconfiguração, pela escala que se obtém, permitirá, já em 2021, centralizar os serviços de manutenção da frota automóvel e parque de máquinas, implementando um sistema de gestão de frotas, e reforçar competências específicas ao nível de recursos humanos, até hoje deficitárias.

Esta lógica descentralizada de serviços tem já hoje um elemento de sucesso na Rede Integrada de Apoio ao Cidadão – RIAC, que reúne diversos serviços da Administração Pública ao cidadão num único local. Essa política terá continuidade, adaptando a infraestrutura tecnológica da RIAC às novas realidades, através do investimento na renovação dos equipamentos biométricos associados à emissão do Cartão de Cidadão e do Passaporte Eletrónico, assim como no reforço dos serviços prestados, com a qualidade já reconhecida por todos os cidadãos.

A garantia da qualidade será reforçada pela crescente adoção de processos de certificação pelos organismos da Administração Pública Regional, assim como o acompanhamento rigoroso das normas e regulamentos em vigor, promovendo a transferência de informação e adoção de melhores práticas entre serviços e com outras regiões. Neste sentido, importa reforçar as competências dos funcionários públicos, reforçando os cursos e ações de formação nas áreas

das Tecnologias da Informação e Comunicação e do Digital e promovendo, também, a participação em seminários e outras ações essenciais como a Gestão pela Qualidade Total e New Governance dos Serviços Públicos.

A Modernização da Administração Pública passa também pelos equipamentos e infraestruturas disponíveis sendo essencial um reforço dos meios informáticos e digitais assim como de ferramentas centrais como é o caso do Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Humanos da Administração Regional dos Açores cujas funcionalidades serão melhoradas de forma a permitir uma melhor interoperabilidade com outras bases de dados como a BEPA e a RIAC, a par da identificação das áreas funcionais e académicas, a inserção de conteúdos formativos e dos curriculum dos trabalhadores da Administração Pública Regional.

Será dada continuidade à política de Orçamento Participativo, acolhendo projetos inovadores da sociedade civil, pugnando pela conclusão dos projetos resultantes das propostas vencedoras das edições 2018 e 2019, em estreita colaboração com as entidades responsáveis pela sua execução, materializando o envolvimento ativo e a participação dos cidadãos açorianos no processo de decisão de políticas públicas, promovidas pelo Governo Regional dos Açores.

Será criado o Gabinete da Prevenção da Corrupção e da Transparência, unidade a integrar na reforçada Inspeção Regional Administrativa e da Transparência (IRAT), com vista à promoção de uma cultura de integridade na esfera pública, a coordenação dos instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e o desenvolvimento de estratégias adequadas para prevenção da corrupção na Região. Numa primeira fase, decorrerá a capacitação deste Serviço que atuará essencialmente por duas vias: a do controlo e coordenação dos instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas e a da educação e sensibilização para a problemática.

É fundamental impulsionar uma maior acessibilidade, inclusão e abertura da Administração Pública Regional na sua interação com os cidadãos e empresários, dando continuidade à simplificação do quadro legislativo, e pela criação de instrumentos e ferramentas de apoio a uma maior transparência e facilidade de acesso à informação pública disponibilizada, sempre que possível, em formato de cocriação e/ou experimentação.

A informação fiável e credível é não só um pilar da transparência, como também é crucial para a tomada de decisões atempadas e fundamentadas, tanto pelo setor público como pelas atividades sociais e económicas do setor privado. Neste sentido, será gradualmente reforçada a independência técnica do SREA, definindo livremente os métodos, as normas e procedimentos estatísticos, bem como o conteúdo, a forma e momento da divulgação da informação, em ligação com o restante Sistema Estatístico Nacional ou o Sistema Estatístico Europeu.

No ano de 2021, o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA) pretende continuar a desenvolver a sua atividade enquanto autoridade estatística regional. Estão previstas várias operações estatísticas de iniciativa e interesse exclusivo regional e de âmbito nacional, operações a executar pelos cerca de 50 colaboradores, distribuídos pela Sede (Angra do Heroísmo), Núcleo de São Miguel (Ponta Delgada) e Núcleo do Faial (Horta). Pretende-se continuar a promover ações de literacia estatística, com vista a desenvolver uma cidadania mais consciente e uma melhor capacidade de leitura e interpretação da informação publicada, por parte de todos os agentes da sociedade açoriana. Promover-se-á a ligação a instituições de ensino superior e investigação científica, nomeadamente a Universidade dos Açores, gerando sinergias ao nível da disponibilização de informação estatística oficial a essas instituições, enquanto se impulsiona a aquisição de conhecimentos e competências técnicas por parte do SREA.

◆ *Obras Públicas e Transportes Terrestres*

Tendo em vista a criação de sinergias que promovam uma mais eficaz e profícua gestão do investimento público em matéria de obras públicas, uniformizando os procedimentos e adotando medidas de rentabilização de recursos humanos e financeiros adequados, é opção do Governo Regional dos Açores proceder à concentração e centralização das grandes obras públicas num único departamento governamental, a Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações, (doravante, SROPC).

Para o efeito, a SROPC, enquanto departamento do governo regional com competência em matéria de obras públicas, sucede nas atribuições e competências dos demais departamentos do Governo Regional dos Açores, relativas às empreitadas obras públicas e às aquisições de bens

e serviços com elas relacionadas, assumindo a posição jurídica nos respetivos contratos já celebrados e nos procedimentos em curso, independentemente de quaisquer formalidades.

Neste contexto, no ano de 2021, o Governo Regional dos Açores propõe-se a, além do mais:

- Uniformizar procedimentos de contratação pública, quer de empreitadas de obras públicas, quer de aquisições de bens e serviços com elas relacionadas;
- Executar obras públicas de construção, reparação, renovação e reabilitação das redes viárias regional e florestal, de infraestruturas hidráulicas e marítimas da administração regional direta, e de edifícios e equipamentos públicos de carácter escolar, científico, cultural, social, desportivo e de saúde, do património da Região.
- Operacionalizar os planos de monitorização de infraestruturas hidráulicas e marítimas da administração regional direta, os planos de manutenção de edifícios e de equipamentos públicos do património da Região, e os planos de gestão das obras de arte da rede viária regional.
- Desenvolver uma Plataforma para a Construção, que concentre a informação respeitante ao setor da construção, seus agentes económicos, sejam eles empresas ou projetistas, materiais de construção, publicitação de empreitadas em curso, legislação, entre outros.

Com referência aos transportes terrestres, a Direção Regional das Obras Públicas e dos Transportes Terrestres (DROPTT), serviço executivo da SROPC, com competências em matéria de regulamentação, fiscalização e exercício das funções de coordenação e planeamento do sector dos transportes terrestres, supervisão e regulamentação das atividades desenvolvidas neste sector, de modo a satisfazer as necessidades de mobilidade de pessoas e bens, visando ainda, a promoção da segurança rodoviária, da qualidade e dos direitos dos utilizadores dos referidos transportes, e a aplicação do direito contraordenacional rodoviário, propõe-se, a desenvolver, no ano de 2021, através do Serviço Coordenador dos Transportes Terrestres, designadamente o seguinte:

- Consolidar o transporte público coletivo de passageiros como serviço acessível a todos os cidadãos, através das seguintes ações:

- Prestação de serviços em período de fim de semana nas diferentes ilhas da Região, em complemento do serviço em dias úteis, e serviço noturno na Ilha de S. Miguel;
- Consolidação do serviço resultante dos novos contratos de serviço público referentes às ilhas de Santa Maria e Flores, com implementação de novos horários, carreiras e itinerários, e informação ao público;
- Manutenção da política de passes sociais (Passe 30 Dias, Passe 3.ª Idade Pensionista e Reformado e o Passe Desempregado);
- Apoio à consolidação económico-financeira das empresas concessionárias e prestadoras de serviços face ao elevado decréscimo da procura e ao incremento de custos resultantes das restrições e medidas de prevenção Covid-19 impostas ao setor;
- Implementação de um sistema integrado de gestão de informação e bilhética;
- Contribuir para a retoma económico-financeira do setor dos táxis adotando, para o efeito, as seguintes medidas:
 - Apoio ao funcionamento da central de radiotáxis 24 horas por dia na ilha de S. Miguel, face às dificuldades que a associação atravessa devido à drástica diminuição da procura pelo Serviço de táxi, que se repercute na diminuição dos serviços prestados e consequente na diminuição das contribuições dos profissionais do setor na cobrança da designada “taxa de chamada à central”;
 - Apoio aos profissionais do setor para fazer face à significativa perda de rendimentos resultantes da pandemia Covid-19, com a diminuição da procura em importantes atividades económicas tais como os serviços de aeroporto, de turismo, transporte para unidades de saúde, entre outros;
 - Apoio à implementação de novas tecnologias no setor de táxi de modo a contribuir para o incremento da modernidade e competitividade do setor, nomeadamente em termos tecnológicos.

- Promover campanhas de segurança rodoviária visando combater as causas da sinistralidade rodoviária, mantendo os Açores como um destino seguro também a este nível.

♦ *Laboratório Regional de Engenharia Civil*

O Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) pretende, com o Plano de 2021, contribuir para reforçar a sustentabilidade do setor da construção civil nos Açores, tendo sempre presente a contínua adaptação dos serviços, ensaios e calibrações disponibilizados às necessidades das entidades públicas e privadas ligadas à construção civil e obras públicas na Região.

Para que seja possível concretizar estes objetivos é fundamental que os padrões de qualidade e eficiência do LREC sejam elevados, que a atividade laboratorial relevante seja acreditada e que o seu sistema de gestão de qualidade seja certificado.

A Investigação, Desenvolvimento e Inovação permitirá contribuir de forma decisiva para o cumprimento dos objetivos propostos num setor em constante evolução e adaptação. Esta é uma aposta que está bem refletida no Plano e Orçamento para 2021, onde mais de 75% do orçamento do Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC) está alocado precisamente à Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

O Governo, através do LREC, criará uma valência de Obras Hidráulicas e Marítimas, que permita diagnosticar e preparar decisões atempadas à manutenção das infraestruturas, assegurando a sua operacionalidade e bom funcionamento.

Outra área com significado para o LREC, neste ano de 2021 e seguintes é a promoção da sustentabilidade e circularidade na sua área de atividade. Pretende-se assim continuar a adequação deste setor à aposta estratégica de fomento da utilização de materiais endógenos regionais, de redução da produção de resíduos, de construção e demolição e sua reutilização e incorporação em novos produtos e novas utilizações.

A divulgação do conhecimento científico e tecnológico continuará a ser uma das grandes prioridades da atividade do LREC, através da publicação científica, da promoção de cursos de

formação e sensibilização, materializada no Plano de Divulgação do Conhecimento Científico e Tecnológico (PDCCT) e pela organização e participação em eventos científicos nacionais e internacionais.

◆ *Comunicações*

As ações que a executar no plano de 2021, desenvolvem-se em três grandes projetos, que refletem o conjunto das áreas de atividade e competências respetivas. No âmbito do projeto de Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte estão previstas quatro ações:

- O Desenvolvimento dos Sistemas de Informação: Ações focadas na integração, eficiência e desempenho dos sistemas de informação em exploração, na gestão do licenciamento de software e na sua eficiência, na implementação de políticas de gestão e do desenvolvimento de software e na gestão e exploração das infraestruturas de computação e de armazenamento de dados;
- A melhoria dos Sistemas Informáticos: Ações de melhoria da infraestrutura de suporte da rede informática do Governo Regional e dos equipamentos terminais que a constituem;
- A Azores Cloud: Ação de modernização e centralização dos sistemas de computação e de armazenamento de dados do GRA, com incremento de segurança, de redundância e da sua resiliência, através da Implementação de uma infraestrutura tecnológica de dois Datacenters em geografias distintas da Região Autónoma dos Açores;
- As redes de Dados e de Comunicações: Ação de otimização e exploração da rede de comunicações de voz, dados e internet, a melhoria das condições de cobertura do acesso sem fios à rede e a gestão das comunicações móveis do Governo Regional.

No projeto Cibersegurança e Segurança da Informação são prevêem-se duas ações:

- A Infraestrutura de segurança informática e da Informação: Com a aquisição e implementação de soluções e de infraestruturas de segurança, a implementação de políticas de segurança no âmbito do perímetro da rede e da informação do Governo Regional;
- A Cibersegurança: Ação de desenvolvimento de ações de sensibilização, divulgação e formação no âmbito da cibersegurança, no contexto da Administração Pública Regional, setor empresarial da Região Autónoma dos Açores, e restante população em geral.

No projeto Redes públicas e Tecnologias de Comunicação, são consideradas três ações:

- As Infraestruturas de acesso à internet: Ação que visa o incremento da cobertura das redes públicas de acesso à internet gratuito na Região Autónoma dos Açores;
- O Alert4you: Ação de melhoria e desenvolvimento do sistema de alertas e avisos à população;
- A Monitorização do setor das telecomunicações e dos serviços postais: Esta ação visa o acompanhamento da atividade dos operadores económicos do setor das comunicações, da sua oferta tecnológica e comercial nos Açores. O acompanhamento da atividade e iniciativas do Regulador e Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM) e o acompanhamento do processo de substituição da rede Continente-Açores-Madeira (CAM), de cabos submarinos de fibra ótica que asseguram, de forma redundante, a comunicação dos Açores com o resto do mundo.

Afirmar os Açores no mundo

♦ *Comunidades, Emigração e Imigração*

Durante o ano de 2021, o Governo Regional dos Açores irá intensificar o apoio às comunidades açorianas espalhados pelo mundo, promovendo, ainda, um diálogo privilegiado com as respetivas organizações e desenvolvendo relações económicas, sociais, culturais e académicas com as inúmeras instituições da nossa diáspora que partilham com os Açores objetivos comuns.

A implementação de mecanismos de difusão de informação que permita a plena integração dos açorianos e seus descendentes nas sociedades de acolhimento, através da sua participação social e do pleno conhecimento dos seus direitos e deveres cívicos, constitui um importante objetivo da ação do Governo Regional que será devidamente prosseguido.

Serão desenvolvidas iniciativas promocionais dos Açores contemporâneos como Região atrativa nos domínios económico, turístico e cultural, paralelamente às ações nas áreas da cultura e da preservação da identidade açoriana na diáspora, potenciando assim a dimensão intergeracional das comunidades açorianas espalhadas pelo mundo.

A comunicação social e as novas plataformas de informação serão meios privilegiados de proximidade permanente entre a Região e a Diáspora, especialmente na conjuntura atual de condicionalismos sanitários.

O Governo desenvolverá novas ações com as Casas dos Açores, enquanto instituições fundamentais na preservação e dinamização da identidade cultural e da difusão da açorianidade, reforçando o seu importante papel através do desenvolvimento de projetos comuns.

Paralelamente, serão reforçados os laços com instituições da Diáspora que permitam agilizar o regresso de emigrados, bem como desenvolvidas ações que visem informar e apoiar a sua reintegração na sociedade açoriana.

◆ *Transportes Aéreos e Marítimos*

A questão da acessibilidade afeta, de forma crítica, a competitividade e o desenvolvimento socioeconómico dos territórios insulares e ultraperiféricos, pois é a capacidade da mobilidade de pessoas e bens que potencia a dinamização das transações económicas, o que se traduz no incremento da competitividade das empresas e na melhoria das condições de vida das pessoas.

É facto assumido que, nos Açores, os transportes têm um impacto transversal em toda a economia regional, sendo fundamentais para o vigor económico e comercial da Região e assumem uma importância fulcral na sua coesão territorial e social.

Atendendo a que é difícil conceber um crescimento económico forte, criador de empregos e de riqueza, sem um sistema de transportes eficaz, que permita tirar pleno proveito do mercado interno e do efeito da globalização do comércio, pretende-se implementar uma política robusta de investimentos na área dos transportes.

Nesse âmbito, e no que diz respeito ao transporte aéreo, o governo assume como totalmente prioritário “salvar a SATA”. Neste sentido, e indo de encontro ao Plano de Reestruturação apresentado pela SATA junto da Comissão Europeia, proceder-se-á a um aumento de capital já no corrente ano.

Pretende-se ainda fixar novas obrigações de serviço público, com a implementação da Tarifa Açores para residentes, que permitam alavancar a mobilidade dos açorianos, a frequência, a previsibilidade e a estabilidade no transporte, tanto de pessoas como de mercadorias.

Em relação às infraestruturas aeroportuárias, serão estabelecidos mecanismos de apoio à recuperação das empresas instaladas na Aerogare Civil das LAJES (ACL), assim como às operadoras aéreas em resposta à pandemia Covid-19, contribuindo para a retoma e eficiência do transporte aéreo, um dos principais motores de desenvolvimento económico. Serão criados

instrumentos para promover e facilitar os investimentos das empresas que prestam serviços de assistência em escala no aeroporto, quer em instalações, quer em equipamentos, permitindo que estas possam aumentar a sua capacidade de resposta aos operadores, em condições de segurança. Pretende-se rever o sistema de taxas aeroportuárias da ACL, diretamente ligadas ao utilizador final, estabelecendo equidade entre empresas e passageiros de e para a todas as ilhas da Região e otimizar a utilização do novo terminal de carga operacionalizando o seu funcionamento com as empresas e entidades. Para o aumento da resistência e correção do pavimento na placa de estacionamento “Charlie” e melhoramento das infraestruturas adjacentes, em 2021 deverão ser adquiridos os terrenos sob gestão da ACL, à República, permitindo à Região fazer os investimentos necessários.

O Governo Regional irá prosseguir com outras intervenções necessárias para permitir o alargamento da operacionalidade e segurança dos aeródromos regionais, nomeadamente, a execução a revisão do estudo de operacionalidade da pista do aeroporto do Pico, a execução do “grooving” da pista do aeródromo de São Jorge, a continuação da construção da nova aerogare do aeródromo da Graciosa, a aquisição do sistema de afastamento de aves e a continuação da construção do quartel de bombeiros e ampliação da aerogare do aeródromo do Corvo.

Já no domínio dos transportes marítimos pretende-se dar continuidade ao serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas, através de obrigações de serviço público, bem como melhorar as acessibilidades e frequências às ilhas de menor dimensão, com vista a um eficaz movimento de carga.

Ao nível das infraestruturas portuárias, tendo em vista aumentar os seus índices de produtividade e de segurança, prosseguir-se-á com obras de reperfilamento do cais -10 (ZH) e repavimentação do terraplino do porto de Ponta Delgada, de construção da rampa ro-ro e ferry e obras complementares de abrigo do porto de Pipas, de requalificação do porto das Poças, de construção do terminal marítimo de passageiros do porto de S. Roque e de requalificação das oficinas do armazém e do edifício das operações portuárias do porto da Praia da Vitória, bem como a aquisição de um rebocador para o Porto de Ponta Delgada.

No âmbito dos investimentos decorrentes dos prejuízos causados pelo furacão Lorenzo, pretende-se dar continuidade à proteção de emergência ao terraplino portuário e cais a -5 (ZH)

do porto das Lajes das Flores, à construção de ponte-cais no porto das Lajes das Flores, à reparação do molhe do porto das Lajes do Pico, à reparação de danos no porto da Madalena, à reparação do manto de proteção e do edifício polivalente do porto das Pipas em Angra do Heroísmo e à reparação dos molhes dos portos comercial e de recreio de Vila do Porto, bem como lançar novos procedimentos para projetos em fase de desenvolvimento, como a reconstrução e requalificação do porto das Lajes das Flores, a reparação dos danos no porto das Pipas e Marina de Angra do Heroísmo, a reparação do cais comercial, redes técnicas do porto de Ponta Delgada e marina e a reparação dos danos na marina, cais comercial e edifícios do porto da Horta.

Em 2021, é também intenção deste governo, proceder à elaboração dum estudo relativo ao ordenamento e proteção da orla marítima do cais do Pico, bem como dum estudo relativo à necessidade de construção dum novo porto de mercadorias de Ponta Delgada.

O Governo pretende em 2021 iniciar o projeto relativo à construção dum museu da aviação açoriana e atlântica.

Noutra vertente, relacionada com a pandemia Covid-19, pretende-se atribuir um apoio à empresa Portos dos Açores, S.A. destinado a compensar a perda de receitas decorrentes das medidas extraordinárias tomadas, designadamente a isenção do pagamento de taxas nos portos, com vista a combater os efeitos desfavoráveis causados na atividade económica e na vida das empresas.

◆ **Turismo**

A situação pandémica veio suspender um percurso de crescimento sem precedentes no turismo da Região Autónoma dos Açores, resultante de uma dinâmica extraordinária da iniciativa pública e privada. Tanto a oferta, no que diz respeito ao número de unidades de alojamento turístico nas diferentes tipologias e o número de novas empresas e de novas atividades de animação turística, como a procura de visitantes vinham a crescer a um ritmo acelerado e com tendência para assim continuar.

As circunstâncias excepcionais que vivemos levaram a que, depois de se alcançarem números de crescimento nunca atingidos, o turismo açoriano, à semelhança do que acontece em Portugal continental e no Mundo, viva atualmente momentos muito difíceis.

Ultrapassada esta situação excecional, os Açores, fortalecidos pela notoriedade conquistada enquanto destino de Turismo de Natureza e certificado como o primeiro arquipélago sustentável do Mundo, pela EarthCheck, segundo os critérios do Conselho Global do Turismo Sustentável (GSTC), estará preparado para enfrentar com otimismo a retoma da sua atividade económica.

A retoma do setor do turismo nos Açores alavancará outras atividades a este inerentes, direta ou indiretamente, devido à sua transversalidade económica, funcionando como motor para a recuperação económica da nossa Região. O desafio para a revitalização do setor do turismo é, também por isso, enorme e assume importância prioritária para este Governo.

O enfoque nos projetos e políticas que elevem os níveis de sustentabilidade atuais, será o nosso grande desafio da próxima década. Este é um esforço que conta com o envolvimento de todos e que é para todos. É nesse sentido que a sustentabilidade ambiental, económica, social, cultural e turística, serão prioridades inerentes ao desenvolvimento turístico, que tende a focar-se na nossa economia verde e na nossa economia azul.

O Governo Regional irá reforçar a aposta em modelos positivos de desenvolvimento centrados na valorização do território e dos residentes, fortalecendo os os ativos mais valiosos e diferenciados que temos, como o nosso património identitário natural e edificado e a nossa cultura e história, preservando-os e potenciando-os de uma forma responsável e sustentável, não pondo em causa a imagem de excelência que nos é reconhecida e que nos tem fortalecido como destino turístico de natureza e experiencial.

É pela via do posicionamento nos mercados emissores prioritários como destino turístico diferenciador, exclusivo, de natureza e sustentável que garantimos que o turismo nos Açores se poderá afirmar cada vez mais como uma atividade valorizadora dos nossos recursos naturais que consiga distribuir os fluxos de visitantes ao longo do ano e em todo o Arquipélago, fazendo

face à, ainda, marcada sazonalidade e que contribua efetivamente para a criação de riqueza e emprego.

Para a concretização destes objetivos será fundamental a melhoria das acessibilidades internas e externas, que devem, também, garantir uma oferta de ligações capazes de gerar fluxos turísticos, bem como a ênfase da comunicação dirigida aos segmentos alvo através de ações de promoção turística, nomeadamente, através do enfoque no marketing digital.

O aumento da notoriedade do destino no exterior junto dos segmentos de mercado definidos, em especial os direcionados ao Turismo de Natureza e Sustentável, serão uma prioridade ao nível da promoção, pois impulsionarão fluxos turísticos de valor acrescentado para a Região.

Serão fundamentais a implementação de um novo Plano Estratégico e de Marketing do Turismo dos Açores - PEMTA, enquanto ferramenta orientadora das estratégias de promoção externa do destino e organização do produto e o POTRAA – Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores, enquanto instrumento de gestão territorial para o turismo. Serão estes os grandes mapas orientadores das políticas de turismo a seguir nos próximos anos e que refletirão o futuro do turismo como atividade económica, mas, também, sustentável, geradora de valor e emprego. O processo de Certificação dos Açores como Destino Sustentável, pelos critérios da GSTC, continuará a ser a ferramenta orientadora no que diz respeito ao desenvolvimento dos Açores como Destino Turístico Sustentável, e, por isso, uma prioridade na sua implementação transversal ao setor público e privado. O Plano + Sustentável 20-23 e a Estratégia Turismo 27, definidos como referenciais estratégicos pelo Turismo de Portugal, são também planos de referência que serão implementados nas nossas práticas.

A qualificação e valorização do destino, tanto ao nível dos serviços como dos produtos, será fundamental para nos posicionar como um destino de oferta diferenciadora, fortalecendo-nos competitivamente perante mercados concorrentes.

Ao nível dos serviços, a qualificação passará pela formação de profissionais do setor, pela melhoria da imagem da rede integrada dos postos de informação turística e pela aposta em novas tecnologias, de forma a elevar a qualidade dos serviços prestados do “receber bem” e do “saber receber” e da valorização dos nossos conteúdos de informação turística, que se

adaptarão às novas tendências e digitalização, com vista a promover um destino turístico diferenciado e ricamente diversificado.

Ao nível dos produtos, investir-se-á na inovação, organização, manutenção e reestruturação dos produtos atuais, tal como o pedestrianismo, o BTT, o canyoning, entre vários outros, adaptando-os aos novos perfis e tendências de consumo que se ajustam à Região. A implementação de infraestruturas, como as de apoio às empresas de animação turística e as que contribuam para a diversificação de uma oferta cada vez mais diferenciadora e com maior poder competitivo, em relação à concorrência, são também uma prioridade, com especial enfoque na rede de percursos pedestres, que conta já com 750km, a rede de acesso à atividade de canyoning, a rede de percursos cicláveis e centros de BTT, e a valorização e implementação das rotas culturais, permitirão descentralizar o turismo pelas nove ilhas, de forma coesa.

A dinamização do turismo interno, através da programação de ações estratégicas que estimulem a deslocação e visita dos residentes e outras ilhas são uma opção eficaz para gerar fluxos durante todo o ano, e que reduz os efeitos negativos da pandemia e da sazonalidade.

◆ *Assuntos Europeus e Cooperação Externa*

Os Açores são considerados parte integrante da projeção europeia além-fronteiras e um ponto geoestratégico determinante para dotar a Região e o país de um poder funcional decisivo no xadrez geopolítico mundial. Se, por um lado, os Açores são a fronteira mais ocidental da Europa, por outro lado, são as portas de entrada para um relacionamento transatlântico privilegiado com a comunidade internacional.

A Região atua direta e indiretamente no sistema internacional, no plano interno, em diálogo próximo com os órgãos de soberania com competência em matéria de política externa, ou agindo diretamente num exercício objetivo de paradiplomacia, como acontece com a cooperação com regiões de outros Estados, com vista ao desenvolvimento de programas de interesse comum e ao desenvolvimento de relações com entidades de países com afinidades culturais e económicas com os Açores.

Desde 1986, ano da adesão à União Europeia e com essa pertença comunitária, Portugal em geral e a Região em particular, beneficiam de apoios que têm contribuído para o desenvolvimento económico, social e cultural a par de outras regiões europeias.

Deste modo, torna-se preponderante relançar toda a plenitude interpretativa da ultraperiferia, tal como vem definida no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, com vista à construção de uma Europa justa, solidária e resiliente.

Um projeto supranacional, com alicerces a nível local, onde os Açores farão parte de uma voz comunitária, localmente.

Junto do Parlamento Europeu, do Conselho ou da Comissão Europeia, o Governo Regional pugnará pela defesa dos interesses dos Açores, invocando direitos e assumindo deveres, e estará especialmente atento à aplicação do princípio da subsidiariedade, valor essencial da construção europeia num período de redefinição estratégica, como o evidencia, a recente iniciativa de uma Conferência sobre o Futuro da Europa que será igualmente impulsada com a visão das nossas ilhas.

Impulsionar-se-á a ação da Região no Comité das Regiões, que ganha cada vez mais espaço no processo de decisão da União, em virtude da crescente adesão do “método comunitário” à aplicação do princípio da subsidiariedade e ao próprio desenvolvimento da organização política dos Estados-membros.

A Região será, igualmente, parceiro ativo na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia que decorre neste primeiro semestre de 2021. O trio de Presidências, instituído pelo Tratado de Lisboa, é atualmente constituído pela Alemanha (que decorreu no segundo semestre de 2020), Portugal (primeiro semestre de 2021) e Eslovénia (segundo semestre de 2021). Estão previstas realizar-se atividades em áreas determinantes para o arquipélago, seja ao nível dos oceanos, do espaço, assim como ao nível da defesa.

É neste presente ano que os Açores assumem a Presidência da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, considerada a principal estrutura de cooperação entre os presidentes dos órgãos executivos das regiões (Portugal, Espanha e França). Serão desenvolvidas ações em diversas ilhas ao nível de organização de eventos e de debates.

É também intenção do Governo Regional regressar com empenho aos trabalhos do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, assim como à Conferência dos Governos da Macaronésia.

Pretende-se, ainda, valorizar a cidadania europeia, promovendo iniciativas que permitam junto das gerações mais novas fomentar o espírito da solidariedade, da igualdade e da cooperação, divulgando-se os direitos, mas também os deveres inerentes a uma cidadania ativa que alavanque os propósitos dos Açores na defesa de uma Europa unida em prol das suas regiões.

Invocando Nemésio, para os Açorianos, a geografia é tão importante quanto a história, a nossa posição geoestratégica impõe este feliz paradoxo entre a ultraperiferia e a centralidade atlântica.

IV INVESTIMENTO PÚBLICO

DOTAÇÃO DO PLANO

O Plano Regional Anual para 2021 contempla as ações promovidas diretamente pelos departamentos da Administração Pública Regional, mas também as que são executadas por entidades públicas que, em articulação com as respetivas tutelas governamentais, promovem projetos de investimento estratégicos, no quadro da política de desenvolvimento apresentada nas Orientações de Médio Prazo.

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2021 ascendem a 942,2 milhões de euros, dos quais 720,8 milhões são da responsabilidade direta do Governo Regional.

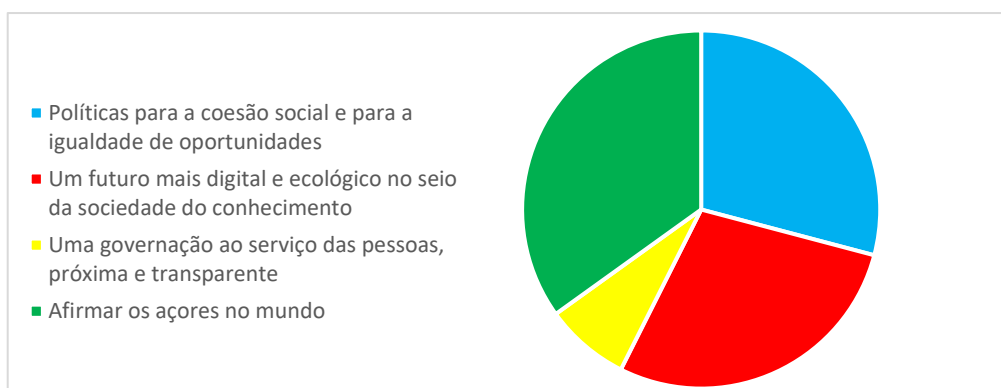
A dotação financeira afeta ao objetivo "Políticas para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades", ascende a cerca de 274,3 milhões de euros, absorvendo 29,1% do valor global do Investimento Público.

As áreas de intervenção que integram o objetivo "Um Futuro Mais Digital e Ecológico no Seio da Sociedade do Conhecimento" representam 28,3%, a que corresponde uma despesa prevista de 266 milhões de euros.

O objetivo "Uma Governação ao Serviço das Pessoas, Próxima e Transparente", dotado com 72,4 milhões de euros, representa 7,7% do valor global do Investimento Público.

Para "Afirmar os Açores no Mundo", está consagrada uma dotação de 328,9 milhões de euros, representando 34,9% do valor global.

Repartição do Investimento Público por Objetivos de Desenvolvimento



PLANO REGIONAL ANUAL 2021

Investimento Público 2021 - Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programas	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
TOTAL	942 249 803	720 840 251	221 409 552
Políticas para a Coesão Social e para a Igualdade de Oportunidades	274 317 437	211 518 368	62 799 069
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	53 536 667	53 536 667	
4. Educação	21 805 515	21 380 515	425 000
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil	60 955 686	60 955 686	
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	6 964 879	6 964 879	
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	107 874 847	45 500 778	62 374 069
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	23 179 843	23 179 843	
Um Futuro Mais Digital e Ecológico no Seio da Sociedade do Conhecimento	266 603 892	173 699 580	92 904 312
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	58 875 000	43 875 000	15 000 000
6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	116 410 973	55 492 782	60 918 191
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	40 297 164	25 297 164	15 000 000
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	11 646 316	9 760 195	1 886 121
9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território	17 547 272	17 447 272	100 000
10. Transportes, Turismo e Energia	6 000 001	6 000 001	
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	6 499 800	6 499 800	
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	9 327 366	9 327 366	
Uma Governação ao Serviço das Pessoas, Próxima e Transparente	72 354 857	70 244 757	2 110 100
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1 200 000	1 200 000	
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	3 000 000	3 000 000	
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	9 568 190	8 147 290	1 420 900
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	58 586 667	57 897 467	689 200
Afirmar os Açores no Mundo	328 973 617	265 377 546	63 596 071
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	350 000	350 000	
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	4 055 406	4 055 406	
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	1 465 604	1 465 604	
10. Transportes, Turismo e Energia	318 164 123	254 568 052	63 596 071
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	4 938 484	4 938 484	

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

Investimento Público 2021 - Desagregação por Entidade Executora

Euro

Programa	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
TOTAL	942 249 803	720 840 251	221 409 552
Presidência do Governo Regional			
1. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1 550 000	1 550 000	
Vice-Presidência do Governo Regional			
2. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	60 592 073	60 592 073	
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública			
3. Competitividade Empresarial e Administração Pública	68 443 190	52 022 290	16 420 900
Secretaria Regional da Educação			
4. Educação	21 805 515	21 380 515	425 000
Secretaria Regional da Saúde e Desporto			
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil	60 955 686	60 955 686	
Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural			
6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	116 410 973	55 492 782	60 918 191
Secretaria Regional do Mar e das Pescas			
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	41 762 768	26 762 768	15 000 000
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital			
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	18 611 195	16 725 074	1 886 121
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas			
9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território	17 547 272	17 447 272	100 000
Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia			
10. Transportes, Turismo e Energia	324 164 124	260 568 053	63 596 071
Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego			
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	114 374 647	52 000 578	62 374 069
Secretaria Regional da das Obras Públicas e Comunicações			
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	96 032 360	95 343 160	689 200

Investimento Público 2021 - Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Programa	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
TOTAL	942 249 803	720 840 251	221 409 552
Presidência do Governo Regional	1 550 000	1 550 000	
13. Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1 550 000	1 550 000	
Vice-Presidência do Governo Regional	60 592 073	60 592 073	
14. Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	60 592 073	60 592 073	
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública	68 443 190	52 022 290	16 420 900
15. Competitividade Empresarial e Administração Pública	68 443 190	52 022 290	16 420 900
Secretaria Regional da Educação	38 069 848	37 644 848	425 000
16. Educação	21 805 515	21 380 515	425 000
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	16 264 333	16 264 333	
Secretaria Regional da Saúde e Desporto	64 916 890	64 916 890	0
5. Saúde, Desporto e Proteção Civil	60 955 686	60 955 686	
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	3 961 204	3 961 204	
Secretaria Regional da Agricultura e do Desenvolvimento Rural	121 810 973	60 892 782	60 918 191
6. Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	116 410 973	55 492 782	60 918 191
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	5 400 000	5 400 000	
Secretaria Regional do Mar e das Pescas	47 961 958	32 961 958	15 000 000
7. Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	41 762 768	26 762 768	15 000 000
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	6 199 190	6 199 190	
Secretaria Regional da Cultura, da Ciência e Transição Digital	22 815 501	20 929 380	1 886 121
8. Cultura, Ciência e Transição Digital	18 611 195	16 725 074	1 886 121
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	4 204 306	4 204 306	
Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas	18 963 932	18 863 932	100 000
9. Ambiente, Alterações Climáticas e Território	17 547 272	17 447 272	100 000
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	1 416 660	1 416 660	
Secretaria Regional dos Transportes, Turismo e Energia	324 164 124	260 568 053	63 596 071
10. Transportes, Turismo e Energia	324 164 124	260 568 053	63 596 071
Secretaria Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego	114 374 647	52 000 578	62 374 069
11. Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	114 374 647	52 000 578	62 374 069
Secretaria Regional da das Obras Públicas e Comunicações	58 586 667	57 897 467	689 200
12. Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	58 586 667	57 897 467	689 200

V DESENVOLVIMENTO DA PROGRAMAÇÃO

O Plano Regional anual para 2021 estrutura-se em 12 programas que por sua vez integram 125 projetos e 615 ações.

Neste capítulo será apresentada a descrição de cada uma das ações previstas, o respetivo enquadramento em programa e projeto e as respetivas dotações financeiras.

Programa 1 – Informação, Comunicação e Cooperação Externa

Programação financeira

Euro			
Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
1 Informação, Comunicação e Cooperação Externa	1.550.000	1.550.000	
1.1 Apoio aos Media	1.077.500	1.077.500	
1.2 Jornal Oficial	50.000	50.000	
1.3 Coordenação da atividade governativa	72.500	72.500	
1.4 Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores	136.650	136.650	
1.5 Os Açores no espaço Europeu	213.350	213.350	

Programação material

1.1 Apoio aos Media

1.1.1 Programa de Apoio à Comunicação Social

Apoios a conceder aos órgãos de comunicação social, nos domínios do desenvolvimento digital, da difusão informativa inter-ilhas e para fora da Região, da acessibilidade à informação, valorização dos profissionais da comunicação social e apoio especial à produção, incentivando o estabelecimento de parcerias com entidades externas à Região; Iniciativas na área da comunicação social que contribuam para a formação dos agentes do setor e para a promoção externa da Região pelos diversos órgãos de comunicação social.

1.1.2 Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão

Reformulação do Portal do Governo dos Açores - Plataforma E-Citizen. Desenvolvimento da prestação de serviços digitais no relacionamento dos cidadãos com o Governo.

Iniciativas de facilitação da comunicação do cidadão com a Administração Pública Regional. Aumento da presença web dos departamentos do Governo Regional dos Açores e ações de melhoria da sua comunicação institucional.

1.1.3 Financiamento de obrigações específicas do serviço público de notícias e de televisão

Financiamento de obrigações complementares específicas do serviço público de televisão, como forma de assegurar a existência de um serviço que promova a cultura dos Açores e divulgue informação sobre a vida social, política, económica e desportiva de todas as ilhas e por todas as ilhas, contribuindo para a construção da Região como entidade política e para a consolidação da unidade dos Açores; Divulgação de informações de interesse geral, nomeadamente em matéria de saúde e segurança pública; Comparticipação de ações formativas e outros eventos que promovam a atualização e o desenvolvimento das competências profissionais dos colaboradores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. e da LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A. em exercício de atividade nos Açores.

1.2 Jornal Oficial

1.2.1 Acesso a bases de dados jurídicos

Disponibilização de acesso a bases de dados jurídicos pelos serviços da Administração Regional; Estudos e pareceres jurídicos relacionados com a produção regulamentar e iniciativa legislativa do Governo Regional; Atualização da plataforma de edição do Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores.

1.3 Coordenação da Atividade Governativa

1.3.1 Relações com entidades governamentais externas e com outras entidades

Coordenação da atividade governativa regional com órgãos de soberania, com entidades governamentais externas e com outras entidades; Dinamização de processos de construção coletiva das questões mais relevantes para o presente e futuro do desenvolvimento regional, nomeadamente através da realização de um ciclo de anos temáticos. Apoio a entidades públicas e privadas no âmbito de ações e projetos de desenvolvimento que visem a melhoria da qualidade de vida dos açorianos, a salvaguarda das tradições, usos e costumes ou a promoção da Região Autónoma dos Açores.

1.4 Relações com o Atlântico e Territórios de Interesse Estratégico para os Açores

1.4.1 Centralidade Atlântica

Dinamização e valorização da dimensão atlântica da Região nas relações com os Estados, entidades territoriais, instituições, organismos externos, com interesse económico, político e estratégico; aprofundamento do conhecimento e das potencialidades do espaço Atlântico, enquanto motor e vetor de áreas políticas essenciais como o ambiente, os transportes, o conhecimento científico, recursos naturais, entre outros; Valorização da dimensão

geoestratégica da RAA, com uma visão prospetiva e de fortalecimento dos laços históricos e diplomáticos, através da promoção externa da Região e de atividades, protocolos, atribuição de apoios e/ou parcerias relevantes para aquele fim. Implementação de projetos comuns com a Macaronésia e aprofundamento de relações bilaterais com estes e outros territórios estratégicos. Reforçar a aproximação às representações diplomáticas e organizações internacionais para a promoção da Região.

1.4.2 Formação e mobilidade regional e internacional

Promover a mobilidade interna e externa de jovens açorianos através do apoio a estágios regionais e internacionais, nomeadamente com a Bolsa Medeiros Ferreira, enquanto incentivo à candidatura junto do Colégio da Europa e do Programa Estagiar Europa, com a realização de estágios no Gabinete da RAA, em Bruxelas.

1.4.3 HEXAGONE

Projeto estratégico de cooperação aprovado no âmbito do Programa de Cooperação Territorial MAC 2014-2020 com uma duração inicial de 4 anos (2016-2019) e prorrogado até 31 de dezembro de 2022. Integra seis parceiros, três deles europeus (Açores, Madeira e Canárias) e três não europeus (Cabo Verde, Senegal e Mauritânia) e tem por objetivos, por um lado, o aumento da cooperação entre os espaços europeu e não europeu do projeto e, por outro, o desenvolvimento de competências que possibilitem a concertação entre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e outros fundos europeus, potenciando o surgimento de novos projetos.

1.4.4 Ilhas de Inovação

Projeto de cooperação aprovado no âmbito do Programa de Cooperação Territorial INTERREG Europa com a duração de 5 anos (2017 – 2021). Integrando sete parceiros insulares dos Países Baixos, Dinamarca, Portugal, França, Grécia e Estónia, este projeto tem por objetivo a identificação e criação de oportunidades de diversificação das economias das regiões parceiras do projeto através da melhoria das suas políticas de inovação, nomeadamente no contexto dos setores da Estratégia de Especialização Inteligente.

1.4.5 INTEGRA

O Programa de Integração de Mercados e Desenvolvimento Económico e Social Regional da Macaronésia aprovado no âmbito do Programa de Cooperação Territorial Interreg Mac 2014-2020, pretende fortalecer a cooperação institucional entre as regiões da Macaronésia, através do desenvolvimento de uma estratégia conjunta em áreas de desenvolvimento económico, social e cultural, pretendendo fortalecer os setores estratégicos de alto valor agregado, como: economia azul, turismo sustentável, I&D, energia, entre outros, identificando os setores com maior potencial, capazes de gerar emprego e riqueza em cada uma das regiões, assim como em todo o espaço da Macaronésia.

1.5 Os Açores no Espaço Europeu

1.5.1 Relações transnacionais, inter-regionais e com as Instituições Europeias

Aprofundar a participação da RAA em palcos e espaços de cariz internacional, nacional e inter-regional. Relançar o conceito de ultraperiferia, com uma nova abordagem da aplicação do artigo 349.º do TFUE; dinamizar a relação da Região nos organismos de cooperação inter-regional que faz parte e junto das instituições nacionais e europeias, através de uma ação interventiva, participativa e defensora dos interesses da RAA. Estabelecer e aprofundar relações, atividades, protocolos; atribuir apoios e promover parcerias com entidades territoriais congéneres e outras instituições e/ou entidades, nacionais ou estrangeiras, relevantes para o interesse da Região.

1.5.2 Açores na Europa

Consolidar a ação e função do Gabinete de Representação da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas, enquanto defensor e promotor dos interesses da Região junto das instituições e órgãos da União Europeia. Promover o aprofundamento do conceito de ultraperiferia e das políticas subjacentes, como ponto de viragem para uma abordagem mais integradora da RAA e RUPs na UE. Apoiar a preparação de quadros da administração regional para o acompanhamento, conhecimento e especialização em áreas e políticas da UE com interesse para o desenvolvimento da RAA. Apoiar as instituições, organismos públicos e privados, associações, entre outros, da RAA, que assim solicitem, ações junto da UE. Celebrar protocolos, estabelecer parcerias e atribuir apoios destinados à aproximação dos Açores e a UE neste âmbito.

1.5.3 Promoção dos valores e cidadania europeia

Promover e dinamizar a divulgação da UE e dos seus valores junto das escolas da RAA e da sociedade civil em geral. Promover a celebração de efemérides Europeias, como o Dia da Europa, através de iniciativas que impulsionem o conhecimento da UE. Aprofundar a relação com os Clubes Europeus e incentivar a sua ação pedagógica e difusora das temáticas europeias junto das comunidades escolares da RAA. Criar programas e atividades que apelem aos valores de cidadania e de democracia junto do ensino básico e divulgá-los junto dos órgãos da União Europeia e demais entidades. Dinamizar espaços para a informação e documentação europeia. Apoiar atividades/projetos, celebrar protocolos, parcerias com entidades promotoras das temáticas europeias.

Programa 2 – Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades

Programação financeira

				Euro
	Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
2	Solidariedade, Igualdade, Habitação, Poder Local e Comunidades	60.592.073	60.592.073	
2.1	Apoio à Infância e Juventude	3.025.296	3.025.296	
2.2	Apoio à Família, Comunidade e Serviços	7.554.477	7.554.477	
2.3	Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	6.356.737	6.356.737	
2.4	Apoio a Idosos	4.001.635	4.001.635	
2.5	Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e combate à Pobreza	12.533.719	12.533.719	
2.6	Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	9.221.986	9.221.986	
2.7	Arrendamento Acessível e Cooperação	10.395.930	10.395.930	
2.8	Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	381.328	381.328	
2.9	Recuperação dos efeitos da intempérie Lorenzo	2.233.000	2.233.000	
2.10	Cooperação com os Municípios	177.459	177.459	
2.11	Cooperação com as Freguesias	655.100	655.100	
2.12	Emigrado e Regressado	63.020	63.020	
2.13	Identidade Cultural e Açorianidade	171.550	171.550	
2.14	Imigrado e Interculturalidade	120.430	120.430	
2.15	Aerogare Civil das Lajes	3.700.406	3.700.406	

Programação material

2.1 Apoio à Infância e Juventude

2.1.1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude

Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude.

- 2.1.2 Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens
- Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens através da ação do Comissariado dos Açores para a Infância.
- 2.1.3 Reabilitação e requalificação de creches e Centro de Atividades de Tempos Livres
- Reabilitação do Centro de Atividades de Tempos Livres da Lomba do Alcaide e Obras de adaptação do edifício sede do Centro Comunitário da Terra-Chã.
- 2.1.4 Rede de Amas
- Esta medida pretende a criação de vagas através do alargamento da rede de amas existentes na RAA, permitindo assim a mais famílias a conciliação da vida profissional com a familiar.
- 2.1.5 Construção de Creche em Santo António - Associação para o Desenvolvimento, em Ponta Delgada (São Miguel)
- O equipamento pretendido irá dar a resposta necessária não apenas à freguesia, mas ao conjunto delimitado entre Fenais da Luz – a nascente – e os Mosteiros – a poente – tornando-se assim um equipamento com impacto em toda a costa norte de Ponta Delgada.
- 2.1.6 Obras de beneficiação do infantário "O Carrocel"- Associação dos Funcionários da Administração Regional da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo
- Obras em curso de beneficiação do infantário "O Carrocel" em Angra do Heroísmo, da AFARIT.
- 2.1.7 Ampliação da Creche da Maia - Casa do Povo da Maia, na Ribeira Grande (São Miguel)
- Ampliação da Creche da Maia, sendo o dono de obra é a Casa do Povo da Maia.
- 2.1.8 Adaptação de edifício e aquisição de terreno para apoio à creche Coriscolândia - Kairós em Ponta Delgada (São Miguel)
- Aquisição de terreno e obras de beneficiação do Centro de Férias.
- 2.1.9 Construção de Centro de Atividades de Tempos Livres na Candelária - Associação de Juventude da Candelária em Ponta Delgada (São Miguel)
- Este investimento vai permitir que as valências possam ter infraestruturas dignas, com os parâmetros de acordo com a legislação vigente. As atuais infraestruturas das respostas sociais, nomeadamente CATL e Centro de Convívio para Idosos, não obedecem aos parâmetros mínimos.
- 2.1.10 Substituição da cobertura do edifício e pintura interior da creche "A Pequenada" - Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)
- Obras em curso de substituição da cobertura do edifício e pintura interior da creche "A Pequenada", sendo o dono de obra é a Santa Casa de Ponta Delgada.

- 2.1.11 Adaptação de edifício para Centro de Atividades de Tempos Livres de Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto (Santa Maria)

Obra em curso de adaptação de edifício para o Centro de Atividades de Tempos Livres de Santa Maria, cujo o dono de obra é a Santa Casa de Vila do Porto.

- 2.1.12 Requalificação da Creche o Girassol - Centro de Bem Estar Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores (Flores)

Requalificação da Creche o Girassol.

2.2 Apoio à Família, Comunidade e Serviços

- 2.2.1 Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores

Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores.

- 2.2.2 CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico

CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico.

- 2.2.3 Apoios para combate à pandemia Covid-19

Apoios para combate à pandemia Covid-19, através das IPSS e ISSA.

- 2.2.4 Requalificação da casa dos doentes deslocados nos Açores

Requalificação da casa dos doentes deslocados na ilha do Faial.

- 2.2.5 Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços da Segurança Social

Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços da Segurança Social.

- 2.2.6 Criação do Centro de Acolhimento da Horta - Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial)

Criação do Centro de Acolhimento da Horta, pela Santa Casa da Misericórdia da Horta.

- 2.2.7 Modernização do parque de viaturas das IPSS e Misericórdias

As instituições de cariz social apresentam algumas limitações no acesso às populações, desde o apoio no transporte para os mais jovens, bem como na rede domiciliária dos mais idosos, pelo que a promoção de aquisição de viaturas, é sem dúvida uma forma de mitigar as distâncias entre as respostas sociais e a população, promovendo o acesso a serviços e respostas. Por outro lado, a aquisição de novas viaturas também surge como necessidade de renovar as frotas automóveis, respeitando por exemplo os valores recomendáveis de emissões de gases CO2 considerados poluentes. Numa ótica mais expectante, a substituição por

viaturas híbridas ou totalmente elétricas, indo ao encontro da máxima da EU, a promoção de energias limpas.

- 2.2.8 Construção do Centro Intergeracional de Santo Antão - Centro Paroquial e Social de Santo Antão na Calheta (São Jorge)

Este investimento permitirá melhorar os serviços prestados pelo Centro Paroquial e Social de Santo Antão, uma vez que se trata da única instituição nesta zona geográfica a prestar este apoio à comunidade.

- 2.2.9 Construção do Edifício Intergeracional da Feteira da Horta - 2ª Fase - Casa do Povo da Feteira na Horta (Faial)

Este investimento permitirá construir um ATL e Centro de Dia.

- 2.2.10 Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo - 2ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (São Miguel)

Esta fase inclui o edifício do Centro de Dia e Centro de Noite.

- 2.2.11 Criação do Centro de Acolhimento Temporário na Urzelina - Instituto de Santa Catarina (São Jorge)

Criação do Centro de Acolhimento Temporário na Urzelina.

2.3 Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais

- 2.3.1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência

Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência.

- 2.3.2 Construção de Centro de Atividades de Tempos Livres Inclusivo e de Centro de Dia Especializado – Lajes das Flores

Esta construção visa colmatar a lacuna existente na Ilha das Flores, no apoio a pessoas com deficiência e que necessitam de cuidados para realizar atividades básicas diárias, importando referir o elevado número de Doentes de Machado Joseph existentes naquela ilha.

- 2.3.3 Adaptação de Edifício a Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial e a Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial)

Este investimento visa colmatar uma das necessidades de reinstalação das valências de CATL inclusive, CAO e Lar residencial que se encontram em instalações pouco condignas, especialmente o CAO E Lar residencial que se encontram em edifício pré-fabricado.

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

- 2.3.4 Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade - Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (Terceira)

Obra que se destina a pessoas com demências, da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

- 2.3.5 Reabilitação de edifício para Centro de Apoio à Deficiência - Aurora Social em Ponta Delgada (São Miguel)

Obra em curso de reabilitação de edifício para Centro de Apoio à Deficiência, da Associação Aurora Social e APPDA, no concelho de Ponta Delgada.

- 2.3.6 Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel

Obra em curso de construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel, da Associação de Paralisia Cerebral de São Miguel.

- 2.3.7 Construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais na Lagoa - 1ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa (São Miguel)

Construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais na Lagoa, pela Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa.

- 2.3.8 Construção do Centro de Atividades Ocupacionais da Zona Norte de Ponta Delgada - Associação de Desenvolvimento e Promoção de Santa Bárbara em Ponta Delgada (São Miguel)

Construção de um CAO e Lar Residencial através da Associação de Desenvolvimento e Promoção de Santa Bárbara.

- 2.3.9 Construção do Centro de Atividades Ocupacionais no Pico - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico)

Este investimento visa colmatar uma das necessidades de reinstalação da valência de CAO uma vez que se encontram em edifício pré-fabricado.

- 2.3.10 Adaptação de imóvel a Lar Residencial em Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto

Aquisição de imóvel e obra, visto que não existe esta valência em Santa Maria.

2.4 Apoio a Idosos

- 2.4.1 Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos

Criação, melhoramento e apetrechamento de centros de dia, centros de noite, serviços de apoio ao domicílio, por forma a assegurar mais e melhores respostas de proximidade aos idosos.

- 2.4.2 Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa
Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa.
- 2.4.3 Rede de Cuidados Continuados dos Açores
Apoio à implementação da Rede de Cuidados Continuados Integrados (RCCI) dos Açores.
- 2.4.4 Idosos em casa "Novos Idosos"
Aging in place significa a capacidade dos idosos continuem a viver em casa e na comunidade ao longo do tempo, com segurança e de forma independente. Esta medida consiste na criação de um projeto piloto de proximidade, através da constituição de um grupo de trabalho multidisciplinar de acompanhamento do plano de cuidados do idoso, bem como através do apoio financeiro ao seu cuidador informal.
- 2.4.5 Criação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)
Criação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada Obra a iniciar em 2021, com o fim previsto para 2023.
- 2.4.6 Remodelação e ampliação do Lar de Idosos da Praia da Graciosa - Santa Casa da Misericórdia da Praia da Graciosa (Graciosa)
Este investimento capacita a IPSS de aumento de capacidade necessário/possível, tendo por base a lista de espera, bem como a regularização de questões estruturais existentes no edifício.
- 2.4.7 Ampliação e requalificação da Casa de Repouso João Inácio de Sousa, nas Velas (São Jorge)
Este investimento capacita a IPSS de aumento de capacidade necessário/possível, tendo por base a lista de espera, bem como a regularização de questões estruturais existentes no edifício.
- 2.4.8 Construção do Centro de Convívio de Castelo Branco - Casa do Povo de Castelo Branco (Faial)
A valência é existente e funciona em infraestrutura pertença da Diocese, sendo que o espaço é utilizado em simultâneo por diversas atividades, obrigando a IPSS muitas vezes a cancelar a atividade. Pretende-se com este novo investimento dotar a IPSS de um edifício próprio condigno para a atividade exercida.
- 2.4.9 Ampliação do Centro de Dia da Conceição - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial
Este investimento capacita a IPSS de aumento de capacidade necessário/possível, tendo por base a lista de espera, bem como regularização questões estruturais existentes no edifício.

- 2.4.10 Reabilitação da Estrutura Residencial para Idosos - Santa Casa da Misericórdia do Nordeste (São Miguel)

Reabilitação da Estrutura Residencial para Idosos pela Santa Casa da Misericórdia do Nordeste.

- 2.4.11 Ampliação do Centro de Alojamento temporário da Madalena - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico)

Ampliação do Centro de Alojamento Temporário da Madalena.

- 2.4.12 Reconstrução e Ampliação de ERPI para Criação de valência de Centro de Alojamento Temporário em São Roque do Pico - Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico

Reconstrução e Ampliação de ERPI para criação de valência de Centro de Acolhimento Temporário em São Roque do Pico.

2.5 Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza

- 2.5.1 Projetos de intervenção social de carácter inovador e experimental

Projetos ligados à violência doméstica e ao movimento da Vida independente na Região

- 2.5.2 Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas

Campanhas que sensibilizem a comunidade para a problemática, designadamente encontro regional de PLPCVDG e Redes e diversas campanhas de informação, sensibilização e publicitárias.

- 2.5.3 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens

Em particular os projetos oriundos de contextos familiares desestruturados, através do desenvolvimento de estratégias facilitadoras e de promoção de estilos de vida saudáveis, de ocupação orientada dos tempos livres, da prevenção de comportamentos de risco e da promoção de parentalidade positiva.

- 2.5.4 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos

Implementação de estratégias de apoio integrado e de cuidado, tendo como objetivo reduzir riscos de pobreza e de exclusão, bem como prevenir riscos de violência sobre este grupo. Nesta ação estão previstas ações que promovam o descanso do cuidador e a sua formação.

- 2.5.5 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade
- Implementação de estratégias integradas e de cuidado, bem como ações que promovam o desenvolvimento de competências pessoais, profissionais e sociais da pessoa com deficiência e a ocupação de tempos livres.
- 2.5.6 Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social
- Projetos de nível da reinserção sociofamiliar ou profissional ou da integração em programas/formação, com vista à promoção da Igualdade de Oportunidades, bem como projetos de desenvolvimento local.
- 2.5.7 Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada
- Criação de equipas com atuação local ao nível da prevenção, combate e atuação em situações de Violência Doméstica, bem como equipas que trabalhem a promoção da Igualdade de Oportunidades.
- 2.5.8 Apoio técnico e capacitação das IPSS
- Formação e capacitação das IPSS; Auditoria e consultoria às IPSS no âmbito da qualidade dos serviços e Estudos.
- 2.5.9 Fundo Regional de Ação Social
- Mecanismo de apoio às famílias e de colaboração com IPSS, com vista a amenizar as desigualdades socioeconómicas, promotor da solidariedade e da coesão social.
- 2.5.10 Medidas de combate à pobreza
- Criação de novas medidas de apoio às famílias, com reforço de competências pessoais para autonomia e inserção.
- 2.5.11 Garantir a igualdade de oportunidades a jovens de famílias carenciadas, na permanência no ensino superior - Propinas
- Apoiar o pagamento de despesas aos estudantes universitários residentes nos Açores, cujos agregados se encontram em situação de grave carência económica.
- 2.5.12 COMPAMID
- Complemento para aquisição de medicamentos para idosos, criado pelo DLR n.º 4/2008/A, publicado em DR de 26 de fevereiro de 2008, com reforço do apoio financeiro.
- 2.5.13 Sénior Ativo
- Promoção da mobilidade inter-ilhas das pessoas idosas e/ou com necessidades especiais como medida potenciadora de um envelhecimento ativo.

2.6 Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional

2.6.1 Promoção e apoio à habitação própria e a custos controlados

Subsídios não reembolsáveis a atribuir às famílias para comparticipação na aquisição, construção, ampliação e alteração de habitação própria, ao abrigo do regime instituído pelo DLR nº 59/2006/A, de 29 de dezembro.

2.6.2 Operações urbanísticas e reabilitação de infraestruturas habitacionais

Obras de urbanização e de reabilitação para disponibilização de fogos a pessoas singulares e de lotes a pessoas singulares e coletivas destinados à promoção de habitação própria permanente e à habitação de custos controlados, respetivamente, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº 21/2005/A, de 3 de agosto.

2.6.3 Reabilitação do parque habitacional da Região

Obras de recuperação e reabilitação de habitações atribuídas a famílias em regime de arrendamento apoiado, Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional nº 23/2009/A, de 16 de dezembro.

2.6.4 Programa "Casa Renovada, Casa Habitada" e combate à infestação por térmitas

Apoios financeiros a atribuir às famílias ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº 11/2019/A, de 24 de maio, para obras de reabilitação, reparação e beneficiação de fogos destinados a habitação permanente ou para arrendamento, bem como no combate à infestação por térmitas, cujo regime foi instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº 22/2010/, de 30 de junho.

2.6.5 Salvaguarda habitacional em zonas de risco

Operações de realojamento de famílias a residir em zonas de risco, nomeadamente falésias, orla costeira e leitos de ribeiras, quer diretamente, quer através de contratos ARAAL a celebrar com os respetivos municípios.

2.6.6 Operações de inserção e reintegração social

Estudo, avaliação e apoio ao desenvolvimento de políticas e medidas de inserção social de famílias. Investimentos no âmbito da estrutura técnica de cooperação e de planeamento interdepartamental e interdisciplinar.

2.7 Arrendamento Acessível e Cooperação

2.7.1 Incentivo e apoio ao arrendamento

Subsídios ao arrendamento de prédios ou de frações autónomas de prédios urbanos, destinados à habitação, a atribuir a famílias, ao abrigo do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº 23/2009/A, de 16 de dezembro, denominado por Famílias com Futuro.

2.7.2 Construção/arrendamento de fogos para arrendamento/subarrendamento apoiado

Operações a levar a efeito com vista aumentar a oferta pública de habitação, quer pela via de novas construções, quer pela via da aquisição e/ou arrendamento do stock existente, para atribuição a famílias mais vulneráveis em regime de arrendamento/subarrendamento apoiado, no âmbito do regime instituído pelo Decreto Legislativo Regional nº 23/2009/A, de 16 de dezembro.

2.7.3 Cooperação com autarquias - acordos de colaboração IHRU/RAA/municípios

Encargos com empréstimos contraídos para construção/aquisição de habitação destinada a realojamento de famílias residentes em barracas ou situações abarracadas, no âmbito dos contratos ARAAL celebrados com os municípios de Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande, Vila Fraca do Campo, Povoação, Nordeste, Angra do Heroísmo e Praia da Vitória.

2.7.4 Condomínios e seguros

Encargos com quotas de condomínio e seguro nos prédios em regime de propriedade horizontal em que a Região é detentora de frações habitacionais atribuídas em regime de arrendamento apoiado, instituído pela Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro.

2.8 Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica

2.8.1 Reabilitação, conservação e manutenção de instalações

Reabilitação, conservação e manutenção dos Serviços da DRH dispersos nas várias ilhas da RAA de modo a assegurar melhor qualidade no atendimento às pessoas.

2.8.2 Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços

Atualização do equipamento informático e respetivo software.

2.9 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo

2.9.1 Apoio à reabilitação em habitações danificadas pela intempérie

Apoios atribuídos a famílias cujas habitações ficaram danificadas na sequência da passagem do furacão Lorenzo.

2.9.2 Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais

Cumprimento dos contratos ARAAL assinados com os Municípios afetados pela Intempérie Lorenzo.

2.10 Cooperação com os Municípios

2.10.1 Cooperação Técnica com os Municípios

Apoio técnico aos eleitos locais e trabalhadores dos municípios, associações de municípios e serviços municipalizados. Participação dos técnicos superiores em reuniões de âmbito nacional (SATAPOCAL e de coordenação jurídica) e de âmbito regional (acompanhamento da elaboração e aplicação dos instrumentos de ordenamento do território e reuniões de aperfeiçoamento jurídico). Formação dos técnicos e dirigentes sobre matérias das autarquias locais. Aquisição e manutenção de equipamento informático e administrativo.

2.10.2 Cooperação Financeira com os Municípios

Encargos de funcionamento das reuniões dos Conselhos de Ilha (DLR nº 11/2015/A, de 14 de abril). Cooperação financeira a projetos de investimento municipal que visam a reparação dos estragos causados pela ocorrência de intempéries, situações imprevisíveis e excecionais (Decreto Legislativo Regional nº 24/2015/A, de 10 de novembro).

2.10.3 Eleições

Organização e acompanhamento dos processos relativos aos atos eleitorais.

2.11 Cooperação com as Freguesias

2.11.1 Cooperação Técnica com as Freguesias

Apoio técnico aos Eleitos Locais e trabalhadores das Freguesias. Organização de Seminários/workshops.

2.11.2 Cooperação Financeira com as Freguesias

Atribuição de apoios financeiros às freguesias açorianas. Comparticipação de projetos municipais de aquisição/construção/grande reparação de edifícios sede de juntas de freguesia. Apoio a pedidos da ANAFRE para despesas correntes. (Decreto Legislativo Regional nº 24/2015/A, de 10 de novembro).

2.12 Emigrado e Regressado

2.12.1 Inclusão e Intervenção Social

Apoio aos emigrados e regressados, em diversas áreas, e realização de iniciativas que visem a plena integração nas sociedades de acolhimento.

2.12.2 Cooperação

Cooperação com entidades, instituições e organizações, sem fins lucrativos, com o objetivo da integração dos emigrantes e regressados açorianos nas sociedades de acolhimento; dinamização de iniciativas socioculturais.

2.12.3 Participação Ativa na Diáspora

Realização e/ou apoio a iniciativas que promovam o debate e reflexão sobre as comunidades emigradas e regressadas, com vista à apresentação de linhas orientadoras de políticas e ação para a sua plena integração e participação ativa nas sociedades de acolhimento.

2.12.4 Iniciativas de Promoção da Integração

Apoio a projetos e realização de iniciativas que visem estudos sobre os movimentos emigratórios açorianos e/ou integração dos emigrantes e regressados açorianos nas diversas sociedades de acolhimento.

2.13 Identidade Cultural e Açorianidade

2.13.1 Juventude e Açorianidade

Realização e/ou apoio a intercâmbios entre agentes dos Açores e das comunidades emigradas; juventude; iniciativas que promovam o debate e reflexão sobre a Açorianidade no mundo e sua promoção; resgate do legado cultural.

2.13.2 Resgate, Preservação e Divulgação da Identidade Cultural e Açoriana

Realização e/ou apoio a iniciativas que promovam o resgate e a preservação da identidade cultural açoriana no mundo, em especial onde existiram/existam comunidades açorianas; dinamização do movimento associativo comunitário da Diáspora Açoriana; divulgação e afirmação da Açorianidade nas sociedades de acolhimento.

2.13.3 Cooperação

Cooperação com Casas dos Açores; instituições sem fins lucrativos e/ou associações várias no âmbito da preservação e divulgação da identidade cultural açoriana; dinamização de iniciativas que visem a promoção dos Açores e a afirmação da Açorianidade e no mundo.

2.13.4 Relacionamento Açores/ Comunidades/ Açores e Afirmação da Açorianidade

Apoio a projetos que visem a preservação e divulgação da cultura açoriana; projetos informativos sobre a RAA e sobre as suas comunidades emigradas; intercâmbios entre agentes dos Açores e das comunidades; iniciativas que contribuam para o reforço da presença do Açores no mundo.

2.14 Imigrado e Interculturalidade

2.14.1 Integração e Educação Intercultural

Apoio aos imigrados na RAA, em diversas áreas e realização de iniciativas que visem a plena integração na sociedade açoriana; a promoção da interculturalidade; a divulgação da diversidade cultural.

2.14.2 Cooperação

Cooperação com entidades, instituições e associações, sem fins lucrativos, com o objetivo da integração dos imigrados na RAA e preservação da identidade cultural dos mesmos; dinamização de iniciativas que visem a promoção da interculturalidade; o aprofundamento do relacionamento com os países de origem dos imigrantes residentes nos Açores.

2.14.3 Iniciativas de Promoção da Integração, Diversidade e Interculturalidade

Apoio a projetos candidatos e realização de iniciativas que visem estudos sobre movimentos migratórios na RAA e/ou integração dos imigrados e promoção da interculturalidade nos Açores.

2.14.4 Regions for Migrants and Refugees Integration

Projeto aprovado 863635 REGIN - Candidatura realizada pela CRPM e aprovada no âmbito do FAMI - Fundo Asilo, Migração e Integração sendo a DRCOM entidade parceira. Visa melhorar as competências das instituições na integração dos migrantes, fornecendo um conjunto de ferramentas para auxiliar neste propósito; definir indicadores de integração a nível regional e desenvolver simultaneamente ferramentas para harmonizar objetivos, instrumentos de medição e informação entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil para aplicação de medidas de integração.

2.15 **Aerogare Civil das Lajes**

2.15.1 Conservação, manutenção e apetrechamento

Desenvolvimento da estratégia para a sustentabilidade do destino turístico Açores. Desenvolvimento de Programas com vista à dinamização das empresas do setor do Turismo. Continuação de uma política de prevenção contra a disseminação do Vírus SARS- COV-2.

2.15.2 Construção do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes

Construção de um Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes.

Programa 3 – Competitividade Empresarial e Administração Pública

Programação financeira

		Euro		
Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Outros Fundos
3	Competitividade Empresarial e Administração Pública	68.443.190	52.022.290	16.420.900
3.1	Competitividade empresarial	58.875.000	43.875.000	15.000.000
3.2	Emprego e Qualificação Profissional	50.000	50.000	
3.3	Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional	558.451	558.451	
3.4	Eficiência no Serviço Público ao Cidadão	2.520.900	1.100.000	1.420.900
3.5	Serviços Sociais	173.400	173.400	
3.6	Estatística	115.439	115.439	
3.7	Planeamento e Finanças	6.150.000	6.150.000	

Programação material

3.1 Competitividade Empresarial

3.1.1 Sistemas de incentivos à competitividade empresarial

Nesta ação incluem-se os apoios atribuídos às empresas no âmbito dos diversos sistemas de incentivos ao investimento privado geridos pela Direção Regional de Apoio ao Investimento e Competitividade, nomeadamente, Competir+ e Vales. Relativamente às medidas criadas em resposta ao surto da Covid-19, inserem-se nesta ação os apoios a conceder no âmbito do Programa de Manutenção do Emprego, Apoio aos Custos Operacionais das Empresas do Setor do Turismo, Adaptar e APOIAR.PT Açores. Engloba também os encargos com o acompanhamento dos programas.

3.1.2 Fomento do empreendedorismo

Fomento do espírito empreendedor junto dos jovens, mediante a realização de ações diversas, designadamente através do Concurso Regional de Empreendedorismo.

3.1.3 Instrumentos Financeiros

Atribuição de apoios sobre a forma de instrumentos financeiros, criados em articulação com o Banco de Fomento.

3.1.4 Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário

Pagamento dos encargos resultantes da execução do Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário, abrangendo o pagamento de juros e garantias.

3.1.5 Recapitalização das empresas

Investimento RE-PP-C5-i5 - RAA - Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores.

3.1.6 Linha Covid-19 - Fundo Contragarantia

Apoiar as empresas na sequência da pandemia da Covid-19.

3.2 Emprego e Qualificação Profissional

3.2.1 Formação Profissional (CEFAPA)

Disponibilizar a todos os serviços das Administrações Regional e Local uma oferta formativa direcionada, eficaz e eficiente por forma a responder às necessidades dos trabalhadores, prevendo na sua oferta formativas ações proactivas, alinhadas com as políticas estratégicas de desenvolvimento dos seus recursos humanos.

3.3 Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional

3.3.1 Modernização e Reforma da Administração Pública Regional

Aquisição de trabalhos especializados, serviços e software informático no âmbito da execução de projetos na área da inovação, modernização e simplificação administrativa, a executar pela EMRAP (Estrutura de Missão de Modernização e Reforma da Administração Pública dos Açores), bem como relativos ao desenvolvimento do sítio de internet e plataforma tecnológica de gestão e do ebook do PEMRAP (Plano estratégico de modernização e reforma da Administração Pública Regional). Aquisição de outros trabalhos especializados tendo em vista a capacitação de equipa(s) técnica(s) no âmbito, da gestão de projetos e desenho de serviços públicos, e.g., e do desenvolvimento do sistema de gestão da informação do Governo dos Açores. Aquisição de outros trabalhos especializados, serviços e software informático para operacionalização de futuras edições do OP Açores. Promoção de reuniões de trabalho no âmbito das atribuições e competências da EMRAP. Aquisição de equipamento administrativo e de informática, e ferramentas e utensílios, para dotação dos novos postos de trabalho da estrutura de missão.

3.3.2 Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores

Implementação de novos módulos no SIGRHARA visando a disponibilização de ferramentas de gestão de pessoal junto dos organismos, nomeadamente a nível de gestão de avaliação de desempenho, definição de matrizes de competências, planeamento de atividades, disponibilidade em plataformas móveis. Continuidade do contrato de manutenção do SIGRHARA. Deslocações para formação SIGRHARA junto dos serviços em todas as ilhas. Aquisição de computador para atualização de recursos tecnológicos e auscultadores telefónicos.

3.3.3 Promoção da Qualidade nos Serviços da Administração Pública Regional

Realização e participação em eventos, reuniões de trabalho e ações de formação, no âmbito dos projetos de implementação de sistemas de gestão pela qualidade na administração e de reorganização/reestruturação de serviços.

Encargos no âmbito do Serviço Comum de Segurança e Saúde no Trabalho. Aquisição de equipamento administrativo e informático. Licenciamento GERFIP e representação institucional. Auditorias externas de acompanhamento e de renovação da certificação segundo a NP EN ISO 9001:2015 (2018 a 2020) do Sistema de Gestão da Qualidade DROAP.

3.3.4 Desmaterialização de processos

Promover a transformação digital nos serviços da SRFPAP em áreas como as Tecnologias de Informação e Comunicação e dos Sistemas de Informação. Garantir soluções tecnológicas que permitam promover a difusão de informação, a desmaterialização ou prestação digital de serviços, o alargamento dos canais de prestação de serviço público digital,

3.3.5 Rede Integrada de Gestão de Processos na Administração Pública - Açores/Cabo Verde 2020 (RIGPAP-ACV) - Projeto MAC2-5.11A-357

Desenvolvimento de um projeto de modernização e simplificação administrativa, com enfoque na intervenção nos "processos de negócio" da Administração Pública dos Açores e Cabo Verde, potenciando a criação de uma plataforma de utilização partilhada, com o objetivo de promover a otimização de processos e melhorar a eficiência e eficácia da resposta ao cidadão.

3.3.6 Central de serviços partilhados da Ilha de Santa Maria

Operacionalização da Central de Serviços Partilhados da Ilha de Santa Maria, em conformidade com o DRR nº 2/2017/A, de 1 de junho, designadamente o previsto no artigo 7º, alíneas k) e l).

3.4 Eficiência no Serviço Público ao Cidadão

3.4.1 Rede Integrada de Apoio ao Cidadão

No plano de investimento para 2021 destaca-se o investimento necessário à contínua evolução da infraestrutura tecnológica da RIAC. Prevê-se a conclusão de instalação do novo data Center na RIAC e a conclusão da renovação dos equipamentos biométricos associados à emissão do Cartão de Cidadão e do Passaporte Eletrónico.

Por outro lado, incluem-se ainda os custos operacionais inerentes ao projeto RIAC (55 Lojas de Atendimento, Sede, Centro de Contactos e Página de Internet), nomeadamente: assessoria de comunicações, material de escritório, aluguer de circuitos de voz e dados, comunicações, deslocações e estadas, assistência técnica e outras prestações de serviços.

3.5 Serviços Sociais

3.5.1 Serviços de apoio aos funcionários públicos

Concessão de apoios financeiros às duas associações de funcionários públicos da Região, AFARIT e COOPDELGA, nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 7/84/A, de 2 de fevereiro. Apoio socioeconómico aos funcionários públicos em situação socialmente gravosa e urgente nos termos dispostos no Decreto Legislativo Regional n.º 33/2011/A, de 5 de dezembro.

3.6 Estatística

3.6.1 Produção, Tratamento e Divulgação de Informação Estatística Oficial

Desenvolvimento de projetos estatísticos. Aquisição de equipamento tecnológico (servidores, equipamentos individuais, software, outros equipamentos diversos). Aquisição de material administrativo e de escritório. Deslocações externas ao serviço, com vista ao desenvolvimento e implementação de novos projetos estatísticos, incluindo contato com outras instituições, testes de metodologias e aplicação das mesmas. Divulgação e difusão de informação estatística oficial, incluindo atividades promotoras de uma cidadania ativa e consciente, através da realização de ações com vista à promoção da literacia estatística.

3.6.2 ECOMAC MAC/5.1a/004

Projeto INTERREG ECOMAC MAC/5.1a/004 - Métodos econométricos aplicados a séries de conjuntura económica. Implementação e execução do projeto.

3.6.3 MEDECOAZUL MAC2/5.11a/232

Projeto INTERREG MEDECOAZUL MAC2/5.11a/232 - Desenvolvimento de indicadores, baseados em estatísticas oficiais, para avaliação e medição da Economia Azul. Implementação e execução do projeto.

3.6.4 Estatísticas Oficiais para uma Cidadania Inclusiva

Implementação de uma nova estrutura de gestão da informação, incluindo servidores, DataWarehouse e outras infraestruturas tecnológicas, apropriadas e adequadas que permitam gerir de forma mais eficiente e eficaz a informação recolhida e produzida pelo SREA, para mais fácil disponibilização da informação a todos os utilizadores, respeitando todos os preceitos relativos à acessibilidade da informação, nomeadamente através da implementação da norma WCAG 2.1 - Web Content Accessibility Guidelines.

3.7 Planeamento e Finanças

3.7.1 Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais

Exercício de funções de Autoridade de Gestão e do processo de gestão, acompanhamento e monitorização do PO Açores 2020. Monitorização e acompanhamento do programa de cooperação territorial Madeira, Açores e Canárias 2014-2020 - INTERREG VA e trabalhos de preparação do REACT-EU e do PRR. Trabalhos de preparação do próximo período de programação 2021-2027. Exercício das funções delegadas enquanto organismo intermédio do COMPETE 2020. Adequação tecnológica dos serviços para a concretização dos fluxos de informação e dados entre a gestão do programa e as autoridades nacionais e comunitárias, organismos intermédios e beneficiários.

3.7.2 Património Regional

Manutenção e beneficiação do Património Regional e contrato de Leasing Financeiro Imobiliário.

3.7.3 Reestruturação do Setor Público Regional

Reestruturação do setor público regional.

3.7.4 Coesão Regional

Apoio aos projetos de investimento nas ilhas de coesão e contrato-programa entre a RAA e Ilhas de Valor, SA.

3.7.5 Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores

Execução dos projetos vencedores, resultantes das antepostas apresentadas pelos cidadãos, nas áreas de intervenção definidas pelo Governo Regional dos Açores e objeto de aprovação pelos serviços da Administração Regional dos Açores, aquando da fase de análise técnica das antepostas, com a respetiva conversão em propostas a submeter à votação.

3.7.6 Novo Regime de Administração Financeira

Manutenção do Contrato Gerfip com a RAA.

Programa 4 – Educação

Programação financeira

		Euro		
Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Outros Fundos
4	Educação	21.805.515	21.380.515	425.000
4.1	Construções escolares	860.000	435.000	425.000
4.2	Equipamentos Escolares	988.040	988.040	
4.3	Apoio Social	9.320.000	9.320.000	
4.4	Apoio às instituições de Ensino Privado e formação	3.750.000	3.750.000	
4.5	Escolas Digitais	2.742.253	2.742.253	
4.6	Projetos pedagógicos	3.876.622	3.876.622	
4.7	Atividade Física Desportiva	268.600	268.600	

Programação material

4.1 Construções escolares

- 4.1.1 Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da R.A.A.
Execução de obras de manutenção no parque escolar da Região.
- 4.1.2 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º ciclo (DLR 32/2002/A, de 8 de agosto)
Cooperação financeira entre a Administração Regional e a Administração Local nos termos do DLR n.º 32/2002/A, de 8 de agosto.
- 4.1.3 Assistência técnica e fecho financeiro
Assistência técnica dentro dos prazos de garantia das obras concluídas e a concluir; Revisão de preços e demais encargos de encerramento de empreitadas.

4.2 Equipamentos Escolares

- 4.2.1 Aquisição de equipamentos para a Educação Pré-Escolar e o EB e Secundário
- Aquisição de diverso equipamento por parte das escolas, transferindo para os Fundos Escolares e aquisição centralizada de equipamento para diversas escolas.
- 4.2.2 Quiosques eletrónicos escolares
- Implementação do sistema de controlo de acessos em escolas da Região.

4.3 Apoio Social

- 4.3.1 Apoio Social
- Verba a transferir para os Fundos Escolares para garantir os normativos da ação social escolar em vigor.
- 4.3.2 Atribuição de produtos de apoio para alunos portadores de deficiência
- Aquisição de produtos de apoio considerado indispensável para garantir a resposta educativa adequada aos alunos com deficiência ou incapacidade temporária.

4.4 Apoio às instituições de Ensino Privado e Formação

- 4.4.1 Apoiar as instituições de ensino privado
- Apoio às instituições de ensino privado nos termos do D.L.R. n.º 26/2005/A, de 4 de novembro, alterado pelo D.L.R. n.º 6/2008/A, de 6 de março e pelo DLR n.º 11/2013/A, de 22 de agosto,
- 4.4.2 Formação do Pessoal Docente e Não Docente
- Formação do pessoal em serviço nas escolas, nomeadamente monitoria, deslocação de formadores e transferências para os fundos escolares para pagamento de deslocações dos formandos. Esta formação visa a melhoria da qualidade de ensino e a prevenção do abandono escolar.

4.5 Escolas Digitais

- 4.5.1 Projetos inerentes à utilização das tecnologias de informação e comunicação
- Continuar a desenvolver os projetos inerentes à implementação das TIC no âmbito do setor da educação, assegurando o licenciamento das aplicações informáticas nas escolas, através do acordo Microsoft Scholl Agreement, Plataforma AZURE (Cloud Educação) e manutenção do software de gestão de concursos de pessoal docente.
- 4.5.2 Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias
- Implementação da matrícula eletrónica.

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

4.5.3 Escolas digitais

Plano de recuperação e resiliência 2021/2026 - Açores (Aquisição de equipamentos, recursos educativos e competências digitais).

4.6 Projetos pedagógicos

4.6.1 Pro-sucesso - Avaliação externa

Implementação do sistema de avaliação externa do Pro-sucesso.

4.6.2 Projetos Educativos

Implementação de diversos projetos educativos, nomeadamente Parlamento dos Jovens, Plano Regional de Leitura, Rede Regional de Bibliotecas Escolares, Programa de Acompanhamento Pedagógico de Português, Matemática e Inglês, etc..

4.6.3 Prémio de Mérito de Ingresso no Ensino Superior

Apoio ao ingresso no ensino superior por jovens estudantes da RAA, no âmbito da Resolução do Conselho do Governo 191/2020 de 15 de julho.

4.6.4 Programas ocupacionais

Programas ocupacionais e de apoio ao emprego (CTT's, Estagiar, PROSA e RECUPERAR).

4.6.5 Promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar precoce

Promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar precoce.

4.7 Atividade Física Desportiva

4.7.1 Desporto Escolar Açores

Realização dos Jogos Desportivos Escolares, MegaSprinter/MegaSalto e Corta-Mato Escolar.

Programa 5 – Saúde, Desporto e Proteção Civil

Programação financeira

				Euro
	Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
5	Saúde, Desporto e Proteção Civil	60.955.686	60.955.686	
5.1	Parcerias Públicas Privadas	12.634.975	12.634.975	
5.2	Apetrechamento e Modernização	1.828.405	1.828.405	
5.3	Apoios e Acordos	994.350	994.350	
5.4	Projetos na Saúde	443.000	443.000	
5.5	Recursos Humanos - Investimento e Planeamento	275.000	275.000	
5.6	Tecnologias na Saúde	3.100.000	3.100.000	
5.7	Capacitação do Sistema de Saúde	18.500.000	18.500.000	
5.8	Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/ Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências	1.140.438	1.140.438	
5.9	Desporto Crianças e Jovens	2.079.945	2.079.945	
5.10	Atividade Desportiva	4.958.000	4.958.000	
5.11	Atividade Física	126.109	126.109	
5.12	Instalações Desportivas	1.295.000	1.295.000	
5.13	Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto	82.000	82.000	
5.14	Equipamentos e Comunicações	1.599.402	1.599.402	
5.15	Infraestruturas do SRPCBA	5.098.269	5.098.269	
5.16	Protocolos e Apoios	6.640.793	6.640.793	
5.17	Formação	160.000	160.000	

Programação material

5.1 Parcerias Públicas/Privadas

5.1.1 Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E. P.E.R

No âmbito da Parceria Pública/Privada do Hospital da Ilha Terceira, a ação serve de suporte financeiro à mesma.

5.2 Apetrechamento e Modernização

5.2.1 Equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais

Aquisições de diversos equipamentos para as Unidades de Saúde do SRS. O parque de equipamentos clínicos distribuídos pelos hospitais e unidades de saúde de ilha está, na generalidade, obsoleto.

5.3 Apoios e Acordos

5.3.1 Apoios e Acordos com Instituições

Esta ação tem como objetivo melhorar as condições de acessibilidade dos utentes através de Protocolos

5.3.2 Concessão e Gestão do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores

Operacionalização e monitorização do funcionamento do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores. A promoção da acessibilidade ao tratamento para pessoas com comportamentos aditivos e dependências é uma prioridade do Governo Regional. Assim e de modo a tratar jovens dos 14 aos 24 anos, sem necessidade de os desenraizar, foi criado o Centro de Tratamento e Reabilitação Juvenil dos Açores, que contempla uma Unidade de Desabituação e uma Comunidade Terapêutica com 20 camas. Esta ação prevê o financiamento do tratamento numa resposta mais adequada aos problemas característicos dos utentes mais vulneráveis.

5.3.3 Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade

Apoiar o desenvolvimento da prestação de cuidados de saúde - Unidade de Cuidados Continuados/Pessoas com Demência - Resolução do Conselho de Governo n.º 270/2020 de 16 de outubro.

5.4 Projetos na Saúde

5.4.1 Plano Regional da Saúde

Quadro estratégico para a saúde - Preparação do Plano Regional de Saúde 2021-2030 através da realização de estudos prévios à sua elaboração com vista a melhor conhecer as necessidades em saúde da população açoriana.

5.4.2 Sistema de Qualidade na Saúde

Execução de atividades e programas de promoção da saúde e de melhoria da prestação de cuidados em áreas relevantes da saúde, nomeadamente nos cuidados de saúde primários,

hospitalares, continuados e de saúde mental, bem como acompanhar os processos de acreditação/ certificação da qualidade das unidades de saúde da RAA.

5.4.3 Política de promoção da saúde e prevenção da doença - Plano Nutrição das Escolas - Alimentação Saudável

Desenvolvimento de um Plano de Nutrição das Escolas, com o objetivo de garantir e melhorar os estilos de vida nos mais novos.

5.4.4 Saúde Mental - Estratégia e implementação

Desenvolvimento de uma Estratégia regional que permita criar um sistema e promover as melhores condições aos doentes, com o objetivo de combater o Estigma da Saúde Mental.

5.4.5 Estratégia Regional para a prevenção e Controlo do Cancro

O SRS irá apostar nos programas de rastreio para deteção e diagnóstico precoces do cancro, redução do tempo de diagnóstico e de tratamento, manutenção de registos e processos de referência mais simplificados; Eficácia no encaminhamento e acompanhamento dos pacientes; Expansão e fortalecimento de serviços de patologia e laboratoriais; Desenvolvimento de algoritmos de tratamento regional para os cancros mais comuns para assegurar uma distribuição equitativa dos serviços e abordagens padronizadas de tratamento; Desenvolvimento da radioterapia na Terceira; Prestação de cuidados paliativos e serviços de apoio às famílias, incluindo fornecimento adequado de medicamentos para o controlo da dor.

5.4.6 Programa de Literacia em Saúde

Dotar os açorianos com as competências das pessoas em literacia em saúde, que incluem: Competências básicas em saúde que facilitam a adoção de comportamentos protetores da saúde e de prevenção da doença, bem como o autocuidado; Competências do doente, para se orientar no sistema de saúde e agir como um parceiro ativo dos profissionais; Competências como consumidor, para tomar decisões de saúde na seleção de bens e serviços e agir de acordo com os direitos dos consumidores, caso necessário; Competências como cidadão, através de comportamentos informados como o conhecimento dos seus direitos em saúde, participação no debate de assuntos de saúde e pertença a organizações de saúde e de doentes.

5.4.7 Acessibilidades - Deslocação de Doentes

Criar melhores condições de acessibilidade aos utentes do SRS que tenham de efetuar deslocações para fora da sua ilha de residência.

5.4.8 Rede de Cuidados Paliativos

Plano para criação de Rede Regional/local de Cuidados Paliativos.

5.4.9 Plano de Desenvolvimento de Unidades de Geriatria

Plano para o desenvolvimento das Unidades de Geriatria Multidisciplinar do SRS e criação de modelo da Avaliação Geriátrica Global.

5.5 Recursos Humanos - Investimento e Planeamento

5.5.1 Capacitar o Serviço Regional de Saúde de Recursos Humanos - Fixação de profissionais de Saúde

Implementar um planeamento estratégico para reter e distribuir os profissionais de Saúde na RAA. Desenvolver um modelo de Contratação e gestão de desempenho promovendo o mérito.

5.5.2 Estratégia e Plano para Implementar o Enfermeiro de Família na RAA

O Programa do XIII Governo Regional dos Açores estabelece como prioridades melhorar a capacidade de resposta da rede de cuidados de saúde primários e aperfeiçoar a gestão dos recursos humanos, apostando em novos modelos de cooperação entre profissões de saúde, no que respeita à repartição de competências e responsabilidades. Robustecer as bases da metodologia de trabalho do enfermeiro de família, ao mesmo tempo que se coloca o foco na implementação da especialidade em Enfermagem de Saúde Familiar e no reforço dos modelos colaborativos de cuidados que sustentam as equipas de saúde familiar.

5.6 Tecnologias na Saúde

5.6.1 Tecnologias na Saúde

A Digitalização do sistema de saúde de modo a disponibilizar um registo eletrónico de saúde de cada cidadão, permitindo a partilha da informação clínica entre todos os níveis de cuidados aos profissionais de saúde, como o objetivo de criar condições iguais de acessibilidade aos cuidados de saúde das ilhas mais isoladas e sem hospital, e potenciando informação não só para a cura como para a prevenção. Melhoria da performance digital do Serviço Regional de Saúde: através da inovação, substituição e intercomunicação e da interoperabilidade dos dados dos sistemas do SRS e SNS, e dentro das US do SRS, e contratos com unidades privadas que prestem serviços de modo a disponibilizar informação fiável, pública e transparente, sobre as transações ocorridas no SRS, compreendendo os indicadores de produção, financeiros, qualidade e satisfação.

5.6.2 Telesaúde (Teleconsulta e telemonitorização)

Tendo em conta a realidade arquipelágica da RAA, e a deslocação de doentes entre instituições do SRS, para efeitos de diagnóstico, torna-se cada vez mais premente a acessibilidade dos profissionais de saúde e dos próprios utentes a toda a informação clínica,

de uma forma segura e rápida, permitindo assim uma melhor tomada de decisão clínica. Pretende-se assim a implementação da tele saúde, no acesso aos cuidados primários de saúde e no recurso a especialidades médicas.

5.7 Capacitação do sistema de Saúde

5.7.1 Retoma e recuperação da atividade, CIRURGE e Vale Saúde

Retoma da atividade assistencial dos Hospitais da RAA; Atividades de recuperação de listas de espera cirúrgicas (CIRURGE e Vale Saúde); Intervenção nas consequências sociais – Recuperação assistencial para doentes não Covid-19. A recuperação assistencial para os doentes não Covid-19, será prioritária em 2021. É importante que a política de saúde, promova uma cadeia de valor para o reforço e melhoria contínua da resposta assistencial, centrada no doente, com resultados clínicos efetivos.

5.7.2 Reforço da capacidade instalada

Reforço da capacidade instalada devido à Covid-19. Tendo em conta o impacto da pandemia Covid-19, a atividade assistencial do hospital sofreu diversos constrangimentos decorrentes das limitações impostas pelas medidas de contingência e de segurança e do controlo de infeção em vigor. Uma das áreas com maior impacto pende-se com a realização de MCDT invasivos, pelas implicações relacionadas com a exigência de maior necessidade de desinfeção de salas e equipamentos entre exames, maior espaçamento das áreas de recobro (nos casos em que existe anestesia ou sedação), rastreios Covid-19 prévios, entre outros. Estas aquisições permitirão um aumento imediato da capacidade de exames por parte do SRS.

5.7.3 Medidas de Combate à Covid-19

Encargos do Serviço Regional de Saúde no combate à Covid-19.

5.8 Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências

5.8.1 Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências

Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências, nomeadamente na Prevenção, Tratamento, Dissuasão, Redução de Riscos e Minimização de Danos e Reinserção.

5.9 Desporto Crianças e Jovens

5.9.1 Promoção da literacia motora

Apoio, promoção e desenvolvimento de iniciativas no âmbito da Literacia Motora das crianças, nomeadamente o projeto "Escolinhas do Desporto".

5.9.2 Atividade física para jovens

Apoio à atividade física organizada e devidamente enquadrada de jovens.

5.9.3 Escalões de formação

Apoio à atividade regular dos clubes desportivos que desenvolvem "Atividades de treino e competição dos escalões de formação", incluindo o apoio aos "Coordenadores da Formação".

5.9.4 Processos especiais de formação dos jovens praticantes

Apoio à atividade regular dos clubes que desenvolvem atividades de treino e competição dos escalões de formação, incluindo o apoio aos coordenadores de formação.

5.10 Atividade Desportiva

5.10.1 Atividade associativa

Apoio às atividades associativas de âmbito local, regional e nacional, arbitragem e outras do programa anual das associações desportivas ou clubes que desempenhem essas funções. Inclui também o apoio para a estrutura técnica associativa, a formação formal de agentes desportivos não praticantes, bem como a atribuição de prémios de classificação inerentes às participações nas respetivas provas nacionais. Contempla também o desporto para pessoas portadoras de deficiência quando integradas nas estruturas associativas.

5.10.2 Participação competitiva de clubes

Apoio à participação de clubes em quadros competitivos de regularidade anual, regionais, nacionais, internacionais e séries Açores, bem como o apoio pela utilização de atletas formados nos Açores, contratação de treinadores qualificados e atribuição de prémios de classificação.

5.10.3 Alto rendimento

Apoio no âmbito do Alto Rendimento, Jovens Talentos Regionais e projetos de preparação especiais, visando representações Olímpicas ou Paralímpicas numa perspetiva de promoção da excelência desportiva. Inclui o funcionamento do Conselho Açoriano para o Desporto de Alto Rendimento e outras formas de apoio.

5.11 Atividade Física

5.11.1 Retoma da atividade física para adultos e cidadãos portadores de deficiência

Promoção, organização e apoio ao desenvolvimento da atividade física para adultos na área do desporto para pessoas portadoras de deficiência.

5.12 Instalações Desportivas

5.12.1 Gestão e funcionamento do parque desportivo regional

Gestão e funcionamento de todas as instalações desportivas da responsabilidade direta dos Serviços de Desporto de ilha.

5.12.2 Acesso generalizado às instalações desportivas escolares e outras integradas por protocolos no parque desportivo regional

Garantir a disponibilização das instalações desportivas escolares e outras protocoladas para desenvolvimento das atividades desportivas associativas e outras no âmbito da atividade física.

5.13 Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto

5.13.1 Promoção do desporto e da atividade física

Organização de iniciativas de promoção do desporto e da atividade física, bem como a realização de estudos e investigação.

5.13.2 Formação técnica

Organização de ações de formação de carácter técnico, quer no âmbito do associativismo ou do exercício físico, quer dos quadros da DRD.

5.13.3 Modernização

Apoio a entidades do associativismo desportivo para a sua modernização e apetrechamento, designadamente para iniciativas destinadas prioritariamente à aquisição de equipamentos diretamente ligados à prática desportiva, à aquisição de embarcações e à aquisição de viaturas adequadas ao transporte de atletas. Modernização dos Serviços da DRD.

5.14 Equipamentos e Comunicações

5.14.1 Viaturas de Emergência

Aquisição de 3 ambulâncias de socorro para as ilhas de S. Miguel, Santa Maria, Terceira.

5.14.2 Viaturas dos Corpos de Bombeiros

Apoio às AHBV's da RAA para garantir a operacionalidade tais como grandes reparações das viaturas operacionais.

5.14.3 Equipamentos para o Serviço Regional de Proteção Civil

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

Aquisição de meios e recursos de apoio às atividades de proteção civil.

5.14.4 Equipamentos para as AHBV

Aquisição de equipamentos e fardamento para bombeiros dado o desgaste que o mesmo é sujeito durante as ocorrências.

5.14.5 Radiocomunicações do SRPCBA

Cumprimento dos contratos de manutenção da RITERRA. Aquisição de equipamento, licenças de frequências, encargos com a manutenção e conservação dos Sites, assistência técnica da manutenção do Software.

5.14.6 Veículos Tanques de Intervenção Tática

Veículos que permitam a intervenção e o comando tático em operações complexas, resultantes de acidentes graves ou catástrofe, estando dotados com equipamentos de rádio, navegação e ferramentas de apoio à decisão.

5.15 Infraestruturas do SRPCBA

5.15.1 Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's

Apoio na beneficiação dos quartéis da RAA.

5.15.2 Centro de Formação de Proteção Civil

Manutenção das estruturas existentes para a formação dos bombeiros.

5.15.3 Construção do Quartel da AHBV da Povoação

Construção do quartel da AHBV da Povoação.

5.15.4 Construção do Quartel da AHBV do Faial

Construção do Quartel da AHBV do Faial.

5.15.5 Ampliação do Quartel da AHBV das Lajes do Pico

Fecho financeiro da obra.

5.15.6 Ampliação da Secção Destacada dos Altares

Fecho financeiro da obra.

5.16 Protocolos e Apoios

5.16.1 CIVISA

Execução do protocolo com o CIVISA.

5.16.2 Apoios Transportes Terrestres de Emergência

Apoios referentes aos transportes terrestres de emergência, com um aumento de 2,8%, conforme nº1 do artº 8º da Portaria nº 88/2019 de 24 de dezembro.

5.16.3 Linha Saúde Açores

Manutenção e expansão da linha telefónica de triagem e aconselhamento para a população, levando em linha de conta a orientação da comunidade europeia da criação da E-Saúde. Pagamento de prestação de serviços aos enfermeiros afetos à Linha Saúde com acréscimo de 4 enfermeiros.

5.16.4 Apoios

Execução do protocolo celebrado com a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa em Angra do Heroísmo, apoio de desporto automóvel e outros apoios pontuais.

5.16.5 Suporte Imediato Vida

Operacionalização da rede de suporte imediato de vida da RAA.

5.16.6 Pandemia Covid-19

Apoio às AHBV's com as equipas de socorro, investimentos e operacionalização de medidas relacionadas com a Covid-19, aquisição de equipamentos de proteção individual para bombeiros, centros de saúde e hospitais da RAA.

5.17 Formação

5.17.1 Formação dos Profissionais do SRPCBA

Formação e recertificação de pessoal do SRPCBA em áreas específicas.

5.17.2 Formação dos Profissionais dos Corpos de Bombeiros

Formação e recertificação dos bombeiros em áreas específicas da Proteção Civil (emergência médica, salvamento e desencarceramento, combate a incêndios, matérias perigosas, Regime Disciplinar dos Corpos de Bombeiros, Liderança e Motivação humana, e gestão de operações, etc.) Implementação do ensino à distância (e-learning).

5.17.3 Formação à População

Informação e formação à população sobre riscos e medidas de autoproteção.

5.17.4 Sensibilização

Informação e formação à população sobre riscos, medidas de autoproteção, mitigação de danos assim como em matéria de proteção civil, 1ºs socorros e suporte básico de vida. Formação a outras entidades e Mass Training.

Programa 6 – Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Programação financeira

		Euro		
	Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
6	Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	116.410.973	55.492.782	60.918.191
6.1	Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade	63.444.230	38.581.167	24.863.063
6.2	Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas	39.399.029	10.739.884	28.659.145
6.3	Infraestruturas públicas de apoio ao setor produtivo	13.567.714	6.171.731	7.395.983

Programação material

6.1 Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade

6.1.1 Inovação e Qualificação das Explorações Agrícolas

Apoio ao investimento das explorações agrícolas com vista à inovação, segurança alimentar, higiene e segurança no trabalho, bem-estar animal, qualidade e cumprimento de normas ambientais.

6.1.2 Medidas de apoio às produções locais

Apoio complementar regional a programas comunitários de apoio à agricultura, com particular relevo para o Subprograma POSEI.

6.1.3 Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas e Reposição do seu Potencial Produtivo

Apoio à Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas, à reposição do aparelho e do potencial produtivo agrário danificado ou prejudicado por condições climatéricas adversas, calamidades e intempéries, aos produtos de categoria fibrosa e à gestão ambiental das explorações agrícolas, nomeadamente com a recolha, transporte e valorização energética.

6.1.4 Reforma Antecipada

Promoção de ações com vista à renovação e reestruturação das empresas agrícolas por via da medida Reforma Antecipada (Pagamento aos agricultores que cessam a sua atividade

agrícola) do PRORURAL e ao abrigo dos DLR n.º 14/2016/A, de 22 de julho e DLR n.º 14/2020/A, de 25 de junho.

6.1.5 Incentivo ao Associativismo

Apoio a ações desenvolvidas por Organizações de Produtores e Associações ligadas ao setor agrícola. Apoio à perda de rendimento na atividade vinícola, decorrente da pandemia Covid-19.

6.1.6 Capacitação dos Agricultores e Promoção da Literacia em Produção e Consumo Sustentáveis

Elaboração e execução de um Programa de Capacitação dos Agricultores e de Promoção da Literacia da população em Produção e Consumo Sustentáveis, no âmbito da transição verde, da transição digital e do bem-estar animal, incluindo certificações.

6.1.7 Formação Profissional, Demonstração, Aconselhamento e Divulgação Agrária

Formação profissional e qualificação para agricultores e técnicos. Experimentação nas áreas da fruticultura e horticultura. Experimentação agrícola e pecuária. Difusão da informação agrária. Programas de apoio às organizações de produtores.

6.1.8 Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores

Elaboração e execução de um Programa de Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores que incluirá um plano de desenvolvimento de uma rede de monitorização e avisos agrícolas ao nível de ilha, bem como um plano de transição para a realidade digital e agricultura de precisão.

6.1.9 Infraestruturas de apoio para a Transição Digital

Infraestrutura de informação e de comunicações de apoio ao desenvolvimento agrícola, rural e florestal.

6.1.10 Fileira do Leite, formação dos preços e modelos de produção

Desenvolvimento de estudo sobre a Fileira do leite. Estudos sobre a formação dos preços dos produtos agrícolas.

6.1.11 Dinamização dos Mercados

Infraestrutura de apoio à dinamização dos mercados agrícolas.

6.1.12 Inovação e Qualificação da Indústria Agroalimentar

Apoio a investimentos da Indústria agroalimentar.

6.1.13 Infraestrutura de apoio à segurança alimentar e saúde animal

Implementação de novas valências no Laboratório Regional de Veterinária através da aquisição de equipamentos.

6.1.14 Acreditação, Certificação e Gestão dos Produtos de Qualidade dos Açores

Acompanhamento dos processos de certificação e controlo de produtos integrados em regimes de qualidade da União Europeia - DOP, IGP e ETG, existentes e em aprovação (manteiga DOP e alho DOP), bem como de novos produtos a certificar nomeadamente a banana, pimenta da terra, anona de pinha larga, entre outros.

6.1.15 Operacionalização de políticas de desenvolvimento agrícola e rural

Operacionalização, ao nível de ilha, das políticas no âmbito da sanidade animal e vegetal, segurança alimentar, bem-estar animal, proteção das culturas, experimentação agrícola, formação profissional, aconselhamento e divulgação agrária, acompanhamento técnico aos beneficiários e acompanhamento e controlo da instrução e execução dos pedidos de apoio.

6.1.16 Potenciar o Setor Vitivinícola

Acompanhamento e controlo dos projetos aprovados ao abrigo do programa Vitis e apoio técnico aos produtores.

Apoios à vinha e ao vinho entre os quais o de Envelhecimento de Vinhos Licorosos dos Açores.

6.1.17 Medidas de apoio ao Programa do Jovem Agricultor

Medidas implementadas no âmbito do Programa Jovem Agricultor, aprovado pela Resolução do Conselho de Governo nº 95/2020, de 7 de abril.

6.2 Desenvolvimento Sustentável, Biodiversidade e Alterações Climáticas

6.2.1 Agroruralidade por Ilha

Desenvolvimento de estudos de diagnóstico para apoio à decisão e definição de Planos de Desenvolvimento Agro Rural específicos para cada uma das ilhas.

6.2.2 Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica

Comparticipação no âmbito das medidas Agroambiente e Clima e Agricultura Biológica do PRORURAL+.

6.2.3 Segurança Alimentar e Sanidade Animal

Planos de controlo no âmbito da sanidade animal, bem-estar animal e saúde pública. Apoio às associações de agricultores no âmbito da colheita de amostras (BVD e Brucelose). Intradermotuberculinização e vacinação.

6.2.4 Melhoramento Genético e Bem-Estar Animal

Contraste Leiteiro. Programas de melhoramento genético. Ações no âmbito do bem-estar animal.

6.2.5 Bem-estar de animais de companhia e errantes

Apoio a ações para o bem-estar de animais de companhia e de animais errantes no âmbito de protocolos com Associações de Proteção Animal que exerçam atividade na Região. Realização da I Feira: "Açores sem animais abandonados".

6.2.6 Sanidade Vegetal e Proteção de Culturas

Planos de controlo no âmbito da sanidade vegetal e proteção das culturas. Inspeção fitossanitária. Controlo de roedores. Seleção genética das castas tradicionais da vinha dos Açores.

6.2.7 SustentAgro - Transição Ecológica da Agricultura

Apoios a ações e projetos de desenvolvimento que prossigam objetivos de sustentabilidade, com vista a uma progressiva aproximação dos objetivos europeus decorrentes do Pacto Ecológico Europeu, estratégia do prado ao prato e promoção da biodiversidade.

6.2.8 GeoBio Ocidental

Desenvolvimento de ações e projetos de apoio à agricultura biológica nas ilhas das Flores e Corvo.

6.2.9 Economia Circular na Agricultura

Desenvolvimento de ações e projetos no âmbito da economia circular, promovendo estratégias para a redução, reutilização, recuperação e reciclagem de materiais e energia na atividade agrícola da RAA, valorizando os recursos endógenos das explorações.

6.2.10 Agricultura familiar dos Açores

Desenvolvimento de ações e projetos de apoio à agricultura familiar com vista a reforçar a cadeia de valor das pequenas explorações e assim garantir a sua subsistência enquanto pilar da agricultura, da economia e da paisagem da RAA.

6.2.11 Apoio ao rendimento e resiliência da atividade agrícola

Comparticipação no âmbito da medida Pagamentos Relativos a Zonas Sujeitas a Condicionantes Naturais e Outras Condicionantes Específicas (PRORURAL+).

6.2.12 Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária

Pagamentos no âmbito da medida Apoio ao Desenvolvimento Local de base Comunitária (LEADER), (PRORURAL+).

6.2.13 Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural

Pagamento de compromissos já assumidos com projetos de arborização que transitam do Regulamento CEE 2080/92, PDRu-Açores e PRORURAL e assunção de novos compromissos com projetos no âmbito do PRORURAL+.

6.2.14 Fomento Florestal

Produção de plantas com vista ao fomento da superfície ocupada por espécies florestais. Sistema de Gestão com vista à manutenção da certificação do perímetro florestal e Matas Regionais em S. Miguel. Programa de Melhoramento Florestal da Região.

6.2.15 Promoção do Uso Múltiplo da Floresta

Gestão das pastagens baldias, das reservas florestais de recreio e dos recursos piscícola e cinegéticos. Programa de investigação de espécies cinegéticas nos Açores. Projeto ValconMAC - Valorização dos Recursos Florestais da Macaronésia.

6.2.16 Life IP Climaz

Projeto LIFE IP CLIMAZ - Florestas. Implementação do Programa Regional para as Alterações Climáticas (PRAC), encarando os desafios da mitigação e da adaptação às alterações climáticas como uma oportunidade para os Açores.

6.2.17 Divulgação, promoção e apoio à decisão

Ações de promoção e divulgação. Realização de fóruns e elaboração de estudos de enquadramento e apoio à decisão.

6.2.18 Apoio à Recuperação de Colheitas Agrícolas e Produção Pecuária- Furacão Lorenzo

Apoio à recuperação de colheitas e compensação aos produtores agrícolas decorrentes dos prejuízos causados pelo Furacão Lorenzo. Apoio extraordinário aos produtores agropecuários das ilhas das Flores e do Corvo para compensar as dificuldades de escoamento de animais vivos.

6.2.19 Acompanhamento das Intervenções Comunitárias

Assistência técnica aos programas comunitários no âmbito do FEADER.

6.3 Infraestruturas Públicas de Apoio ao Setor Produtivo

6.3.1 Abastecimento de água, caminhos e eletrificação agrícola

Projetos, construção e requalificação de sistemas de abastecimento de água, caminhos agrícolas e sistemas elétricos de apoio à atividade agrícola.

6.3.2 Reestruturação Fundiária

Renovação e reestruturação das empresas agrícolas, designadamente através de estímulos ao redimensionamento e emparcelamento das explorações ao abrigo do SICATE - Sistema de Incentivo à Compra de Terras (DLR n.º 23/99/A, de 31 de julho) e do RICTA - Regime de Incentivos à Compra de Terras Agrícolas (DLR n.º 28/2008/A, de 24 de julho).

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

6.3.3 Investimento na Fileira da Carne Açores

Obras de beneficiação dos matadouros, incluindo aquisição de equipamentos e viaturas.

6.3.4 Construção do novo Matadouro de São Jorge

Empreitada de construção do novo matadouro de São Jorge.

Programa 7 – Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar

Programação financeira

				Euro
Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Outros Fundos
7	Pescas, Aquicultura e Assuntos do Mar	41.762.768	26.762.768	15.000.000
7.1	Controlo, Inspeção e Gestão	3.712.412	3.712.412	
7.2	Infraestruturas de Apoio às Pescas	9.814.710	9.814.710	
7.3	Frota e Recursos Humanos	4.082.195	4.082.195	
7.4	Produtos da Pesca e da Aquicultura	2.904.325	2.904.325	
7.5	Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020	16.210.000	1.210.000	15.000.000
7.6	Gestão e Requalificação da Orla Costeira	1.465.604	1.465.604	
7.7	Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	2.366.062	2.366.062	
7.8	Escola do Mar	1.207.460	1.207.460	

Programação material

7.1 Controlo, Inspeção e Gestão

7.1.1 Controlo e Inspeção

Execução de missões periódicas de inspeção em todas as ilhas da RAA. Reforço do papel da IRP e da coordenação regional com a Marinha, GNR e Polícia Marítima e continuação da promoção da vigilância marítima da pesca; Melhoria do equipamento e material inspetivos e das condições operacionais das atividades de controlo e inspeção.

7.1.2 Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: capacidade inspetiva, formação e sensibilização

Implementação de um plano de formação do corpo inspetivo e do pessoal de apoio aos processos de contraordenação em matéria de pesca marítima, aquisição de material inspetivo e de formação.

- 7.1.3 Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: Acompanhamento, Vigilância e Gestão Eletrónica
- Videovigilância das áreas costeiras. Aquisição de dois sistemas radares. Execução de um projeto-piloto para o desenvolvimento de tecnologias ligadas à operação de Aeronave Remotamente Pilotada (ARP), vulgo Drone.
- 7.1.4 Gestão Sustentável das Pescas e da Aquicultura
- Protocolo com o IMAR para a gestão e exploração do N/I "Arquipélago" e da L/I "Águas-Vivas". Execução dos projetos: Programa de Observação para as Pescas dos Açores (POPA), Demersais, CONDOR, COSTA e Monitorização dos Recursos Pesqueiros; Elaboração do Atlas de reprodução para avaliação de stocks de espécies comerciais; Avaliação financeira da pequena pesca costeira; Celebração de protocolos com diversas entidades para a realização de estudos/projetos no âmbito das pescas. Manutenção do N/I "ARQUIPÉLAGO"; Participação da Região na reunião anual da ICCAT.
- 7.1.5 Comunicação e Ações Coletivas
- Realização da EXPOMAR, do Conselho Regional das Pescas e de diversos encontros científicos e de profissionais para análise e debate de assuntos relacionados com o setor das pescas. Implementação do GEOPORTAL das Pescas; Criação de um grupo de trabalho para a definição do modelo de realização da Semana das Pescas.
- 7.1.6 Projetos PLASMAR E OCEANLIT
- Projetos aprovados no âmbito do INTERREG MAC 2014-2020. A execução do projeto PLASMAR visa contribuir para o avanço do processo de Ordenamento do Espaço Marítimo nos arquipélagos da Macaronésia e para apoiar o desenvolvimento sustentável do crescimento azul, enquanto a execução do projeto OCEANLIT visa reduzir os resíduos marinhos ajudando, desta forma, à conservação e recuperação dos espaços naturais protegidos costeiros e oceânicos em arquipélagos oceânicos.
- 7.1.7 Programa Nacional de Recolha de Dados
- Execução na Região do Programa Nacional de Recolha de Dados (PNRD), incluindo: programa de monitorização "Screening survey"; Contratação de observadores científicos para embarque em diversas embarcações de pesca regionais e para portos; aquisição de equipamentos e outras afetas ao PNRD; Protocolo com a LOTAÇOR, para a aquisição de exemplares para recolha de dados biológicos (commercial sample) e outras obrigações decorrentes da execução do PNRD.
- 7.1.8 Desenvolvimento do Cluster do Mar
- Execução dos projetos "Construção e equipamento do novo navio de investigação" e "Construção do centro experimental de investigação e desenvolvimento ligado ao Mar

(TECNOPOLO_MARTEC), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência dos Açores, Componente 5 - Investimento e Inovação.

7.2 Infraestruturas de Apoio às Pescas

7.2.1 Portos da Região

Intervenções em infraestruturas e equipamentos portuários

7.2.2 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca do Topo

Empreitada de construção civil e prestação de serviços de planeamento, coordenação e fiscalização. Prestação de serviços de assistência técnica à execução da empreitada. Projeto de assinalamento marítimo. Projeto de acesso marítimo ao porto do Topo. Projeto de execução das redes técnicas. Aquisição de uma grua de alagem e varagem com capacidade para 10 toneladas.

7.2.3 Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Madalena

Empreitada de construção civil e prestação de serviços de planeamento, coordenação e fiscalização; Prestação de serviços de assistência técnica à execução da empreitada.

7.3 FROTA e Recursos Humanos

7.3.1 Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira

Apoios financeiros para modernização, aquisição de equipamentos, bem como de apoios de compensação de juros relativos a empréstimos bancários contraídos pelos armadores para modernização de embarcações. Execução do Plano de Reestruturação da Frota de Pesca, através da concessão de apoios a abates de artes e de embarcações.

7.3.2 Regime de Apoio à Motorização de Embarcações de Pesca Local

Atribuição de uma compensação financeira aos armadores das embarcações regionais de pesca local, cuja propulsão seja efetuada exclusivamente por motor fora de borda, a gasolina.

7.3.3 Regime de Apoio à Redução dos Custos da Atividade da Pesca

Pagamento do diferencial entre o preço de venda do gasóleo e o preço do gasóleo pesca.

7.3.4 Regime de Apoio à Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações da Pesca Local e Costeira

Atribuição de um apoio financeiro aos armadores destinado a apoiar os encargos com os seguros das suas tripulações.

7.3.5 FUNDOPESCA e Regime Excecional Covid-19

Atribuição de apoios aos pescadores quando as condições climatéricas ou de mercado impeçam o normal exercício da atividade; Atribuição de um apoio excecional ao rendimento dos profissionais da pesca na sequência da situação pandémica Covid-19.

7.3.6 Formação e promoção do capital humano

Pagamento de prémios de seguros e despesas de operação da embarcação FORMAR. Contrato Programa com a LOTAÇOR para a gestão da tripulação do FORMAR; Realização de cursos de formação profissional para pescadores na Escola do Mar dos Açores; Criação de um centro de aprendizagem para jovens pescadores. Apoio escolar às crianças das comunidades piscatórias.

7.3.7 Estruturas e Equipamentos

Atualização tecnológica dos serviços da Direção Regional das Pescas. Realização de empreitadas para beneficiação/melhoria das instalações afetas à SRMP.

7.4 Produtos da Pesca e da Aquicultura

7.4.1 Apoio a profissionais da pesca e organizações setoriais

Concessão de apoios às Associações de Armadores ou de Pescadores pelos serviços que prestam na gestão e no desenvolvimento do setor das pescas.

7.4.2 Produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura

Atribuição de um apoio suplementar para a execução do Plano de Compensação dos custos suplementares para os produtos da Região Autónoma dos Açores. Acordo de reestruturação financeira da LOTAÇOR.

7.4.3 Inovação na Aquicultura

Protocolo com o IMAR para a execução do projeto AQUALAB.

7.4.4 Valorização dos subprodutos da pesca

Valorização de pescado demersal, favorecendo a sua qualidade em detrimento da quantidade capturada e contribuindo assim para a sustentabilidade do setor. O projeto poderá dar também contributos relevantes do ponto de vista socioeconómico, tais como: Assegurar que os consumidores estão despertos para a elevada qualidade do pescado da RAA e garantir-lhes total transparência em relação aos benefícios associados ao seu consumo; Assegurar a aplicação da melhor técnica de eutanásia e melhor processo de conservação refrigerado em gelo (a bordo dos navios pesqueiros) de modo a manter a qualidade do pescado durante mais tempo e garantir um valor acrescentado para os pescadores e armadores da Região, fomentando a valorização dos produtos da pesca; Permitir a aquisição

de conhecimento científico-experimental que possibilite implementar na RAA novas técnicas de valorização do pescado e avaliação devida da sua qualidade.

7.5 Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020

7.5.1 Apoio ao investimento no âmbito dos projetos MAR 2020

Transferência para o IFAP da comparticipação regional nos projetos de investimento executados por entidades empresariais privadas e públicas no âmbito do Programa Operacional MAR 2020; No caso de projetos promovidos por entidades empresariais públicas destacam-se os seguintes novos investimentos: "Requalificação do entreposto frigorífico da Horta " e "Melhoria das Condições de Operação do Entreposto Frigorífico das Lajes das Flores". Encargos com o funcionamento da Estrutura de Apoio Técnico.

7.6 Gestão e Requalificação da Orla Costeira

7.6.1 Gestão e requalificação das zonas costeiras

Acompanhamento dos processos e intervenções de gestão e requalificação das zonas costeiras.

7.6.2 Gestão de zonas balneares

Gestão de zonas balneares da RAA.

7.6.3 Projeto ABACO

Gestão de Zonas Balneares - Projeto Interreg Mac.

7.6.4 Intervenções de Estabilização e Requalificação da orla costeira

Intervenções relacionadas com o reforço de investimento público no apoio à transição climática, no âmbito do Programa REACT-EU.

7.7 Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha

7.7.1 Cooperação institucional, promoção e educação ambiental marinha e ciência cidadã

Atividades de cooperação institucional, promoção, educação ambiental e ciência cidadã, no âmbito das valências do mar.

- 7.7.2 Programas de monitorização e medidas da DQEM e ação ambiental marinha dos parques naturais
- Implementação de programas de monitorização e medidas da Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha, bem como atividades no âmbito da ação ambiental marinha dos Parques Naturais.
- 7.7.3 Infraestruturas e equipamentos
- Atualização tecnológica de instalações e equipamentos.
- 7.7.4 Projeto LIFE-IP Azores Natura - componente marinha
- Execução de projeto LIFE -IP, em conjunto com a DRA e a Sociedade para o Estudo das Aves. Iniciativa de extensa ação de conservação marinha na RAA.
- 7.7.5 Projeto MISTIC SEAS III
- Execução de projeto Mystic Seas III, que dá continuidade aos projetos anteriores no âmbito da implementação da Diretiva--Quadro de Estratégia Marinha.
- 7.7.6 Projeto RAGES - Risk-based Approaches to Good Environmental Status
- Execução do projeto RAGES (Risk-based Approaches to Good Environmental Status), cujo objetivo é testar metodologias para fazer avaliações ao estado ambiental (GES), através de abordagens baseadas em risco, para a implementação eficiente da DQEM, a nível regional e sub-regional.
- 7.7.7 Projeto PLASMAR +
- Execução de projeto PLASMAR + (Progresso do Planeamento Sustentável das Áreas Marinhas na Macaronésia).
- 7.7.8 Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores - águas marinhas costeiras
- Execução de atividades no âmbito do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores.
- 7.7.9 Projetos MARCET II, INTERTAGUA, IMPLAMAC, OCEANLIT E SMARTBLUEF
- Execução dos projetos INTERREG-MAC 2020 MARCET II, INTERTAGUA, IMPLAMAC, OCEANLIT E SMARTBLUEF, que contribuirão para a continuidade dos trabalhos de conservação, ordenamento e promoção das atividades marítimas sustentáveis.
- 7.7.10 Projeto LIFE-IP CLIMAZ
- Execução do projeto LIFE IP CLIMAZ - Programa Regional para as Alterações Climáticas.
- 7.7.11 Projeto MSP-OR Advancing Maritime Spatial Planning in Outermost Regions
- Execução do projeto MSP-OR Advancing Maritime Spatial Planning in Outermost Regions.

- 7.7.12 Colmatação de lacunas sobre a caracterização do espaço marítimo
- Intervenções relacionadas com o Reforço de investimento público no apoio à transição climática, no âmbito do Programa REACT-EU
- 7.7.13 Estudo hidrodinâmico das condições oceanográficas na costa norte da Ilha de São Jorge
- Intervenções relacionadas com o Reforço de investimento público no apoio à transição climática, no âmbito do Programa REACT-EU
- 7.7.14 Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional - Açores
- Intervenções relacionadas com o Reforço de investimento público no apoio à transição climática, no âmbito do Programa REACT-EU
- 7.7.15 Operacionalização do serviço do Parque Marinho dos Açores (PMA)
- Intervenções relacionadas com o Reforço de investimento público no apoio à transição climática, no âmbito do Programa REACT-EU

7.8 Escola do Mar dos Açores

- 7.8.1 Escola do Mar
- Continuação dos trabalhos e atividades associadas à instalação da Escola do Mar dos Açores, bem como o apoio à atividade letiva da Escola do Mar dos Açores.

Programa 8 – Cultura, Ciência e Transição Digital

Programação financeira

		Euro		
	Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
8	Cultura, Ciência e Transição Digital	18.611.195	16.725.074	1.886.121
8.1	Dinamização de Atividades Culturais	2.575.695	2.575.695	
8.2	Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural	4.389.184	4.389.184	
8.3	Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores	6.790.677	4.904.556	1.886.121
8.4	Ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação	258.530	258.530	
8.5	Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica	1.334.549	1.334.549	
8.6	Construção de Parque de Ciência e Tecnologia	837.149	837.149	
8.7	Ações de Valorização e Promoção da Transição e Transformação Digital	2.210.221	2.210.221	
8.8	Iniciativas, projetos, ações e infraestruturas para a Transição e Transformação Digital no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência	215.190	215.190	

Programação material

8.1 Dinamização de Atividades Culturais

8.1.1 Escolas de Formação

Apoio aos cursos de educação extraescolar no âmbito da portaria n.º 40/2002, de 16 de maio.

8.1.2 Edição de obras de cariz cultural

Edição de obras de cariz cultural em diversos suportes e sua divulgação.

8.1.3 Rede de Leitura Pública

Comparticipação nas despesas de criação e construção da Rede de Bibliotecas Municipais. Realização de atividades de promoção do livro e da leitura.

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

- 8.1.4 Banda Lira Açoriana
Realização de estágio e concerto do projeto Lira Açoriana.
- 8.1.5 Dinamização Cultural
Promoção e dinamização de eventos na Região Autónoma dos Açores em diversas áreas culturais, promovidos pelos serviços centrais e externos.
- 8.1.6 Arte Contemporânea dos Açores - ArtCa
Financiamento de intervenções ao nível da arte contemporânea com o objetivo de favorecer a sua criação e difusão.
- 8.1.7 Apoios a atividades de relevante interesse cultural
Apoios a conceder a atividades consideradas de relevante interesse cultural no âmbito do DLR n.º 9/2014/A, de 3 de julho.
- 8.1.8 Programa de apoios às sociedades recreativas e filarmónicas
Apoios a conceder às sociedades recreativas e filarmónicas no âmbito do DLR n.º 3/2014/A, de 14 de fevereiro.
- 8.1.9 Audiovisual
Desenvolvimento da estratégia do audiovisual e multimédia nas áreas de formação, divulgação e promoção.
- 8.2 Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural**
- 8.2.1 Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural
Apoios para intervenção de conservação e restauro em bens móveis ao abrigo do DRR n.º 23/2015/A, de 29 de outubro; aquisição de bens de valor cultural; aquisição de materiais e equipamentos no âmbito dos trabalhos a realizar pelos técnicos de conservação e restauro da DRC/DPMIA; Ações para proteção e conservação de bens arquivísticos públicos.
- 8.2.2 Inventário do Património Artístico e Cultural
Inventário, tratamento e estudo do património arquitetónico e artístico da Região.
- 8.2.3 Imóveis e Conjuntos Classificados
Apoios ao abrigo do DRR n.º 23/2015/A de 29 de outubro; Apoios ao abrigo do DRR n.º 25/2015/A de 30 de outubro; Revisão da Lista dos Imóveis e Conjuntos Classificados na RAA; Prémio de arquitetura Paulo Gouveia.
- 8.2.4 Investigação Arqueológica
Intervenções de proteção, investigação, referenciação e estudo do património arqueológico regional.

- 8.2.5 Museus, Bibliotecas e Arquivos
Reabilitações em edifícios afetos à DRC. Aquisição de Serviços diversos.
- 8.2.6 Salvaguarda do Património Baleeiro
Recuperação, conservação e valorização do património baleeiro da RAA, ao abrigo do DRR n.º 13/2014/A.
- 8.2.7 Divulgação e Sensibilização do Património Cultural
Ações de promoção, divulgação e sensibilização do património cultural da Região.
- 8.2.8 Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos
Aquisição de conteúdos para enriquecimento dos fundos das Bibliotecas Públicas e Arquivos.
- 8.2.9 Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais
Apoios ao abrigo do DRR 21/2015/A de 28 de outubro.
- 8.2.10 Execução do Protocolo com a Diocese de Angra
Apoio à reconstrução das igrejas e estruturas pastorais das ilhas do Faial e Pico danificadas pelo Sismo de 9 de julho de 1998.
- 8.2.11 Tecnologias da Informação e da comunicação no acesso à Cultura
Promover o acesso em linha à informação e ao conhecimento documental dos Açores, no quadro de referências de eficiência e qualidade, através dos museus e das bibliotecas públicas e arquivos regionais.
- 8.2.12 Assistência técnica e fecho financeiro
Pagamento da fiscalização durante o período das garantias das empreitadas. Execução de obras que necessitam de intervenção urgente e acionamento das respetivas garantias bancárias.
- 8.2.13 Património arqueológico subaquático
Construção/instalação de módulos de interpretação e briefing.
- 8.2.14 Eco-museu do Corvo – Aquisição das casas da memória e dos teares
Aquisição de Casas Partilhadas para Futura Extensão e Complementação do Núcleo do Ecomuseu do Corvo.
- 8.2.15 Criação de um Atlas do Património Arquitetónico e Cultural
Criação de um Atlas do Património Arquitetónico e Cultural.

- 8.2.16 Recuperação e Restauro do Órgão de Tubos da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores
Recuperação e Restauro do Órgão de Tubos da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores.
- 8.2.17 Candidatura a Capital Europeia da Cultura
Apoio à candidatura da Câmara Municipal de Ponta Delgada e dos Açores a Capital Europeia da Cultura 2027.
- 8.2.18 Museu Francisco Lacerda
Construção do novo edifício do Museu Francisco de Lacerda e respetiva musealização do espaço.
- 8.2.19 Reabilitação do património histórico de Santa Maria
Reabilitação do património histórico de Santa Maria.
- 8.2.20 Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo
Recuperação do imóvel da Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo.

8.3 Programa de Incentivos ao Sistema Científico e Tecnológico dos Açores

- 8.3.1 Infraestruturas, projetos e atividades no âmbito das entidades do SCTA
Apoio às entidades de investigação e de difusão da cultura científica e tecnológica que integram o Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, bem como aos projetos e atividades por elas desenvolvidos, tendo em vista a consolidação de uma rede de referência, sustentada e de excelência na área da ciência, nos Açores.
- 8.3.2 Inovação, capacitação científica e implementação de projetos de Investigação em contexto empresarial
Apoio a projetos de ID&I em contexto empresarial, visando o desenvolvimento e a incorporação de novas capacidades e competências nas empresas, de forma a promover a transferência do conhecimento para o mercado e apoiar a conversão de ideias em inovação, através da implementação de processos, serviços ou sistemas inovadores, ou de novos produtos, ou, ainda, a melhoria dos existentes.
- 8.3.3 Internacionalização da investigação regional
Apoio a iniciativas transversais de cooperação científica e tecnológica internacional e o apoio à participação em programas de I&D financiados pela União Europeia e aos potenciais beneficiários na preparação de candidaturas, bem como o apoio à integração em organizações, comissões e redes científicas internacionais. Visa-se, assim, consolidar áreas científicas e tecnológicas estratégicas para a Região, apoiando iniciativas de cooperação transnacional de investigação e desenvolvimento tecnológico.

- 8.3.4 Produção, formação e divulgação científica e tecnológica
- Apoio a ações de produção, formação e divulgação científica e tecnológica promovidas pelas entidades do SCTA.
- 8.3.5 Contratação de Investigadores para o SCTA
- Contratação definitiva de investigadores pelos centros de investigação regionais, de forma a garantir e assegurar a estabilidade das equipas de investigação já existentes.
- 8.3.6 Desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores
- Comparticipação no acréscimo de encargos resultante da tripolaridade da Universidade dos Açores.
- 8.3.7 Transferências para o Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia
- Transferência de verbas para a execução do plano de atividades do FRCT, nomeadamente a concessão de Bolsas de Investigação, programas de integração de recursos altamente qualificados em meio empresarial, execução de projetos internacionais, capacitação, eventos de I&I, protocolos de cooperação e integração em redes.

8.4 Ações de valorização e promoção da ciência, tecnologia e inovação

- 8.4.1 Eventos de promoção da ciência, tecnologia e inovação
- Encargos com a organização de iniciativas de promoção de ciência, tecnologia e inovação.
- 8.4.2 Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização do sistema científico e tecnológico
- Desenvolvimento de iniciativas transversais de coordenação e dinamização da RIS3, da ID&I empresarial, bem como pelo apoio à integração em organizações, comissões e redes científicas.
- 8.4.3 Centro de Divulgação "Museu de História Natural dos Açores" em Ponta Delgada
- Criação do Centro de Divulgação "Museu de História Natural dos Açores", cumprindo objetivos de literacia e emprego científicos nas áreas da Ciência, Cultura, Turismo e Economia.
- 8.4.4 Rede regional dos laboratórios Covid-19
- Criação, equipamentos, funcionamento e recursos humanos dos Laboratórios Covid-19 no Faial, Terceira e São Miguel, operacionalizados pela Universidade dos Açores e pelo Hospital da Horta.

8.5 Iniciativas, projetos e infraestruturas de base tecnológica

8.5.1 Ações promotoras de ecossistemas tecnológicos e digitais

Desenvolvimento de projetos digitais integrados e promotores de ecossistemas tecnológicos.

8.5.2 Implementação de infraestruturas tecnológicas

Gestão dos projetos desenvolvidos no âmbito das competências da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço, nos termos definidos na Resolução do Conselho do Governo n.º 4/2021 de 8 de janeiro e em linha com as políticas definidas no Programa do XIII Governo Regional dos Açores para a área aeroespacial na RAA. Aqui se inclui a criação da Entidade Espacial Regional, definida nos termos previstos no DL 9/2019 que assegurará a criação, implementação e coordenação da Estratégia Regional para o Espaço. Inclui-se ainda, os encargos resultantes do contrato-programa assinado com a Associação RAEGE Açores, cujo objetivo integra, entre outros, a gestão das infraestruturas da Rede RAEGE na RAA; As ações com vista ao desenvolvimento do projeto do SpacePort em Santa Maria, que se encontra na fase de adjudicação da Concessão, nomeadamente a conclusão e respetiva assinatura do contrato de concessão no âmbito do procedimento jurídico de Diálogo Concorrencial, bem como as ações necessárias à disponibilização dos elementos a fornecer pela RAA ao futuro concessionário e a dinamização de um Engine Test Site a instalar na ilha de Santa Maria. Inclui ainda, a participação da RAA no AirCentre, CoLab e Agência Espacial Portuguesa. Refere-se, também, o desenvolvimento de projeto em parceria com a NASA e a UAç. Atividades no âmbito do Copernicus Relay.

8.5.3 Projeto RAEGE - Flores

Desenvolvimento de projetos digitais integrados e promotores de ecossistemas tecnológicos.

Desenvolvimento de projeto de arquitetura e engenharia para execução da Estação Geodésica da ilha das Flores. Desenvolvimento de estudo para solução técnica a adotar para o radiotelescópio e o respetivo processo administrativo para aquisição do mesmo. Aquisição de equipamentos e primeira fase da empreitada de construção das infraestruturas gerais, tais como, ramal ou energia elétrica, telecomunicações e acessos, respetiva fiscalização e coordenação de empreitada.

8.6 Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira

8.6.1 Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira

Equipamento do Laboratório de Inovação em Produtos Láteos e do Mobiliário Técnico do Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira.

8.7 Ações de Valorização e Promoção da Transição e Transformação Digital

8.7.1 Atividades de promoção e implementação da Transição e Transformação Digital

Dotar a Direção Regional da Ciência e Transição Digital de condições de investimento para criar atividades que promovam e implementem a Transição e Transformação Digital em todo o espectro da sociedade da Região Autónoma dos Açores, que se traduz na criação de projetos específicos, que deem resposta aos problemas das empresas, comunidade científica e sociedade em geral. Promovam a Transição e Transformação Digital na Região Autónoma dos Açores, e incentivem à implementação de tecnologias digitais em todo o espectro socioeconómico.

8.7.2 Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização da Transição e Transformação Digital

Dotar as equipas envolvidas da capacitação, formação, ferramentas administrativas, informáticas, recursos humanos e condições de participação em eventos/ações/medidas que estejam diretamente relacionadas com a Transformação e Transição Digital.

8.7.3 Autonomia Digital Açores

Conclusão da implementação do primeiro repositório de conteúdos digitais dos Açores, para preservação e salvaguarda da memória histórica da Região, baseado em princípios de interoperabilidade organizacional, processual, técnica e semântica, e na escalabilidade dos seus diferentes componentes.

8.8 Iniciativas, projetos, ações e infraestruturas para a Transição e Transformação Digital no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência

8.8.1 Sistema de incentivo para a Transição e Transformação Digital

Incentivos para projetos como o Vale PME Digital Açores, Vale SIAC, Voucher Comércio Local no Digital, Voucher Confiança Online e o projeto Distinção Empresa Digital Açores.

8.8.2 APR + Serviços mais ágeis

Criação e disponibilização de ferramentas e serviços de uso transversal que permitem estabelecer uma relação digital, sem descuidar a segurança e a privacidade dos dados e informação, incrementando a qualidade e a celeridade das respostas, incentivando o uso das tecnologias digitais e open source.

8.8.3 APR + Proativa

A Administração Pública Regional pretende ser um "agente facilitador" na dinamização social e económica da região, criando novos instrumentos e ferramentas, baseadas em novas tecnologias digitais (ex: Inteligência Artificial), não só para auxiliar a comunidade regional, mas também para a própria Administração Pública.

Programa 9 – Ambiente, Alterações Climáticas e Território

Programação financeira

		Euro		
	Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
9	Ambiente, Alterações Climáticas e Território	17.547.272	17.447.272	100.000
9.1	Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	4.857.445	4.857.445	
9.2	Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	2.138.275	2.138.275	
9.3	Conservação da Natureza e Biodiversidade	4.465.859	4.465.859	
9.4	Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica	4.270.561	4.170.561	100.000
9.5	Ordenamento e Gestão do Território	1.705.132	1.705.132	
9.6	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	110.000	110.000	

Programação material

9.1 Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental

9.1.1 Vigilância ambiental

Vigilância ambiental.

9.1.2 Cidadania ambiental ativa

Apoio às atividades das Organizações Não Governamentais de Ambiente, Prémios «Espírito Verde» e Linha SOS Ambiente / Na Minha Ilha.

9.1.3 Eco Freguesia, freguesia limpa

Apoios às atividades das autarquias no âmbito o programa Eco Freguesia, freguesia limpa.

9.1.4 Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais

Rede Regional de Centros Ambientais, incluindo centros de interpretação e de visitaç o; Rede Regional de Ecotecas.

9.1.5 Renova o da exposi o do Centro de Interpreta o do Vulc o dos Capelinhos

Reformula o das exposi es e substitui o de equipamentos do Centro de Interpreta o do Vulc o dos Capelinhos.

- 9.1.6 Reinstalação do Serviço de Ambiente do Corvo
Reinstalação do Serviço de Ambiente do Corvo.
- 9.1.7 Infraestrutura de Dados Espaciais dos Açores (IDE.A)
Implementação, manutenção evolutiva e atualização da Infraestrutura de Dados Espaciais dos Açores (IDE.A), bem como o desenvolvimento/manutenção de outras componentes associadas à mesma (Plataforma Online GEOPROCESSOS; Sistema de Metadados dos Açores (SMA); Gestor de Metadados dos Açores (GeMA)), e a aquisição de formação técnica especializada nas tecnologias QGIS e GeoServer em utilização na IDE.A.; Apoio técnico na área dos SIG(transita da anterior Ação "Sistema Regional de Informação Geográfica").
- 9.1.8 Sistemas e infraestruturas de Informação e Comunicação
Gestão das infraestruturas informática e de comunicações; Manutenção, atualização e desenvolvimento das plataformas informáticas existentes.
- 9.1.9 Licenciamento Único Ambiental Açores
Desenvolvimento e manutenção preventiva e evolutiva da plataforma para o Licenciamento Único Ambiental nos Açores (LUAaz).
- 9.1.10 Projeto LIFE VIDALIA - LIFE17 NAT/PT/000510
Componente do Beneficiário Coordenador (SRAAC); Desenvolvimento do projeto LIFE VIDALIA - Valorização e Inovação Dirigidos à Azorina e Lotus nas Ilhas Açorianas.
- 9.1.11 Projeto LIFE AZORES NATURA - LIFE17 IPE/PT/000010
Componente do Beneficiário Coordenador (SRAAC). Desenvolvimento do projeto LIFE IP Azores Natura – Proteção ativa e gestão integrada da Rede Natura 2000 nos Açores, destinado a implementar estratégias de conservação de habitats e espécies e de valorização da componente social e do potencial económico dos sítios da Rede Natura 2000 nos Açores.
- 9.1.12 Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT/000864
Componente do Beneficiário Coordenador (SRAAC). Desenvolvimento do projeto LIFE BEETLES, visando a atenuação das ameaças ambientais e ecológicas para espécies protegidas, nas ilhas Terceira, Pico e Flores.
- 9.1.13 Projeto LIFE IP CLIMAZ - LIFE19 IPC/PT/000004 - Ambiente
Componente do Beneficiário Coordenador do Projeto LIFE CLIMAZ - Programa Regional de Mudanças Climáticas nos Açores (SRAAC).
- 9.1.14 Estudos e Projetos a programas comunitários
Despesas inerentes à EM LIFE Açores, assim como candidaturas a projetos comunitários.

9.1.15 Inspeção Regional do Ambiente (IRA)

Inspeção Ambiental.

9.2 Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas

9.2.1 Avaliação e Licenciamento Ambiental

Aplicação do regime jurídico da avaliação e licenciamento ambiental (inclui processo de consulta pública e ações de acompanhamento das instalações/projetos).

9.2.2 Rede de monitorização e plataforma de informação da qualidade do ar

Rede de estações de monitorização da qualidade do ar e do portal da qualidade do ar dos Açores. Ainda, através da candidatura ao PO Açores 2020 - Plataforma online da qualidade do ar dos Açores, aquisição de 2 analisadores de partículas (a medição simultânea e contínua de PM10, PM4, PM2,5 e PM1, PMTotal e distribuição de tamanho) para complementar a rede e dados existentes e aquisição de novo abrigo para a estação de monitorização da qualidade do ar situada na freguesia da Ribeirinha, concelho da Horta, de forma a adaptar-se à inclusão de mais um analisador de partículas.

9.2.3 Monitorização e controlo da infestação por térmitas

Gestão do Sistema de Certificação de Infestação por Térmitas (SCIT); Monitorização regular da infestação por térmitas da madeira seca nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Faial e Pico; Projetos de erradicação e controlo das térmitas subterrâneas na Praia da Vitória e na Horta.

9.2.4 PLANCLIMAC - Alterações Climáticas

Desenvolvimento do projeto PLANCLIMAC - Alterações Climáticas.

9.2.5 Instalações e equipamento dos Centros de Processamento de Resíduos

Melhoria das instalações e equipamento dos Centros de Processamento de Resíduos.

9.2.6 Operação dos Centros de Processamento e boas práticas de gestão de resíduos

Encargos com as concessões dos Centros de Processamento de Resíduos e com a compensação financeira ao transporte inter-ilhas de refugo.

9.2.7 Apoio à recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis

Cedência de contentores específicos, ao desenvolvimento de projetos piloto de recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis.

- 9.2.8 Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores - EEA Grants
- Projeto sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores - EEA Grants - Ação criada no decorrer de 2020.
- 9.2.9 Proteção Radiológica
- Concretização de protocolo/contrato para apoio técnico especializado à DRA no âmbito do regime jurídico da proteção radiológica. Concretização do Plano Regional para o Radão. Monitorização ambiental da radioatividade.
- 9.2.10 Programa Regional para as Alterações Climáticas
- Avaliação intercalar do Programa Regional para as Alterações Climáticas - relatório intercalar de avaliação ambiental estratégica.
- 9.2.11 Alteração do PEPGRA
- Processo de consulta e discussão pública - execução de material de informação e divulgação, publicitação. Processo de AAE da revisão do PEPGRA.
- 9.2.12 Execução da revisão do regime geral de prevenção e gestão de resíduos
- Execução de assessoria jurídica para a execução da revisão do regime geral de prevenção e gestão de resíduos.
- 9.3 Conservação da Natureza e Biodiversidade**
- 9.3.1 Monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade
- Monitorização e gestão do património natural e da biodiversidade.
- 9.3.2 Parques Naturais de ilha, Reservas da Biosfera, Geoparque e Paleoparque
- Implementação das medidas que constam dos Planos de Gestão das Áreas Terrestres das do PNI e dos Planos de Ação das RB.
- 9.3.3 Apoios à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas
- Apoios à reabilitação da paisagem tradicional da cultura da vinha em currais na ilha do Pico e à manutenção de paisagens; sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socacos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras, integradas nos parques naturais de ilha, e em reservas da biosfera.
- 9.3.4 Recuperação de trilhos e infraestruturas de apoio da Fajã de Santo Cristo
- Recuperação dos trilhos tradicionais e instalação de uma zona de apoio, acolhimento e descanso para visitantes na Fajã da Caldeira de Santo Cristo, em São Jorge.

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

- 9.3.5 Rede de observação e centros de reabilitação de aves selvagens
Rede de Observação de Aves dos Açores (ROA) e Centros de Reabilitação de Aves Selvagens (CERAS). Construção de circuito interpretativo da plataforma costeira das Lajes do Pico.
- 9.3.6 Projeto LIFE VIDALIA - LIFE17 NAT/PT/000510
Desenvolvimento do projeto LIFE VIDALIA - Valorização e Inovação Dirigidos à Azorina e Lotus nas Ilhas Açorianas.
- 9.3.7 Projeto LIFE AZORES NATURA - LIFE17 IPE/PT/000010
Desenvolvimento do projeto LIFE IP Azores Natura – Proteção ativa e gestão integrada da Rede Natura 2000 nos Açores, destinado a implementar estratégias de conservação de habitats e espécies e de valorização da componente social e do potencial económico dos sítios da Rede Natura 2000 nos Açores.
- 9.3.8 Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT/000864
Desenvolvimento do projeto LIFE BEETLES, visando a atenuação das ameaças ambientais e ecológicas para espécies protegidas, nas ilhas Terceira, Pico e Flores.
- 9.3.9 Requalificação dos percursos pedestres da Caldeira da Serra de Santa Bárbara -Terceira
Requalificação dos percursos pedestres e miradouros na Serra de Santa Bárbara, ilha Terceira.
- 9.3.10 Requalificação do miradouro e do trilho da lagoa do Fogo - São Miguel
Requalificação do miradouro e do trilho da Lagoa do Fogo, na ilha de São Miguel.

9.4 Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica

- 9.4.1 Monitorização e manutenção da rede hidrográfica
Desenvolvimento de ações de monitorização, limpeza e manutenção da rede hidrográfica, com recurso à estrutura operativa da Administração Regional.
- 9.4.2 Rede de monitorização do ciclo hidrológico
Monitorização do ciclo hidrológico e limnográfico das águas superficiais. Instalação e manutenção da rede quantitativa das águas subterrâneas.
- 9.4.3 Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição
Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição para cumprimento da Diretiva Quadro da Água/Lei da Água.

9.4.4 Monitorização do estado trófico das lagoas

Realização de amostragens físico-químicas das massas de água das lagoas de São Miguel, Pico, Flores e Corvo. Sistema de arejamento da Lagoa das Furnas; Equipamento e funcionamento do Laboratório dos Recursos Hídricos.

9.4.5 Controlo da biomassa e dos níveis de nutrientes nas lagoas

Implementação da unidade industrial de tratamento da água da lagoa das Furnas.

9.4.6 Projeto MITIMAC Água

HIDROBAL - Avaliação e espacialização do balanço hídrico e caracterização da interação entre as águas de superfície e subterrâneas. ECOAGUA - Definição metodológica e aplicações para a caracterização da interação entre as águas subterrâneas e os ecossistemas em ilhas vulcânicas.

9.4.7 Instrumentos de planeamento de recursos hídricos

Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores; Plano de Gestão de Riscos de Inundações dos Açores; Plano de Gestão de Secas e Escassez; Execução de medidas previstas nos planos.

9.4.8 Requalificação da rede hidrográfica

Intervenções regulares programadas em função do processo de avaliação do estado da rede hidrográfica - Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores.

9.4.9 Construção de vala para recolha e desvio de caudais de grotas no troço entre a ribeira do Dilúvio e a ribeira da Prainha, em São Caetano

Construção de vala para recolha e desvio de caudais de grotas no troço entre a ribeira do Dilúvio e a ribeira da Prainha, em São Caetano.

9.4.10 Intervenção e planificação dos caudais das ribeiras na ilha Terceira

Empreitada de requalificação da Ribeira da Vinha Brava; Empreitada de construção de bacias de retenção de caudais sólidos de grande dimensão nas ribeiras da zona sudoeste da ilha Terceira; Minimização dos riscos hidrológicos na Grota da Lagoínha, Angra do Heroísmo.

9.5 Ordenamento e Gestão do Território

9.5.1 Implementação do Sistema de Gestão Territorial

Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores; Adaptação do Regime Jurídico da Reserva Ecológica à Região Autónoma dos Açores e ao acompanhamento da elaboração; Revisão e alteração dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores.

9.5.2 Avaliação de instrumentos de Gestão Territorial

Avaliação do Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores; Avaliação dos Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras das Ilhas de Santa Maria, Graciosa, Pico, Faial, Flores e Corvo; Avaliação do Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Caiado, do Capitão, do Paul, do Peixinho e da Rosada.

9.5.3 Revisão e alteração de Instrumentos de Gestão Territorial

Revisão do Plano Regional do Ordenamento do Território dos Açores; Alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeiras das Ilhas de Santa Maria, Graciosa, Flores e Corvo; Conclusão da alteração dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira das Ilhas de São Jorge, Terceira e São Miguel.

9.5.4 Implementação de Instrumentos de Gestão Territorial

Implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas e de outros Instrumentos de Gestão Territorial.

9.5.5 Prevenção de Riscos Naturais

Implementação do Projeto Azmonirisk.I - Monitorização das Zonas de Risco dos Açores e desenvolvimento do Projeto Azmonirisk.II - Alargamento da Monitorização das Zonas de Risco dos Açores, monitorização das instabilidades geomorfológicas identificadas na Ilha de Santa Maria, atualização da cartografia de Riscos de Movimentos de Vertente e elaboração de cartografia de Riscos de Galgamentos e Inundações Costeiras [Ilha - escala 1:25.000] e de cartografia de Pormenor para Riscos de Galgamentos e Inundações Costeiras [Sedes de Concelho - escala 1:2.000].

9.5.6 Portal do Ordenamento do Território dos Açores

Desenvolvimento do Sistema Regional de Informação Territorial [plataforma WEBSIG para consulta dos IGT e SARUP], das Bases de Dados Georreferenciada da Reserva Ecológica e do Registo de Ocorrências [Perigos Geológicos, Meteorológicos e Outros] e atualização das Bases de Dados Georreferenciadas do Litoral e das Lagoas, bem como a implementação do Manual de Indicadores para a Monitorização do Território.

9.5.7 Projeto LIFE CLIMAZ - Território

Desenvolvimento do Projeto LIFE CLIMAZ - Programa Regional de Mudanças Climáticas nos Açores - Território.

9.5.8 Informação geodésica, produção cartográfica

Atualização de informação cartográfica de base, com a aquisição de fotografia aérea tradicional complementada com fotografia aérea obtida com drones fotogramétricos. Consolidação do SiRGIC, através de aquisição de novos equipamentos para capacitar técnicos nos diferentes grupos da RAA; Continuação dos trabalhos relativos ao Cadastro

Geométrico de propriedade rústica na ilha de Miguel, trabalhos realizados da Rede de Estações Permanentes da RAA; Consolidação da rede de nivelamento geométrico e criação de plataforma com a informação geodésica regional; Capacitação técnica com software e renovação de equipamentos de topografia e fotogrametria aérea.

9.5.9 Rede de estações permanentes GNSS

Ampliação da Rede de Estações Permanentes da Região Autónoma dos Açores - Instalação de novas estações, manutenção/renovação de equipamento. Manutenção e suporte para firmware e software da Rede de Estações Permanentes da Região Autónoma dos Açores - contrato de licenciamento relativo ao software do servidor e dos equipamentos que constituem a rede, assim como os equipamentos de campo (contrato trianual feito em 2020, que vigora até 2023).

9.5.10 Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SiRGIC)

Aquisição e manutenção de equipamento de apoio a trabalho de campo, nomeadamente GPS de dupla frequência RTK, no âmbito da implementação do Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SiRGIC); Manutenção e atualização da plataforma SiRGIC; Atualização das imagens de base e integração com a plataforma da Autoridade Tributária.

9.6 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo

9.6.1 Recuperação do Porto Pim

Recuperação de equipamentos em Porto Pim, decorrentes dos efeitos da Intempérie Lorenzo.

9.6.2 Recuperação do Vulcão dos Capelinhos

Intervenção na zona do Vulcão dos Capelinhos, decorrentes dos efeitos da Intempérie Lorenzo.

Programa 10 – Transportes, Turismo e Energia

Programação financeira

		Euro		
Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Outros Fundos
10	Transportes, Turismo e Energia	324.164.124	260.568.053	63.596.071
10.1	Eficiência Energética e Energias Renováveis	627.623	627.623	
10.2	Serviços Energéticos	4.656.658	4.656.658	
10.3	Mobilidade Elétrica	464.500	464.500	
10.4	Política Energética	251.220	251.220	
10.5	Promoção e Desenvolvimento Turístico	22.258.693	10.580.064	11.678.629
10.6	Sustentabilidade do Destino Turístico	2.515.226	2.515.226	
10.7	Qualificação do Destino	4.001.694	4.001.694	
10.8	Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	64.788.018	12.870.576	51.917.442
10.9	Gestão dos Aeródromos Regionais	3.500.000	3.500.000	
10.10	Serviços Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-Ilhas	177.923.323	177.923.323	
10.11	Dinamização dos Transportes	651.536	651.536	
10.12	Coesão Territorial - Transportes	6.525.633	6.525.633	
10.13	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	36.000.000	36.000.000	

Programação material

10.1 Eficiência Energética e Energias Renováveis

10.1.1 Eficiência Mais

Promoção da Eficiência Energética na sociedade em geral e nos vários setores de atividade, com vista à racionalização do consumo de energia e redução de custos energéticos. Desenvolvimento de programas digitais educativos que levem a uma maior consciencialização do uso racional da energia e no seu impacto no combate às alterações climáticas. A aposta nas gerações do futuro é crucial, para que estes assumam o desígnio da

liderança no processo de transição energética enquanto agentes ativos e de mudança, com efeito multiplicador em toda a sociedade.

10.1.2 Produção e Armazenamento de Energia Limpa

Programa de Incentivos à Produção e Armazenamento de Energia a partir de fontes renováveis, com vista a incentivar a aquisição de equipamentos de produção de energia elétrica e calorífica, essencialmente destinados ao autoconsumo, por parte das famílias, das empresas, das cooperativas, das associações sem fins lucrativos e das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

10.2 Serviços Energéticos

10.2.1 Combustíveis, eletricidade e ascensores

Aposta na segurança e qualidade do abastecimento de energia, bem como na inovação dos serviços energéticos a providenciar ao cidadão.

10.2.2 Modernização e desmaterialização de Serviços

Modernização e inovação dos sistemas administrativos e operativos com vista a facilitar a interação com o cidadão, através da desburocratização de processos.

10.2.3 Eletrificação da Fajã da Caldeira do Santo Cristo e Fajãs Adjacentes

Eletrificação da fajã da Caldeira do Santo Cristo em São Jorge e fajã adjacente.

10.3 Mobilidade Elétrica

10.3.1 Mobilidade Elétrica, Inteligente e Sustentável

Implementação do Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores (PMEA), enquanto opção estratégica da política ambiental e energética, tendo em consideração o seu importante papel na conquista dos objetivos do desenvolvimento sustentável, bem como na descarbonização da economia, na mitigação dos efeitos das alterações climáticas e na melhoria da eficiência energética. Potenciar os Açores no contexto dos espaços insulares europeus, como um verdadeiro Living Lab de soluções para a mobilidade elétrica.

10.3.2 Plano para Mobilidade Elétrica nos Açores, Ações de Sensibilização e Divulgação

Ações de sensibilização, formação, informação e promoção da mobilidade elétrica nos Açores junto de todos os açorianos, famílias e empresas, através de campanhas de informação e educação pública, a desenvolver em todas as ilhas.

10.4 Política Energética

10.4.1 Projetos Europeus

Participação e desenvolvimento de candidaturas e projetos inovadores baseados em programas-quadro da UE com o objetivo de concretizar a transição energética nos Açores e reforçar o capital humano da RAA.

10.4.2 Combate à Pobreza Energética

Desenvolver mecanismos de combate à pobreza energética em edifícios de habitação (social) energeticamente eficientes e com mecanismos de incentivo e ações de sensibilização direcionadas às famílias mais carenciadas, promovendo um uso racional de energia e a redução com encargos energéticos.

10.5 Promoção e Desenvolvimento Turístico

10.5.1 Promoção do Destino

Contratação de serviços no âmbito da promoção turística nos mercados externos. Realização de viagens educacionais à Região com objetivo de incrementar a divulgação do destino e a respetiva comercialização. Assegurar a edição e aquisição de materiais de divulgação turística. Participação institucional em ações de promoção do destino.

10.5.2 Incentivos à Promoção

Atribuição de apoios financeiros ao abrigo dos diplomas em vigor com diversas entidades que desenvolvem planos de ação no âmbito da promoção turística. Desenvolvimento de eventos e ações com impacto na promoção turística da Região.

10.5.3 Eventos Desportivos de Promoção do Destino

Apoio ao desporto e a eventos desportivos que promovam o destino Açores no mercado nacional e internacional.

10.6 Sustentabilidade do Destino Turístico

10.6.1 Desenvolvimento da Política de Turismo

Desenvolvimento da estratégia para a sustentabilidade do destino turístico Açores. Desenvolvimento de Programas com vista à dinamização das empresas do setor do Turismo. Continuação de uma política de prevenção contra a disseminação do vírus SARS- COV-2.

10.6.2 Desenvolvimento do Turismo Sénior e acessível

Desenvolvimento dos programas "Meus Açores, Meus Amores" destinado ao turismo sénior e "Açores para Todos" destinado ao turismo inclusivo, que abrangem deslocações para todas as ilhas.

10.6.3 Organização de Eventos com Repercussão na Promoção

Organização de diversos eventos na Região com o objetivo de promover o aumento de fluxos turísticos em época baixa.

10.7 Qualificação do Destino

10.7.1 Qualificação dos Serviços Turísticos

Requalificação das estruturas afetas aos serviços de informação turística da Região: arquitetura, software, conteúdos e outros.

10.7.2 Valorização do Destino Turístico

Desenvolvimento de ações de relações públicas por ocasião da realização de eventos turísticos de grande notoriedade. Dinamização de projetos de qualificação do destino e de sensibilização dos Açorianos para a importância do turismo. Construção das infraestruturas de apoio às empresas de Animação Marítimo-Turísticas na Horta e desenvolvimento do projeto "Casa dos Botes" nas Lajes do Pico.

10.7.3 Incentivos à Animação no Destino

Concessão de apoios financeiros através de diplomas em vigor para a realização de ações e eventos no âmbito da animação turística.

10.7.4 Qualificação do Turismo Natureza - Trilhos, Mar e Ar

Estruturação dos produtos e recursos turísticos através da valorização e aumento da oferta existente, procurando intervir em aspetos que tornem o destino mais apelativo, diferenciador e competitivo. Preparação de plano estratégico para a gestão dos trilhos e abertura de trilho acessível para pessoas com mobilidade reduzida. Desenvolvimento da rede de percursos cicláveis.

10.7.5 Qualificação dos Recursos Termais

Desenvolvimento de ações com vista à dinamização e qualificação dos recursos termais.

10.7.6 Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento Regional - Turismo

Pagamento de juros no âmbito do SITRAA.

10.8 Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários

10.8.1 Porto e Marina de Ponta Delgada

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se o reperfilamento do cais -10m (ZH), repavimentação do terrapleno portuário e beneficiação das redes técnicas nele integradas e dragagem da bacia portuária do porto de Ponta Delgada.

10.8.2 Porto da Praia da Vitória

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a melhoria da operacionalidade e segurança do porto, o terminal marítimo de passageiros e a requalificação das oficinas, do armazém e do edifício das operações portuárias.

10.8.3 Porto, Marina e Baía de Angra do Heroísmo

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a construção da rampa para navios ro-ro e ferry e trabalhos complementares de adaptação da infraestrutura à operação de transporte marítimo de passageiros e viaturas.

10.8.4 Porto, Marina e Baía da Horta

Apoio aos investimentos a realizar no porto e na marina, destacando-se a requalificação do porto comercial, a instalação de cabeços de amarração na Ponte-Cais do porto e intervenções em diversos edifícios.

10.8.5 Porto de S. Roque

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se o novo terminal de passageiros, visando melhores condições de operacionalidade e de eficácia no embarque e desembarque de passageiros e veículos, cumprindo também os requisitos de segurança da operação na área portuária.

10.8.6 Porto e Núcleo de Recreio Náutico das Velas

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a avaliação da ampliação do porto de recreio das Velas.

10.8.7 Porto da Calheta de São Jorge

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se a dragagem do porto.

10.8.8 Porto das Poças das Flores

Requalificação do porto das Poças para melhoria das condições de operacionalidade e segurança da infraestrutura.

10.8.9 Porto da Casa no Corvo

Iluminação do porto da Casa.

10.8.10 Aquisição de Diversos Equipamentos e Outras Obras nos Portos e Marinas

Aquisição de equipamentos diversos visando, nomeadamente, a melhoria da operação portuária.

10.8.11 Aeroporto da Ilha do Pico

Apoio aos investimentos a realizar no aeródromo visando a melhoria da sua operacionalidade e segurança, destacando-se aquisição de viatura de combate a incêndios e do AVAc para a aerogare.

10.8.12 Aeródromo da Ilha de São Jorge

Apoio aos investimentos a realizar no aeródromo visando a melhoria da sua operacionalidade e segurança, destacando-se a aquisição de viatura de combate a incêndios e a empreitada de execução do grooving da pista.

10.8.13 Aeródromo da Ilha da Graciosa

Apoio aos investimentos a realizar no aeródromo visando a melhoria da sua operacionalidade e segurança, destacando-se a empreitada de ampliação e alargamento da pista; aquisição de viatura de combate a incêndios e a requalificação e ampliação da aerogare.

10.8.14 Aeródromo da Ilha das Flores

Apoio aos investimentos a realizar na aerogare, destacando-se a empreitada de ampliação do parque de estacionamento das viaturas.

10.8.15 Aeródromo da Ilha do Corvo

Apoio aos investimentos a realizar no aeródromo visando a melhoria da sua operacionalidade e segurança, destacando-se a ampliação da aerogare e construção do edifício para o serviço SSLCI e a do abrigo para as novas viaturas de bombeiros (garagem e arrecadação).

10.8.16 Porto da Madalena

Apoio aos investimentos a realizar no porto, destacando-se os trabalhos para regularização do saco do porto velho para resolução da putrefação de algas.

10.8.17 Porto e Marina de Vila do Porto

Apoio aos investimentos a realizar no porto e marina, destacando-se o projeto para o reforço do manto de proteção do molhe da marina, consolidação da falésia e dragagens no porto.

10.8.18 Porto da Graciosa

Apoio aos investimentos a realizar no porto e marina, destacando-se o estudo de reordenamento do porto e gare de passageiros e dragagens no porto.

10.8.19 Museu da aviação

Criação do Museu da Aviação dos Açores.

10.9 Gestão dos Aeródromos Regionais

10.9.1 Concessão da exploração dos aeródromos da Região Autónoma dos Açores

Concessão da gestão e exploração dos aeródromos regionais.

10.10 Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas

10.10.1 Restruturação e concessão do transporte aéreo de passageiros, carga e correio inter-ilhas

Investimentos no âmbito do plano de reestruturação e concessão do transporte aéreo de passageiros, carga e correio inter-ilhas.

10.10.2 Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Inter-ilhas

Fornecimento do serviço público de transporte marítimo de passageiros e viaturas na Região Autónoma dos Açores.

10.11 Dinamização dos Transportes

10.11.1 Desenvolvimento de sistemas de apoio à monitorização nos portos dos Açores

Otimização da rede de bóias ondógrafo, concretizando a sua integração no sistema de gestão e monitorização dos portos dos Açores.

10.11.2 Plano Transportes dos Açores

Apoio a ações, projetos, formações e seminários relacionados com a divulgação e promoção dos transportes.

10.11.3 Apoio aos Portos - Covid-19

Apoio à empresa Portos dos Açores, S.A. destinado a compensar a perda de receitas decorrentes das medidas extraordinárias tomadas por esta, designadamente a isenção do pagamento de taxas nos portos, com vista a combater os efeitos desfavoráveis causados na atividade económica e na vida das empresas pela pandemia Covid-19.

10.11.4 Estudo do novo porto de mercadorias de Ponta Delgada

Estudo sobre o novo porto de mercadorias do porto de Ponta Delgada.

10.11.5 Estudo de ordenamento da baía e proteção da orla marítima do Cais do Pico

Estudo de ordenamento da baía e proteção da orla marítima do Cais do Pico.

10.12 Coesão Territorial - Transportes

10.12.1 Promoção da Coesão Territorial - Transportes

Transferências para o FRACDE - Fundo Regional de Apoio à Coesão e ao Desenvolvimento Económico para o desenvolvimento de ações destinadas a promover a coesão económica entre as ilhas da Região, assumindo particular destaque o apoio ao regular abastecimento de bens essenciais às populações das diversas ilhas, nomeadamente combustíveis, açúcar, farinha e cimento, e o transporte de carga gerada na Região com destino ao Corvo e a outras ilhas.

Compensação das medidas extraordinárias no âmbito da Covid-19, designadamente de redução/isenção de taxas nas aerogares da RAA.

10.12.2 Apoio ao tráfego local

Concessão de apoios financeiros nos domínios dos transportes destinados à realização de projetos de desenvolvimento da frota do tráfego local que presta serviços de transporte marítimo de mercadorias na Região Autónoma dos Açores.

10.13 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo

10.13.1 Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação das infraestruturas e equipamentos portuários e transporte de mercadorias

Apoio à recuperação da infraestrutura e equipamentos portuários e transporte de mercadorias na sequência do furacão Lorenzo.

Programa 11 – Juventude, Emprego, Comércio e Indústria

Programação financeira

Euro			
Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
11 Juventude, Emprego, Comércio e Indústria	114.374.647	52.000.578	62.374.069
11.1 Juventude	1.500.465	1.500.465	
11.2 Qualificação Profissional e Emprego	106.374.382	44.000.313	62.374.069
11.3 Comércio e Indústria	3.420.000	3.420.000	
11.4 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	732.800	732.800	
11.5 Gestão e Promoção da Marca Açores	2.050.000	2.050.000	
11.6 Apoio ao Consumidor	100.000	100.000	
11.7 AJEmCIA - Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato	197.000	197.000	

Programação material

11.1 Juventude

11.1.1 Cidadania e Formação dos Jovens

No âmbito da promoção da Cidadania, promover-se-á projetos de desenvolvimento de competências de intervenção cívica e política, tais como o Parlamento dos Jovens e outros projetos de diálogo estruturado com agentes políticos. Ainda, apostar-se-á em iniciativas de combate à discriminação e violência e promover-se-ão ações de inclusão e integração sociais. A certificação das competências socioculturais e de cidadania resultante da participação nas atividades promovidas pela DRJ será um desígnio para o quadriénio, com a criação do "Certificado de Competências de Educação Não Formal". Haverá o reforço do projeto "Educação Empreendedora - O caminho do sucesso", como projeto de formação para o empreendedorismo e inovação, inserido no contexto escolar. A formação dos jovens em áreas emergentes do conhecimento será operacionalizada na "Academia J". Por fim, promover-se-á o "Galardão Freguesia Jovem", através de contratos ARAAL com as Freguesias da Região.

11.1.2 Mobilidade dos Jovens

Enfoque à mobilidade juvenil, como forma de os jovens criarem um portefólio de competências socioculturais através do contato com novas realidades e com sociedades diversificadas. Neste âmbito, será reforçada a ligação com as comunidades portuguesas da diáspora, com a majoração de apoios ao contato e intercâmbio com a comunidade luso-descendente; Criação de projeto de mobilidade regional direcionada para a promoção de estágios socioprofissionais para jovens com mais de 18 anos que queiram ter uma experiência de ocupação de tempos livres no verão em outra Ilha dos Açores; Projeto de intervenção local, através da valorização, recuperação e renovação do património imaterial das localidades.

11.1.3 Associativismo e voluntariado

Alteração da regulamentação do Sistema de Incentivo ao Associativismo Jovem, adaptando-o à nova realidade e desafios das Associações Juvenis. No âmbito do Associativismo, de forma a potenciar o espírito de empreendedorismo e inovação e a intervenção local das associações de jovens, será reforçado o apoio aos planos de atividades, aos planos de formação e às infraestruturas e equipamentos. Encontro Regional de Associações de Juventude, em parceria com as associações. No âmbito do voluntariado, dar-se-á continuidade à parceria com a Região Autónoma da Madeira no desenvolvimento da Academia do Jovem Voluntário, que consiste numa experiência recíproca de voluntariado dos jovens.

11.1.4 Empreendedorismo, empregabilidade e ocupação de tempos livres

Criação de um ecossistema favorável à iniciativa e ao empreendedorismo através de várias iniciativas: um concurso de ideias, "IdeiaAçores" que é a fase final do "Educação Empreendedora - O Caminho do Sucesso"; um encontro regional de empreendedores jovens, designado de "Acores Summit; um concurso regional e mostra de empreendedorismo jovem destinado aos jovens do ensino secundário/profissional e do ensino superior; a criação do Gabinete do Jovem Empreendedor. O Programa "Jovens +" existente irá ser reformulado de forma a ser mais abrangente no seu raio de ação. Dentro do Programa de Ocupação de Tempos Livres, dar-se-á continuidade ao OTL, apesar de ser intenção a sua reformulação, bem como o programa "Entra em Campo" que continuará, mas será alvo de renovação e reestruturação.

11.1.5 Transição Digital e Ambiental

Formação e capacitação digital dos nossos jovens e a transição ambiental e o desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criação de dois programas distintos: as "Academias Digitais" que terão como objetivo o apoio à organização de projetos de criação espaços formativos e de apoio nas diversas áreas das tecnologias de informação e comunicação; na área ambiental será criado um programa de apoio à intervenção

ambiental e ecológica local, visando desenvolver os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

11.1.6 Indústrias criativas e culturais: incentivo à criatividade

De forma a impulsionar a apetência artística, cultural e criativa dos nossos jovens criar-se-á um programa de apoio ao desenvolvimento e divulgação de projetos criativos nas mais variadas áreas de criação, designado "CriAcores - Jovens Criadores Açorianos". Apoiar-se-á eventos de reconhecido valor cultural, destinados maioritariamente a jovens que contribuam para a promoção da Região, mediante contratos de financiamento devidamente regulamentados e fundamentados. Far-se-á uma aposta no programa "Põe-te em Cena", mas proceder-se-á à sua revisão e reformulação.

11.1.7 Conferências/Fóruns e Seminários

Realização de conferências, fóruns e seminários com temática subjacente à juventude, em parceria com o Conselho de Juventude dos Açores, e com as associações de jovens.

11.1.8 InfoJovem

Criação de um Plano de Comunicação e Marketing, para a divulgação, informação e promoção das atividades da Direção Regional da Juventude e das associações de jovens. Neste sentido, será reforçada a formação de pessoal e o reforço dos meios digitais. Será criado ainda um Gabinete de Apoio aos Programas Nacionais e Europeus de Juventude. Será mantida e reforçada a difusão da rede Eurodesk.

11.1.9 Pousadas da Juventude

Potenciar e rentabilizar a rede de pousadas da juventude dos Açores e de maximizar parcerias e partilha de recursos no desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres dos jovens, de promoção de hábitos de vida saudável e da criatividade dos jovens.

11.1.10 Requalificação do Serviço de Atendimento ao Jovem e Serviços da Direção Regional da Juventude

Conclusão da empreitada de requalificação das instalações do Serviço de Atendimento ao Jovem e serviços da DRJ, na Rua de Lisboa, já contratualizados. Prevê-se algumas obras de beneficiação de espaços interiores e de aquisição de mobiliário, material e equipamento. Do montante global, parte corresponde a um compromisso assumido transferido do ano de 2020 e que consiste na última tranche de pagamento da empreitada de construção.

11.1.11 Cartão Interjovem

Estabelecer um conjunto de parcerias que venham potenciar, ainda mais, a mobilidade e experiências socioculturais dos jovens através do Cartão Interjovem, bem como mais benefícios económicos junto das entidades parceiras.

11.1.12 Observatório da Juventude

Celebração de um acordo com a Universidade dos Açores, através da Fundação Gaspar Frutuoso para manter o Observatório da Juventude dos Açores de forma a colaborar com a tutela da Juventude na organização de estudos e conferências, análise de dados e a emissão de pareceres reflexivos sobre a juventude dos Açores.

11.2 Qualificação Profissional e Emprego

11.2.1 Formação Profissional

Ações de formação profissional para ativos (empregados e desempregados), formação profissional inicial (cursos profissionais, PROFIJ e CET), Qualifica+, formação lay-off e projeto de Qualificação de Adultos ao abrigo do IRR.

11.2.2 Programas de Estágios Profissionais

Programas de Estágios profissionais nos Açores (Estagiar L, T e U, INOVAR, EPIC e Reativar+), na Europa (Eurodisseia) e equipa do estagiar.

11.2.3 Programas de Emprego

Programas de fomento, manutenção e criação de emprego. Programas de inserção socioprofissional, dirigido a público fragilizado. Medidas extraordinárias Covid-19.

11.2.4 Adequação Tecnológica dos Serviços

Reequipamento em diferentes instalações da DRQPE, banda larga, manutenção das bases de dados e obras edifícios DRQPE.

11.2.5 Estudos, Projetos e Cooperação

Estudos e projetos nas áreas de atuação da DRQPE, em parceria, sobretudo, com entidades externas. Realização das IV Jornadas de Direito do Trabalho.

11.2.6 Assistência Técnica PO Açores FSE

Assistência técnica ao Programa Operacional Açores 2020/FSE.

11.2.7 Fórum Regional da Qualificação Profissional

Realização de um fórum com o objetivo de perspetivar a médio/longo prazo as linhas estratégicas para a formação na Região, com a participação de escolas profissionais, responsáveis pela educação, CESA, autarquias e outros agentes da educação, formação, emprego e economia.

11.2.8 Formação Tecnológica

Desenvolvimento de ações de formação tecnológica, nomeadamente nas áreas das Tecnologias da Informação e Comunicação.

11.3 Comércio e Indústria

11.3.1 Programas de apoio às empresas

Apoios atribuídos no âmbito da medida Acesso aos Mercados do Sistema de Incentivos Competir + e Programa de Apoio à Restauração e Hotelaria para a Aquisição de Produtos Açorianos com o selo "Marca Açores".

11.3.2 Qualidade e Inovação

Desenvolvimento do Programa Qualidade e Inovação. Ações de apoio e acompanhamento das ações de verificação metrológica. Licenciamento de equipamentos sob pressão e cisternas. Celebração de protocolos com entidades visando ações de divulgação e promoção da Qualidade, destacando-se o INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, o IPQ - Instituto Português da Qualidade e a APQ - Associação Portuguesa para a Qualidade.

11.3.3 Dinamização da atividade económica

Desenvolvimento de parcerias com associações empresariais e outras entidades visando o incremento da competitividade empresarial. Apoio ao Plano de Feiras e ações coletivas de apoio à internacionalização das empresas açorianas. Dinamização de campanhas de comércio tradicional. Operacionalização de diversos programas de apoio ao setor do comércio e da indústria.

11.4 Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais

11.4.1 Competitividade e inovação das empresas artesanais nos Açores

Ações de transmissão do saber fazer artesanal e ações de capacitação de natureza setorial e transversal, junto das empresas artesanais e públicos. Inclui projetos que visam reforçar a capacidade empresarial para a criação de novos produtos baseados nos recursos naturais, através da inovação.

11.4.2 Azores NewCraft- Internacionalização

Ações de promoção de âmbito internacional do Artesanato dos Açores, como a participação do CADA e das empresas artesanais, em eventos da especialidade, criando condições para que as microempresas artesanais através da inovação e da diferenciação, marquem a diferença nos mercados internacionais e contribuam para a sua competitividade.

11.4.3 Craf & Art - Capacitar Pela Inovação

Ações de desenvolvimento de competências de empreendedorismo e inovação, que permitam às empresas artesanais uma maior diversificação e diferenciação de produtos, potenciando a utilização das matérias-primas locais e ações de afirmação em novos circuitos de mercado.

11.4.4 Azores Craftlab- Incubadora de Artesanato

Projeto de incubação de empresas ligadas ao setor artesanal de forma a promover um maior empreendedorismo qualificado e criativo, fomentando a inovação e a criatividade na produção artesanal. Destina-se ao aluguer de espaços e demais encargos, bem como a ações de capacitação e promoção das empresas incubadas.

11.4.5 Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato

Apoio financeiro a projetos de formação, de dinamização do setor artesanal, de investimento nas empresas artesanais e de qualificação e inovação do produto artesanal.

11.4.6 ModaMac

Ações de desenvolvimento de competências de empreendedorismo e inovação, que permitam às empresas artesanais ligadas ao setor da moda uma maior diversificação e diferenciação de produtos e afirmação em novos circuitos de mercado. Criação de cluster de moda entre os parceiros e ações de intercâmbio.

11.4.7 Açores Artesanal

Realização de uma série de mercados de artesanato a nível regional, criando condições para uma melhoria significativa na comercialização dos produtos artesanais da Região e na circulação de bens na economia artesanal.

11.4.8 Promoção e comercialização do Artesanato dos Açores

Ações de promoção e comercialização do Artesanato dos Açores de âmbito regional e nacional com destaque para as produções certificadas do Artesanato dos Açores e as produções inovadoras associadas aos produtos endógenos. As ações apresentam a componente física e virtual.

11.4.9 Medida Excecional de Incentivo à Manutenção da atividade

Apoio financeiro extraordinário à manutenção da atividade das empresas artesanais para fazer face à perda de liquidez, resultante da pandemia.

11.5 Gestão e Promoção da Marca Açores

11.5.1 Promoção e valorização dos produtos açorianos

Implementação de ações com vista à promoção e valorização dos produtos açorianos e criação de uma marca agregadora de valor "Marca Açores", que se apresenta com uma natureza transversal a toda a produção regional, capaz de induzir valor acrescentado, aumentar a visibilidade dos produtos e impulsionar a expansão nos mercados interno e externo.

11.5.2 Promoção da Certificação da “Marca Açores”

Promover e facilitar o processo de adesão ao selo “Marca Açores”. Rever a estratégia referente à “Marca Açores” reforçando o seu posicionamento no mercado, com mais valias para os produtos genuinamente açorianos e diferenciadores, com ganhos significativos para as empresas.

11.5.3 Apoio à estruturação comercial da “Marca Açores”

Apoiar o desenvolvimento de projetos de promoção da “Marca Açores” por via de plataformas logísticas e digitais apropriadas, tendo em vista alavancar o processo de internacionalização dos produtos açorianos.

11.6 Apoio ao Consumidor

11.6.1 Promover os direitos do consumidor

Promover e apoiar iniciativas de informação e formação dos consumidores. Apoiar as associações de consumidores.

11.6.2 Promover a resolução de conflitos de consumo

Promover o acesso dos consumidores aos mecanismos de resolução de conflitos. Acompanhar o desenvolvimento do Centro de Informação, Mediação e Arbitragem da Região dos Açores.

11.7 AJEmCIA- Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato

11.7.1 Ações de Formação

Desenvolver uma política de proximidade junto das empresas e dos cidadãos, de forma desconcentrada ao nível de todas as ilhas, em ações de divulgação e informação de todos os mecanismos de apoio e outra informação nas áreas da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato, bem como em outras áreas de intervenção, de forma articulada com os respetivos departamentos governamentais.

11.7.2 Ações de divulgação

Promover ou colaborar em ações de divulgação junto dos empresários e dos cidadãos, de forma desconcentrada ao nível de todas as ilhas dos Açores, em ações de divulgação e informação de todos os mecanismos de apoio e outra informação nas áreas da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato, bem como em outras áreas de intervenção, de forma articulada com os respetivos departamentos governamentais.

Programa 12 – Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações

Programação financeira

				Euro
Programa/Projeto		Investimento Público	Plano	Outros Fundos
12	Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações	96.032.360	95.343.160	689.200
12.1	Construção de estradas regionais	24.776.640	24.776.640	
12.2	Reabilitação de estradas regionais	9.040.493	9.040.493	
12.3	Construção, ampliação e remodelação de edifícios públicos	3.195.264	3.195.264	
12.4	Integração paisagística de zonas adjacentes às ER	641.386	641.386	
12.5	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	3.169.407	3.169.407	
12.6	Execução Plano de recuperação e resiliência	3.511.200	3.511.200	
12.7	Sistema de transportes terrestres e segurança rodoviária	3.260.481	2.571.281	689.200
12.8	Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte	8.738.736	8.738.736	
12.9	Cibersegurança e Segurança da Informação	58.660	58.660	
12.10	Redes Públicas e Tecnologias de Comunicação	202.604	202.604	
12.11	Laboratório Regional de Engenharia Civil	1.154.847	1.154.847	
12.12	Cooperação com Diversas Entidades	3.745.553	3.745.553	
12.13	Sensibilização e Divulgação	30.000	30.000	
12.14	Saúde e Segurança no Trabalho	69.600	69.600	
12.15	SRE – Construções Escolares	15.789.113	15.789.113	
12.16	SRE – Reparação das Instalações da S.R.E.	425.220	425.220	
12.17	SRSD – Instalações Desportivas	400.000	400.000	
12.18	SRSD – Ampliação e Remodelação de Infraestruturas	890.000	890.000	
12.19	SRSD – Beneficiação de Infraestruturas	2.613.000	2.613.000	
12.20	SRADR – Infraestruturas de Apoio ao Setor Produtivo	5.400.000	5.400.000	
12.21	SRMP - Infraestruturas de Apoio às Pescas	260.706	260.706	
12.22	SRMP – Gestão e Requalificação da Orla Costeira	3.038.484	3.038.484	
12.23	SRCTD – Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia	1.250.000	1.250.000	
12.24	SRCTD – Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural	2.954.306	2.954.306	

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

Euro			
Programa/Projeto	Investimento Público	Plano	Outros Fundos
12.25 SRAAC- Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	50.000	50.000	
12.26 SRAAC – Conservação da Natureza e Biodiversidade	624.000	624.000	
12.27 SRAAC – Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica	742.660	742.660	

Programação material

12.1 Construção de Estradas Regionais

12.1.1 SCUT

Execução do contrato de concessão rodoviária em São Miguel.

12.1.2 Melhoria da Acessibilidade das Furnas - Povoação

Projeto de execução da 2.ª Fase. Execução da empreitada e expropriações - 2.ª Fase.

12.2 Reabilitação de Estradas Regionais

12.2.1 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Santa Maria

Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha de Santa Maria.

12.2.2 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - São Miguel

Conclusão da Interseção da Estrada Regional 1-1ª com a Rua Nova do Foral - Água de Pau. Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha de São Miguel.

12.2.3 Reabilitação de Estradas Regionais na RAA

Avaliações e expropriações. Processos litigiosos - Tribunais.

12.2.4 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Terceira

Conclusão da empreitada de Alargamento e drenagem da Estrada Regional 1-ª nas Quatro Ribeiras. Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha Terceira.

12.2.5 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - São Jorge

Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha de São Jorge.

- 12.2.6 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Graciosa
Requalificação do Largo 1.º dezembro na freguesia da Luz. Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha Graciosa.
- 12.2.7 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Pico
Execução da repavimentação e colocação de sinalização na Estrada Regional 1-2ª entre Lajes e Arrife. Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha do Pico.
- 12.2.8 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Faial
Execução da empreitada de Beneficiação da Estrada Regional 1-1ª entre a Ribeira do Cabo e o Largo Jaime de Melo. Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha do Faial.
- 12.2.9 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Corvo
Execução de diversas intervenções de beneficiação e pavimentação na rede viária regional da ilha do Corvo.
- 12.2.10 Beneficiação e Pavimentação de Estradas Regionais - Flores
Execução da empreitada de reabilitação da Estrada Regional 1-2ª, troço entre Feital (Fazenda) e a Ribeira Funda.
- 12.2.11 Requalificação da Rede Viária Regional
Aquisição de agregados.
- 12.2.12 Qualificação do Parque de Máquinas
Aquisição de combustíveis.
- 12.2.13 Calamidades em Estradas Regionais
Reparação dos danos no ramal da Estrada Regional 1-2ª - Acesso à Fajã do Ouvidor.
- 12.2.14 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres da ilha de São Miguel
Execução da empreitada de consolidação dos taludes da Estrada Regional 2-2ª entre as Furnas e Ribeira Quente - 2.ª fase.
- 12.2.15 Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres da ilha Terceira
Execução da empreitada construção do ramal da Estrada Regional 6-2ª em São Carlos - Angra do Heroísmo.
- 12.2.16 Modernização de Máquinas e Viaturas
Aquisição de viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias. Aquisição de viaturas pesadas de mercadorias. Aquisição de diversos equipamentos e máquinas industriais.

12.2.17 Sinalização horizontal e vertical em Estradas Regionais

Conclusão da empreitada de pintura termoplástica em São Miguel.

12.3 Construção, Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos

12.3.1 Requalificação de Espaços Públicos

Beneficiação e manutenção das instalações da SROPC, das Delegações de ilha da SROPC, do Palácio de Santana, do Palácio da Conceição e de outros edifícios públicos. Gestão de resíduos de construção, implementação de medidas de gestão ambiental e de medidas de autoproteção em edifícios públicos.

12.3.2 Parques Empresariais Tecnológicos

Reabilitação dos fogos de habitação do Bairro Beira-Mar, lote 1; Reabilitação do Bairro Nascer do Sol e empreitada de reabilitação da Escola Americana.

12.4 Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER

12.4.1 Espaços Públicos

Requalificação do Monumento à Autonomia, do Parque Século XXI, do Jardim dos Maroiços, na ilha do Pico, do Memorial da batalha da Ladeira Velha. Valorização paisagística e científica de espaços de contemplação e lazer.

12.4.2 Integração Paisagística da Rede Viária Regional

Integração paisagística e urbanística da rede viária regional, incluindo o desenvolvimento de pontos turísticos.

12.5 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo

12.5.1 Recuperação da Rede Viária Regional - Lorenzo

Conclusão das obras de recuperação do acesso ao Monte da Guia – Faial.

12.5.2 SRE - Reparação das coberturas da ES Manuel de Arriaga

Conclusão da intervenção efetuada na cobertura da escola na sequência da intempérie Lorenzo.

12.5.3 SRSD - Recuperação da Cobertura do Pavilhão Desportivo e de Vedação de Espaços Desportivos Exteriores do Complexo Desportivo Manuel de Arriaga

Recuperação da Cobertura do Pavilhão Desportivo e de Vedação de Espaços Desportivos Exteriores do Complexo Desportivo Manuel de Arriaga.

12.5.4 SRMP - Intempérie Lorenzo - Recuperação de infraestruturas de pesca

Recuperação dos danos causados pelo furacão em portos de pesca, designadamente, na recuperação de pavimentos, muros de suporte, juntas do terrapleno, deslocamento de blocos antiferes, gruas, molhes.

12.5.5 SRMP - Intempérie Lorenzo - Recuperação de infraestruturas de proteção marítima

Recuperação dos danos causados pelo furacão Lorenzo em infraestruturas marítimas, designadamente, muros de proteção, galgamentos, enrocamentos.

12.6 Execução do Plano de Recuperação e Resiliência

12.6.1 Circuitos Logísticos Terrestres - São Miguel

Melhoria da acessibilidade das Furnas - Povoação - 1.ª Lanço (Variante às Furnas), incluindo expropriações. Variante à vila das Capelas, incluindo expropriações. Variante à freguesia de São Roque - Ponta Delgada. Variante ao Portal do Vento - Sete Cidades.

12.6.2 Circuitos Logísticos Terrestres – Terceira

Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária - Ligação entre a Via Vitorino Nemésio e a Circular de Angra do Heroísmo.

12.6.3 Circuitos Logísticos Terrestres – São Jorge

Promoção das condições de acessibilidade, mobilidade e segurança rodoviária - Ligação entre o norte e o sul da ilha (Transversal).

12.7 Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária

12.7.1 Prestação de serviços de transporte regular de passageiros

Passes socais. Campanha de prevenção rodoviária. Apoios financeiros no âmbito da Covid-19. Transporte regular coletivo de passageiros. Implementação de sistema informático de contraordenações. Apoio à manutenção da central de rádio - Táxis de P. Delgada.

12.7.2 Plano integrado de transportes

Estudos sobre o sistema de bilhética integrada. Serviços de assessoria económico-financeira. Gestão do portal dos transportes.

12.8 Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte

12.8.1 Desenvolvimento dos Sistemas de Informação

Ações de desenvolvimento focadas na integração, eficiência e desempenho dos sistemas de informação em exploração no GRA; Aquisição e gestão do licenciamento de software; Implementação de políticas de gestão e de aquisição de software; Aquisição de infraestruturas de computação e de armazenamento de dados; Suporte e manutenção de sistemas de informação e de infraestruturas; Projeto Mobile.GOV (PRR).

12.8.2 Melhoria dos Sistemas Informáticos, suporte ao utilizador e Qualidade

Aquisição e melhoria da infraestrutura de suporte da rede informática da DRC, SROPC, DROPTT e PGR e dos equipamentos terminais que a constituem; Aquisição de consumíveis de informática. Aquisição e exploração de soluções e infraestruturas de Apoio ao Utilizador e de Helpdesk.

12.8.3 Azores Cloud

Modernização e centralização dos sistemas de computação e de armazenamento de dados do GRA, com incremento de segurança, de redundância e da sua resiliência, através da Implementação de uma infraestrutura tecnológica de dois Datacenters em geografias distintas da RAA.

12.8.4 Redes de Dados e de Comunicações

Otimização e exploração da rede de comunicações de voz, dados e internet do GRA; Melhoria das condições de cobertura do acesso sem fios à rede do GRA; Gestão das comunicações móveis do GRA. Aquisição de equipamentos de comunicações. Desenvolvimento, suporte e manutenção da Rede SIPCOM da DROPTT.

12.9 Cibersegurança e Segurança da Informação

12.9.1 Infraestrutura de segurança informática e da segurança da Informação

Aquisição e implementação de soluções e de infraestruturas de segurança informática, da informação e das comunicações da Rede do GRA; Implementação de políticas de segurança no âmbito do perímetro da rede e da informação do GRA.

12.9.2 Cibersegurança e Privacidade

Desenvolvimento de ações de sensibilização, divulgação e formação no âmbito da cibersegurança, no contexto da Administração Pública Regional, setor empresarial da RAA e restante população em geral. Implementação RGPD.

12.10 Redes Públicas e Tecnologias de Comunicação

12.10.1 Infraestruturas de acesso internet

Incremento da cobertura das redes públicas de acesso internet (gratuito) na RAA.

12.10.2 Alert4you

Melhoria e desenvolvimento do sistema de alertas e avisos à população Alert4You.

12.10.3 Monitorização do setor das telecomunicações e dos serviços postais

Acompanhamento da atividade dos operadores económicos do setor das comunicações, da sua oferta tecnológica e comercial nos Açores. Acompanhamento da implementação da tecnologia 5G. Acompanhamento da atividade e iniciativas do Regulador e Autoridade Nacional das Comunicações (ANACOM). Acompanhamento do processo de substituição da rede CAM, de cabos submarinos de fibra ótica que asseguram, de forma redundante, a comunicação dos Açores com o resto do mundo.

12.11 Laboratório Regional de Engenharia Civil

12.11.1 ID&I - Engenharia Civil

Desenvolvimento de novos projetos de investigação; Desenvolvimento e inovação; Aquisição de equipamentos para as unidades laboratoriais (metrologia, materiais de construção, geotecnia, prospeção, estruturas sísmicas e misturas betuminosas); Promoção da divulgação e difusão do conhecimento científico e tecnológico.

12.11.2 Infraestruturas e Equipamentos

Requalificação e valorização das infraestruturas e equipamentos afetos ao LREC; Renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade do LREC; Renovação do sistema de acreditação de ensaios; Estudos e Pareceres; Ensaios de comparação interlaboratorial, calibrações de equipamentos.

12.11.3 MICNEI - Minimização de impactos de catástrofes naturais em edificado e infraestruturas

O projeto tem como objetivos: A1 - Desenvolvimento de orientações e formulário de determinação das necessidades de alojamento e danos no edificado; A2 - Determinação dos sistemas de contenção provisória adequados às situações correntes de dano; e A3 - Desenvolvimento de um manual de reforço de edifícios em alvenaria.

12.11.4 LREC + Sustentável

Tornar o edifício do LREC mais sustentável ("verde"). Projeto piloto a desenvolver num edifício da Região Autónoma dos Açores, para ser aplicado em outros edifícios da Região. O principal objetivo do projeto é tornar o edifício do LREC mais sustentável: Água, reduzir os consumos, as perdas e os desperdícios e; recorrer a origens alternativas.; Eficiência energética, pretende-se

recorrer a energias renováveis e utilizar, de modo eficiente, todos os recursos disponíveis; Gestão de resíduos, promover por um lado, um eficiente sistema de separação e recolha de resíduos para reciclar, e por outro, reduzir o consumo de recursos.

12.11.5 PICA - Plataforma Indústria Criativa dos Açores

Tem como objetivo envolver diversos intervenientes com competências ao nível do design industrial, design de produto, design conceptual, engenharia de materiais, mas não exclusivamente, e aplicar os conhecimentos destas áreas no desenvolvimento de novos produtos a partir de materiais endógenos dos Açores, com o objetivo final de serem utilizados sobretudo, mas não exclusivamente, em unidades turísticas de diferentes tipologias, como sejam o alojamento local, em hotel, residencial ou rural.

12.11.6 Eco compósitos Inteligentes

Este projeto tem como principal objetivo o desenvolvimento de Eco Compósitos reforçados com materiais fibrosos de origem natural, com propriedades de inteligência térmica, para estruturas de alvenaria e aplicação no setor do turismo.

16.11.7 LREC Renovável

Implementação de medidas de eficiência energética e sistemas de produção de energia renovável bem como de apoio à mobilidade elétrica.

16.11.8 ReBuild17

O projeto pretende contribuir decisivamente para o desenvolvimento da circularidade de cadeias de valor, através da criação de uma plataforma para a valorização de resíduos originados no setor da construção civil, em que participem os vários stakeholders associados ao setor.

16.11.9 SAFE HARBOUR

O projeto SAFE HARBOUR – Monitorização de infraestruturas portuárias, estruturas de proteção costeira e arribas adjacentes tem como objetivo a implementação de um sistema de monitorização de 3 casos de estudo em 3 ilhas distintas (S. Maria, S. Miguel e S. Jorge) com determinadas especificidades, de modo a permitir que este sistema possa vir a ser aplicado em qualquer outra estrutura portuária ou de proteção costeira ou arriba. Para além disso, pretende-se que esta monitorização se prolongue para além da duração do projeto, com uma periodicidade mínima anual.

16.12 Cooperação com Diversas Entidades

12.12.1 Contratos de Cooperação com diversas Entidades

Apoio a diversas entidades de interesse coletivo.

12.12.2 Contratos ARAAL

Contratos ARAAL, a celebrar com as Autarquias, no âmbito das competências deste departamento governamental.

12.12.3 Cooperação com Entidades Públicas

Lançamentos de concursos de obras públicas de outras entidades.

12.13 Sensibilização e Divulgação

12.13.1 Campanhas de Sensibilização e Divulgação

Campanhas de informação, sensibilização e divulgação junto das populações.

12.14 Saúde e Segurança no Trabalho

12.14.1 Saúde e Segurança no Trabalho

Vestuário, calçado e equipamento de proteção individual; Serviços de psicologia, e medicina no trabalho; Equipamento para gabinete médico; Formação para efetuar trabalhos em altura e manuseamento de equipamento motorizado e manual; Inspeções periódicas e ensaios de equipamento de trabalho.

12.15 SRE - Construções Escolares

12.15.1 Reparação da EBI da Horta

Empreitada da 2ª fase da grande reparação da escola com vista à remodelação de dois edifícios existentes e à construção de dois novos edifícios, formando um espaço homogéneo e contínuo sem barreiras arquitetónicas para os alunos do 1.º e 2.º ciclo.

12.15.2 Requalificação das instalações da EBI de Capelas

Construção do edifício sede da EBI de Capelas, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

12.15.3 Requalificação das instalações para o 2º e 3º ciclos da EBI de Rabo de Peixe

Construção do edifício principal da EBI de Rabo de Peixe, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

12.15.4 Construção de novas instalações para EBI de Arrifes

Construção do edifício sede da EBI de Arrifes, constituído atualmente por edifícios dispersos, com coberturas de amianto, sem ligações cobertas entre eles e num avançado estado de degradação.

12.15.5 Requalificação das instalações da EBI da Lagoa

Conclusão da intervenção de substituição das coberturas contendo amianto, iniciada em 2020.

12.15.6 Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental

Elaboração do projeto de recuperação do edifício e conservação e restauro dos tetos do Palácio da Fonte Bela.

12.15.7 Reparação da ES Vitorino Nemésio

Conclusão dos trabalhos da empreitada de substituição da rede elétrica e impermeabilização da cobertura da sala de alunos e pinturas; Início dos trabalhos da 2ª fase da intervenção, nomeadamente na pintura exterior do edifício e restante substituição da rede elétrica.

12.15.8 Reparação da ES Jerónimo Emiliano de Andrade

Intervenção na escola para colmatar deficiências no edifício, nomeadamente: cobertura do edifício principal (bloco A), substituição de canalizações e rede elétrica da escola.

12.15.9 Reparação da EBS das Flores

Conclusão das intervenções realizadas no edifício sede da escola. Reparações a efetuar na escola do 1º ciclo.

12.15.10 Reparação da EBS de Povoação

Intervenção na cozinha, substituição na cobertura do edifício principal, intervenção na rede de águas residuais domésticas e pavimento do campo de jogos exterior.

12.15.11 Reparação da ES de Lagoa

Elaboração do projeto para colmatar deficiências no edifício, através da ligação das duas alas do edifício principal.

12.15.12 Reparação EBS Santa Maria

Intervenção no ginásio da escola.

12.15.13 Reparação da EBI Angra do Heroísmo

Intervenção no complexo desportivo e nos balneários/vestiários de apoio à cozinha.

12.15.14 Reparação da EBS de S. Roque do Pico

Conclusão da intervenção para resolução de problemas de infiltrações em coberturas e vãos e reparação de vedações e pintura do edifício.

12.15.15 Reparação do Conservatório Regional de Ponta Delgada

Início do projeto de requalificação do edifício.

12.15.16 Reparação da EBS da Graciosa

Reabilitação da viga do edifício polivalente e elaboração de projeto de reparação de diversas patologias na escola.

12.15.17 Reparação da EBS das Laranjeiras

Reparação de fissuração de elementos pré-moldados em betão, substituição de vãos, infiltrações, etc.

12.15.18 Reparação da EBI Ponta Garça

Elaboração de projeto e intervenção para a correção de diversas patologias do edifício, com especial ênfase nas infiltrações.

12.15.19 EBS Mouzinho da Silveira

Elaboração de projeto para construção de um refeitório na escola.

12.16 **SRE - Reparação das instalações da S.R.E.**

12.16.1 Intervenção nos Paços da Junta Geral

Revisão do Elaboração do projeto para intervenção no edifício dos Paços da Junta Geral.

12.16.2 Intervenção no Palácio Bettencourt

Intervenção no edifício para alojar provisoriamente os serviços da S.R.E, enquanto decorrem as obras no edifício dos Paços da Junta Geral.

12.16.3 Intervenção no edifício da DSFE

Elaboração do projeto para novo procedimento de conclusão da intervenção no edifício onde funcionará parte dos serviços da S.R.E..

12.17 **SRSD - Instalações Desportivas**

12.17.1 Modernização das instalações desportivas do parque desportivo regional

Modernização e rentabilização das instalações desportivas oficiais integradas no Parque Desportivo Regional. Inclui fechos de obras e períodos de garantias.

12.18 SRSD - Ampliação e Remodelação de Infraestruturas

12.18.1 Intervenções no Hospital da Horta

Diversas intervenções no Hospital da Horta, onde se inclui a substituição da rede de águas e incêndios.

12.18.2 Empreitada de Modernização e Remodelação do Hospital de Ponta Delgada

A empreitada insere-se no plano de reestruturação dos serviços do Hospital, com a adequação do seu plano funcional às novas necessidades e ordenamento dos serviços, dando uma melhor resposta às necessidades da população.

12.18.3 Construção do Laboratório SEEMBO

Projeto de execução para Início de construção do Laboratório SEEMBO (Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular), na ilha Terceira.

12.19 SRSD - Beneficiação de Infraestruturas

12.19.1 Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais

Diversas intervenções nos edifícios do SRS, numa perspetiva de prevenção e manutenção.

12.19.2 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores

A ação dá continuidade e conclusão à intervenção de beneficiação do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores.

12.19.3 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico

A ação dá continuidade à intervenção de beneficiação do Centro de Saúde das Lajes do Pico.

12.19.4 Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas

A ação dá continuidade à intervenção de beneficiação do Centro de Saúde das Velas.

12.19.5 Projeto de requalificação da unidade de saúde de ilha do Corvo

Projeto de requalificação da unidade de saúde de ilha do Corvo.

12.20 SRADR - Infraestruturas Públicas de Apoio ao Setor Produtivo

12.20.1 Caminhos e infraestruturas de base para apoio ao setor florestal e rural

Construção e beneficiação de rede viária constituída por caminhos florestais e Rurais. Beneficiação das diversas infraestruturas afetas aos Serviços Operativos da Direção Regional dos Recursos Florestais.

12.20.2 Infraestruturas coletivas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural

Construção e melhoramento de parques de exposições, de rastreio à sanidade animal e outras infraestruturas de apoio à agricultura, pecuária e desenvolvimento rural. Deslocalização do parque de pesagem e de embarque que serve o Porto da Praia - Graciosa.

12.20.3 Valorização de infraestruturas de Interesse patrimonial e cultural

Valorização da Quinta de São Lourenço do Faial. Reabilitação do Solar, Ermida, Pavilhão de Exposições e Espaços verdes. Beneficiação do Edifício do relógio da Colónia Alemã.

12.21 SRMP - Infraestruturas de Apoio às Pescas

12.21.1 Construção do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada

Intervenção na cisterna localizada na área do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada e outras atividades relacionadas com a empreitada de "Construção do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada".

12.21.2 Melhoria das condições operacionais do porto de pesca das Poças

Elaboração do projeto de execução; Empreitada de construção de civil e prestação de serviços de planeamento, coordenação e fiscalização.

12.21.3 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca dos Carneiros

Elaboração do projeto de execução; Empreitada de construção de civil e prestação de serviços de planeamento, coordenação e fiscalização.

12.21.4 Construção de infraestruturas de apoio no porto de pesca da S. Mateus da Calheta, Ilha Terceira

Aquisição de terreno e elaboração de projeto de execução para construção de uma infraestrutura de apoio para os armadores do porto de pesca de S. Mateus da Calheta, Ilha Terceira.

12.22 SRMP - Gestão e Requalificação da Orla Costeira

12.22.1 Resposta a intempéries e outras situações extraordinárias

Resposta a danos na orla costeira causados por intempéries e fenómenos de erosão costeira e execução de intervenções extraordinárias de requalificação da orla costeira.

- 12.22.2 Proteção e estabilização da zona costeira da Barra, Santa Cruz da Graciosa
Conclusão financeira da empreitada.
- 12.22.3 Proteção da orla costeira junto ao Caminho Municipal Adjacente ao Campo de Jogos e Santa Catarina - Calheta, São Jorge
Empreitada de proteção e infraestruturação do caminho municipal adjacente ao campo de jogos de Santa Catarina.
- 12.22.4 Requalificação costeira da Fajã S. João, S. Jorge
Conclusão financeira da empreitada de reforço da proteção costeira do portinho da Fajã de São João.
- 12.22.5 Proteção e estabilização costeira do Porto de St.ª Iria - S. Miguel
Projeto da empreitada de proteção e estabilização costeira do Porto de St.ª Iria.
- 12.22.6 Reforço e reabilitação costeira da zona do porto S. Vicente Ferreira, S. Miguel
Conclusão financeira da empreitada de reforço e reabilitação costeira da zona do porto de S. Vicente Ferreira.
- 12.22.7 Proteção e estabilização costeira da falésia dos Fenais e Ventosa, Graciosa
Execução da Proteção costeira da falésia dos Fenais e Ventosa, Graciosa.
- 12.22.8 Reforço da proteção costeira na zona das Calhetas, Ribeira Grande, S. Miguel
Execução do Reforço da proteção costeira na zona das Calhetas, São Miguel.
- 12.22.9 Estabilização de taludes no Porto de Vila Nova, Terceira
Execução das intervenções para estabilização de taludes no Porto de Vila Nova, Terceira.
- 12.22.10 Estabilização costeira adjacente ao museu da indústria baleeira de S. Roque do Pico
Execução das intervenções para estabilização da zona costeira adjacente ao Museu da Indústria Baleeira em S. Roque do Pico.
- 12.22.11 Proteção costeira na Fajã João Dias em S. Jorge
Proteção costeira de fajã.
- 12.22.12 Estabilização da falésia adjacente à Vila do Corvo
Execução das intervenções de estabilização da falésia adjacente à Vila do Corvo.
- 12.22.13 Estabilização e requalificação da orla costeira adjacente à vila de Santa Cruz das Flores
Execução das intervenções de estabilização e requalificação da orla costeira adjacente à vila de Santa Cruz das Flores.

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

12.22.14 Estabilização e reabilitação do Porto Afonso

Execução das intervenções de estabilização e reabilitação do Porto Afonso, na ilha Graciosa.

12.22.15 Estabilização do caminho de S. Vicente, Porto Martins, Terceira

Execução das intervenções de estabilização do caminho de S. Vicente, Porto Martins, Terceira.

12.22.16 Reforço da proteção costeira da zona adjacente ao restaurante "Amigos" - S. Jorge

Execução das intervenções de Reforço da proteção costeira da zona adjacente ao restaurante "Amigos" - S. Jorge.

12.22.17 Estabilização da zona costeira da Laracha, Santa Maria

Execução das intervenções de estabilização da zona costeira da Laracha, Santa Maria.

12.22.18 Estabilização da orla costeira dos Mosteiros, São Miguel

Execução das intervenções de estabilização da orla costeira dos Mosteiros, São Miguel.

12.22.19 Reforço da proteção costeira do Cais do Galego

Execução das intervenções de reforço da proteção costeira do Cais do Galego, na ilha do Pico.

12.22.20 Proteção e estabilização da zona costeira na Fajã das Pontas, São Jorge

Execução das intervenções de Proteção e estabilização da zona costeira na Fajã das Pontas, São Jorge.

12.23 SRCCTD - Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia

12.23.1 Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel

Execução da empreitada e fiscalização do lote 32 do Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel, bem como o respetivo apetrechamento.

12.24 SRCCTD - Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural

12.24.1 Museu da Construção Naval em Santo Amaro - Pico

Projeto e construção de edifício-sede e requalificação e adaptação dos armazéns de construção naval.

12.24.2 Trinity House - Join cable station: núcleo das comunicações - Museu da Horta

Reabilitação, adaptação e museografia das antigas instalações.

12.24.3 Eco-museu do Corvo – Casa da Vigia

Construção, reabilitação e museografia. Promover uma oferta museográfica integrada e regional, de forte componente turístico-cultural, contribuindo para a divulgação da oferta cultural entre os diversos organismos da Cultura aos residentes e a quem nos visita.

12.24.4 Museu Carlos Machado: Núcleo St. André Reservas Visitáveis e Área Expositiva de Curta Duração

Criação de sala de exposição e de reservas para os três núcleos do Museu Carlos Machado.

12.24.5 Requalificação da Igreja da Graça

Requalificação da Igreja da Graça - Academia das Artes.

12.24.6 Requalificação da Casa da Vida Associativa

Requalificação da Casa da Vida Associativa - Ponta Delgada.

12.24.7 Conclusão das Obras de Requalificação da Casa Manuel de Arriaga

Conclusão das Obras de Requalificação da Casa Manuel de Arriaga.

12.24.8 Centro Interpretativo da Base das Lajes

Centro Interpretativo da Base das Lajes.

12.25 SRAAC - Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental

12.25.1 Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão -Terceira

Construção do Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão, na ilha Terceira.

12.26 SRAAC - Conservação da Natureza e Biodiversidade

12.26.1 Circuito Interpretativo da Ponta da Ferraria

Criação de um circuito interpretativo do monumento natural da Ponta da Ferraria e beneficiação e controlo do acesso à piscina natural.

12.26.2 Intervenção no ordenamento paisagístico da zona da mata da Lagoa do Congro

Reclassificação da Área Protegida para Gestão de Habitats ou Espécies da Lagoa do Congro como Monumento Natural. Estabelecimento de um corredor ecológico [área de continuum naturale] através dos leitos e margens das linhas de água, com ligação da área protegida da lagoa do Congro ao Pico Dona Guiomar e à área protegida da Serra de Água de Pau, e uma pequena área de continuum naturale a sul da cratera, coincidente com os terrenos da RAA não abrangidos pela delimitação atual da área protegida. Requalificação dos trilhos e criação de percursos interpretativos. Criação de um miradouro, a beneficiação do pequeno

cais da lagoa e a requalificação da mata/jardim, com a criação do Parque Botânico da Lagoa do Congro.

12.26.3 Requalificação do Pólo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial

Avaliação e concretização das potencialidades do Pólo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial.

12.27 SRAAC - Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica

12.27.1 Requalificação da rede hidrográfica

Intervenções regulares programadas em função do processo de avaliação do estado da rede hidrográfica - Relatório do Estado das Ribeiras dos Açores.

12.27.2 Estabilização da Grota da Lagoinha e ribeiras da zona Sudoeste da Ilha Terceira

Estabilização da Grota da Lagoinha e ribeiras da zona Sudoeste da Ilha Terceira.

VI OS PROGRAMAS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS DISPONÍVEIS PARA A REGIÃO

PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2014-2020

No âmbito do processo de programação regional e de acesso aos fundos comunitários durante o período 2014-2020, o Governo Regional dos Açores enunciou as seguintes grandes prioridades estratégicas para o ciclo 2014-2020 (RCG n.º 44/2013 de 13 de maio de 2013), em articulação com as prioridades estratégicas para a política de coesão europeia:

- Promoção de produção económica competitiva, preservando e consolidando as atividades baseadas nos recursos disponíveis e nas vantagens adquiridas, no progressivo robustecimento de uma fileira económica ligada ao mar, apostando-se complementarmente na inovação, na diversificação e em novos produtos e serviços de natureza transacionável, numa perspetiva de prosperidade e sustentabilidade das empresas e dos negócios geradores de empregabilidade efetiva e significativa do fator trabalho;
- Desenvolvimento de estratégias de alargamento efetivo dos níveis de escolaridade e de formação dos jovens, reduzindo substancialmente o abandono escolar precoce, tendo por horizonte as metas fixadas a nível da europa comunitária;
- Reforço das medidas de coesão social, conjugando a empregabilidade como uma estratégia sólida de inclusão social, promovendo em complemento a igualdade de oportunidades em termos gerais, a reabilitação e a reinserção social, a reconversão profissional, a conciliação entre a vida social e profissional, e a valorização da saúde como fator de produtividade e de bem-estar;
- Promoção da sustentabilidade ambiental, observando as linhas de orientação e as metas comunitárias, em articulação estreita com o desenvolvimento de políticas orientadas para a competitividade dos territórios, modernização das redes e das infraestruturas estratégicas, numa articulação funcional entre os espaços urbanos e os de natureza rural, num quadro de efetiva coesão territorial;
- Aprofundamento da eficiência e da qualidade dos sistemas sociais e coletivos, da proximidade do cidadão com a administração pública e da minimização dos custos de contexto e ainda de uma maior capacitação profissional e técnica dos agentes.

OS AÇORES 2020

O que se designa por Açores 2020 corresponde à afetação à Região Autónoma dos Açores de dotações financeiras de fundos europeus, estruturais e de investimento no âmbito do período de programação 2014-2020, no quadro dos princípios e das prioridades de política regional, alinhadas com as orientações da União Europeia para este período, designadas de Estratégia 2020.

Os Açores 2020 reparte-se por 5 fundos europeus, estruturais e de investimento (FEEI), a saber:

- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER),
- Fundo de Coesão (FC);
- Fundo Social Europeu (FSE);
- Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER);
- Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

Os FEEI financiam as candidaturas aprovadas em programas operacionais, alguns dos quais podem ser geridos diretamente na Região, como é o caso do:

- PO AÇORES 2020 (financiado pelos fundos FEDER e FSE);
- PO de Desenvolvimento Rural – Prorural +(financiado pelo FEADER).

Existem também programas operacionais temáticos de âmbito nacional, em que mediante protocolos de delegação de competências, os serviços técnicos regionais asseguram tarefas de gestão, para que os promotores regionais de candidaturas possam aceder:

- PO Competitividade e Internacionalização – Compete 2020 (intervenções em portos comerciais dos Açores, financiado pelo FC);
- PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – POSEUR (financiamento da central de valorização de resíduos em S. Miguel, financiado pelo FC);
- PO Inclusão Social e Emprego (financiamento da Iniciativa Emprego Jovem, financiado pelo FSE);
- PO MAR 2020 (intervenções regionais no domínio dos assuntos do mar e das pescas, financiadas pelo FEAMP).

Finalmente, há um programa de cooperação territorial europeia, em que os promotores regionais, em articulação com parceiros de outras regiões, podem apresentar as suas candidaturas:

- PO INTERREG Madeira – Açores – Canárias (intervenções em domínios diversos em articulação com parceiros da Madeira e das Canárias, incluindo a possibilidade de participação de parceiros da Mauritânia, Senegal e Cabo Verde, financiado pelo FEDER).

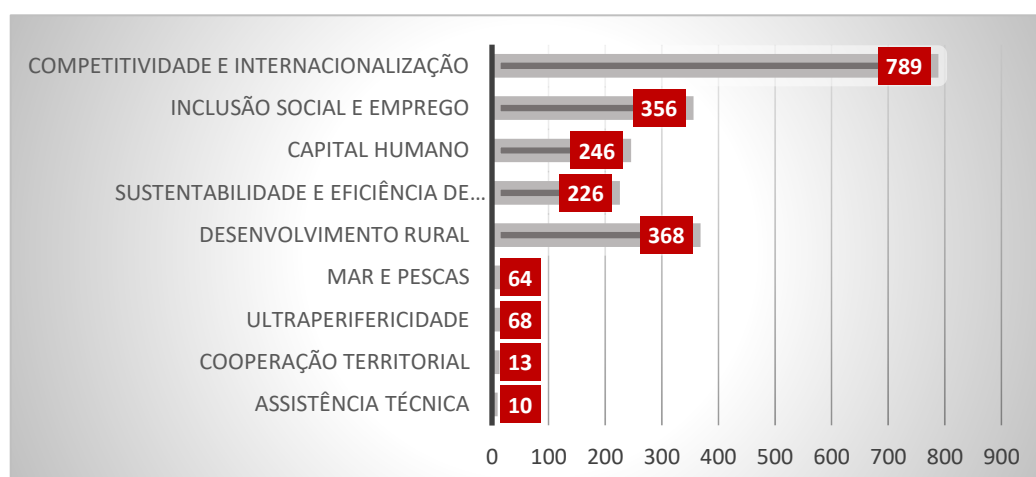
INVESTIMENTO ELEGÍVEL A COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Desde projetos de pequena expressão financeira até alguns investimentos de dezenas de milhões de euros, abrangendo iniciativas dos principais setores de atividade económica e social, no atual período de programação comunitária observa-se uma resposta muito significativa dos agentes regionais à possibilidade de cofinanciamento comunitário ao investimento realizado na Região.

A partir do arranque do atual período de programação 2014-2020, que apenas se efetivou a nível nacional a partir de 2015, até ao final de 2020, perto de 18 mil projetos de investimento em todas as áreas de elegibilidade pelos FEEI foram aprovados, representando uma despesa de investimento de mais de 2,1 mil milhões de euros.

Tomando os grandes domínios adotados neste período para a categorização do investimento, apenas com uma variante em que aos apoios do programa operacional orientado para os assuntos do mar e pescas adicionou-se os montantes do investimento relacionado em outros programas (portos comerciais) verifica-se no grafismo seguinte que é no domínio das empresas e do investimento privado que a expressão do investimento aprovado é mais significativa.

Investimento Elegível Aprovado
(milhões de Euros)



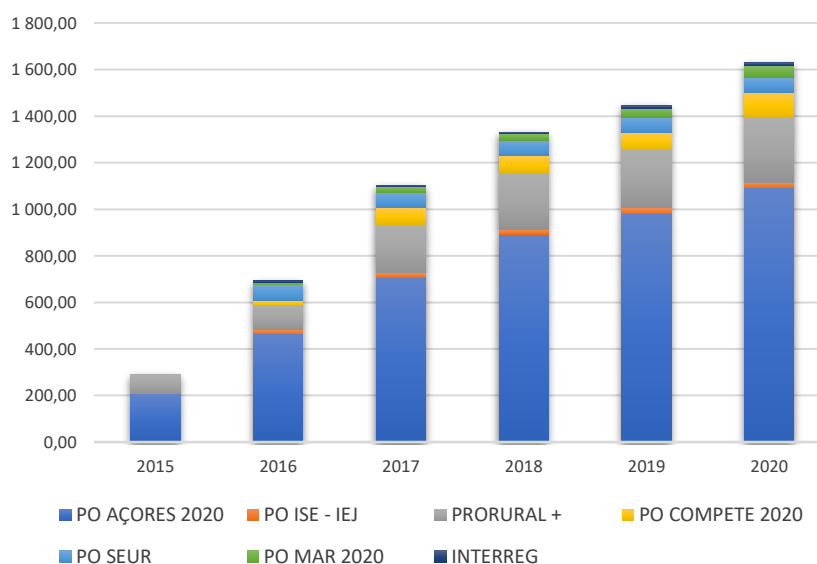
PROCURA DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO E O VOLUME DE COMPROMISSOS E DE CONTRATUALIZAÇÃO

Nos diferentes programas operacionais que os beneficiários finais da Região podem aceder, o volume de compromissos de financiamento comunitário assumido no conjunto das operações aprovadas e contratualizadas, à data de 31 de dezembro de 2020, representava perto de 1,63 mil milhões de euros.

Os programas em vigor neste período geridos diretamente na Região, o PO AÇORES 2020 e o PRORURAL+, acolhem cerca de 84% da procura dos FEEI.

A restante programação, com gestão externa ou indireta, embora com montantes bastante menores, não deixa de ter importância, por representar segmentos de elegibilidade específicos com procura também por parte dos agentes regionais.

Fundo Comunitário Aprovado por Programa
(milhões de euros)

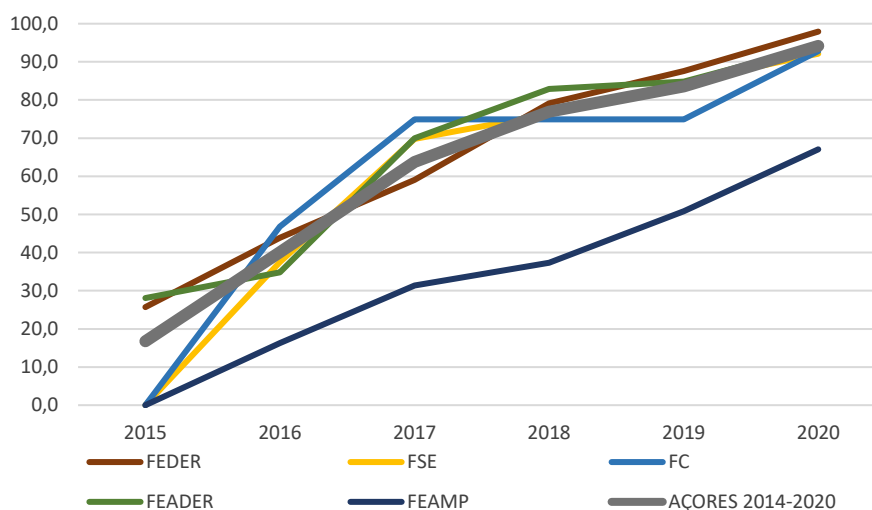


SITUAÇÃO ATUAL DE DINÂMICA EQUILIBRADA NA EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE COMPROMISSO

No final do ano de 2020, a taxa de compromisso dos fundos europeus estruturais e de investimento por parte dos agentes regionais atingiu, em termos médios, os 84%. De outro modo, os cerca de 1,63 mil milhões de euros de financiamento comunitário contratualizado com beneficiários regionais significam aquela percentagem de absorção das dotações disponíveis para todo o período.

Nem todos os programas e os respetivos fundos comunitários iniciaram a sua execução no mesmo momento, havendo situações específicas, como seja o fundo europeu relativo aos assuntos do mar e das pescas, cujo programa operacional, de âmbito nacional, por razões externas, entrou em execução alguns meses mais tarde que os demais. Porém, em termos gerais, na Região, observa-se um certo equilíbrio nas dinâmicas da procura dos fundos europeus estruturais e de investimento.

Evolução das Taxas de Compromisso dos Fundos Comunitários (%)



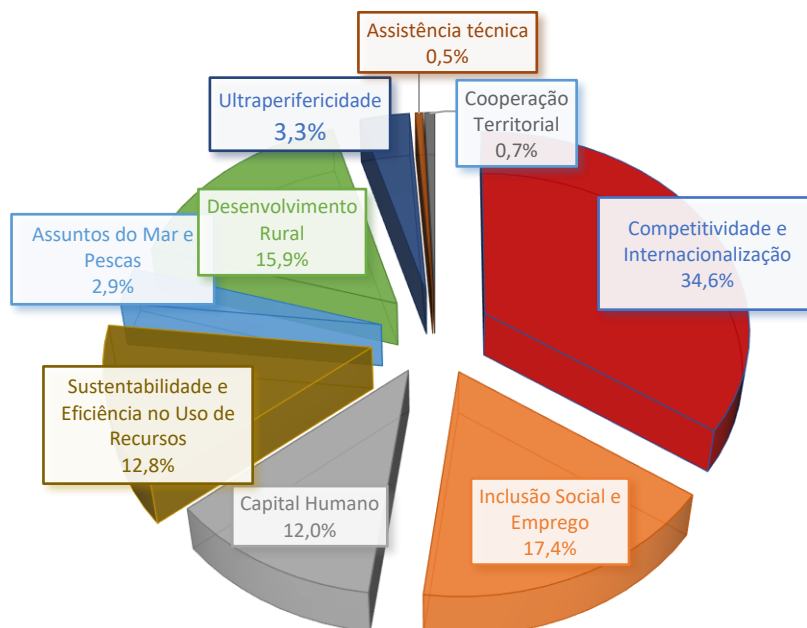
A ECONOMIA E O EMPREGO A ABSORVER PARTE SIGNIFICATIVA DOS FUNDOS COMPROMETIDOS

Conforme já revelado no âmbito dos montantes e respetiva afetação por principais domínios do investimento elegível aprovado, necessariamente haverá uma relação quase direta com a respetiva magnitude do financiamento comunitário aprovado.

Haverá que considerar que os investimentos privados no âmbito industrial, comércio e de serviços, por gerarem receitas e dentro do contexto próprio de regras de concorrência apresentam taxas de comparticipação menores que os investimentos com uma natureza de bem público.

Em termos gerais, os financiamentos comunitários orientados para os sistemas de incentivos e outros apoios às empresas, o desenvolvimento rural, o emprego e a inclusão social afetam mais de 2/3 do montante global de fundos comunitários comprometidos.

Repartição dos Fundos aprovados por domínio



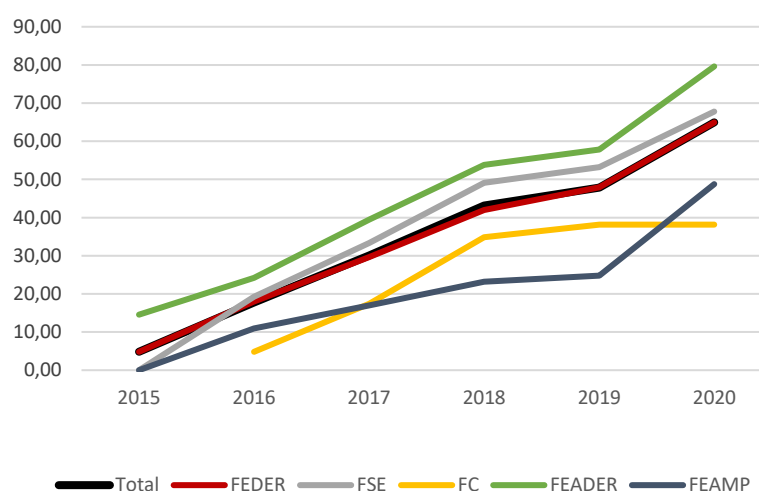
A EXECUÇÃO FINANCEIRA DO AÇORES 2020

Em dezembro de 2020 apurou-se, no conjunto dos programas, uma despesa efetivamente realizada e paga que justificou financiamentos comunitários na ordem dos 1,1 mil milhões de euros.

A dinâmica da execução ao longo dos últimos trimestres é tributária das já citadas diferenças entre programas/fundos em termos de arranque da execução.

A média geral da taxa de execução dos fundos é influenciada pelo nível de execução dos fundos que integram os principais programas, o PO AÇORES 2020 (FEDER + FSE) e o PRORURAL+ (FEADER), programas que evidenciam um ritmo constante de realização de despesa elegível.

Evolução da Taxa de Execução do AÇORES 2020 (%)



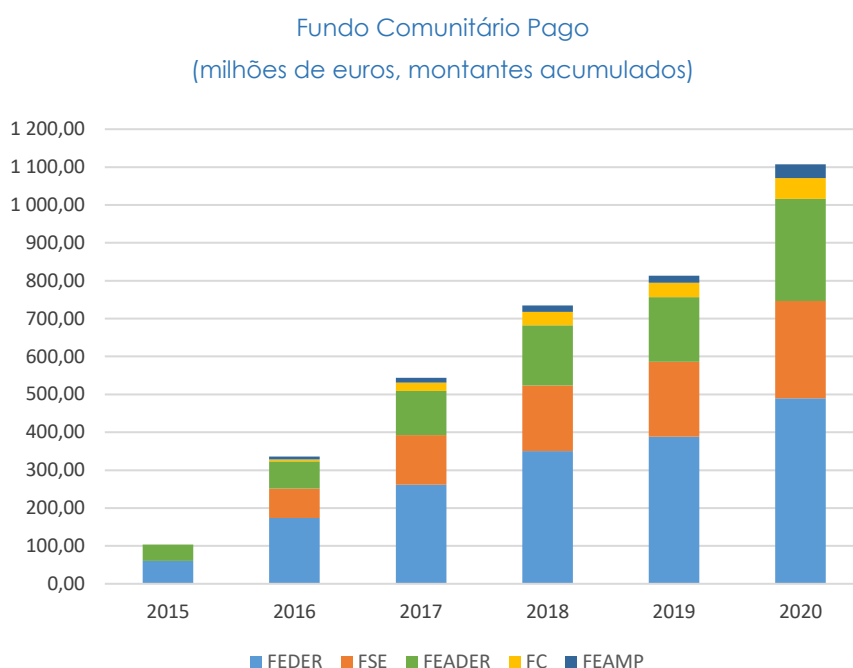
Em termos comparativos, utilizando o mesmo critério de aferição da execução dos fundos, a taxa média apurada nos Açores, 64,95%, é superior à taxa equivalente apurada no conjunto dos PO Temáticos (60%), PO Regionais do Continente (41%) e Portugal 2020 na sua totalidade (57%).

No final de 2020, o volume de fundos comunitários pagos a beneficiários finais com candidaturas aprovadas nos diversos programas operacionais deste período de programação 2014-2020 atingia o montante de 1.107 milhões de euros.

Naturalmente, o nível de pagamentos aos promotores dos projetos aprovados está associado ao nível de execução financeira desses projetos. O montante de pagamentos é ligeiramente superior ao montante de faturação efetivamente paga e validada pelos serviços técnicos da gestão dos

programas, por via de alguns adiantamentos por conta de faturação apresentada por liquidar, regularizados em prazos acordados.

Ao nível dos fundos é o fundo europeu de desenvolvimento regional (FEDER) o fundo social europeu (FSE) e o fundo orientado para o desenvolvimento rural (FEADER) que têm maior contributo no volume de pagamentos efetuado neste período.



OS PRINCIPAIS PROGRAMAS OPERACIONAIS E INICIATIVAS COMUNITÁRIAS



O PO Açores 2020 é um programa participado pelos fundos estruturais comunitários FEDER e FSE, para o período de programação 2014-2020, com execução na Região Autónoma dos Açores, tendo sido aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão C (2014) 10176, de 18 de dezembro.

O Programa foi preparado pelo Governo dos Açores, sintetizando um conjunto muito amplo de consultas e contribuições de uma grande diversidade de agentes regionais, expressando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2020 e do Acordo de Parceria nacional.

A visão estratégica associada a este Programa Operacional assenta na ambição dos Açores ao afirmar-se como uma região europeia relevante, sustentando-se em 4 grandes linhas de orientação estratégica:

- Uma Região aberta e inovadora na utilização dos recursos endógenos, materiais e imateriais, com um nível de produção económica que lhe permita ascender a um patamar superior no contexto regional europeu, em que a economia assente numa base económica de exportação, dinâmica, integrada e diversificada, ultrapassando os constrangimentos do limitado mercado interno;
- Um território relevante nos fluxos de bens e pessoas, no contexto do sistema logístico e de transporte marítimo entre a Europa e o continente americano, complementada com uma utilização plena das redes e infraestruturas de transmissão de dados, minimizando a condição ultraperiférica e a dispersão do território regional;
- Uma sociedade inclusiva e equilibrada, geradora de oportunidades de participação, de aprendizagem ao longo da vida, de acesso ao emprego e de plena realização, das crianças e jovens, dos idosos e das famílias;
- Uma paisagem, um ambiente e uma vivência distintiva, suportadas em espaços urbanos qualificados, num património natural e cultural diferenciado e reconhecido

internacionalmente, com respostas eficazes na proteção da biodiversidade e dos ecossistemas e na adaptação às alterações climáticas.

Concentrando o PO Açores 2020 a quase totalidade das intervenções com cofinanciamento pelos dois fundos estruturais – FEDER e FSE - no arquipélago, o leque de objetivos temáticos e das prioridades de investimento selecionadas é amplo e diversificado, contemplando as diversas vertentes das políticas públicas orientadas para o crescimento económico inteligente, do fomento do emprego, da inclusão social e da sustentabilidade ambiental, permitindo aos agentes locais acederem a recursos financeiros que viabilizarão os seus projetos de desenvolvimento nas diferentes áreas de intervenção e setores da economia e da sociedade. Destaca-se ainda o apoio específico do Fundo Estrutural FEDER de que a Região beneficia, mercê da sua condição de Região Ultraperiférica, conforme reconhecido no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, para o financiamento de obrigações de serviço público de transporte de passageiros entre as ilhas dos Açores.

O programa operacional dispõe de um envelope financeiro de cerca de 1.137 milhões de euros, em que 794 milhões de euros estão afetos a intervenções financiadas pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e 344 milhões de euros para o Fundo Social Europeu. Com esta repartição, é sinalizada de forma muito clara que as políticas ativas de emprego, de formação e de qualificação têm uma prioridade nas políticas públicas, traduzindo-se, em termos financeiros e em comparação com o período de programação 2007-2013, num reforço de 154 milhões de euros da dotação que se atribui ao fundo que financia estas políticas, o Fundo Social Europeu.

Está estruturado em 13 eixos prioritários e em 40 prioridades de investimento, enquadradas nos grandes temas da estratégia 2020 (Crescimento Inteligente, Crescimento Sustentável e Crescimento Inclusivo).

Em termos acumulados até 31 de dezembro de 2020, registou-se a aprovação de 2.354 candidaturas, a que corresponde um custo total elegível de 1.461 milhões de euros e um financiamento de fundo estrutural de 1.091 milhões de euros, apresentando uma taxa de compromisso de 95,96%.

A execução financeira a 31 de dezembro de 2020 atingiu os 965 milhões de euros, o que corresponde a um apoio comunitário de 719 milhões de euros, representando uma taxa de execução de 63,19%.

Fazendo a desagregação por fundo, regista-se uma taxa de compromisso da componente FEDER de 97,86% e da componente FSE de 91,55% e uma taxa de execução da componente FEDER de 61,36% e da componente FSE de 67,43%.

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

Ponto de Situação a 31-12-2020

Unidade: Euros

PO/Fundo/Eixo	Aprovação			Execução		Pagamentos
	Nº	Custo Total Elegível	FUNDO	Custo Total Elegível	FUNDO	FUNDO
TOTAL	2.354	1.461.331.493	1.091.486.387	964.658.791	718.779.707	724.063.393
FEDER	2.052	1.091.075.869	776.769.106	691.974.323	486.997.909	486.936.000
FSE	302	370.255.624	314.717.281	272.684.468	231.781.798	237.127.392
1 Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - FEDER	68	22.781.093	19.169.449	13.186.770	11.120.157	11.129.578
2. Melhorar o acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como a sua Utilização e Qualidade - FEDER	33	22.736.563	19.326.079	6.322.757	5.374.343	5.376.941
3 Competitividade das Empresas Regionais - FEDER	1.659	586.393.036	349.765.006	310.544.891	163.316.946	163.982.373
4 Economia de Baixo Carbono - FEDER	25	48.386.335	40.744.595	2.961.225	2.421.094	2.144.699
5 Alterações climáticas e prevenção e gestão de risco - FEDER	63	49.586.989	42.148.940	37.344.123	31.742.504	31.665.741
6 Ambiente e eficiência dos recursos - FEDER	102	87.579.172	73.044.259	62.428.443	52.714.667	52.096.812
7 Transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas - FEDER	27	28.741.202	24.430.021	27.134.317	23.064.169	23.051.746
8 Emprego e Mobilidade Laboral - FSE	58	112.362.833	95.508.408	70.617.879	60.025.197	61.719.137
9 Inclusão Social e Combate à Pobreza	55	181.343.230	154.141.745	164.827.005	140.102.954	139.913.775
FEDER	51	76.397.357	64.937.753	70.855.514	60.227.186	60.412.353
FSE	4	104.945.873	89.203.992	93.971.491	79.875.768	79.501.422
10 Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	251	245.811.435	208.939.720	194.049.693	164.942.239	169.025.913
FEDER	12	92.943.577	79.002.040	108.092.410	73.063.691	73.122.608
FSE	239	152.867.859	129.937.680	85.957.283	91.878.548	95.903.305
11 Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente - FSE	1	79.060	67.201	2.688	2.285	3.528
12 Alocação Específica para a Ultraperiferia - FEDER	3	67.647.059	57.500.000	67.647.059	57.500.000	57.500.000
13 Assistência Técnica - FEDER	9	7.883.486	6.700.963	7.591.941	6.453.150	6.453.150



O Programa de Desenvolvimento Rural para a Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+), enquadra-se no Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro, que estabelece as regras do apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

O PRORURAL+ reflete a estratégia da Região para a agricultura e para o desenvolvimento rural, pretendendo ser um instrumento financeiro que contribui para o aumento da autossuficiência do setor agroalimentar, e para a estruturação de canais comerciais que permitam a exportação de produtos especializados para o mercado externo. Este Programa está alinhado com as Prioridades da União em matéria de desenvolvimento rural, nomeadamente:

- Fomentar a transferência de conhecimentos e a inovação nos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais;
- Reforçar a viabilidade das explorações agrícolas e a competitividade de todos os tipos de agricultura em todas as regiões e incentivar as tecnologias agrícolas inovadoras e a gestão sustentável das florestas;
- Promover a organização das cadeias alimentares, nomeadamente no que diz respeito à transformação e à comercialização de produtos agrícolas, o bem-estar animal e a gestão de riscos na agricultura;
- Restaurar, preservar e melhorar os ecossistemas ligados à agricultura e à silvicultura;
- Promover a utilização eficiente dos recursos e apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono e resistente às alterações climáticas nos setores agrícola, alimentar e florestal;
- Promover a inclusão social, a redução da pobreza e o desenvolvimento económico das zonas rurais.

A intervenção do Programa assenta em três vertentes que se pretendem complementares:

Competitividade do complexo agroflorestal - aumentar a capacidade do setor agroflorestal de gerar valor acrescentado, contribuindo para a diminuição do respetivo défice externo – através da reestruturação e desenvolvimento das fileiras do setor agroalimentar, do aumento da qualidade, da inovação e da visibilidade externa, tendo como dimensões de suporte a melhoria das infraestruturas de apoio às atividades agrícola e florestal, assim como o reforço do conhecimento e do potencial humano e a utilização continuada das terras agrícolas;

Sustentabilidade ambiental - promover os sistemas agrícolas e florestais com capacidade de melhor preservar os recursos naturais – através do estímulo à gestão sustentável das explorações agrícolas e florestais e da promoção de sistemas agrícolas e florestais com maior capacidade de retenção de carbono, tendo como dimensão transversal a atenuação das alterações climáticas;

Dinâmica dos territórios rurais - promover a revitalização económica e social das zonas rurais – através da promoção da diversificação da economia e do emprego, da promoção da melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento de competências ao nível local, tendo como dimensão transversal a melhoria do aproveitamento dos recursos naturais, patrimoniais e humanos dos territórios rurais.

O PRORURAL+ foi aprovado a 13 de fevereiro de 2015, pela Decisão de Execução C (2015) 850 da Comissão, com uma dotação de 340,4 milhões de euros de despesa pública, a que corresponde uma contribuição FEADER de cerca de 295,3 milhões de euros.

Ponto de Situação a 31-12-2020

					Unidade: Euros
Projetos aprovados (n.º)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Investimento Elegível executado	Fundo executado	Pagamentos
12 758	369.444.111,79	278.237.018,13	n.d.	235.075.166,51	269.997.234,51

n.d. – não disponível



Para o período de programação 2014-2020, a Região beneficia de um financiamento do Fundo de Coesão, integrado no Programa Operacional Temático Competitividade e Internacionalização (POCI), especificamente no Eixo IV - Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas, exclusivamente, para as intervenções no sistema portuário da Região Autónoma dos Açores integradas nas prioridades de investimento 7.1 - Apoio ao espaço único europeu de transportes multimodais, mediante o investimento na RTE-T e 7.3 - Desenvolvimento e melhoria de sistemas de transportes ecológicos (incluindo de baixo ruído) e de baixo teor de carbono, incluindo vias navegáveis e transportes marítimos interiores, portos, ligações multimodais e infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável.

As candidaturas aprovadas são:

- Prolongamento do Porto de Velas - Ilha de São Jorge;
- Construção de Rampa Ro-Ro e Dragagens do Porto da Calheta – Ilha de São Jorge;
- Requalificação das infraestruturas no Grupo Ocidental para movimentação de Carga e Passageiros;
- Requalificação do Porto de Ponta Delgada – Ilha de São Miguel.
- Adaptação do Porto das Pipas à operação de ferries
- Construção de uma infraestrutura com melhores condições de operacionalidade e de eficácia no embarque e desembarque de passageiros e veículos, cumprindo também os requisitos de segurança na operação na área portuária no Porto de São Roque do Pico
- Requalificação dos Sistemas de Segurança e de Acessibilidade do Porto da Praia da Vitória - Ilha Terceira.

PLANO REGIONAL ANUAL 2021

Ponto de Situação a 31-12-2020

Unidade: Euros

Projetos aprovados (n.º)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Investimento Elegível executado	Fundo executado	Pagamentos
7	125.402.307,82	106.611.971,27	57.457.355,34	48.838.752,03	48.838.752,03



Para o período de programação 2014-2020, a Região beneficia também de um financiamento do Fundo de Coesão, integrado no Programa Operacional Temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), no Eixo Prioritário 3 –Proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos, objetivo específico 1. Valorização dos resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem.

No sentido de colmatar as atuais carências do sistema de gestão de resíduos do grupo oriental de ilhas do arquipélago e em especial da Ilha de São Miguel e de encontrar uma solução de futuro para longo prazo, será desenvolvido um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos suportado por uma visão de sustentabilidade económica, social e ambiental denominado por “Ecoparque da Ilha de São Miguel”.

Atendendo a que o custo total elegível deste projeto é superior a 50 milhões de euros, o mesmo constitui um Grande Projeto, nos termos do artigo 100.º do Regulamento (CE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro, sendo que a Decisão de aprovação é proferida pela Comissão Europeia, nos termos do artigo 102.º do citado Regulamento comunitário.

Ponto de Situação a 31-12-2020

Unidade: Euros

Projetos aprovados (n.º)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Investimento Elegível executado	Fundo executado	Pagamentos
1	77.635.337,47	65.990.036,85	6.921.215,01	6.062.494,13	6.062.494,13



Para o período de programação 2014-2020, a Região beneficia de um financiamento do Fundo de Coesão, integrado no Programa Operacional Temático de Inclusão Social e Emprego (POISE), especificamente no Eixo II – Iniciativa de Emprego Jovem.

A Iniciativa Emprego Jovem (IEJ) tem como objetivo apresentar uma oferta de qualidade de emprego, educação, formação ou estágio aos jovens entre os 15 e os 29 anos, não integrados no mercado de trabalho nem em qualquer sistema de educação e formação (NEET), nos quatro meses subsequentes ao início de um ciclo de desemprego ou inatividade. A criação da Iniciativa para o Emprego dos Jovens (IEJ) foi acordada em 2013, como resposta aos níveis excecionalmente elevados de desemprego jovem na UE, a fim de prestar apoio específico aos jovens sem emprego, que não frequentem programas de estágio ou sistemas de ensino ou de formação e que residam em regiões com taxas de desemprego jovem superiores a 25 %, em 2012.

Ponto de Situação a 31-12-2020

Unidade: Euros

Projetos aprovados (n.º)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Investimento Elegível executado	Fundo executado	Pagamentos
8	27.588.546,54	25.381.462,82	20.019.190,34	18.417.072,43	19.733.623,88



Os apoios do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP), são operacionalizados na Região através de um programa operacional de âmbito nacional designado por MAR 2020, que tem por objetivo a implementação das medidas de apoio enquadradas no FEAMP no âmbito das seguintes Prioridades da União Europeia:

- Prioridade 1- Promover uma pesca ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento;
- Prioridade 2- Promover uma aquicultura ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora, competitiva e baseada no conhecimento;
- Prioridade 3- Fomentar a execução da PCP;
- Prioridade 4- Aumentar o emprego e a coesão territorial;

Prioridade 5- Promover a comercialização e a transformação dos produtos da pesca e da aquicultura;

Prioridade 6 - Fomentar a execução da Política Marítima Integrada.

A dotação indicativa do FEAMP alocada aos Açores para o período de programação 2014-2020 totaliza 73,8 milhões de euros, correspondendo a cerca de 19% da verba alocada a Portugal. Desta verba, 34,1 milhões já têm alocação pré-definida e referem-se a medidas específicas que, até 2014, tinham linhas de financiamento autónomas. Aquela verba destina-se, maioritariamente, ao financiamento do regime de compensação dos custos suplementares suportados pelos operadores dos Açores nas atividades de pesca, cultura, transformação e comercialização de certos produtos da pesca e da aquicultura (regime vulgarmente designado por POSEI-PESCAS), com uma dotação de 30,7 milhões de euros, que corresponde a um aumento de 51% face ao período de programação 2007-2013.

Deste modo, destinar-se-ão ao financiamento das medidas comparáveis com o período de programação 2007-2013 (PROPESCAS) cerca de 39,7 milhões de euros para apoio ao desenvolvimento sustentável das pescas, ao desenvolvimento sustentável da aquicultura, ao desenvolvimento sustentável das zonas de pesca, a medidas de comercialização e transformação de produtos da pesca e aquicultura e à assistência técnica ao programa.

Os Açores poderão ainda beneficiar do apoio para medidas relativas à Política Marítima Integrada e ao controlo e execução da Política Comum de Pescas, cuja gestão será centralizada a nível nacional (não existindo, assim, verbas pré-alocadas por região), tendo, designadamente, em atenção, as competências exercidas regionalmente naqueles âmbitos e as operações que estão a ser planeadas a nível nacional e regional. Também neste caso, e até 2014, estas medidas tinham linhas de financiamento autónomas.

A operacionalização do MAR 2020 foi consideravelmente atrasada pela aprovação tardia da regulamentação comunitária e do Programa Operacional. No primeiro semestre de 2016 procedeu-se, a nível nacional e regional, à definição dos critérios de seleção das operações (passo essencial para a regulamentação dos regimes de apoio) e respetiva aprovação pelo Comité de Acompanhamento do MAR 2020, e à publicação de regulamentação definidora de diversos procedimentos de gestão.

Ponto de Situação a 31-12-2020

Unidade: Euros

Projetos aprovados (n.º)	Investimento Elegível aprovado	Fundo aprovado	Investimento Elegível executado	Fundo executado	Pagamentos
2.704	63.828.341,33	49.956.703,11	39.503.329,70	35.983.095,85	35.983.095,85



INTERREG V A - MAC (Madeira – Açores - Canárias) 2014-2020

O Programa de Cooperação INTERREG V A Espanha-Portugal MAC, para o período de programação 2014-2020 foi aprovado, pela Comissão Europeia, a 3 de junho de 2015 e conta com um orçamento de 130 milhões de euros (85% financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional – FEDER), dos quais 11,6M€ destinam-se a beneficiários localizados na Região Autónoma dos Açores. A 17 de outubro de 2017, a CE aprovou um aumento do financiamento do Programa que passa a contar com um orçamento total de cerca de 149 milhões de euros (126,5 milhões de euros FEDER).

Neste Programa, participam também os países terceiros de Cabo Verde, Senegal e Mauritânia, com o objetivo de aumentar o espaço natural de influência socioeconómica e cultural e as possibilidades de cooperação entre as Regiões.

O Programa prevê o desenvolvimento de operações nas seguintes temáticas: valorização do conhecimento e da inovação, bem como a sua capacidade de integração em redes de conhecimento, melhoria da competitividade das PME, adaptação às alterações climáticas e a prevenção de riscos, proteção do meio ambiente e a eficiência de recursos e a capacidade institucional e eficiência da administração pública.

No ano de 2016, foi lançada a 1.ª convocatória para apresentação de projetos que decorreu de 1 de fevereiro a 31 de março, tendo sido posto a concurso metade da dotação FEDER disponível no Programa.

A 8 de novembro de 2016 foi realizado o 1.º Comité de Gestão do Programa com o intuito de analisar e aprovar os projetos apresentados pelas entidades sedeadas no espaço de cooperação, resultando para os Açores a participação em 35 projetos nos 5 eixos prioritários com um FEDER aprovado de 6 milhões de euros.

Durante o ano 2018, foi lançada a 2.ª convocatória para apresentação de projetos, que decorreu até 31 de outubro, tendo sido aprovados os projetos em junho de 2019. Nesta convocatória, verificou-se a participação de entidades açorianas em 42 projetos aprovados, distribuídos pelos 5 eixos prioritários e com um montante FEDER aprovado de 5,8 milhões de euros.

Ponto de Situação a 31-12-2020

					Unidade: Euros
Projetos aprovados (n.º)	Investimento aprovado	Fundo aprovado	Investimento Elegível executado	Fundo executado	Pagamentos
77	13.875.848,11	11.794.470,89	4.329.613,01	3.680.171,05	2.550.876,04



REACT-EU

O REACT-EU (Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe, em português designado por Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa) é uma iniciativa que dá continuidade e alarga as medidas de resposta a situações de crise constantes da Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII) e da Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus+ (CRII+). Contribuirá para uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia e foi instituída pelo Regulamento (UE) n° 2020/2221 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de dezembro, alterando o Regulamento (UE) n° 1303/2013, de 17 de dezembro.

O pacote REACT-EU será disponibilizado ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e ao Fundo Social Europeu (FSE), 2014-2020, bem como ao Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciadas (FEAD). Estes fundos adicionais serão disponibilizados em 2021-2022, a partir do instrumento Next Generation EU e já em 2020, através de uma revisão específica do atual quadro financeiro.

Esta iniciativa proporcionará um financiamento adicional aos setores mais importantes da economia, e que são cruciais para estabelecer a base para uma recuperação sólida. No caso do FEDER, os recursos adicionais devem ser utilizados principalmente para apoiar o investimento em produtos e serviços de saúde, apoio ao fundo de maneio ou apoio ao investimento das PME, a investimentos que contribuam para a transição para uma economia digital e verde, a investimentos nas infraestruturas de prestação de serviços básicos aos cidadãos e nas medidas económicas nas regiões mais dependentes dos setores mais afetados pela crise.

Para o FSE, os recursos adicionais devem ser utilizados principalmente para apoiar a manutenção do emprego, apoiar a criação de novos empregos, em particular para pessoas em situações mais vulneráveis, medidas de emprego jovem, educação e formação, desenvolvimento de competências, em particular para apoiar a dupla transição verde e digital e para melhorar o acesso aos serviços sociais de interesse geral, inclusive para crianças.

Através deste novo instrumento financeiro REACT – EU, a Região Autónoma dos Açores dispõe de um reforço de 118 milhões de euros, a preços correntes, encontrando-se em preparação a reprogramação do PO Açores 2020 (programação REACT-EU).



FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA – FURACÃO LORENZO

O Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) foi criado na sequência das cheias devastadoras que assolaram a Europa Central no Verão de 2002, enquanto meio de expressão da solidariedade europeia para com a população das regiões da UE afetadas por grandes catástrofes naturais através do financiamento de operações de emergência e de recuperação.

Na sequência da passagem do furacão Lorenzo pela Região Autónoma dos Açores, em outubro de 2019, que causou elevados danos e prejuízos, em novembro desse ano o Estado Português solicitou à Comissão Europeia uma contribuição financeira do FSUE com vista ao financiamento de operações de emergência e de recuperação destinadas a restabelecer o funcionamento das infraestruturas e equipamentos no domínio dos transportes, e que foi aprovada pela Comissão Europeia através da Decisão nº C (2020) 4713, de 7 de julho, correspondendo a um cofinanciamento de 8.212.697€, já transferido para a Região, em julho de 2020.

A contribuição financeira concedida ao abrigo do FSUE a um Estado Membro é executada no âmbito de um procedimento de gestão partilhada, tendo a Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais (DRPFE) sido designada como organismo responsável pela coordenação do FSUE na Região, assegurando a gestão e o controlo das operações de emergência e de recuperação apoiadas por este fundo.

A candidatura apresentada pelo beneficiário do FSUE - Portos dos Açores S.A. (Intervenção para proteção de emergência ao terraplano portuário e cais -5m (zm) do porto das Lajes das Flores, no âmbito dos prejuízos decorrentes do furacão Lorenzo), no valor de 18.626.874€, foi aprovada pela DRPFE, em dezembro de 2020.

PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA 2021-2026

O Plano de Recuperação e Resiliência nacional (PRR) será financiado pelo Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência, disponível no âmbito do Next Generation EU, que tem como propósito apoiar a concretização de investimentos e reformas que capacitem as economias dos Estados Membros, tornando-as mais resilientes e mais bem preparadas para o futuro.

A conceção do PRR sustentou-se nas estratégias e políticas nacionais e regionais, inserindo-se no quadro de resposta europeia e alinhando-se com a prioridade europeia conferida às transições climática e digital.

Assim, o PRR estrutura-se em três dimensões – a resiliência, a transição climática e a transição digital -, que por sua vez se desenvolvem em nove roteiros para a retoma do crescimento sustentável e inclusivo.



A dimensão da Resiliência pretende estimular uma retoma consequente, inclusiva e duradoura face a um severo choque exógeno, com bases robustas que preparem o país e as regiões para choques futuros. Engloba investimentos em três prioridades refletidas nos roteiros referentes às Vulnerabilidades Sociais, Potencial Produtivo e Emprego;

A dimensão da Transição Climática desenvolve-se essencialmente ao nível da mitigação, visando reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) para a atmosfera. Contempla investimentos em três prioridades incluídas nos roteiros relativos à Mobilidade Sustentável, Descarbonização e Bioeconomia, e Eficiência Energéticas e Renováveis;

A dimensão da Transição Digital reconhece que existem constrangimentos a ultrapassar nesta área, designadamente quanto à capacitação para a digitalização, e para assegurar uma aceleração da transição para uma economia e sociedade mais digitalizadas. Concentra assim investimentos em três prioridades traduzidas nos roteiros da Escola Digital, Empresas 4.0 e Administração Pública Digital.

O PRR inclui onze investimentos da Região Autónoma dos Açores, num investimento global que ascende a 580 milhões de euros, inseridos nas três dimensões mencionadas, abrangendo os roteiros das Vulnerabilidades Sociais, Potencial Produtivo e Emprego, Competitividade e Coesão Territorial, Eficiência Energética e Renováveis, Escola Digital e Administração Pública Digital.

PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO 2021-2027

A pandemia da Covid-19 teve como consequência atrasar os trabalhos preparatórios para o próximo período de programação. As instituições da União Europeia, bem como as nacionais em cada Estado Membro, foram condicionadas pelas emergências decorrentes das consequências da pandemia, em termos da preparação de respostas políticas, económicas e financeiras. Apesar do quadro global de apoios estar estabilizado, a sua materialização em programas operacionais ainda não está concretizada.

O novo quadro da política de coesão propõe cinco objetivos principais que irão nortear os investimentos da União Europeia (UE) em 2021-2027, e que integram vários objetivos específicos:

1. Uma Europa mais inteligente

- 1.1. Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas;
- 1.2. Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e os governos;
- 1.3. Reforçar o crescimento e a competitividade das PME;
- 1.4. Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo.

2. Uma Europa mais verde, hipocarbónica e resiliente

- 2.1. Promover medidas de eficiência energética;
- 2.2. Promover as energias renováveis;
- 2.3. Desenvolver sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes a nível local;
- 2.4. Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a resiliência a catástrofes;
- 2.5. Promover a gestão sustentável da água;
- 2.6. Promover a transição para uma economia circular;
- 2.7. Reforçar a biodiversidade, as infraestruturas verdes no ambiente urbano e reduzir a poluição.

3. Uma Europa mais conectada

- 3.1. Reforçar a conectividade digital;
- 3.2. Desenvolver uma RTE-T sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura e intermodal;
- 3.3. Desenvolver uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal incluindo melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiras;

- 3.4. Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável.

4. Uma Europa mais social

- 4.1. Reforçar a eficácia dos mercados de trabalho e do acesso a empregos de qualidade, através do desenvolvimento da inovação social e das infraestruturas;
- 4.2. Melhorar o acesso a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas;
- 4.3. Aumentar a integração socioeconómica de comunidades marginalizadas, dos migrantes e dos grupos desfavorecidos, através de medidas integradas, incluindo habitação e serviços sociais;
- 4.4. Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde através do desenvolvimento de infraestruturas incluindo cuidados de saúde primários.

5. Uma Europa mais próxima dos cidadãos

- 5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado, o património cultural e a segurança nas zonas urbanas.

No caso da programação operacional, os financiamentos deverão concentrar-se no primeiro e no segundo objetivo, com um peso relativo no total entre 65% a 85% dos recursos do FEDER e do Fundo de Coesão.

O método de alocação dos fundos está ancorado fortemente no nível do PIB per capita, medido em paridades de poder de compra. Porém, novos critérios serão também tidos em conta (desemprego jovem, baixa escolaridade, mudança climática e acolhimento e integração de migrantes) com o objetivo de refletir a realidade territorial. As regiões ultraperiféricas continuarão a beneficiar de um apoio específico.

A política europeia de coesão continuará a abranger todas as regiões, com base em três categorias - menos desenvolvidas, em transição e mais desenvolvidas.

A dimensão urbana da política de coesão é reforçada com 6% do FEDER dedicado ao desenvolvimento urbano sustentável e um novo programa de criação de redes e capacitação para as autoridades urbanas, a Iniciativa Urbana Europeia.

A Comissão Europeia após debate interno e promoção de alguns estudos adota uma estratégia de maior simplificação na aplicação da legislação e regulamentação aplicável, com regras menos complexas e mais claras.

O novo quadro comunitário oferecerá menos burocracia, introduzindo novas formas de participação de despesas, através dos designados "custos simplificados". Um único documento com regras aplicáveis abrangerá os 7 fundos da UE ("gestão partilhada").

As auditorias e o controlo externo serão adequados em função do nível de risco, com propostas mais aligeiradas para programas com "bom histórico". É proposto também maior dependência

dos sistemas nacionais de controlo e auditoria e a aplicação do princípio da “auditoria única”, para evitar duplicação de verificações.

Ao nível da gestão está prevista uma revisão intercalar dos programas a qual determinará a possibilidade de alteração nos últimos dois anos do período de financiamento, com base nas prioridades emergentes, no desempenho dos programas e nas mais recentes recomendações específicas.

Dentro de certos limites, a transferência de recursos será possível dentro dos programas sem a necessidade de uma aprovação formal da Comissão. Uma disposição específica facilita a mobilização de financiamento da UE desde o primeiro dia em caso de desastre natural.

A cooperação inter-regional e transfronteiriça será facilitada pela nova possibilidade de uma região usar partes de sua própria alocação para financiar projetos em qualquer lugar da Europa em conjunto com outras regiões.

Todos os programas terão de evidenciar uma estrutura de indicadores para aferir o respetivo desempenho, com apresentação de metas quantificáveis.

O novo quadro comunitário introduz uma análise anual do desempenho, sob a forma de um diálogo entre as autoridades de gestão dos programas operacionais e os serviços da Comissão Europeia.

Para uma maior transparência e para que os cidadãos possam acompanhar os progressos alcançados, os Estados-Membros terão de comunicar todos os dados de implementação a cada dois meses e uma Plataforma de Dados Abertos da Coesão será atualizada automaticamente.

A Comissão Europeia volta a insistir na utilização de instrumentos financeiros, para o próximo período, argumentando que estes têm um efeito de alavancagem e estão mais próximos do mercado.

É dada maior ênfase à necessidade de comunicar melhor os resultados positivos da política de coesão.

A Comissão Europeia irá solicitar a todos os estados membros e autoridades regionais e locais com intervenção e/ou benefício dos fundos comunitários um maior esforço de comunicação para melhorar a visibilidade da política de coesão. Simultaneamente, a comunicação sobre projetos financiados pela UE é simplificada, com uma marca única que abrange todos os diferentes fundos da UE, um portal único com todos os fundos disponíveis para as empresas e uma base de dados de projetos única gerida pela Comissão.

ANEXOS

DESAGREGAÇÃO POR OBJETIVO

Investimento Público 2021

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL				942.249.803	720.840.251	221.409.552
POLÍTICAS PARA A COESÃO SOCIAL E PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES				274.317.437	211.518.368	62.799.069
2	SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES			53.536.667	53.536.667	
2	1	Apoio à Infância e Juventude		3.025.296	3.025.296	
2	1	1	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	839.658	839.658	
2	1	2	Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens	100.000	100.000	
2	1	3	Reabilitação e requalificação de creches e Centro de Atividades de Tempos Livres	175.412	175.412	
2	1	4	Rede de Amas	60.100	60.100	
2	1	5	Construção de creche em Santo António - Associação para o Desenvolvimento, em Ponta Delgada (São Miguel)	150.000	150.000	
2	1	6	Obras de beneficiação do infantário "O Carrocel" - Associação dos Funcionários da Administração Regional da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo	844.000	844.000	
2	1	7	Ampliação da Creche da Maia - Casa do Povo da Maia, na Ribeira Grande (São Miguel)	155.500	155.500	
2	1	8	Adaptação de edifício e aquisição de terreno para apoio à creche Coriscólandia - Kairós em Ponta Delgada (São Miguel)	70.000	70.000	
2	1	9	Construção de Centro de Atividades de Tempos Livres na Candelária - Associação de Juventude da Candelária em Ponta Delgada (São Miguel)	20.000	20.000	
2	1	10	Substituição da cobertura do edifício e pintura interior da creche "A Pequenada" - Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)	55.504	55.504	
2	1	11	Adaptação de edifício para Centro de Atividades de Tempos Livres de Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto (Santa Maria)	530.122	530.122	
2	1	12	Requalificação da Creche o Girassol - Centro de Bem Estar Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores (Flores)	25.000	25.000	
2	2	Apoio à Família, Comunidade e Serviços		7.554.477	7.554.477	
2	2	1	Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores	60.000	60.000	
2	2	2	CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico	850.000	850.000	
2	2	3	Apoios para combate à pandemia Covid-19	4.000.000	4.000.000	
2	2	4	Requalificação da casa dos doentes deslocados nos Açores	50.000	50.000	
2	2	5	Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços da Segurança Social	505.452	505.452	
2	2	6	Criação do Centro de Acolhimento da Horta - Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial)	40.025	40.025	
2	2	7	Modernização do parque de viaturas das IPSS e Misericórdias	1.200.000	1.200.000	
2	2	8	Construção do Centro Intergeracional de Santo Antão - Centro Paroquial e Social de Santo Antão na Calheta (São Jorge)	75.000	75.000	
2	2	9	Construção do Edifício Intergeracional da Feteira da Horta - 2ª Fase - Casa do Povo da Feteira na Horta (Faial)	504.000	504.000	

Investimento Público 2021

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
2	2	10	Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo - 2ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (São Miguel)	70.000	70.000	
2	2	11	Criação do Centro de Acolhimento Temporário na Urzelina - Instituto de Santa Catarina (São Jorge)	200.000	200.000	
2	3	Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais		6.356.737	6.356.737	
2	3	1	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	1.588.737	1.588.737	
2	3	2	Construção do Centro de Atividades de Tempos Livres Inclusivo e de Centro de Dia Especializado - Lajes das Flores	45.000	45.000	
2	3	3	Adaptação de Edifício a Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial e a Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial)	25.000	25.000	
2	3	4	Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade - Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (Terceira)	235.000	235.000	
2	3	5	Reabilitação de edifício para Centro de Apoio à Deficiência - Aurora Social em Ponta Delgada (São Miguel)	1.403.000	1.403.000	
2	3	6	Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel	2.600.000	2.600.000	
2	3	7	Construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais na Lagoa - 1ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa (São Miguel)	215.000	215.000	
2	3	8	Construção do Centro de Atividades Ocupacionais da Zona Norte de Ponta Delgada - Associação de Desenvolvimento e Promoção de Santa Bárbara em Ponta Delgada (São Miguel)	60.000	60.000	
2	3	9	Construção do Centro de Atividades Ocupacionais no Pico - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico)	25.000	25.000	
2	3	10	Adaptação de imóvel a Lar Residencial em Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto	160.000	160.000	
2	4	Apoio a Idosos		4.001.635	4.001.635	
2	4	1	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos	648.875	648.875	
2	4	2	Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa	118.000	118.000	
2	4	3	Rede de Cuidados Continuados dos Açores	1.100.000	1.100.000	
2	4	4	Idosos em casa "Novos Idosos"	719.760	719.760	
2	4	5	Criação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)	600.000	600.000	
2	4	6	Remodelação e ampliação do Lar de Idosos da Praia da Graciosa - Santa Casa da Misericórdia da Praia da Graciosa (Graciosa)	35.000	35.000	
2	4	7	Ampliação e requalificação da Casa de Repouso João Inácio de Sousa, nas Velas (São Jorge)	300.000	300.000	
2	4	8	Construção do Centro de Convívio de Castelo Branco - Casa do Povo de Castelo Branco (Faial)	25.000	25.000	
2	4	9	Ampliação do Centro de Dia da Conceição - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial	5.000	5.000	
2	4	10	Reabilitação da Estrutura Residencial para Idosos - Santa Casa da Misericórdia do Nordeste (São Miguel)	50.000	50.000	
2	4	11	Ampliação do Centro de Alojamento temporário da Madalena - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico)	100.000	100.000	
2	4	12	Reconstrução e Ampliação de ERPI para Criação de valência de Centro de Alojamento Temporário em São Roque do Pico - Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico	300.000	300.000	

Investimento Público 2021

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
2	5	Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	12.533.719	12.533.719
2	5	1 Projetos de intervenção social de carácter inovador e experimental	290.000	290.000
2	5	2 Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas	62.000	62.000
2	5	3 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens	272.235	272.235
2	5	4 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos	140.000	140.000
2	5	5 Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade	220.000	220.000
2	5	6 Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social	401.375	401.375
2	5	7 Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada	360.182	360.182
2	5	8 Apoio técnico e capacitação das IPSS	204.000	204.000
2	5	9 Fundo Regional da Ação Social	7.700.000	7.700.000
2	5	10 Medidas de combate à pobreza	758.927	758.927
2	5	11 Garantir a igualdade de oportunidades a jovens de famílias carenciadas, na permanência no ensino superior - Propinas	85.000	85.000
2	5	12 COMPAMID	2.020.000	2.020.000
2	5	13 Sénior Ativo	20.000	20.000
2	6	Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	9.221.986	9.221.986
2	6	1 Promoção e Apoio à Habitação Própria e a Custos Controlados	216.011	216.011
2	6	2 Operações Urbanística e Reabilitação de Infraestruturas Habitacionais	1.104.280	1.104.280
2	6	3 Reabilitação do Parque Habitacional da Região	2.139.874	2.139.874
2	6	4 Programa "Casa Renovada, Casa Habitada" e combate à infestação por térmitas	5.169.246	5.169.246
2	6	5 Salvaguarda Habitacional em Zonas de Risco	300.000	300.000
2	6	6 Operações de Inserção e Reintegração Social	292.575	292.575
2	7	Arrendamento Acessível e Cooperação	10.395.930	10.395.930
2	7	1 Incentivo e apoio ao arrendamento	3.298.294	3.298.294
2	7	2 Construção/arrendamento de fogos para arrendamento/subarrendamento apoiado	3.122.128	3.122.128
2	7	3 Cooperação com Autarquias - Acordos de Colaboração IHRU/ RAA/ Municípios	3.656.383	3.656.383
2	7	4 Condomínios e Seguros	319.125	319.125

Investimento Público 2021

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
2	8	Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	381.328	381.328
2	8	1 Reabilitação, conservação e manutenção de instalações	275.010	275.010
2	8	2 Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços	106.318	106.318
2	9	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	65.559	65.559
2	9	1 Apoio à reabilitação em habitações danificadas pela intempérie	65.559	65.559
4		EDUCAÇÃO	21.805.515	21.380.515
4	1	Construções Escolares	860.000	435.000
4	1	1 Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da RAA	315.000	315.000
4	1	2 Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)	430.000	5.000
4	1	3 Assistência técnica e fecho financeiro	115.000	115.000
4	2	Equipamentos Escolares	988.040	988.040
4	2	1 Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	838.040	838.040
4	2	2 Quiosques Eletrónicos Escolares	150.000	150.000
4	3	Apoio Social	9.320.000	9.320.000
4	3	1 Apoio Social	9.200.000	9.200.000
4	3	2 Atribuição de produtos de apoio para alunos portadores de deficiência	120.000	120.000
4	4	Apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação	3.750.000	3.750.000
4	4	1 Apoiar as instituições de ensino privado	3.500.000	3.500.000
4	4	2 Formação do Pessoal Docente e não Docente	250.000	250.000
4	5	Escolas Digitais	2.742.253	2.742.253
4	5	1 Projetos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação	347.017	347.017
4	5	2 Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias	193.236	193.236
4	5	3 Escolas Digitais	2.202.000	2.202.000
4	6	Projetos Pedagógicos	3.876.622	3.876.622
4	6	1 Prosucesso - Avaliação Externa	40.000	40.000
4	6	2 Projetos Educativos	136.622	136.622
4	6	3 Prémio de Mérito de Ingresso no Ensino Superior	250.000	250.000
4	6	4 Programas Ocupacionais	3.150.000	3.150.000
4	6	5 Promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar precoce	300.000	300.000

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
4	7	Atividade Física Desportiva		268.600	268.600	
4	7	1	Desporto Escolar Açores	268.600	268.600	
5	SAÚDE, DESPORTO E PROTEÇÃO CIVIL			60.955.686	60.955.686	
5	1	Parcerias Públicas Privadas		12.634.975	12.634.975	
5	1	1	Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.	12.634.975	12.634.975	
5	2	Apetrechamento e Modernização		1.828.405	1.828.405	
5	2	1	Equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	1.828.405	1.828.405	
5	3	Apoios e Acordos		994.350	994.350	
5	3	1	Apoios e protocolos com instituições	245.600	245.600	
5	3	2	Concessão e Gestão do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores	513.750	513.750	
5	3	3	Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade	235.000	235.000	
5	4	Projetos na Saúde		443.000	443.000	
5	4	1	Plano Regional da Saúde	62.500	62.500	
5	4	2	Sistema de Qualidade na Saúde	15.500	15.500	
5	4	3	Política de promoção da saúde e prevenção da doença - Plano Nutrição das Escolas - Alimentação Saudável	20.000	20.000	
5	4	4	Saúde Mental - Estratégia e implementação	50.000	50.000	
5	4	5	Estratégia Regional para a Prevenção e Controlo do Cancro	175.000	175.000	
5	4	6	Programa de Literacia em Saúde	20.000	20.000	
5	4	7	Acessibilidade - Deslocação de Doentes	50.000	50.000	
5	4	8	Rede de Cuidados Paliativos	25.000	25.000	
5	4	9	Plano de Desenvolvimento de Unidades de Geriatria	25.000	25.000	
5	5	Recursos Humanos - Investimento e Planeamento		275.000	275.000	
5	5	1	Capacitar o Serviço Regional de Saúde de Recursos Humanos - Fixação de profissionais de Saúde	250.000	250.000	
5	5	2	Estratégia e Plano para Implementar o Enfermeiro de Família na RAA	25.000	25.000	
5	6	Tecnologias na Saúde		3.100.000	3.100.000	
5	6	1	Tecnologias na Saúde	2.600.000	2.600.000	
5	6	2	Telesaúde (Teleconsulta e telemonitorização)	500.000	500.000	
5	7	Capacitação do Sistema de Saúde		18.500.000	18.500.000	
5	7	1	Retoma e recuperação da atividade, CIRURGE e Vale Saúde	3.400.000	3.400.000	
5	7	2	Reforço da capacidade instalada	300.000	300.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
5	7	3	Medidas de Combate à Covid-19	14.800.000	14.800.000	
5	8		Promoção de Estilos de Vida Saudavel e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências	1.140.438	1.140.438	
5	8	1	Promoção de Estilos de Vida Saudavel e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências	1.140.438	1.140.438	
5	9		Desporto Crianças e Jovens	2.079.945	2.079.945	
5	9	1	Promoção da Literacia Motora	272.710	272.710	
5	9	2	Atividade Física para Jovens	81.235	81.235	
5	9	3	Escalões de Formação	1.583.000	1.583.000	
5	9	4	Processos Especiais de Formação dos Jovens Praticantes	143.000	143.000	
5	10		Atividade Desportiva	4.958.000	4.958.000	
5	10	1	Atividade Associativa	2.308.000	2.308.000	
5	10	2	Participação Competitiva de Clubes	2.380.500	2.380.500	
5	10	3	Alto Rendimento	269.500	269.500	
5	11		Atividade Física	126.109	126.109	
5	11	1	Retoma da Atividade Física para Adultos e Cidadãos Portadores de Deficiência	126.109	126.109	
5	12		Instalações Desportivas	1.295.000	1.295.000	
5	12	1	Gestão e Funcionamento do Parque Desportivo Regional	950.000	950.000	
5	12	2	Acesso generalizado às instalações desportivas escolares e outras integradas por Protocolos no Parque Desportivo Regional	345.000	345.000	
5	13		Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto	82.000	82.000	
5	13	1	Promoção do Desporto e da Atividade Física	64.000	64.000	
5	13	2	Formação Técnica	5.000	5.000	
5	13	3	Modernização	13.000	13.000	
5	14		Equipamentos e Comunicações	1.599.402	1.599.402	
5	14	1	Viaturas de Emergência	214.020	214.020	
5	14	2	Viaturas dos Corpos de Bombeiros	75.000	75.000	
5	14	3	Equipamentos para o Serviço Regional de Proteção Civil	25.000	25.000	
5	14	4	Equipamentos para as AHBV	50.000	50.000	
5	14	5	Radiocomunicações do SRPCBA	534.282	534.282	
5	14	6	Veículos Tanques de Intervenção Tática	701.100	701.100	

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

				Euro	
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano Outros Fundos
5	15	Infraestruturas do SRPCBA		5.098.269	5.098.269
5	15	1	Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's	30.000	30.000
5	15	2	Centro de Formação de Proteção Civil	20.000	20.000
5	15	3	Construção do Quartel da AHBV da Povoação	1.901.446	1.901.446
5	15	4	Construção do Quartel da AHBV do Faial	2.975.856	2.975.856
5	15	5	Ampliação do Quartel da AHBV das Lajes do Pico	90.967	90.967
5	15	6	Ampliação da Secção Destacada dos Altares	80.000	80.000
5	16	Protocolos e Apoios		6.640.793	6.640.793
5	16	1	CIVISA	300.000	300.000
5	16	2	Apoios Transportes Terrestres de Emergência	4.702.793	4.702.793
5	16	3	Linha Saúde Açores	130.000	130.000
5	16	4	Apoios	42.000	42.000
5	16	5	Suporte Imediato de Vida	566.000	566.000
5	16	6	Pandemia Covid-19	900.000	900.000
5	17	Formação		160.000	160.000
5	17	1	Formação Profissionais do SRPCBA	5.000	5.000
5	17	2	Formação Profissionais dos Corpos de Bombeiros	100.000	100.000
5	17	3	Formação à População	10.000	10.000
5	17	4	Sensibilização	45.000	45.000
8	CULTURA, CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL			6.964.879	6.964.879
8	1	Dinamização de Atividades Culturais		2.575.695	2.575.695
8	1	1	Escolas de Formação	122.195	122.195
8	1	2	Edição de Obras de Cariz Cultural	26.000	26.000
8	1	3	Rede de Leitura Pública	59.000	59.000
8	1	4	Banda Lira Açoriana	90.000	90.000
8	1	5	Dinamização Cultural	1.072.500	1.072.500
8	1	6	Arte Contemporânea dos Açores - ArTca	206.000	206.000
8	1	7	Apoios a Atividades de Relevante Interesse Cultural	800.000	800.000

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
8	1	8	Programa de apoio às sociedades recreativas e filarmónicas	175.000	175.000	
8	1	9	Audiovisual	25.000	25.000	
8	2		Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural	4.389.184	4.389.184	
8	2	1	Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	245.257	245.257	
8	2	2	Inventário do Património Artístico e Cultural	42.990	42.990	
8	2	3	Imóveis e Conjuntos Classificados	150.000	150.000	
8	2	4	Investigação Arqueológica	36.860	36.860	
8	2	5	Museus, Bibliotecas e Arquivos	2.110.875	2.110.875	
8	2	6	Salvaguarda do Património Baleeiro	90.000	90.000	
8	2	7	Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	80.000	80.000	
8	2	8	Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	35.000	35.000	
8	2	9	Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais	100.000	100.000	
8	2	10	Execução do Protocolo com a Diocese de Angra	500.000	500.000	
8	2	11	Tecnologias da Informação e da comunicação no acesso à Cultura	10.000	10.000	
8	2	12	Assistência técnica e fecho financeiro	30.000	30.000	
8	2	13	Património arqueológico subaquático	45.000	45.000	
8	2	14	Eco-Museu do Corvo - Aquisição das casas da memória e dos teares	80.000	80.000	
8	2	15	Criação de um atlas do património arquitetónico e cultural	30.000	30.000	
8	2	16	Recuperação e restauro do Órgão de Tubos da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores	73.202	73.202	
8	2	17	Candidatura a Capital Europeia da Cultura	50.000	50.000	
8	2	18	Museu Francisco Lacerda	300.000	300.000	
8	2	19	Reabilitação do Património Histórico de Santa Maria	180.000	180.000	
8	2	20	Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo	200.000	200.000	
11			JUVENTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA	107.874.847	45.500.778	62.374.069
11	1		Juventude	1.500.465	1.500.465	
11	1	1	Cidadania e Formação dos Jovens	280.000	280.000	
11	1	2	Mobilidade dos Jovens	250.000	250.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

						Euro
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
11	1	3	Associativismo e Voluntariado	174.000	174.000	
11	1	4	Empreendedorismo, empregabilidade e ocupação de tempos livres	350.000	350.000	
11	1	5	Transição Digital e Ambiental	50.000	50.000	
11	1	6	Indústrias Criativas e Culturais: Incentivo à Criatividade	50.000	50.000	
11	1	7	Conferências, Fóruns e Seminários	30.000	30.000	
11	1	8	InfoJovem	30.000	30.000	
11	1	9	Pousadas da Juventude	141.465	141.465	
11	1	10	Requalificação do Serviço de Atendimento ao Jovem e Serviços da Direção Regional da Juventude	30.000	30.000	
11	1	11	Cartão Interjovem	95.000	95.000	
11	1	12	Observatório da Juventude	20.000	20.000	
11	2		Qualificação Profissional e Emprego	106.374.382	44.000.313	62.374.069
11	2	1	Formação Profissional	25.248.531	7.269.986	17.978.545
11	2	2	Programas de Estágios Profissionais	19.718.020	10.073.529	9.644.491
11	2	3	Programas de Emprego	60.272.831	25.521.798	34.751.033
11	2	4	Adequação Tecnológica dos Serviços	365.000	365.000	
11	2	5	Estudos, Projetos e Cooperação	150.000	150.000	
11	2	6	Assistência Técnica PO Açores/FSE	50.000	50.000	
11	2	7	Fórum Regional da Qualificação Profissional	50.000	50.000	
11	2	8	Formação Tecnológica	520.000	520.000	
12			OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	23.179.843	23.179.843	
12	5		Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	108.204	108.204	
12	5	2	SRE - Reparação das coberturas da ES Manuel de Arriaga	50.000	50.000	
12	5	3	SRSD - Recuperação da Cobertura do Pavilhão Desportivo e de Vedação de Espaços Desportivos Exteriores do Complexo Desportivo Manuel de Arriaga	58.204	58.204	
12	15		SRE - Construções Escolares	15.789.113	15.789.113	
12	15	1	Reparação da EBI da Horta	50.000	50.000	
12	15	2	Requalificação das instalações da EBI das Capelas	4.505.424	4.505.424	
12	15	3	Requalificação das instalações para o 2.º e 3.º ciclos da EBI de Rabo de Peixe	6.900.104	6.900.104	

Investimento Público 2021

Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
12	15	4	Construção de novas instalações para a EBI de Arrifes	2.000.000	2.000.000	
12	15	5	Requalificação das instalações da EBI da Lagoa	510.000	510.000	
12	15	6	Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental	100.000	100.000	
12	15	7	Reparação da ES Vitorino Nemésio	400.000	400.000	
12	15	8	Reparação da EBS Jerónimo Emiliano de Andrade	200.000	200.000	
12	15	9	Reparação da EBS das Flores	50.000	50.000	
12	15	10	Requalificação da EBS da Povoação	200.000	200.000	
12	15	11	Reparação da ES de Lagoa	50.000	50.000	
12	15	12	Reparação da EBS de Santa Maria	100.000	100.000	
12	15	13	Reparação da EBI Angra do Heroísmo	52.300	52.300	
12	15	14	Reparação da EBS de S. Roque do Pico	194.129	194.129	
12	15	15	Reparação do Conservatório Regional de Ponta Delgada	80.000	80.000	
12	15	16	Reparação da EBS da Graciosa	47.156	47.156	
12	15	17	Reparação da EBS das Laranjeiras	100.000	100.000	
12	15	18	Reparação da EBI Ponta Garça	100.000	100.000	
12	15	19	EBS Mouzinho da Silveira	150.000	150.000	
12	16	SRE - Reparação das instalações da S.R.E		425.220	425.220	
12	16	1	Intervenção nos Paços da Junta Geral	75.220	75.220	
12	16	2	Intervenção no Palácio Bettencourt	300.000	300.000	
12	16	3	Intervenção no edifício da DSFE	50.000	50.000	
12	17	SRSD - Instalações Desportivas		400.000	400.000	
12	17	1	Modernização das instalações desportivas do Parque Desportivo Regional	400.000	400.000	
12	18	SRSD - Ampliação e Remodelação de Infraestruturas		890.000	890.000	
12	18	1	Intervenções no Hospital da Horta	400.000	400.000	
12	18	2	Empreitada de Modernização e Remodelação do Hospital de Ponta Delgada	400.000	400.000	
12	18	3	Construção do Laboratório SEEMBO	90.000	90.000	
12	19	SRSD - Beneficiação de Infraestruturas		2.613.000	2.613.000	
12	19	1	Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	1.750.000	1.750.000	

Investimento Público 2021

Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
12	19	2	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores	213.000	213.000	
12	19	3	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico	300.000	300.000	
12	19	4	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas	330.000	330.000	
12	19	5	Projeto de requalificação da unidade de saúde de ilha do Corvo	20.000	20.000	
12	24	SRCCTD - Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural		2.954.306	2.954.306	
12	24	1	Museu da Construção Naval em Santo Amaro - Pico	40.000	40.000	
12	24	2	Trinity House - Joint Cable Station: núcleo das comunicações - Museu da Horta	50.000	50.000	
12	24	3	Eco-Museu do Corvo - Casa da Vigia	40.000	40.000	
12	24	4	Museu Carlos Machado - Nucleo de Santo Andre - Reservas Visitáveis e Área Expositiva de curta duração	2.638.806	2.638.806	
12	24	5	Requalificação da Igreja da Graça	75.000	75.000	
12	24	6	Requalificação da Casa da Vida Associativa	45.500	45.500	
12	24	7	Conclusão das obras de requalificação da Casa Manuel de Arriaga	15.000	15.000	
12	24	8	Centro Interpretativo da Base das Lajes	50.000	50.000	
UM FUTURO MAIS DIGITAL E ECOLÓGICO NO SEIO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO				266.603.892	173.699.580	92.904.312
3	COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			58.875.000	43.875.000	15.000.000
3	1	Competitividade Empresarial		58.875.000	43.875.000	15.000.000
3	1	1	Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial	38.700.000	38.700.000	
3	1	2	Fomento do Empreendedorismo	150.000	150.000	
3	1	3	Instrumentos Financeiros	2.000.000	2.000.000	
3	1	4	Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário	25.000	25.000	
3	1	5	Recapitalização das empresas	15.000.000		15.000.000
3	1	6	Linha Covid-19 - Fundo Contragarantia	3.000.000	3.000.000	
6	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL			116.410.973	55.492.782	60.918.191
6	1	Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade		63.444.230	38.581.167	24.863.063
6	1	1	Inovação e Qualificação das Explorações Agrícolas	14.025.142	6.271.433	7.753.709
6	1	2	Medidas de apoio às produções locais	16.400.000	13.000.000	3.400.000
6	1	3	Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas e à Reposição do seu Potencial Produtivo	1.130.871	1.130.871	

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
6	1	4	Reforma Antecipada	1.857.500	370.000	1.487.500
6	1	5	Incentivo ao Associativismo	5.000.000	5.000.000	
6	1	6	Capacitação dos Agricultores e Promoção da Literacia em Produção e Consumo Sustentáveis	18.762	18.762	
6	1	7	Formação Profissional, Demonstração, Aconselhamento e Divulgação Agrária	2.200.000	2.200.000	
6	1	8	Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores	12.508	12.508	
6	1	9	Infraestruturas de apoio para a transição digital	95.994	95.994	
6	1	10	Fileira do leite, formação dos preços e modelos de produção	26.500	26.500	
6	1	11	Dinamização dos Mercados	6.500.000	6.500.000	
6	1	12	Inovação e Qualificação da Indústria Agro-alimentar	14.378.652	2.156.798	12.221.854
6	1	13	Infraestrutura de apoio à segurança alimentar e saúde animal	238.500	238.500	
6	1	14	Acreditação, Certificação e Gestão dos Produtos de Qualidade dos Açores	509.173	509.173	
6	1	15	Operacionalização de políticas de desenvolvimento agrícola e rural	903.817	903.817	
6	1	16	Potenciar o Setor Vitivinícola	40.811	40.811	
6	1	17	Medidas de apoio ao programa do jovem agricultor	106.000	106.000	
6	2	Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas		39.399.029	10.739.884	28.659.145
6	2	1	Agroruralidade por Ilha	5.300	5.300	
6	2	2	Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	12.318.487	1.847.773	10.470.714
6	2	3	Segurança Alimentar e Sanidade Animal	2.046.648	2.046.648	
6	2	4	Melhoramento Genético e Bem-Estar Animal	610.981	610.981	
6	2	5	Bem-estar de animais de companhia e errantes	169.177	169.177	
6	2	6	Sanidade Vegetal e Proteção Culturas	468.914	388.914	80.000
6	2	7	SustentAgro - Transição Ecológica da Agricultura	265.000	265.000	
6	2	8	GeoBio Ocidental	5.300	5.300	
6	2	9	Economia Circular na Agricultura	53.000	53.000	
6	2	10	Agricultura familiar dos Açores	53.000	53.000	
6	2	11	Apoio ao rendimento e resiliência da atividade agrícola	14.277.334	2.441.600	11.835.734

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
6	2	12	Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária	4.958.441	743.766	4.214.675
6	2	13	Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	2.496.369	438.347	2.058.022
6	2	14	Fomento Florestal	476.863	476.863	
6	2	15	Promoção do Uso Múltiplo da Floresta	570.263	570.263	
6	2	16	Life IP Climaz	123.882	123.882	
6	2	17	Divulgação, promoção e apoio à decisão	142.597	142.597	
6	2	18	Apoio à Recuperação de Colheitas Agrícolas e Produção Pecuária - Furacão Lorenzo	97.275	97.275	
6	2	19	Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	260.198	260.198	
6	3		Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo	13.567.714	6.171.731	7.395.983
6	3	1	Abastecimento de água, caminhos e eletrificação agrícola	10.175.586	4.041.020	6.134.566
6	3	2	Reestruturação Fundiária	238.500	238.500	
6	3	3	Investimento na Fileira da Carne Açores	2.463.628	1.699.011	764.617
6	3	4	Construção do novo Matadouro de São Jorge	690.000	193.200	496.800
7			PESCAS, AQUICULTURA E ASSUNTOS DO MAR	40.297.164	25.297.164	15.000.000
7	1		Controlo, Inspeção e Gestão	3.712.412	3.712.412	
7	1	1	Controlo e Inspeção	170.000	170.000	
7	1	2	Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: capacidade inspetiva, formação e sensibilização	30.000	30.000	
7	1	3	Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: acompanhamento, vigilância e gestão eletrónica	163.072	163.072	
7	1	4	Gestão Sustentável das Pescas e da Aquicultura	1.244.621	1.244.621	
7	1	5	Comunicação e Ações Coletivas	20.000	20.000	
7	1	6	Projetos PLASMAR e OCEANLIT	24.551	24.551	
7	1	7	Programa Nacional de Recolha de Dados	490.768	490.768	
7	1	8	Desenvolvimento do Cluster do Mar	1.569.400	1.569.400	
7	2		Infraestruturas de Apoio às Pescas	9.814.710	9.814.710	
7	2	1	Portos da Região	8.876.580	8.876.580	
7	2	2	Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca do Topo	427.000	427.000	
7	2	3	Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Madalena	511.130	511.130	

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
7	3	FROTA e Recursos Humanos		4.082.195	4.082.195	
7	3	1	Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira	865.000	865.000	
7	3	2	Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local	40.000	40.000	
7	3	3	Regime de Apoio à Redução dos Custos da Atividade da Pesca	10.000	10.000	
7	3	4	Regime de Apoio à Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca Local e Costeira	213.920	213.920	
7	3	5	FUNDOPESCA e Regime Excecional Covid-19	1.388.000	1.388.000	
7	3	6	Formação e promoção do capital humano	883.300	883.300	
7	3	7	Estruturas e Equipamentos	681.975	681.975	
7	4	Produtos da Pesca e da Aquicultura		2.904.325	2.904.325	
7	4	1	Apoio a profissionais da pesca e organizações setoriais	910.000	910.000	
7	4	2	Produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura	1.900.000	1.900.000	
7	4	3	Inovação na aquicultura	84.325	84.325	
7	4	4	Valorização dos subprodutos da pesca	10.000	10.000	
7	5	Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020		16.210.000	1.210.000	15.000.000
7	5	1	Apoio ao investimento no âmbito dos projetos MAR 2020	16.210.000	1.210.000	15.000.000
7	7	Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha		2.366.062	2.366.062	
7	7	1	Cooperação institucional, promoção e educação ambiental marinha e ciência cidadã	30.000	30.000	
7	7	2	Programas de Monitorização e Medidas da DQEM e ação ambiental marinha dos Parques Naturais	262.765	262.765	
7	7	3	Infraestruturas e equipamentos	33.442	33.442	
7	7	4	Projeto LIFE-IP Azores Natura - componente marinha	774.266	774.266	
7	7	5	Projeto MISTIC SEAS III	71.685	71.685	
7	7	6	Projeto RAGES - Risk-based Approaches to Good Environmental Status	46.335	46.335	
7	7	7	Projeto PLASMAR +	85.924	85.924	
7	7	8	Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores - Águas marinhas costeiras	25.000	25.000	
7	7	9	Projetos MARCET II, INTERTAGUA, IMPLAMAC, OCEANLIT E SMARTBLUEF	297.022	297.022	
7	7	10	Projeto LIFE-IP CLIMAZ	64.277	64.277	
7	7	11	Projeto MSP-OR Advancing Maritime Spatial Planning in Outermost Regions	31.000	31.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

						Euro
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
7	7	12	Colmatção de lacunas sobre a caracterização do espaço marítimo	340.000	340.000	
7	7	13	Estudo hidrodinâmico das condições oceanográficas na costa norte da Ilha de São Jorge	100.000	100.000	
7	7	14	Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional - Açores	25.000	25.000	
7	7	15	Operacionalização do serviço do Parque Marinho dos Açores (PMA)	179.346	179.346	
7	8		Escola do Mar dos Açores	1.207.460	1.207.460	
7	8	1	Escola do Mar	1.207.460	1.207.460	
8			CULTURA, CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL	11.646.316	9.760.195	1.886.121
8	3		Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores	6.790.677	4.904.556	1.886.121
8	3	1	Infraestruturas, projetos e atividades no âmbito das entidades do SCTA	3.536.264	3.536.264	
8	3	2	Inovação, capacitação científica e implementação de projetos de investigação em contexto empresarial	60.000	60.000	
8	3	3	Internacionalização da investigação regional	187.243	187.243	
8	3	4	Produção, formação e divulgação científica e tecnológica	120.000	120.000	
8	3	5	Contratação de Investigadores para o SCTA	130.054	130.054	
8	3	6	Desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	500.000	500.000	
8	3	7	Transferências para o Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia	2.257.116	370.995	1.886.121
8	4		Ações de Valorização e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação	258.530	258.530	
8	4	1	Eventos de promoção da ciência, tecnologia e inovação	35.000	35.000	
8	4	2	Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização do sistema científico e tecnológico	20.000	20.000	
8	4	3	Centro de Divulgação "Museu de História Natural dos Açores" em Ponta Delgada	50.000	50.000	
8	4	4	Rede regional dos laboratórios Covid-19	153.530	153.530	
8	5		Iniciativas, Projetos e Infraestruturas de Base Tecnológica	1.334.549	1.334.549	
8	5	1	Ações promotoras de ecossistemas tecnológicos e digitais	37.000	37.000	
8	5	2	Implementação de infraestruturas tecnológicas	1.117.549	1.117.549	
8	5	3	Projeto RAEGE - Flores	180.000	180.000	
8	6		Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia	837.149	837.149	
8	6	1	Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira	837.149	837.149	
8	7		Ações de Valorização e Promoção da Transição e Transformação Digital	2.210.221	2.210.221	
8	7	1	Atividades de promoção e implementação da Transição e Transformação Digital	924.560	924.560	

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

						Euro
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
8	7	2	Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização da Transição e Transformação Digital	297.950	297.950	
8	7	3	Autonomia Digital Açores	987.711	987.711	
8	8	Iniciativas, projetos, ações e infraestruturas para a Transição e Transformação Digital no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência		215.190	215.190	
8	8	1	Sistema de Incentivo para a Transição e Transformação Digital	27.000	27.000	
8	8	2	APR + Serviços mais ágeis	135.300	135.300	
8	8	3	APR + Proativa	52.890	52.890	
9	AMBIENTE, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E TERRITÓRIO			17.547.272	17.447.272	100.000
9	1	Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental		4.857.445	4.857.445	
9	1	1	Vigilância Ambiental	660.000	660.000	
9	1	2	Cidadania ambiental ativa	150.000	150.000	
9	1	3	Eco-Freguesia, freguesia limpa	500.000	500.000	
9	1	4	Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais	1.190.000	1.190.000	
9	1	5	Renovação da exposição do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos	112.333	112.333	
9	1	6	Reinstalação do Serviço de Ambiente do Corvo	237.554	237.554	
9	1	7	Infraestrutura de Dados Espaciais dos Açores (IDE.A)	56.414	56.414	
9	1	8	Sistemas e infraestruturas de Informação e Comunicação	253.184	253.184	
9	1	9	Licenciamento Único Ambiental Açores	77.880	77.880	
9	1	10	Projeto LIFE VIDALIA - LIFE17 NAT/PT/000510	184.153	184.153	
9	1	11	Projeto LIFE AZORES NATURA - LIFE17 IPE/PT/000010	573.980	573.980	
9	1	12	Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT000864	170.425	170.425	
9	1	13	Projeto LIFE IP CLIMAZ - LIFE19 IPC/PT/000004 - Ambiente	653.558	653.558	
9	1	14	Estudos e Projetos a programas comunitários	27.964	27.964	
9	1	15	Inspeção Regional do Ambiente (IRA)	10.000	10.000	
9	2	Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas		2.138.275	2.138.275	
9	2	1	Avaliação e Licenciamento Ambiental	15.000	15.000	
9	2	2	Rede de monitorização e plataforma de informação da qualidade do ar	293.140	293.140	
9	2	3	Monitorização e controlo da infestação por térmitas	30.241	30.241	

Investimento Público 2021

Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
9	2	4	PLANCLIMAC - Alterações Climáticas	182.334	182.334	
9	2	5	Instalações e equipamento dos centros de processamento de resíduos	88.695	88.695	
9	2	6	Operação dos centros de processamento e boas práticas de gestão de resíduos	350.000	350.000	
9	2	7	Apoio à recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis	41.182	41.182	
9	2	8	Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores - EEA Grants	1.000.129	1.000.129	
9	2	9	Proteção Radiológica	20.000	20.000	
9	2	10	Programa Regional para as Alterações Climáticas	30.000	30.000	
9	2	11	Alteração do PEPGRA	47.554	47.554	
9	2	12	Execução da revisão do regime geral de prevenção e gestão de resíduos	40.000	40.000	
9	3		Conservação da Natureza e Biodiversidade	4.465.859	4.465.859	
9	3	1	Monitorização e Gestão do Património Natural e da Biodiversidade	300.000	300.000	
9	3	2	Parques Naturais de ilha, Reservas da Biosfera, Geoparque e Paleoparque	50.000	50.000	
9	3	3	Apoios à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas	1.800.000	1.800.000	
9	3	4	Recuperação de trilhos e infraestruturas de apoio da Fajã de Santo Cristo	83.125	83.125	
9	3	5	Rede de Observação e Centros de Reabilitação de Aves Selvagens	120.000	120.000	
9	3	6	Projeto LIFE VIDALIA - LIFE17 NAT/PT/000510	268.082	268.082	
9	3	7	Projeto LIFE AZORES NATURA - LIFE17 IPE/PT/000010	964.819	964.819	
9	3	8	Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT000864	314.912	314.912	
9	3	9	Requalificação dos percursos pedestres da Serra de Santa Bárbara - Terceira	533.368	533.368	
9	3	10	Requalificação do miradouro e do trilho da Lagoa do Fogo - São Miguel	31.553	31.553	
9	4		Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica	4.270.561	4.170.561	100.000
9	4	1	Monitorização e manutenção da rede hidrográfica	900.000	900.000	
9	4	2	Rede de monitorização do ciclo hidrológico	156.461	156.461	
9	4	3	Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição	250.000	250.000	
9	4	4	Monitorização do estado trófico das lagoas	71.240	71.240	
9	4	5	Controlo da biomassa e dos níveis de nutrientes nas lagoas	117.399	17.399	100.000
9	4	6	Projeto MITIMAC Água	123.153	123.153	

Investimento Público 2021

Desagregação por Objetivo

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
9	4	7	Instrumentos de planeamento de recursos hídricos	250.000	250.000	
9	4	8	Requalificação da rede hidrográfica	500.000	500.000	
9	4	9	Construção de vala para recolha e desvio de caudais de grotas no troço entre a ribeira do Dilúvio e a ribeira da Prainha, em São Caetano	967.853	967.853	
9	4	10	Intervenção e planificação dos caudais das ribeiras na Ilha Terceira	934.455	934.455	
9	5	Ordenamento e Gestão do Território		1.705.132	1.705.132	
9	5	1	Implementação do Sistema de Gestão Teritorial	70.000	70.000	
9	5	2	Avaliação de instrumentos de Gestão Teritorial	50.000	50.000	
9	5	3	Revisão e alteração de Instrumentos de Gestão Teritorial	104.533	104.533	
9	5	4	Implementação de Instrumentos de Gestão Teritorial	250.000	250.000	
9	5	5	Prevenção de Riscos Naturais	763.684	763.684	
9	5	6	Portal do Ordenamento do Território dos Açores	25.000	25.000	
9	5	7	Projeto LIFE CLIMAZ - Território	171.494	171.494	
9	5	8	Informação geodésica, produção cartográfica	150.000	150.000	
9	5	9	Rede de estações permanentes GNSS	15.000	15.000	
9	5	10	Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SIRGIC)	105.421	105.421	
9	6	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo		110.000	110.000	
9	6	1	Recuperação do Porto Pim	50.000	50.000	
9	6	2	Recuperação do Vulcão dos Capelinhos	60.000	60.000	
10	TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA			6.000.001	6.000.001	
10	1	Eficiência Energética e Energias Renováveis		627.623	627.623	
10	1	1	Eficiência Mais	30.000	30.000	
10	1	2	Produção e Armazenamento de Energia Limpa	597.623	597.623	
10	2	Serviços Energéticos		4.656.658	4.656.658	
10	2	1	Combustíveis, eletricidade e ascensores	3.938.453	3.938.453	
10	2	2	Modernização e desmaterialização de Serviços	90.000	90.000	
10	2	3	Eletrificação da Fajã da Caldeira do Santo Cristo e Fajãs Adjacentes	628.205	628.205	
10	3	Mobilidade Elétrica		464.500	464.500	
10	3	1	Mobilidade Elétrica, Inteligente e Sustentável	326.000	326.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

						Euro
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
10	3	2	Plano para Mobilidade Elétrica dos Açores, Ações de sensibilização e divulgação	138.500	138.500	
10	4		Política Energética	251.220	251.220	
10	4	1	Projetos Europeus	211.220	211.220	
10	4	2	Combate à Pobreza Energética	40.000	40.000	
11			JUVENTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA	6.499.800	6.499.800	
11	3		Comércio e Indústria	3.420.000	3.420.000	
11	3	1	Programas de apoio às empresas	3.000.000	3.000.000	
11	3	2	Qualidade e Inovação	70.000	70.000	
11	3	3	Dinamização da atividade económica	350.000	350.000	
11	4		Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	732.800	732.800	
11	4	1	Competitividade e inovação das empresas artesanais nos Açores	85.000	85.000	
11	4	2	Azores NewCraft - Internacionalização	137.000	137.000	
11	4	3	Craft & Art - Capacitar pela Inovação	10.000	10.000	
11	4	4	Azores Craftlab - Incubadora de Artesanato	80.000	80.000	
11	4	5	Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato	150.000	150.000	
11	4	6	ModaMac	20.000	20.000	
11	4	7	Açores Artesanal	100.800	100.800	
11	4	8	Promoção e comercialização do Artesnato dos Açores	100.000	100.000	
11	4	9	Medida Excepcional de Incentivo à Manutenção da atividade	50.000	50.000	
11	5		Gestão e Promoção da Marca Açores	2.050.000	2.050.000	
11	5	1	Promoção e valorização dos produtos açorianos	1.350.000	1.350.000	
11	5	2	Promoção da Certificação da Marca Açores	350.000	350.000	
11	5	3	Apoio à estruturação comercial da Marca Açores	350.000	350.000	
11	6		Apoio ao Consumidor	100.000	100.000	
11	6	1	Promover os direitos do consumidor	50.000	50.000	
11	6	2	Promover a resolução de conflitos de consumo	50.000	50.000	
11	7		AJEmCIA - Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato	197.000	197.000	
11	7	1	Ações de Formação	150.000	150.000	
11	7	2	Ações de divulgação	47.000	47.000	

Investimento Público 2021

Desagregação por Objetivo

			Euro	
Objetivo/Programa/Projeto/Ação			Investimento	Plano
			Outros Fundos	
12	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES		9.327.366	9.327.366
12	5	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	1.000.000	1.000.000
12	5	4 SRMP - Intempérie Lorenzo - Recuperação de infraestruturas de pesca	1.000.000	1.000.000
12	20	SRADR - Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo	5.400.000	5.400.000
12	20	1 Caminhos e infraestruturas de base para apoio ao sector florestal e rural	4.700.000	4.700.000
12	20	2 Infraestruturas colectivas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural	500.000	500.000
12	20	3 Valorização de infraestruturas de Interesse patrimonial e cultural	200.000	200.000
12	21	SRMP - Infraestruturas de Apoio às Pescas	260.706	260.706
12	21	1 Construção do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada	59.000	59.000
12	21	2 Melhoria das condições operacionais do porto de pesca das Poças	50.000	50.000
12	21	3 Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca dos Carneiros	51.706	51.706
12	21	4 Construção de infraestruturas de apoio no porto de pesca da S. Mateus da Calheta, Ilha Terceira	100.000	100.000
12	23	SRCCTD - Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia	1.250.000	1.250.000
12	23	1 Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel	1.250.000	1.250.000
12	25	SRAAC - Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	50.000	50.000
12	25	1 Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão - Terceira	50.000	50.000
12	26	SRAAC - Conservação da Natureza e Biodiversidade	624.000	624.000
12	26	1 Circuito Interpretativo da Ponta da Ferraria	529.000	529.000
12	26	2 Intervenção ordenamento paisagístico na zona da Mata da Lagoa do Congro	50.000	50.000
12	26	3 Requalificação do Pólo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial	45.000	45.000
12	27	SRAAC - Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica	742.660	742.660
12	27	1 Requalificação da rede hidrográfica	642.660	642.660
12	27	2 Estabilização da Grotta da Lagoinha e ribeiras da zona Sudoeste da Ilha Terceira	100.000	100.000
UMA GOVERNAÇÃO AO SERVIÇO DAS PESSOAS, PRÓXIMA E TRANSPARENTE			72.354.857	70.244.757
1	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO EXTERNA		1.200.000	1.200.000
1	1	Apoio aos Media	1.077.500	1.077.500
1	1	1 Programa de Apoio à Comunicação Social	850.000	850.000
1	1	2 Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão	100.000	100.000
1	1	3 Financiamento de obrigações de serviço público de notícias e de televisão	127.500	127.500

Investimento Público 2021

Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
1	2	Jornal Oficial		50.000	50.000	
1	2	1	Acesso a base de dados jurídicos	50.000	50.000	
1	3	Coordenação da Atividade Governativa		72.500	72.500	
1	3	1	Relações com entidades governamentais externas e com outras entidades	72.500	72.500	
2	SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES			3.000.000	3.000.000	
2	9	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo		2.167.441	2.167.441	
2	9	2	Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais	2.167.441	2.167.441	
2	10	Cooperação com os Municípios		177.459	177.459	
2	10	1	Cooperação Técnica com os Municípios	60.120	60.120	
2	10	2	Cooperação Financeira com os Municípios	85.338	85.338	
2	10	3	Eleições	32.001	32.001	
2	11	Cooperação com as Freguesias		655.100	655.100	
2	11	1	Cooperação Técnica com as Freguesias	35.100	35.100	
2	11	2	Cooperação Financeira com as Freguesias	620.000	620.000	
3	COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA			9.568.190	8.147.290	1.420.900
3	2	Emprego e Qualificação Profissional		50.000	50.000	
3	2	1	Formação Profissional (CEFAPA)	50.000	50.000	
3	3	Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional		558.451	558.451	
3	3	1	Modernização e Reforma da Administração Pública Regional	100.000	100.000	
3	3	2	Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores	150.000	150.000	
3	3	3	Promoção da qualidade nos serviços da administração pública regional	25.000	25.000	
3	3	4	Desmaterialização de Processos	50.000	50.000	
3	3	5	Rede Integrada de Gestão de Processos na Administração Pública - Açores/Cabo Verde 2020 (RIGPAP-ACV) - Projeto MAC2-5.11A-357	133.451	133.451	
3	3	6	Central de serviços partilhados da Ilha de Santa Maria	100.000	100.000	
3	4	Eficiência no Serviço Público ao Cidadão		2.520.900	1.100.000	1.420.900
3	4	1	Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	2.520.900	1.100.000	1.420.900
3	5	Serviços Sociais		173.400	173.400	
3	5	1	Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	173.400	173.400	
3	6	Estatística		115.439	115.439	
3	6	1	Produção, Tratamento e Divulgação da Informação Estatística Oficial	50.000	50.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
3	6	2	ECOMAC MAC/5.1a/004	41.939	41.939	
3	6	3	MEDECOAZUL MAC2/5.11a/232	10.000	10.000	
3	6	4	Estatísticas Oficiais para uma Cidadania Inclusiva	13.500	13.500	
3	7		Planeamento e Finanças	6.150.000	6.150.000	
3	7	1	Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais	275.000	275.000	
3	7	2	Património Regional	400.000	400.000	
3	7	3	Reestruturação do Sector Público Regional	25.000	25.000	
3	7	4	Coesão Regional	3.200.000	3.200.000	
3	7	5	Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores	1.200.000	1.200.000	
3	7	6	Novo regime da administração financeira	1.050.000	1.050.000	
12			OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	58.586.667	57.897.467	689.200
12	1		Construção de Estradas Regionais	24.776.640	24.776.640	
12	1	1	SCUT	24.588.838	24.588.838	
12	1	2	Melhoria da Acessibilidade Furnas - Povoação	187.802	187.802	
12	2		Reabilitação de Estradas Regionais	9.040.493	9.040.493	
12	2	1	Beneficiação e Pavimentação de ER - Santa Maria	12.000	12.000	
12	2	2	Beneficiação e Pavimentação de ER - São Miguel	511.304	511.304	
12	2	3	Reabilitação de ER na RAA	50.000	50.000	
12	2	4	Beneficiação e Pavimentação de ER - Terceira	163.408	163.408	
12	2	5	Beneficiação e Pavimentação de ER - São Jorge	118.900	118.900	
12	2	6	Beneficiação e Pavimentação de ER - Graciosa	239.527	239.527	
12	2	7	Beneficiação e Pavimentação de ER - Pico	158.010	158.010	
12	2	8	Beneficiação e Pavimentação de ER - Faial	1.434.902	1.434.902	
12	2	9	Beneficiação e Pavimentação de ER - Corvo	26.904	26.904	
12	2	10	Beneficiação e Pavimentação de ER - Flores	176.399	176.399	
12	2	11	Requalificação da Rede Viária	975.000	975.000	
12	2	12	Qualificação do Parque de Máquinas	1.085.000	1.085.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
12	2	13	Calamidades em Estradas Regionais	221.221	221.221	
12	2	14	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres da ilha de São Miguel	3.156.209	3.156.209	
12	2	15	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres da ilha Terceira	401.200	401.200	
12	2	16	Modernização de Máquinas e Viaturas	150.000	150.000	
12	2	17	Sinalização Horizontal e Vertical em Estradas Regionais	160.509	160.509	
12	3		Construção , Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	3.195.264	3.195.264	
12	3	1	Requalificação de Espaços Públicos	1.425.234	1.425.234	
12	3	2	Parques Empresariais e Tecnológicos	1.770.030	1.770.030	
12	4		Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER	641.386	641.386	
12	4	1	Espaços Públicos	73.469	73.469	
12	4	2	Integração paisagística da rede viária regional	567.917	567.917	
12	5		Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	161.203	161.203	
12	5	1	Recuperação da Rede Viária Regional - Lorenzo	161.203	161.203	
12	6		Execução do Plano de Recuperação e Resiliência	3.511.200	3.511.200	
12	6	1	Circuitos Logísticos Terrestres - São Miguel	2.714.000	2.714.000	
12	6	2	Circuitos Logísticos Terrestres - Terceira	750.000	750.000	
12	6	3	Circuitos Logísticos Terrestres - São Jorge	47.200	47.200	
12	7		Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária	3.260.481	2.571.281	689.200
12	7	1	Prestação de Serviços de Transporte Regular de Passageiros	3.094.431	2.405.231	689.200
12	7	2	Plano Integrado de Transportes	166.050	166.050	
12	8		Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte	8.738.736	8.738.736	
12	8	1	Desenvolvimento dos Sistemas de Informação	1.969.201	1.969.201	
12	8	2	Melhoria dos Sistemas Informáticos, Suporte ao utilizador e Qualidade	311.933	311.933	
12	8	3	Azores Cloud	6.074.436	6.074.436	
12	8	4	Redes de Dados e de Comunicações	383.166	383.166	
12	9		Cibersegurança e Segurança da Informação	58.660	58.660	
12	9	1	Infraestrutura de segurança informática e da segurança da Informação	15.000	15.000	
12	9	2	Cibersegurança e Privacidade	43.660	43.660	

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

			Euro	
Objetivo/Programa/Projeto/Ação			Investimento	Plano
				Outros Fundos
12	10	Redes Publicas e Tecnologias de Comunicação	202.604	202.604
12	10	1 Infraestruturas de acesso internet	7.360	7.360
12	10	2 Alert4you	192.845	192.845
12	10	3 Monitorização do sector das telecomunicações e dos serviços postais	2.399	2.399
12	11	Laboratório Regional de Engenharia Civil	1.154.847	1.154.847
12	11	1 I&DI - Engenharia Civil	388.463	388.463
12	11	2 Infraestruturas e Equipamentos	149.295	149.295
12	11	3 MICNEI - Minimização de impactos de catástrofes naturais em edificado e infraestruturas	4.956	4.956
12	11	4 LREC + Sustentável	52.330	52.330
12	11	5 PICA - Plataforma Indústria Criativa dos Açores	35.400	35.400
12	11	6 Ecocompósitos Inteligentes	56.782	56.782
12	11	7 LREC Renovável	8.094	8.094
12	11	8 ReBuild17	149.776	149.776
12	11	9 SAFE HARBOUR	309.751	309.751
12	12	Cooperação com Diversas Entidades	3.745.553	3.745.553
12	12	1 Contratos de Cooperação com Diversas Entidades	3.500.000	3.500.000
12	12	2 Contratos ARAAL	200.553	200.553
12	12	3 Cooperação com Entidades Públicas	45.000	45.000
12	13	Sensibilização e Divulgação	30.000	30.000
12	13	1 Campanhas de Sensibilização e Divulgação	30.000	30.000
12	14	Saúde e Segurança no Trabalho	69.600	69.600
12	14	1 Saúde e Segurança no Trabalho	69.600	69.600
AFIRMAR OS AÇORES NO MUNDO			328.973.617	265.377.546
1		INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO EXTERNA	350.000	350.000
1	4	Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores	136.650	136.650
1	4	1 Centralidade Atlântica	20.000	20.000
1	4	2 Formação e mobilidade regional e internacional	64.650	64.650
1	4	3 HEXAGONE	20.000	20.000

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

				Euro	
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano Outros Fundos
1	4	4	Ilhas de Inovação	12.000	12.000
1	4	5	INTEGRA	20.000	20.000
1	5		Os Açores no Espaço Europeu	213.350	213.350
1	5	1	Relações transnacionais, inter-regionais e com as instituições europeias	137.350	137.350
1	5	2	Açores na Europa	71.000	71.000
1	5	3	Promoção dos Valores e Cidadania Europeia	5.000	5.000
2			SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES	4.055.406	4.055.406
2	12		Emigrado e Regressado	63.020	63.020
2	12	1	Inclusão e Intervenção Social	2.720	2.720
2	12	2	Cooperação	53.800	53.800
2	12	3	Participação Ativa na Diáspora	5.000	5.000
2	12	4	Iniciativas de Promoção da Integração	1.500	1.500
2	13		Identidade Cultural e Açorianidade	171.550	171.550
2	13	1	Juventude e Açorianidade	1.500	1.500
2	13	2	Resgate, Preservação e Divulgação da Identidade Cultural Açoriana	36.000	36.000
2	13	3	Cooperação	100.550	100.550
2	13	4	Relacionamento Açores/Comunidades/Açores e Afirmação da Açorianidade	33.500	33.500
2	14		Imigrado e Interculturalidade	120.430	120.430
2	14	1	Integração e Educação Intercultural	10.000	10.000
2	14	2	Cooperação	28.500	28.500
2	14	3	Iniciativas de Promoção da Integração, Diversidade e Interculturalidade	2.888	2.888
2	14	4	Regions for Migrants and Refugees Integration	79.042	79.042
2	15		Aerogare Civil das Lajes	3.700.406	3.700.406
2	15	1	Conservação, manutenção e apetrechamento	2.545.000	2.545.000
2	15	2	Construção do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes	1.155.406	1.155.406
7			PESCAS, AQUICULTURA E ASSUNTOS DO MAR	1.465.604	1.465.604
7	6		Gestão e Requalificação da Orla Costeira	1.465.604	1.465.604
7	6	1	Gestão e requalificação das zonas costeiras	300.000	300.000
7	6	2	Gestão de zonas balneares	215.864	215.864

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
7	6	3	Projeto ABACO	56.740	56.740	
7	6	4	Intervenções de Estabilização e Requalificação da orla costeira	893.000	893.000	
10	TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA			318.164.123	254.568.052	63.596.071
10	5	Promoção e Desenvolvimento Turístico		22.258.693	10.580.064	11.678.629
10	5	1	Promoção do Destino	1.033.129	1.033.129	
10	5	2	Incentivos à Promoção	18.235.557	6.556.928	11.678.629
10	5	3	Eventos Desportivos de Promoção do Destino	2.990.007	2.990.007	
10	6	Sustentabilidade do Destino Turístico		2.515.226	2.515.226	
10	6	1	Desenvolvimento da Política de Turismo	2.382.770	2.382.770	
10	6	2	Desenvolvimento do Turismo Sénior e acessível	117.456	117.456	
10	6	3	Organização de Eventos com Repercussão na Promoção	15.000	15.000	
10	7	Qualificação do Destino		4.001.694	4.001.694	
10	7	1	Qualificação dos Serviços Turísticos	981.208	981.208	
10	7	2	Valorização do Destino Turístico	1.631.167	1.631.167	
10	7	3	Incentivos à Animação no Destino	669.000	669.000	
10	7	4	Qualificação do Turismo Natureza - Trilhos, Mar e Ar	464.819	464.819	
10	7	5	Qualificação dos Recursos Termais	210.500	210.500	
10	7	6	Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento Regional - Turismo	45.000	45.000	
10	8	Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários		64.788.018	12.870.576	51.917.442
10	8	1	Porto e Marina de Ponta Delgada	23.504.000	2.163.904	21.340.096
10	8	2	Porto da Praia da Vitória	2.048.001	491.981	1.556.020
10	8	3	Porto, Marina e Baía de Angra do Heroísmo	8.000.000	564.806	7.435.194
10	8	4	Porto, Marina e Baía da Horta	503.000	468.000	35.000
10	8	5	Porto de São Roque	2.348.975	507.174	1.841.801
10	8	6	Porto e Núcleo de Recreio Náutico das Velas	40.000	40.000	
10	8	7	Porto da Calheta de São Jorge	303.700	20.000	283.700
10	8	8	Porto das Poças nas Flores	1.523.510	100.000	1.423.510
10	8	9	Porto da Casa no Corvo	20.000	20.000	

Investimento Público 2021

Desagregação por Objetivo

				Euro		
Objetivo/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
10	8	10	Aquisição de Diversos Equipamentos e Outras Obras nos Portos e Marinas	8.878.902	1.331.835	7.547.067
10	8	11	Aeroporto da Ilha do Pico	2.589.589	2.385.589	204.000
10	8	12	Aeródromo da Ilha de São Jorge	1.651.754	1.651.754	
10	8	13	Aeródromo da Ilha da Graciosa	8.706.820	2.123.766	6.583.054
10	8	14	Aeródromo da Ilha das Flores	26.000	26.000	
10	8	15	Aeródromo da Ilha do Corvo	4.185.320	552.320	3.633.000
10	8	16	Porto da Madalena	195.000	175.000	20.000
10	8	17	Porto e Marina de Vila do Porto	53.469	38.469	15.000
10	8	18	Porto da Graciosa	149.978	149.978	
10	8	19	Museu da Aviação	60.000	60.000	
10	9		Gestão dos Aeródromos Regionais	3.500.000	3.500.000	
10	9	1	Concessão da Exploração dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	3.500.000	3.500.000	
10	10		Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas	177.923.323	177.923.323	
10	10	1	Reestruturação e concessão do transporte aéreo de passageiros, carga e correio interilhas	165.700.000	165.700.000	
10	10	2	Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Interilhas	12.223.323	12.223.323	
10	11		Dinamização dos Transportes	651.536	651.536	
10	11	1	Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização nos Portos dos Açores	60.000	60.000	
10	11	2	Plano Transportes dos Açores	136.536	136.536	
10	11	3	Apoios aos Portos - Covid-19	435.000	435.000	
10	11	4	Estudo do novo porto de mercadorias de Ponta Delgada	10.000	10.000	
10	11	5	Estudo de ordenamento da baía e proteção da orla marítima do cais do Pico	10.000	10.000	
10	12		Coesão Territorial - Transportes	6.525.633	6.525.633	
10	12	1	Promoção da Coesão Territorial - Transportes	6.300.000	6.300.000	
10	12	2	Apoio ao tráfego local	225.633	225.633	
10	13		Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	36.000.000	36.000.000	
10	13	1	Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação da infraestrutura e equipamentos portuários e transporte de mercadorias	36.000.000	36.000.000	
12			OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	4.938.484	4.938.484	
12	5		Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	1.900.000	1.900.000	
12	5	5	SRMP - Intempérie Lorenzo - Recuperação de infraestruturas de proteção marítima	1.900.000	1.900.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Objetivo

			Euro	
Objetivo/Programa/Projeto/Ação			Investimento	Outros Fundos
12	22	SRMP - Gestão e Requalificação da Orla Costeira	3.038.484	3.038.484
12	22	1 Resposta a intempéries e outras situações extraordinárias	200.000	200.000
12	22	2 Proteção e estabilização da zona costeira da Barra, Santa Cruz da Graciosa	49.912	49.912
12	22	3 Proteção da Orla Costeira junto ao Caminho Municipal Adjacente ao Campo de Jogos e Santa Catarina - Calheta, São Jorge	1.260.935	1.260.935
12	22	4 Requalificação costeira da Fajã S. João, S. Jorge	5.746	5.746
12	22	5 Proteção e estabilização costeira do Porto de St.ª Iria - S. Miguel	26.267	26.267
12	22	6 Reforço e reabilitação costeira da zona do porto de S. Vicente Ferreira - S. Miguel	4.886	4.886
12	22	7 Proteção e estabilização costeira da falésia dos Fenais e Ventosa, Graciosa	185.282	185.282
12	22	8 Reforço da proteção costeira na zona das Calhetas, Rib.ª Grande, S. Miguel	275.000	275.000
12	22	9 Estabilização de taludes no Porto de Vila Nova, Terceira	762	762
12	22	10 Estabilização costeira adjacente ao museu da indústria baleeira, S. Roque do Pico	142.850	142.850
12	22	11 Proteção costeira na Fajã João Dias, S. Jorge	6.844	6.844
12	22	12 Estabilização da falésia advacente à Vila do Corvo	150.000	150.000
12	22	13 Estabilização e requalificação da orla costeira adjacente à vila de Santa Cruz, Flores	160.000	160.000
12	22	14 Estabilização e reabilitação do Porto Afonso	150.000	150.000
12	22	15 Estabilização do caminho de S. Vicente, Porto Martins, Terceira	110.000	110.000
12	22	16 Reforço da proteção costeira da zona adjacente ao restaurante "Amigos" - S. Jorge	90.000	90.000
12	22	17 Estabilização da zona costeira da Laracha, Santa Maria	150.000	150.000
12	22	18 Estabilização da orla costeira dos Mosteiros, São Miguel	15.000	15.000
12	22	19 Reforço da proteção costeira do Cais do Galego	15.000	15.000
12	22	20 Proteção e estabilização da zona costeira na Fajã das Pontas	40.000	40.000

DESAGREGAÇÃO POR ENTIDADE PROPONENTE

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade	Investimento	Plano	Outros Fundos
TOTAL	942.249.803	720.840.251	221.409.552
PGR	1.550.000	1.550.000	
VPG	60.592.073	60.592.073	
SRFPAP	68.443.190	52.022.290	16.420.900
SRE	21.805.515	21.380.515	425.000
SRSD	60.955.686	60.955.686	
SRADR	116.410.973	55.492.782	60.918.191
SRMP	41.762.768	26.762.768	15.000.000
SRCCTD	18.611.195	16.725.074	1.886.121
SRAAC	17.547.272	17.447.272	100.000
SRTTE	324.164.124	260.568.053	63.596.071
SRJQPE	114.374.647	52.000.578	62.374.069
SROPC	96.032.360	95.343.160	689.200

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
PGR		1.550.000	1.550.000	
1	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO EXTERNA	1.550.000	1.550.000	
1 1	Apoio aos Media	1.077.500	1.077.500	
1 1 1	Programa de Apoio à Comunicação Social	850.000	850.000	
1 1 2	Plataforma Eletrónica de Comunicação com o Cidadão	100.000	100.000	
1 1 3	Financiamento de obrigações de serviço público de notícias e de televisão	127.500	127.500	
1 2	Jornal Oficial	50.000	50.000	
1 2 1	Acesso a base de dados jurídicos	50.000	50.000	
1 3	Coordenação da Atividade Governativa	72.500	72.500	
1 3 1	Relações com entidades governamentais externas e com outras entidades	72.500	72.500	
1 4	Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores	136.650	136.650	
1 4 1	Centralidade Atlântica	20.000	20.000	
1 4 2	Formação e mobilidade regional e internacional	64.650	64.650	
1 4 3	HEXAGONE	20.000	20.000	
1 4 4	Ilhas de Inovação	12.000	12.000	
1 4 5	INTEGRA	20.000	20.000	
1 5	Os Açores no Espaço Europeu	213.350	213.350	
1 5 1	Relações transnacionais, inter-regionais e com as instituições europeias	137.350	137.350	
1 5 2	Açores na Europa	71.000	71.000	
1 5 3	Promoção dos Valores e Cidadania Europeia	5.000	5.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
VPG		60.592.073	60.592.073	
2	SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES	60.592.073	60.592.073	
2 1	Apoio à Infância e Juventude	3.025.296	3.025.296	
2 1 1	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à infância e juventude	839.658	839.658	
2 1 2	Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e Jovens	100.000	100.000	
2 1 3	Reabilitação e requalificação de creches e Centro de Atividades de Tempos Livres	175.412	175.412	
2 1 4	Rede de Amas	60.100	60.100	
2 1 5	Construção de creche em Santo António - Associação para o Desenvolvimento, em Ponta Delgada (São Miguel)	150.000	150.000	
2 1 6	Obras de beneficiação do infantário "O Carrocel" - Associação dos Funcionários da Administração Regional da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo	844.000	844.000	
2 1 7	Ampliação da Creche da Maia - Casa do Povo da Maia, na Ribeira Grande (São Miguel)	155.500	155.500	
2 1 8	Adaptação de edifício e aquisição de terreno para apoio à creche Coriscólandia - Kairós em Ponta Delgada (São Miguel)	70.000	70.000	
2 1 9	Construção de Centro de Atividades de Tempos Livres na Candelária - Associação de Juventude da Candelária em Ponta Delgada (São Miguel)	20.000	20.000	
2 1 10	Substituição da cobertura do edifício e pintura interior da creche "A Pequeneda" - Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)	55.504	55.504	
2 1 11	Adaptação de edifício para Centro de Atividades de Tempos Livres de Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto (Santa Maria)	530.122	530.122	
2 1 12	Requalificação da Creche o Girassol - Centro de Bem Estar Social da Paróquia de Santa Cruz das Flores (Flores)	25.000	25.000	
2 2	Apoio à Família, Comunidade e Serviços	7.554.477	7.554.477	
2 2 1	Apoio especializado ao desenvolvimento e requalificação da rede de equipamentos sociais e programas sociais dos Açores	60.000	60.000	
2 2 2	CEDO - Complemento Especial para o Doente Oncológico	850.000	850.000	
2 2 3	Apoios para combate à pandemia Covid-19	4.000.000	4.000.000	
2 2 4	Requalificação da casa dos doentes deslocados nos Açores	50.000	50.000	
2 2 5	Criação, melhoramento e apetrechamento de edifícios e equipamentos de apoio à Comunidade e dos Serviços da Segurança Social	505.452	505.452	
2 2 6	Criação do Centro de Acolhimento da Horta - Santa Casa da Misericórdia da Horta (Faial)	40.025	40.025	
2 2 7	Modernização do parque de viaturas das IPSS e Misericórdias	1.200.000	1.200.000	
2 2 8	Construção do Centro Intergeracional de Santo Antão - Centro Paroquial e Social de Santo Antão na Calheta (São Jorge)	75.000	75.000	
2 2 9	Construção do Edifício Intergeracional da Feteira da Horta - 2ª Fase - Casa do Povo da Feteira na Horta (Faial)	504.000	504.000	
2 2 10	Construção do Centro Intergeracional de Vila Franca do Campo - 2ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Vila Franca do Campo (São Miguel)	70.000	70.000	
2 2 11	Criação do Centro de Acolhimento Temporário na Urzelina - Instituto de Santa Catarina (São Jorge)	200.000	200.000	
2 3	Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	6.356.737	6.356.737	
2 3 1	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio à deficiência	1.588.737	1.588.737	
2 3 2	Construção do Centro de Atividades de Tempos Livres Inclusivo e de Centro de Dia Especializado - Lajes das Flores	45.000	45.000	
2 3 3	Adaptação de Edifício a Centro de Atividades Ocupacionais e Lar Residencial - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial e a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)	25.000	25.000	
2 3 4	Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade - Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (Terceira)	235.000	235.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
2	3	5	Reabilitação de edifício para Centro de Apoio à Deficiência - Aurora Social em Ponta Delgada (São Miguel)	1.403.000	1.403.000	
2	3	6	Construção do Centro de Paralisia Cerebral de São Miguel	2.600.000	2.600.000	
2	3	7	Construção do Lar Residencial e Centro de Atividades Ocupacionais na Lagoa - 1ª Fase - Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa (São Miguel)	215.000	215.000	
2	3	8	Construção do Centro de Atividades Ocupacionais da Zona Norte de Ponta Delgada - Associação de Desenvolvimento e Promoção de Santa Bárbara em Ponta Delgada (São Miguel)	60.000	60.000	
2	3	9	Construção do Centro de Atividades Ocupacionais no Pico - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico)	25.000	25.000	
2	3	10	Adaptação de imóvel a Lar Residencial em Santa Maria - Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto	160.000	160.000	
2	4		Apoio a Idosos	4.001.635	4.001.635	
2	4	1	Criação, melhoramento e apetrechamento de equipamentos sociais de apoio aos idosos	648.875	648.875	
2	4	2	Programa de Incentivos à Iniciativa Privada Lucrativa	118.000	118.000	
2	4	3	Rede de Cuidados Continuados dos Açores	1.100.000	1.100.000	
2	4	4	Idosos em casa "Novos Idosos"	719.760	719.760	
2	4	5	Criação da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada (São Miguel)	600.000	600.000	
2	4	6	Remodelação e ampliação do Lar de Idosos da Praia da Graciosa - Santa Casa da Misericórdia da Praia da Graciosa (Graciosa)	35.000	35.000	
2	4	7	Ampliação e requalificação da Casa de Repouso João Inácio de Sousa, nas Velas (São Jorge)	300.000	300.000	
2	4	8	Construção do Centro de Convívio de Castelo Branco - Casa do Povo de Castelo Branco (Faial)	25.000	25.000	
2	4	9	Ampliação do Centro de Dia da Conceição - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes da Ilha do Faial	5.000	5.000	
2	4	10	Reabilitação da Estrutura Residencial para Idosos - Santa Casa da Misericórdia do Nordeste (São Miguel)	50.000	50.000	
2	4	11	Ampliação do Centro de Alojamento temporário da Madalena - Santa Casa da Misericórdia da Madalena (Pico)	100.000	100.000	
2	4	12	Reconstrução e Ampliação de ERPI para Criação de valência de Centro de Alojamento Temporário em São Roque do Pico - Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico	300.000	300.000	
2	5		Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	12.533.719	12.533.719	
2	5	1	Projetos de intervenção social de carácter inovador e experimental	290.000	290.000	
2	5	2	Campanhas de sensibilização para a promoção da inclusão de minorias sujeitas a discriminações múltiplas	62.000	62.000	
2	5	3	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de crianças e jovens	272.235	272.235	
2	5	4	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de idosos	140.000	140.000	
2	5	5	Projetos de intervenção social vocacionados para a promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade	220.000	220.000	
2	5	6	Projetos de intervenção social vocacionados para a reabilitação e promoção da inclusão de públicos em situação de grave exclusão social	401.375	401.375	
2	5	7	Criação de estruturas multidisciplinares com intervenção técnica especializada	360.182	360.182	
2	5	8	Apoio técnico e capacitação das IPSS	204.000	204.000	
2	5	9	Fundo Regional da Ação Social	7.700.000	7.700.000	
2	5	10	Medidas de combate à pobreza	758.927	758.927	
2	5	11	Garantir a igualdade de oportunidades a jovens de famílias carenciadas, na permanência no ensino superior - Propinas	85.000	85.000	
2	5	12	COMPAMID	2.020.000	2.020.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
2	5	13	Sénior Ativo	20.000	20.000	
2	6		Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	9.221.986	9.221.986	
2	6	1	Promoção e Apoio à Habitação Própria e a Custos Controlados	216.011	216.011	
2	6	2	Operações Urbanística e Reabilitação de Infraestruturas Habitacionais	1.104.280	1.104.280	
2	6	3	Reabilitação do Parque Habitacional da Região	2.139.874	2.139.874	
2	6	4	Programa "Casa Renovada, Casa Habitada" e combate à infestação por térmitas	5.169.246	5.169.246	
2	6	5	Salvaguarda Habitacional em Zonas de Risco	300.000	300.000	
2	6	6	Operações de Inserção e Reintegração Social	292.575	292.575	
2	7		Arrendamento Acessível e Cooperação	10.395.930	10.395.930	
2	7	1	Incentivo e apoio ao arrendamento	3.298.294	3.298.294	
2	7	2	Construção/arrendamento de fogos para arrendamento/subarrendamento apoiado	3.122.128	3.122.128	
2	7	3	Cooperação com Autarquias - Acordos de Colaboração IHRU/ RAA/ Municípios	3.656.383	3.656.383	
2	7	4	Condomínios e Seguros	319.125	319.125	
2	8		Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	381.328	381.328	
2	8	1	Reabilitação, conservação e manutenção de instalações	275.010	275.010	
2	8	2	Adequação e Adaptação Tecnológica dos Serviços	106.318	106.318	
2	9		Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	2.233.000	2.233.000	
2	9	1	Apoio à reabilitação em habitações danificadas pela intempérie	65.559	65.559	
2	9	2	Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação de infraestruturas e equipamentos municipais	2.167.441	2.167.441	
2	10		Cooperação com os Municípios	177.459	177.459	
2	10	1	Cooperação Técnica com os Municípios	60.120	60.120	
2	10	2	Cooperação Financeira com os Municípios	85.338	85.338	
2	10	3	Eleições	32.001	32.001	
2	11		Cooperação com as Freguesias	655.100	655.100	
2	11	1	Cooperação Técnica com as Freguesias	35.100	35.100	
2	11	2	Cooperação Financeira com as Freguesias	620.000	620.000	
2	12		Emigrado e Regressado	63.020	63.020	
2	12	1	Inclusão e Intervenção Social	2.720	2.720	
2	12	2	Cooperação	53.800	53.800	
2	12	3	Participação Ativa na Diáspora	5.000	5.000	
2	12	4	Iniciativas de Promoção da Integração	1.500	1.500	
2	13		Identidade Cultural e Açorianidade	171.550	171.550	
2	13	1	Juventude e Açorianidade	1.500	1.500	
2	13	2	Resgate, Preservação e Divulgação da Identidade Cultural Açoriana	36.000	36.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
2 13 3	Cooperação	100.550	100.550	
2 13 4	Relacionamento Açores/Comunidades/Açores e Afirmação da Açorianidade	33.500	33.500	
2 14	Imigrado e Interculturalidade	120.430	120.430	
2 14 1	Integração e Educação Intercultural	10.000	10.000	
2 14 2	Cooperação	28.500	28.500	
2 14 3	Iniciativas de Promoção da Integração, Diversidade e Interculturalidade	2.888	2.888	
2 14 4	Regions for Migrants and Refugees Integration	79.042	79.042	
2 15	Aerogare Civil das Lajes	3.700.406	3.700.406	
2 15 1	Conservação, manutenção e apetrechamento	2.545.000	2.545.000	
2 15 2	Construção do Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes	1.155.406	1.155.406	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
SRFPAP		68.443.190	52.022.290	16.420.900
3	COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	68.443.190	52.022.290	16.420.900
3 1	Competitividade Empresarial	58.875.000	43.875.000	15.000.000
3 1 1	Sistemas de Incentivos à Competitividade Empresarial	38.700.000	38.700.000	
3 1 2	Fomento do Empreendedorismo	150.000	150.000	
3 1 3	Instrumentos Financeiros	2.000.000	2.000.000	
3 1 4	Regime de Apoio ao Microcrédito Bancário	25.000	25.000	
3 1 5	Recapitalização das empresas	15.000.000		15.000.000
3 1 6	Linha Covid-19 - Fundo Contragarantia	3.000.000	3.000.000	
3 2	Emprego e Qualificação Profissional	50.000	50.000	
3 2 1	Formação Profissional (CEFAPA)	50.000	50.000	
3 3	Modernização e Reestruturação da Administração Pública	558.451	558.451	
3 3 1	Modernização e Reforma da Administração Pública Regional	100.000	100.000	
3 3 2	Sistema Integrado de Gestão da Administração Regional dos Açores	150.000	150.000	
3 3 3	Promoção da qualidade nos serviços da administração pública regional	25.000	25.000	
3 3 4	Desmaterialização de Processos	50.000	50.000	
3 3 5	Rede Integrada de Gestão de Processos na Administração Pública - Açores/Cabo Verde 2020 (RIGPAP-ACV) - Projeto MAC2-5.11A-357	133.451	133.451	
3 3 6	Central de serviços partilhados da Ilha de Santa Maria	100.000	100.000	
3 4	Eficiência no Serviço Público ao Cidadão	2.520.900	1.100.000	1.420.900
3 4 1	Rede Integrada de Apoio ao Cidadão	2.520.900	1.100.000	1.420.900
3 5	Serviços Sociais	173.400	173.400	
3 5 1	Serviços de Apoio aos Funcionários Públicos	173.400	173.400	
3 6	Estatística	115.439	115.439	
3 6 1	Produção, Tratamento e Divulgação da Informação Estatística Oficial	50.000	50.000	
3 6 2	ECOMAC MAC/5.1a/004	41.939	41.939	
3 6 3	MEDECOAZUL MAC2/5.11a/232	10.000	10.000	
3 6 4	Estatísticas Oficiais para uma Cidadania Inclusiva	13.500	13.500	
3 7	Planeamento e Finanças	6.150.000	6.150.000	
3 7 1	Gestão, Acompanhamento, Controlo e Avaliação do Plano e Fundos Estruturais	275.000	275.000	
3 7 2	Património Regional	400.000	400.000	
3 7 3	Reestruturação do Sector Público Regional	25.000	25.000	
3 7 4	Coesão Regional	3.200.000	3.200.000	
3 7 5	Orçamento Participativo da Região Autónoma dos Açores	1.200.000	1.200.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
3	7 6	Novo regime da administração financeira	1.050.000	1.050.000

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
SRE		21.805.515	21.380.515	425.000
4	EDUCAÇÃO	21.805.515	21.380.515	425.000
4 1	Construções Escolares	860.000	435.000	425.000
4 1 1	Beneficiação e reabilitação de instalações escolares, propriedade da RAA	315.000	315.000	
4 1 2	Construção, reparação e remodelação do parque escolar do 1º Ciclo (DLR nº 32/2002/A, de 8 de Agosto)	430.000	5.000	425.000
4 1 3	Assistência técnica e fecho financeiro	115.000	115.000	
4 2	Equipamentos Escolares	988.040	988.040	
4 2 1	Aquisição de Equipamentos para a Educação Pré-Escolar e os Ensino Básico e Secundário	838.040	838.040	
4 2 2	Quiosques Eletrónicos Escolares	150.000	150.000	
4 3	Apoio Social	9.320.000	9.320.000	
4 3 1	Apoio Social	9.200.000	9.200.000	
4 3 2	Atribuição de produtos de apoio para alunos portadores de deficiência	120.000	120.000	
4 4	Apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação	3.750.000	3.750.000	
4 4 1	Apoiar as instituições de ensino privado	3.500.000	3.500.000	
4 4 2	Formação do Pessoal Docente e não Docente	250.000	250.000	
4 5	Escolas Digitais	2.742.253	2.742.253	
4 5 1	Projetos inerentes à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação	347.017	347.017	
4 5 2	Sistema de Gestão Escolar com recurso às novas tecnologias	193.236	193.236	
4 5 3	Escolas Digitais	2.202.000	2.202.000	
4 6	Projetos Pedagógicos	3.876.622	3.876.622	
4 6 1	Prosucesso - Avaliação Externa	40.000	40.000	
4 6 2	Projetos Educativos	136.622	136.622	
4 6 3	Prémio de Mérito de Ingresso no Ensino Superior	250.000	250.000	
4 6 4	Programas Ocupacionais	3.150.000	3.150.000	
4 6 5	Promoção do sucesso educativo e combate ao abandono escolar precoce	300.000	300.000	
4 7	Atividade Física Desportiva	268.600	268.600	
4 7 1	Desporto Escolar Açores	268.600	268.600	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
SRSD		60.955.686	60.955.686	
5	SAÚDE, DESPORTO E PROTEÇÃO CIVIL	60.955.686	60.955.686	
5 1	Parcerias Públicas Privadas	12.634.975	12.634.975	
5 1 1	Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, E.P.E.R.	12.634.975	12.634.975	
5 2	Apetrechamento e Modernização	1.828.405	1.828.405	
5 2 1	Equipamentos para Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	1.828.405	1.828.405	
5 3	Apoios e Acordos	994.350	994.350	
5 3 1	Apoios e protocolos com instituições	245.600	245.600	
5 3 2	Concessão e Gestão do Centro de Reabilitação Juvenil dos Açores	513.750	513.750	
5 3 3	Criação do Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social para Pessoas com Deficiência e Incapacidade	235.000	235.000	
5 4	Projetos na Saúde	443.000	443.000	
5 4 1	Plano Regional da Saúde	62.500	62.500	
5 4 2	Sistema de Qualidade na Saúde	15.500	15.500	
5 4 3	Política de promoção da saúde e prevenção da doença - Plano Nutrição das Escolas - Alimentação Saudável	20.000	20.000	
5 4 4	Saúde Mental - Estratégia e implementação	50.000	50.000	
5 4 5	Estratégia Regional para a Prevenção e Controlo do Cancro	175.000	175.000	
5 4 6	Programa de Literacia em Saúde	20.000	20.000	
5 4 7	Acessibilidade - Deslocação de Doentes	50.000	50.000	
5 4 8	Rede de Cuidados Paliativos	25.000	25.000	
5 4 9	Plano de Desenvolvimento de Unidades de Geriatria	25.000	25.000	
5 5	Recursos Humanos - Investimento e Planeamento	275.000	275.000	
5 5 1	Capacitar o Serviço Regional de Saúde de Recursos Humanos - Fixação de profissionais de Saúde	250.000	250.000	
5 5 2	Estratégia e Plano para Implementar o Enfermeiro de Família na RAA	25.000	25.000	
5 6	Tecnologias na Saúde	3.100.000	3.100.000	
5 6 1	Tecnologias na Saúde	2.600.000	2.600.000	
5 6 2	Telesaúde (Teleconsulta e telemonitorização)	500.000	500.000	
5 7	Capacitação do Sistema de Saúde	18.500.000	18.500.000	
5 7 1	Retoma e recuperação da atividade, CIRURGE e Vale Saúde	3.400.000	3.400.000	
5 7 2	Reforço da capacidade instalada	300.000	300.000	
5 7 3	Medidas de Combate à Covid-19	14.800.000	14.800.000	
5 8	Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências	1.140.438	1.140.438	
5 8 1	Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências	1.140.438	1.140.438	
5 9	Desporto Crianças e Jovens	2.079.945	2.079.945	
5 9 1	Promoção da Literacia Motora	272.710	272.710	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
5 9 2	Atividade Física para Jovens	81.235	81.235	
5 9 3	Escalões de Formação	1.583.000	1.583.000	
5 9 4	Processos Especiais de Formação dos Jovens Praticantes	143.000	143.000	
5 10	Atividade Desportiva	4.958.000	4.958.000	
5 10 1	Atividade Associativa	2.308.000	2.308.000	
5 10 2	Participação Competitiva de Clubes	2.380.500	2.380.500	
5 10 3	Alto Rendimento	269.500	269.500	
5 11	Atividade Física	126.109	126.109	
5 11 1	Retoma da Atividade Física para Adultos e Cidadãos Portadores de Deficiência	126.109	126.109	
5 12	Instalações Desportivas	1.295.000	1.295.000	
5 12 1	Gestão e Funcionamento do Parque Desportivo Regional	950.000	950.000	
5 12 2	Acesso generalizado às instalações desportivas escolares e outras integradas por Protocolos no Parque Desportivo Regional	345.000	345.000	
5 13	Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto	82.000	82.000	
5 13 1	Promoção do Desporto e da Atividade Física	64.000	64.000	
5 13 2	Formação Técnica	5.000	5.000	
5 13 3	Modernização	13.000	13.000	
5 14	Equipamentos e Comunicações	1.599.402	1.599.402	
5 14 1	Viaturas de Emergência	214.020	214.020	
5 14 2	Viaturas dos Corpos de Bombeiros	75.000	75.000	
5 14 3	Equipamentos para o Serviço Regional de Proteção Civil	25.000	25.000	
5 14 4	Equipamentos para as AHBV	50.000	50.000	
5 14 5	Radiocomunicações do SRPCBA	534.282	534.282	
5 14 6	Veículos Tanques de Intervenção Tática	701.100	701.100	
5 15	Infraestruturas do SRPCBA	5.098.269	5.098.269	
5 15 1	Beneficiação e Reparação de Quartéis das AHBV's	30.000	30.000	
5 15 2	Centro de Formação de Proteção Civil	20.000	20.000	
5 15 3	Construção do Quartel da AHBV da Povoação	1.901.446	1.901.446	
5 15 4	Construção do Quartel da AHBV do Faial	2.975.856	2.975.856	
5 15 5	Ampliação do Quartel da AHBV das Lajes do Pico	90.967	90.967	
5 15 6	Ampliação da Secção Destacada dos Altares	80.000	80.000	
5 16	Protocolos e Apoios	6.640.793	6.640.793	
5 16 1	CIVISA	300.000	300.000	
5 16 2	Apoios Transportes Terrestres de Emergência	4.702.793	4.702.793	
5 16 3	Linha Saúde Açores	130.000	130.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

			Euro	
Entidade/Programa/Projeto/Ação			Investimento	Plano
				Outros Fundos
5 16 4	Apoios		42.000	42.000
5 16 5	Suporte Imediato de Vida		566.000	566.000
5 16 6	Pandemia Covid-19		900.000	900.000
5 17	Formação		160.000	160.000
5 17 1	Formação Profissionais do SRPCBA		5.000	5.000
5 17 2	Formação Profissionais dos Corpos de Bombeiros		100.000	100.000
5 17 3	Formação à População		10.000	10.000
5 17 4	Sensibilização		45.000	45.000

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
SRADR		116.410.973	55.492.782	60.918.191
6	AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	116.410.973	55.492.782	60.918.191
6 1	Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade	63.444.230	38.581.167	24.863.063
6 1 1	Inovação e Qualificação das Explorações Agrícolas	14.025.142	6.271.433	7.753.709
6 1 2	Medidas de apoio às produções locais	16.400.000	13.000.000	3.400.000
6 1 3	Reestruturação Financeira das Explorações Agrícolas e à Reposição do seu Potencial Produtivo	1.130.871	1.130.871	
6 1 4	Reforma Antecipada	1.857.500	370.000	1.487.500
6 1 5	Incentivo ao Associativismo	5.000.000	5.000.000	
6 1 6	Capacitação dos Agricultores e Promoção da Literacia em Produção e Consumo Sustentáveis	18.762	18.762	
6 1 7	Formação Profissional, Demonstração, Aconselhamento e Divulgação Agrária	2.200.000	2.200.000	
6 1 8	Inovação e Digitalização da Agricultura dos Açores	12.508	12.508	
6 1 9	Infraestruturas de apoio para a transição digital	95.994	95.994	
6 1 10	Fileira do leite, formação dos preços e modelos de produção	26.500	26.500	
6 1 11	Dinamização dos Mercados	6.500.000	6.500.000	
6 1 12	Inovação e Qualificação da Indústria Agro-alimentar	14.378.652	2.156.798	12.221.854
6 1 13	Infraestrutura de apoio à segurança alimentar e saúde animal	238.500	238.500	
6 1 14	Acreditação, Certificação e Gestão dos Produtos de Qualidade dos Açores	509.173	509.173	
6 1 15	Operacionalização de políticas de desenvolvimento agrícola e rural	903.817	903.817	
6 1 16	Potenciar o Setor Vitivinícola	40.811	40.811	
6 1 17	Medidas de apoio ao programa do jovem agricultor	106.000	106.000	
6 2	Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas	39.399.029	10.739.884	28.659.145
6 2 1	Agroruralidade por Ilha	5.300	5.300	
6 2 2	Agro Ambiente, Clima e Agricultura Biológica	12.318.487	1.847.773	10.470.714
6 2 3	Segurança Alimentar e Sanidade Animal	2.046.648	2.046.648	
6 2 4	Melhoramento Genético e Bem-Estar Animal	610.981	610.981	
6 2 5	Bem-estar de animais de companhia e errantes	169.177	169.177	
6 2 6	Sanidade Vegetal e Proteção Culturas	468.914	388.914	80.000
6 2 7	SustentAgro - Transição Ecológica da Agricultura	265.000	265.000	
6 2 8	GeoBio Ocidental	5.300	5.300	
6 2 9	Economia Circular na Agricultura	53.000	53.000	
6 2 10	Agricultura familiar dos Açores	53.000	53.000	
6 2 11	Apoio ao rendimento e resiliência da atividade agrícola	14.277.334	2.441.600	11.835.734

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
6	2	12	Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária	4.958.441	743.766	4.214.675
6	2	13	Medidas Florestais de Desenvolvimento Rural	2.496.369	438.347	2.058.022
6	2	14	Fomento Florestal	476.863	476.863	
6	2	15	Promoção do Uso Múltiplo da Floresta	570.263	570.263	
6	2	16	Life IP Climaz	123.882	123.882	
6	2	17	Divulgação, promoção e apoio à decisão	142.597	142.597	
6	2	18	Apoio à Recuperação de Colheitas Agrícolas e Produção Pecuária - Furacão Lorenzo	97.275	97.275	
6	2	19	Acompanhamento das Intervenções Comunitárias	260.198	260.198	
6	3		Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo	13.567.714	6.171.731	7.395.983
6	3	1	Abastecimento de água, caminhos e eletrificação agrícola	10.175.586	4.041.020	6.134.566
6	3	2	Reestruturação Fundiária	238.500	238.500	
6	3	3	Investimento na Fileira da Carne Açores	2.463.628	1.699.011	764.617
6	3	4	Construção do novo Matadouro de São Jorge	690.000	193.200	496.800

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
SRMP		41.762.768	26.762.768	15.000.000
7	PESCAS, AQUICULTURA E ASSUNTOS DO MAR	41.762.768	26.762.768	15.000.000
7 1	Controlo, Inspeção e Gestão	3.712.412	3.712.412	
7 1 1	Controlo e Inspeção	170.000	170.000	
7 1 2	Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: capacidade inspetiva, formação e sensibilização	30.000	30.000	
7 1 3	Plano de Ação do Sistema Nacional de Controlo das Pescas: acompanhamento, vigilância e gestão eletrónica	163.072	163.072	
7 1 4	Gestão Sustentável das Pescas e da Aquicultura	1.244.621	1.244.621	
7 1 5	Comunicação e Ações Coletivas	20.000	20.000	
7 1 6	Projetos PLASMAR e OCEANLIT	24.551	24.551	
7 1 7	Programa Nacional de Recolha de Dados	490.768	490.768	
7 1 8	Desenvolvimento do Cluster do Mar	1.569.400	1.569.400	
7 2	Infraestruturas de Apoio às Pescas	9.814.710	9.814.710	
7 2 1	Portos da Região	8.876.580	8.876.580	
7 2 2	Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca do Topo	427.000	427.000	
7 2 3	Melhoria das condições operacionais e de segurança do núcleo de pesca do porto da Madalena	511.130	511.130	
7 3	FROTA e Recursos Humanos	4.082.195	4.082.195	
7 3 1	Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira	865.000	865.000	
7 3 2	Regime de Apoio à Motorização das Embarcações de Pesca Local	40.000	40.000	
7 3 3	Regime de Apoio à Redução dos Custos da Atividade da Pesca	10.000	10.000	
7 3 4	Regime de Apoio à Segurança no Trabalho a Bordo das Embarcações de Pesca Local e Costeira	213.920	213.920	
7 3 5	FUNDOPESCA e Regime Excecional Covid-19	1.388.000	1.388.000	
7 3 6	Formação e promoção do capital humano	883.300	883.300	
7 3 7	Estruturas e Equipamentos	681.975	681.975	
7 4	Produtos da Pesca e da Aquicultura	2.904.325	2.904.325	
7 4 1	Apoio a profissionais da pesca e organizações setoriais	910.000	910.000	
7 4 2	Produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura	1.900.000	1.900.000	
7 4 3	Inovação na aquicultura	84.325	84.325	
7 4 4	Valorização dos subprodutos da pesca	10.000	10.000	
7 5	Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020	16.210.000	1.210.000	15.000.000
7 5 1	Apoio ao investimento no âmbito dos projetos MAR 2020	16.210.000	1.210.000	15.000.000
7 6	Gestão e Requalificação da Orla Costeira	1.465.604	1.465.604	
7 6 1	Gestão e requalificação das zonas costeiras	300.000	300.000	
7 6 2	Gestão de zonas balneares	215.864	215.864	
7 6 3	Projeto ABACO	56.740	56.740	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
7 6 4	Intervenções de Estabilização e Requalificação da orla costeira	893.000	893.000	
7 7	Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha	2.366.062	2.366.062	
7 7 1	Cooperação institucional, promoção e educação ambiental marinha e ciência cidadã	30.000	30.000	
7 7 2	Programas de Monitorização e Medidas da DQEM e ação ambiental marinha dos Parques Naturais	262.765	262.765	
7 7 3	Infraestruturas e equipamentos	33.442	33.442	
7 7 4	Projeto LIFE-IP Azores Natura - componente marinha	774.266	774.266	
7 7 5	Projeto MISTIC SEAS III	71.685	71.685	
7 7 6	Projeto RAGES - Risk-based Approaches to Good Environmental Status	46.335	46.335	
7 7 7	Projeto PLASMAR +	85.924	85.924	
7 7 8	Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores - Águas marinhas costeiras	25.000	25.000	
7 7 9	Projetos MARCET II, INTERTAGUA, IMPLAMAC, OCEANLIT E SMARTBLUEF	297.022	297.022	
7 7 10	Projeto LIFE-IP CLIMAZ	64.277	64.277	
7 7 11	Projeto MSP-OR Advancing Maritime Spatial Planning in Outermost Regions	31.000	31.000	
7 7 12	Colmatação de lacunas sobre a caracterização do espaço marítimo	340.000	340.000	
7 7 13	Estudo hidrodinâmico das condições oceanográficas na costa norte da Ilha de São Jorge	100.000	100.000	
7 7 14	Ordenamento do Espaço Marítimo Nacional - Açores	25.000	25.000	
7 7 15	Operacionalização do serviço do Parque Marinho dos Açores (PMA)	179.346	179.346	
7 8	Escola do Mar dos Açores	1.207.460	1.207.460	
7 8 1	Escola do Mar	1.207.460	1.207.460	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
SRCCTD		18.611.195	16.725.074	1.886.121
8	CULTURA, CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL	18.611.195	16.725.074	1.886.121
8 1	Dinamização de Atividades Culturais	2.575.695	2.575.695	
8 1 1	Escolas de Formação	122.195	122.195	
8 1 2	Edição de Obras de Cariz Cultural	26.000	26.000	
8 1 3	Rede de Leitura Pública	59.000	59.000	
8 1 4	Banda Lira Açoriana	90.000	90.000	
8 1 5	Dinamização Cultural	1.072.500	1.072.500	
8 1 6	Arte Contemporânea dos Açores - ArTca	206.000	206.000	
8 1 7	Apoios a Atividades de Relevante Interesse Cultural	800.000	800.000	
8 1 8	Programa de apoio às sociedades recreativas e filarmónicas	175.000	175.000	
8 1 9	Audiovisual	25.000	25.000	
8 2	Defesa e Valorização do Património Arquitétonico e Cultural	4.389.184	4.389.184	
8 2 1	Aquisição e Restauro de Bens de Valor Cultural	245.257	245.257	
8 2 2	Inventário do Património Artístico e Cultural	42.990	42.990	
8 2 3	Imóveis e Conjuntos Classificados	150.000	150.000	
8 2 4	Investigação Arqueológica	36.860	36.860	
8 2 5	Museus, Bibliotecas e Arquivos	2.110.875	2.110.875	
8 2 6	Salvaguarda do Património Baleeiro	90.000	90.000	
8 2 7	Divulgação e Sensibilização do Património Cultural	80.000	80.000	
8 2 8	Aquisição de Conteúdos para Bibliotecas e Arquivos Públicos	35.000	35.000	
8 2 9	Aquisição, Recuperação e Conservação de Instalações para Entidades Culturais	100.000	100.000	
8 2 10	Execução do Protocolo com a Diocese de Angra	500.000	500.000	
8 2 11	Tecnologias da Informação e da comunicação no acesso à Cultura	10.000	10.000	
8 2 12	Assistência técnica e fecho financeiro	30.000	30.000	
8 2 13	Património arqueológico subaquático	45.000	45.000	
8 2 14	Eco-Museu do Corvo - Aquisição das casas da memória e dos teares	80.000	80.000	
8 2 15	Criação de um atlas do património arquitetónico e cultural	30.000	30.000	
8 2 16	Recuperação e restauro do Órgão de Tubos da Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores	73.202	73.202	
8 2 17	Candidatura a Capital Europeia da Cultura	50.000	50.000	
8 2 18	Museu Francisco Lacerda	300.000	300.000	
8 2 19	Reabilitação do Património Histórico de Santa Maria	180.000	180.000	
8 2 20	Igreja do Colégio dos Jesuítas de Angra do Heroísmo	200.000	200.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
8 3	Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores	6.790.677	4.904.556	1.886.121
8 3 1	Infraestruturas, projetos e atividades no âmbito das entidades do SCTA	3.536.264	3.536.264	
8 3 2	Inovação, capacitação científica e implementação de projetos de investigação em contexto empresarial	60.000	60.000	
8 3 3	Internacionalização da investigação regional	187.243	187.243	
8 3 4	Produção, formação e divulgação científica e tecnológica	120.000	120.000	
8 3 5	Contratação de Investigadores para o SCTA	130.054	130.054	
8 3 6	Desenvolvimento tripolar da Universidade dos Açores	500.000	500.000	
8 3 7	Transferências para o Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia	2.257.116	370.995	1.886.121
8 4	Ações de Valorização e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação	258.530	258.530	
8 4 1	Eventos de promoção da ciência, tecnologia e inovação	35.000	35.000	
8 4 2	Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização do sistema científico e tecnológico	20.000	20.000	
8 4 3	Centro de Divulgação "Museu de História Natural dos Açores" em Ponta Delgada	50.000	50.000	
8 4 4	Rede regional dos laboratórios Covid-19	153.530	153.530	
8 5	Iniciativas, Projetos e Infraestruturas de Base Tecnológica	1.334.549	1.334.549	
8 5 1	Ações promotoras de ecossistemas tecnológicos e digitais	37.000	37.000	
8 5 2	Implementação de infraestruturas tecnológicas	1.117.549	1.117.549	
8 5 3	Projeto RAEGE - Flores	180.000	180.000	
8 6	Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia	837.149	837.149	
8 6 1	Parque de Ciência e Tecnologia da ilha Terceira	837.149	837.149	
8 7	Ações de Valorização e Promoção da Transição e Transformação Digital	2.210.221	2.210.221	
8 7 1	Atividades de promoção e implementação da Transição e Transformação Digital	924.560	924.560	
8 7 2	Iniciativas de gestão, operacionalização e monitorização da Transição e Transformação Digital	297.950	297.950	
8 7 3	Autonomia Digital Açores	987.711	987.711	
8 8	Iniciativas, projetos, ações e infraestruturas para a Transição e Transformação Digital no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência	215.190	215.190	
8 8 1	Sistema de Incentivo para a Transição e Transformação Digital	27.000	27.000	
8 8 2	APR + Serviços mais ágeis	135.300	135.300	
8 8 3	APR + Proativa	52.890	52.890	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
SRAAC		17.547.272	17.447.272	100.000
9	AMBIENTE, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E TERRITÓRIO	17.547.272	17.447.272	100.000
9 1	Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	4.857.445	4.857.445	
9 1 1	Vigilância Ambiental	660.000	660.000	
9 1 2	Cidadania ambiental ativa	150.000	150.000	
9 1 3	Eco-Freguesia, freguesia limpa	500.000	500.000	
9 1 4	Rede Regional de Ecotecas e Centros Ambientais	1.190.000	1.190.000	
9 1 5	Renovação da exposição do Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos	112.333	112.333	
9 1 6	Reinstalação do Serviço de Ambiente do Corvo	237.554	237.554	
9 1 7	Infraestrutura de Dados Espaciais dos Açores (IDE.A)	56.414	56.414	
9 1 8	Sistemas e infraestruturas de Informação e Comunicação	253.184	253.184	
9 1 9	Licenciamento Único Ambiental Açores	77.880	77.880	
9 1 10	Projeto LIFE VIDALIA - LIFE17 NAT/PT/000510	184.153	184.153	
9 1 11	Projeto LIFE AZORES NATURA - LIFE17 IPE/PT/000010	573.980	573.980	
9 1 12	Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT000864	170.425	170.425	
9 1 13	Projeto LIFE IP CLIMAZ - LIFE19 IPC/PT/000004 - Ambiente	653.558	653.558	
9 1 14	Estudos e Projetos a programas comunitários	27.964	27.964	
9 1 15	Inspeção Regional do Ambiente (IRA)	10.000	10.000	
9 2	Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas	2.138.275	2.138.275	
9 2 1	Avaliação e Licenciamento Ambiental	15.000	15.000	
9 2 2	Rede de monitorização e plataforma de informação da qualidade do ar	293.140	293.140	
9 2 3	Monitorização e controlo da infestação por térmitas	30.241	30.241	
9 2 4	PLANCLIMAC - Alterações Climáticas	182.334	182.334	
9 2 5	Instalações e equipamento dos centros de processamento de resíduos	88.695	88.695	
9 2 6	Operação dos centros de processamento e boas práticas de gestão de resíduos	350.000	350.000	
9 2 7	Apoio à recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis	41.182	41.182	
9 2 8	Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas nos Açores - EEA Grants	1.000.129	1.000.129	
9 2 9	Proteção Radiológica	20.000	20.000	
9 2 10	Programa Regional para as Alterações Climáticas	30.000	30.000	
9 2 11	Alteração do PEPGRA	47.554	47.554	
9 2 12	Execução da revisão do regime geral de prevenção e gestão de resíduos	40.000	40.000	
9 3	Conservação da Natureza e Biodiversidade	4.465.859	4.465.859	
9 3 1	Monitorização e Gestão do Património Natural e da Biodiversidade	300.000	300.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
9	3	2	Parques Naturais de ilha, Reservas da Biosfera, Geoparque e Paleoparque	50.000	50.000	
9	3	3	Apoios à manutenção de paisagens tradicionais em áreas classificadas	1.800.000	1.800.000	
9	3	4	Recuperação de trilhos e infraestruturas de apoio da Fajã de Santo Cristo	83.125	83.125	
9	3	5	Rede de Observação e Centros de Reabilitação de Aves Selvagens	120.000	120.000	
9	3	6	Projeto LIFE VIDALIA - LIFE17 NAT/PT/000510	268.082	268.082	
9	3	7	Projeto LIFE AZORES NATURA - LIFE17 IPE/PT/000010	964.819	964.819	
9	3	8	Projeto LIFE BEETLES - LIFE18 NAT/PT000864	314.912	314.912	
9	3	9	Requalificação dos percursos pedestres da Serra de Santa Bárbara - Terceira	533.368	533.368	
9	3	10	Requalificação do miradouro e do trilho da Lagoa do Fogo - São Miguel	31.553	31.553	
9	4	Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica		4.270.561	4.170.561	100.000
9	4	1	Monitorização e manutenção da rede hidrográfica	900.000	900.000	
9	4	2	Rede de monitorização do ciclo hidrológico	156.461	156.461	
9	4	3	Monitorização qualitativa das massas de água interiores e de transição	250.000	250.000	
9	4	4	Monitorização do estado trófico das lagoas	71.240	71.240	
9	4	5	Controlo da biomassa e dos níveis de nutrientes nas lagoas	117.399	17.399	100.000
9	4	6	Projeto MITIMAC Água	123.153	123.153	
9	4	7	Instrumentos de planeamento de recursos hídricos	250.000	250.000	
9	4	8	Requalificação da rede hidrográfica	500.000	500.000	
9	4	9	Construção de vala para recolha e desvio de caudais de grotas no troço entre a ribeira do Dilúvio e a ribeira da Prainha, em São Caetano	967.853	967.853	
9	4	10	Intervenção e planificação dos caudais das ribeiras na Ilha Terceira	934.455	934.455	
9	5	Ordenamento e Gestão do Território		1.705.132	1.705.132	
9	5	1	Implementação do Sistema de Gestão Teritorial	70.000	70.000	
9	5	2	Avaliação de instrumentos de Gestão Teritorial	50.000	50.000	
9	5	3	Revisão e alteração de Instrumentos de Gestão Teritorial	104.533	104.533	
9	5	4	Implementação de Instrumentos de Gestão Teritorial	250.000	250.000	
9	5	5	Prevenção de Riscos Naturais	763.684	763.684	
9	5	6	Portal do Ordenamento do Território dos Açores	25.000	25.000	
9	5	7	Projeto LIFE CLIMAZ - Território	171.494	171.494	
9	5	8	Informação geodésica, produção cartográfica	150.000	150.000	
9	5	9	Rede de estações permanentes GNSS	15.000	15.000	
9	5	10	Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral (SiRGIC)	105.421	105.421	
9	6	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo		110.000	110.000	
9	6	1	Recuperação do Porto Pim	50.000	50.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
9	6 2	Recuperação do Vulcão dos Capelinhos	60.000	60.000

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
SRTTE		324.164.124	260.568.053	63.596.071
10	TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA	324.164.124	260.568.053	63.596.071
10 1	Eficiência Energética e Energias Renováveis	627.623	627.623	
10 1 1	Eficiência Mais	30.000	30.000	
10 1 2	Produção e Armazenamento de Energia Limpa	597.623	597.623	
10 2	Serviços Energéticos	4.656.658	4.656.658	
10 2 1	Combustíveis, eletricidade e ascensores	3.938.453	3.938.453	
10 2 2	Modernização e desmaterialização de Serviços	90.000	90.000	
10 2 3	Eletrificação da Fajã da Caldeira do Santo Cristo e Fajãs Adjacentes	628.205	628.205	
10 3	Mobilidade Elétrica	464.500	464.500	
10 3 1	Mobilidade Elétrica, Inteligente e Sustentável	326.000	326.000	
10 3 2	Plano para Mobilidade Elétrica dos Açores, Ações de sensibilização e divulgação	138.500	138.500	
10 4	Política Energética	251.220	251.220	
10 4 1	Projetos Europeus	211.220	211.220	
10 4 2	Combate à Pobreza Energética	40.000	40.000	
10 5	Promoção e Desenvolvimento Turístico	22.258.693	10.580.064	11.678.629
10 5 1	Promoção do Destino	1.033.129	1.033.129	
10 5 2	Incentivos à Promoção	18.235.557	6.556.928	11.678.629
10 5 3	Eventos Desportivos de Promoção do Destino	2.990.007	2.990.007	
10 6	Sustentabilidade do Destino Turístico	2.515.226	2.515.226	
10 6 1	Desenvolvimento da Política de Turismo	2.382.770	2.382.770	
10 6 2	Desenvolvimento do Turismo Sénior e acessível	117.456	117.456	
10 6 3	Organização de Eventos com Repercussão na Promoção	15.000	15.000	
10 7	Qualificação do Destino	4.001.694	4.001.694	
10 7 1	Qualificação dos Serviços Turísticos	981.208	981.208	
10 7 2	Valorização do Destino Turístico	1.631.167	1.631.167	
10 7 3	Incentivos à Animação no Destino	669.000	669.000	
10 7 4	Qualificação do Turismo Natureza - Trilhos, Mar e Ar	464.819	464.819	
10 7 5	Qualificação dos Recursos Termais	210.500	210.500	
10 7 6	Sistemas de Incentivos ao Desenvolvimento Regional - Turismo	45.000	45.000	
10 8	Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	64.788.018	12.870.576	51.917.442
10 8 1	Porto e Marina de Ponta Delgada	23.504.000	2.163.904	21.340.096
10 8 2	Porto da Praia da Vitória	2.048.001	491.981	1.556.020
10 8 3	Porto, Marina e Baía de Angra do Heroísmo	8.000.000	564.806	7.435.194

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

				Euro
Entidade/Programa/Projeto/Ação				
10 8 4	Porto, Marina e Baía da Horta	503.000	468.000	35.000
10 8 5	Porto de São Roque	2.348.975	507.174	1.841.801
10 8 6	Porto e Núcleo de Recreio Náutico das Velas	40.000	40.000	
10 8 7	Porto da Calheta de São Jorge	303.700	20.000	283.700
10 8 8	Porto das Poças nas Flores	1.523.510	100.000	1.423.510
10 8 9	Porto da Casa no Corvo	20.000	20.000	
10 8 10	Aquisição de Diversos Equipamentos e Outras Obras nos Portos e Marinas	8.878.902	1.331.835	7.547.067
10 8 11	Aeroporto da Ilha do Pico	2.589.589	2.385.589	204.000
10 8 12	Aeródromo da Ilha de São Jorge	1.651.754	1.651.754	
10 8 13	Aeródromo da Ilha da Graciosa	8.706.820	2.123.766	6.583.054
10 8 14	Aeródromo da Ilha das Flores	26.000	26.000	
10 8 15	Aeródromo da Ilha do Corvo	4.185.320	552.320	3.633.000
10 8 16	Porto da Madalena	195.000	175.000	20.000
10 8 17	Porto e Marina de Vila do Porto	53.469	38.469	15.000
10 8 18	Porto da Graciosa	149.978	149.978	
10 8 19	Museu da Aviação	60.000	60.000	
10 9	Gestão dos Aeródromos Regionais	3.500.000	3.500.000	
10 9 1	Concessão da Exploração dos Aeródromos da Região Autónoma dos Açores	3.500.000	3.500.000	
10 10	Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas	177.923.323	177.923.323	
10 10 1	Reestruturação e concessão do transporte aéreo de passageiros, carga e correio interilhas	165.700.000	165.700.000	
10 10 2	Serviço Público de Transporte Marítimo de Passageiros e Viaturas Interilhas	12.223.323	12.223.323	
10 11	Dinamização dos Transportes	651.536	651.536	
10 11 1	Desenvolvimento de Sistemas de Apoio à Monitorização nos Portos dos Açores	60.000	60.000	
10 11 2	Plano Transportes dos Açores	136.536	136.536	
10 11 3	Apoios aos Portos - Covid-19	435.000	435.000	
10 11 4	Estudo do novo porto de mercadorias de Ponta Delgada	10.000	10.000	
10 11 5	Estudo de ordenamento da baía e proteção da orla marítima do cais do Pico	10.000	10.000	
10 12	Coesão Territorial - Transportes	6.525.633	6.525.633	
10 12 1	Promoção da Coesão Territorial - Transportes	6.300.000	6.300.000	
10 12 2	Apoio ao tráfego local	225.633	225.633	
10 13	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	36.000.000	36.000.000	
10 13 1	Intempérie Lorenzo - Apoio à recuperação da infraestrutura e equipamentos portuários e transporte de mercadorias	36.000.000	36.000.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
SRJQPE		114.374.647	52.000.578	62.374.069
11	JUVENTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA	114.374.647	52.000.578	62.374.069
11 1	Juventude	1.500.465	1.500.465	
11 1 1	Cidadania e Formação dos Jovens	280.000	280.000	
11 1 2	Mobilidade dos Jovens	250.000	250.000	
11 1 3	Associativismo e Voluntariado	174.000	174.000	
11 1 4	Empreendedorismo, empregabilidade e ocupação de tempos livres	350.000	350.000	
11 1 5	Transição Digital e Ambiental	50.000	50.000	
11 1 6	Indústrias Criativas e Culturais: Incentivo à Criatividade	50.000	50.000	
11 1 7	Conferências, Fóruns e Seminários	30.000	30.000	
11 1 8	InfoJovem	30.000	30.000	
11 1 9	Pousadas da Juventude	141.465	141.465	
11 1 10	Requalificação do Serviço de Atendimento ao Jovem e Serviços da Direção Regional da Juventude	30.000	30.000	
11 1 11	Cartão Interjovem	95.000	95.000	
11 1 12	Observatório da Juventude	20.000	20.000	
11 2	Qualificação Profissional e Emprego	106.374.382	44.000.313	62.374.069
11 2 1	Formação Profissional	25.248.531	7.269.986	17.978.545
11 2 2	Programas de Estágios Profissionais	19.718.020	10.073.529	9.644.491
11 2 3	Programas de Emprego	60.272.831	25.521.798	34.751.033
11 2 4	Adequação Tecnológica dos Serviços	365.000	365.000	
11 2 5	Estudos, Projetos e Cooperação	150.000	150.000	
11 2 6	Assistência Técnica PO Açores/FSE	50.000	50.000	
11 2 7	Fórum Regional da Qualificação Profissional	50.000	50.000	
11 2 8	Formação Tecnológica	520.000	520.000	
11 3	Comércio e Indústria	3.420.000	3.420.000	
11 3 1	Programas de apoio às empresas	3.000.000	3.000.000	
11 3 2	Qualidade e Inovação	70.000	70.000	
11 3 3	Dinamização da atividade económica	350.000	350.000	
11 4	Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	732.800	732.800	
11 4 1	Competitividade e inovação das empresas artesanais nos Açores	85.000	85.000	
11 4 2	Azores NewCraft - Internacionalização	137.000	137.000	
11 4 3	Craft & Art - Capacitar pela Inovação	10.000	10.000	
11 4 4	Azores Craftlab - Incubadora de Artesanato	80.000	80.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
11 4 5	Sistema de Incentivos ao Desenvolvimento do Artesanato			150.000	150.000	
11 4 6	ModaMac			20.000	20.000	
11 4 7	Açores Artesanal			100.800	100.800	
11 4 8	Promoção e comercialização do Artesnato dos Açores			100.000	100.000	
11 4 9	Medida Excecional de Incentivo à Manutenção da atividade			50.000	50.000	
11 5	Gestão e Promoção da Marca Açores			2.050.000	2.050.000	
11 5 1	Promoção e valorização dos produtos açorianos			1.350.000	1.350.000	
11 5 2	Promoção da Certificação da Marca Açores			350.000	350.000	
11 5 3	Apoio à estruturação comercial da Marca Açores			350.000	350.000	
11 6	Apoio ao Consumidor			100.000	100.000	
11 6 1	Promover os direitos do consumidor			50.000	50.000	
11 6 2	Promover a resolução de conflitos de consumo			50.000	50.000	
11 7	AJEmCIA - Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato			197.000	197.000	
11 7 1	Ações de Formação			150.000	150.000	
11 7 2	Ações de divulgação			47.000	47.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
SROPC		96.032.360	95.343.160	689.200
12	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	96.032.360	95.343.160	689.200
12 1	Construção de Estradas Regionais	24.776.640	24.776.640	
12 1 1	SCUT	24.588.838	24.588.838	
12 1 2	Melhoria da Acessibilidade Furnas - Povoação	187.802	187.802	
12 2	Reabilitação de Estradas Regionais	9.040.493	9.040.493	
12 2 1	Beneficiação e Pavimentação de ER - Santa Maria	12.000	12.000	
12 2 2	Beneficiação e Pavimentação de ER - São Miguel	511.304	511.304	
12 2 3	Reabilitação de ER na RAA	50.000	50.000	
12 2 4	Beneficiação e Pavimentação de ER - Terceira	163.408	163.408	
12 2 5	Beneficiação e Pavimentação de ER - São Jorge	118.900	118.900	
12 2 6	Beneficiação e Pavimentação de ER - Graciosa	239.527	239.527	
12 2 7	Beneficiação e Pavimentação de ER - Pico	158.010	158.010	
12 2 8	Beneficiação e Pavimentação de ER - Faial	1.434.902	1.434.902	
12 2 9	Beneficiação e Pavimentação de ER - Corvo	26.904	26.904	
12 2 10	Beneficiação e Pavimentação de ER - Flores	176.399	176.399	
12 2 11	Requalificação da Rede Viária	975.000	975.000	
12 2 12	Qualificação do Parque de Máquinas	1.085.000	1.085.000	
12 2 13	Calamidades em Estradas Regionais	221.221	221.221	
12 2 14	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres da ilha de São Miguel	3.156.209	3.156.209	
12 2 15	Intervenção nos Circuitos Logísticos Terrestres da ilha Terceira	401.200	401.200	
12 2 16	Modernização de Máquinas e Viaturas	150.000	150.000	
12 2 17	Sinalização Horizontal e Vertical em Estradas Regionais	160.509	160.509	
12 3	Construção , Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos	3.195.264	3.195.264	
12 3 1	Requalificação de Espaços Públicos	1.425.234	1.425.234	
12 3 2	Parques Empresariais e Tecnológicos	1.770.030	1.770.030	
12 4	Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER	641.386	641.386	
12 4 1	Espaços Públicos	73.469	73.469	
12 4 2	Integração paisagística da rede viária regional	567.917	567.917	
12 5	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	3.169.407	3.169.407	
12 5 1	Recuperação da Rede Viária Regional - Lorenzo	161.203	161.203	
12 5 2	SRE - Reparação das coberturas da ES Manuel de Arriaga	50.000	50.000	
12 5 3	SRSD - Recuperação da Cobertura do Pavilhão Desportivo e de Vedação de Espaços Desportivos Exteriores do Complexo Desportivo Manuel de Arriaga	58.204	58.204	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação				Investimento	Plano	Outros Fundos
12 5 4	SRMP - Intempérie Lorenzo - Recuperação de infraestruturas de pesca			1.000.000	1.000.000	
12 5 5	SRMP - Intempérie Lorenzo - Recuperação de infraestruturas de proteção marítima			1.900.000	1.900.000	
12 6	Execução do Plano de Recuperação e Resiliência			3.511.200	3.511.200	
12 6 1	Circuitos Logísticos Terrestres - São Miguel			2.714.000	2.714.000	
12 6 2	Circuitos Logísticos Terrestres - Terceira			750.000	750.000	
12 6 3	Circuitos Logísticos Terrestres - São Jorge			47.200	47.200	
12 7	Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária			3.260.481	2.571.281	689.200
12 7 1	Prestação de Serviços de Transporte Regular de Passageiros			3.094.431	2.405.231	689.200
12 7 2	Plano Integrado de Transportes			166.050	166.050	
12 8	Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte			8.738.736	8.738.736	
12 8 1	Desenvolvimento dos Sistemas de Informação			1.969.201	1.969.201	
12 8 2	Melhoria dos Sistemas Informáticos, Suporte ao utilizador e Qualidade			311.933	311.933	
12 8 3	Azores Cloud			6.074.436	6.074.436	
12 8 4	Redes de Dados e de Comunicações			383.166	383.166	
12 9	Cibersegurança e Segurança da Informação			58.660	58.660	
12 9 1	Infraestrutura de segurança informática e da segurança da Informação			15.000	15.000	
12 9 2	Cibersegurança e Privacidade			43.660	43.660	
12 10	Redes Publicas e Tecnologias de Comunicação			202.604	202.604	
12 10 1	Infraestruturas de acesso internet			7.360	7.360	
12 10 2	Alert4you			192.845	192.845	
12 10 3	Monitorização do sector das telecomunicações e dos serviços postais			2.399	2.399	
12 11	Laboratório Regional de Engenharia Civil			1.154.847	1.154.847	
12 11 1	I&DI - Engenharia Civil			388.463	388.463	
12 11 2	Infraestruturas e Equipamentos			149.295	149.295	
12 11 3	MICNEI - Minimização de impactos de catástrofes naturais em edificado e infraestruturas			4.956	4.956	
12 11 4	LREC + Sustentável			52.330	52.330	
12 11 5	PICA - Plataforma Indústria Criativa dos Açores			35.400	35.400	
12 11 6	Ecocompósitos Inteligentes			56.782	56.782	
12 11 7	LREC Renovável			8.094	8.094	
12 11 8	ReBuild17			149.776	149.776	
12 11 9	SAFE HARBOUR			309.751	309.751	
12 12	Cooperação com Diversas Entidades			3.745.553	3.745.553	
12 12 1	Contratos de Cooperação com Diversas Entidades			3.500.000	3.500.000	
12 12 2	Contratos ARAAL			200.553	200.553	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
12 12 3	Cooperação com Entidades Públicas	45.000	45.000	
12 13	Sensibilização e Divulgação	30.000	30.000	
12 13 1	Campanhas de Sensibilização e Divulgação	30.000	30.000	
12 14	Saúde e Segurança no Trabalho	69.600	69.600	
12 14 1	Saúde e Segurança no Trabalho	69.600	69.600	
12 15	SRE - Construções Escolares	15.789.113	15.789.113	
12 15 1	Reparação da EBI da Horta	50.000	50.000	
12 15 2	Requalificação das instalações da EBI das Capelas	4.505.424	4.505.424	
12 15 3	Requalificação das instalações para o 2.º e 3.º ciclos da EBI de Rabo de Peixe	6.900.104	6.900.104	
12 15 4	Construção de novas instalações para a EBI de Arrifes	2.000.000	2.000.000	
12 15 5	Requalificação das instalações da EBI da Lagoa	510.000	510.000	
12 15 6	Requalificação da Escola Secundária Antero de Quental	100.000	100.000	
12 15 7	Reparação da ES Vitorino Nemésio	400.000	400.000	
12 15 8	Reparação da EBS Jerónimo Emiliano de Andrade	200.000	200.000	
12 15 9	Reparação da EBS das Flores	50.000	50.000	
12 15 10	Requalificação da EBS da Povoação	200.000	200.000	
12 15 11	Reparação da ES de Lagoa	50.000	50.000	
12 15 12	Reparação da EBS de Santa Maria	100.000	100.000	
12 15 13	Reparação da EBI Angra do Heroísmo	52.300	52.300	
12 15 14	Reparação da EBS de S. Roque do Pico	194.129	194.129	
12 15 15	Reparação do Conservatório Regional de Ponta Delgada	80.000	80.000	
12 15 16	Reparação da EBS da Graciosa	47.156	47.156	
12 15 17	Reparação da EBS das Laranjeiras	100.000	100.000	
12 15 18	Reparação da EBI Ponta Garça	100.000	100.000	
12 15 19	EBS Mouzinho da Silveira	150.000	150.000	
12 16	SRE - Reparação das instalações da S.R.E	425.220	425.220	
12 16 1	Intervenção nos Paços da Junta Geral	75.220	75.220	
12 16 2	Intervenção no Palácio Bettencourt	300.000	300.000	
12 16 3	Intervenção no edifício da DSFE	50.000	50.000	
12 17	SRSD - Instalações Desportivas	400.000	400.000	
12 17 1	Modernização das instalações desportivas do Parque Desportivo Regional	400.000	400.000	
12 18	SRSD - Ampliação e Remodelação de Infraestruturas	890.000	890.000	
12 18 1	Intervenções no Hospital da Horta	400.000	400.000	
12 18 2	Empreitada de Modernização e Remodelação do Hospital de Ponta Delgada	400.000	400.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
12 18 3	Construção do Laboratório SEEMBO	90.000	90.000	
12 19	SRSD - Beneficiação de Infraestruturas	2.613.000	2.613.000	
12 19 1	Beneficiação de Infraestruturas das Unidades de Saúde de Ilha, COA e Hospitais	1.750.000	1.750.000	
12 19 2	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde de Santa Cruz das Flores	213.000	213.000	
12 19 3	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Lajes do Pico	300.000	300.000	
12 19 4	Beneficiação de Infraestruturas do Centro de Saúde das Velas	330.000	330.000	
12 19 5	Projeto de requalificação da unidade de saúde de ilha do Corvo	20.000	20.000	
12 20	SRADR - Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo	5.400.000	5.400.000	
12 20 1	Caminhos e infraestruturas de base para apoio ao sector florestal e rural	4.700.000	4.700.000	
12 20 2	Infraestruturas colectivas de apoio à agricultura e ao desenvolvimento rural	500.000	500.000	
12 20 3	Valorização de infraestruturas de Interesse patrimonial e cultural	200.000	200.000	
12 21	SRMP - Infraestruturas de Apoio às Pescas	260.706	260.706	
12 21 1	Construção do Entrepasto Frigorífico de Ponta Delgada	59.000	59.000	
12 21 2	Melhoria das condições operacionais do porto de pesca das Poças	50.000	50.000	
12 21 3	Melhoria das condições operacionais e de segurança do porto de pesca dos Carneiros	51.706	51.706	
12 21 4	Construção de infraestruturas de apoio no porto de pesca da S. Mateus da Calheta, Ilha Terceira	100.000	100.000	
12 22	SRMP - Gestão e Requalificação da Orla Costeira	3.038.484	3.038.484	
12 22 1	Resposta a intempéries e outras situações extraordinárias	200.000	200.000	
12 22 2	Proteção e estabilização da zona costeira da Barra, Santa Cruz da Graciosa	49.912	49.912	
12 22 3	Proteção da Orla Costeira junto ao Caminho Municipal Adjacente ao Campo de Jogos e Santa Catarina - Calheta, São Jorge	1.260.935	1.260.935	
12 22 4	Requalificação costeira da Fajã S. João, S. Jorge	5.746	5.746	
12 22 5	Proteção e estabilização costeira do Porto de St.ª Iria - S. Miguel	26.267	26.267	
12 22 6	Reforço e reabilitação costeira da zona do porto de S. Vicente Ferreira - S. Miguel	4.886	4.886	
12 22 7	Proteção e estabilização costeira da falésia dos Fenais e Ventosa, Graciosa	185.282	185.282	
12 22 8	Reforço da proteção costeira na zona das Calhetas, Rib.ª Grande, S. Miguel	275.000	275.000	
12 22 9	Estabilização de taludes no Porto de Vila Nova, Terceira	762	762	
12 22 10	Estabilização costeira adjacente ao museu da indústria baleeira, S. Roque do Pico	142.850	142.850	
12 22 11	Proteção costeira na Fajã João Dias, S. Jorge	6.844	6.844	
12 22 12	Estabilização da falésia advacente à Vila do Corvo	150.000	150.000	
12 22 13	Estabilização e requalificação da orla costeira adjacente à vila de Santa Cruz, Flores	160.000	160.000	
12 22 14	Estabilização e reabilitação do Porto Afonso	150.000	150.000	
12 22 15	Estabilização do caminho de S. Vicente, Porto Martins, Terceira	110.000	110.000	
12 22 16	Reforço da proteção costeira da zona adjacente ao restaurante "Amigos" - S. Jorge	90.000	90.000	

Investimento Público 2021
Desagregação por Entidade Proponente

Euro

Entidade/Programa/Projeto/Ação		Investimento	Plano	Outros Fundos
12 22 17	Estabilização da zona costeira da Laracha, Santa Maria	150.000	150.000	
12 22 18	Estabilização da orla costeira dos Mosteiros, São Miguel	15.000	15.000	
12 22 19	Reforço da proteção costeira do Cais do Galego	15.000	15.000	
12 22 20	Proteção e estabilização da zona costeira na Fajã das Pontas	40.000	40.000	
12 23	SRCCTD - Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia	1.250.000	1.250.000	
12 23 1	Parque de Ciência e Tecnologia de S. Miguel	1.250.000	1.250.000	
12 24	SRCCTD - Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural	2.954.306	2.954.306	
12 24 1	Museu da Construção Naval em Santo Amaro - Pico	40.000	40.000	
12 24 2	Trinity House - Joint Cable Station: núcleo das comunicações - Museu da Horta	50.000	50.000	
12 24 3	Eco-Museu do Corvo - Casa da Vigia	40.000	40.000	
12 24 4	Museu Carlos Machado - Nucleo de Santo Andre - Reservas Visitáveis e Área Expositiva de curta duração	2.638.806	2.638.806	
12 24 5	Requalificação da Igreja da Graça	75.000	75.000	
12 24 6	Requalificação da Casa da Vida Associativa	45.500	45.500	
12 24 7	Conclusão das obras de requalificação da Casa Manuel de Arriaga	15.000	15.000	
12 24 8	Centro Interpretativo da Base das Lajes	50.000	50.000	
12 25	SRAAC - Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	50.000	50.000	
12 25 1	Centro de Interpretação Ambiental do Algar do Carvão - Terceira	50.000	50.000	
12 26	SRAAC - Conservação da Natureza e Biodiversidade	624.000	624.000	
12 26 1	Circuito Interpretativo da Ponta da Ferraria	529.000	529.000	
12 26 2	Intervenção ordenamento paisagístico na zona da Mata da Lagoa do Congro	50.000	50.000	
12 26 3	Requalificação do Pólo de Pedro Miguel do Jardim Botânico do Faial	45.000	45.000	
12 27	SRAAC - Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica	742.660	742.660	
12 27 1	Requalificação da rede hidrográfica	642.660	642.660	
12 27 2	Estabilização da Grota da Lagoinha e ribeiras da zona Sudoeste da Ilha Terceira	100.000	100.000	

DESAGREGAÇÃO ESPACIAL

Investimento Público 2021
Desagregação Espacial

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação		SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
TOTAL		18.465.395	266.437.521	135.388.861	20.864.380	31.803.811	47.789.046	46.148.296	30.604.316	7.603.024	337.145.153	942.249.803
POLÍTICAS PARA A COESÃO SOCIAL E PARA A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES		7.853.921	113.812.854	67.079.040	4.034.305	12.411.143	13.448.641	20.802.624	3.880.622	1.667.100	29.327.187	274.317.437
2	SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES	1.354.645	18.370.779	10.096.294	773.680	2.262.172	2.374.593	1.343.250	336.452	27.223	16.597.579	53.536.667
2.1	Apoio à Infância e Juventude	530.358	774.514	1.029.412		60.000	444.912		25.000		161.100	3.025.296
2.2	Apoio à Família, Comunidade e Serviços	46.110	510.740	482.262	54.515	416.375	111.000	674.385	39.960	18.130	5.201.000	7.554.477
2.3	Apoio aos Públicos com Necessidades Especiais	160.000	5.016.802	926.380		157.555	25.000	25.000	45.000		1.000	6.356.737
2.4	Apoio a Idosos		1.743.777	585.098	35.000	300.000	400.000	217.000			720.760	4.001.635
2.5	Igualdade de Oportunidades, Inclusão Social e Combate à Pobreza	55.295	698.780	527.165	62.685	208.595	295.505	114.680	55.365	1.930	10.513.719	12.533.719
2.6	Promoção, Reabilitação e Renovação Habitacional	474.404	3.448.554	2.702.889	555.925	866.461	950.240	101.734	115.679	6.100		9.221.986
2.7	Arrendamento Acessível e Cooperação	84.289	5.902.488	3.791.824	61.865	215.523	141.620	146.062	52.259			10.395.930
2.8	Equipamentos Públicos e Adequação Tecnológica	4.189	275.124	51.264	3.690	5.753	6.316	30.740	3.189	1.063		381.328
2.9	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo					31.910		33.649				65.559
4	EDUCAÇÃO	215.922	10.051.427	7.841.997	346.318	913.051	901.582	1.169.430	314.346	51.442		21.805.515
4.1	Construções Escolares	1.400	272.567	566.026	1.400	7.507	5.782	3.218	1.400	700		860.000
4.2	Equipamentos Escolares	3.500	261.500	634.587	3.500	61.953	9.000	9.500	3.500	1.000		988.040
4.3	Apoio Social	165.200	4.799.385	1.997.738	181.434	525.202	643.610	731.462	257.826	18.143		9.320.000
4.4	Apoio às Instituições de Ensino Privado e Formação	1.980	2.495.718	780.418	56.555	126.201	68.911	183.834	20.130	16.253		3.750.000
4.5	Escolas Digitais			2.742.253								2.742.253
4.6	Projetos Pedagógicos	43.842	2.222.257	852.375	103.429	192.188	174.279	241.416	31.490	15.346		3.876.622
4.7	Atividade Física Desportiva			268.600								268.600
5	SAÚDE, DESPORTO E PROTEÇÃO CIVIL	966.125	20.097.327	22.295.536	644.232	1.058.413	1.938.851	6.244.931	493.386	62.547	7.154.338	60.955.686
5.1	Parcerias Públicas Privadas			12.634.975								12.634.975
5.2	Apetrechamento e Modernização	57.700	415.500	657.890	75.815	16.000	16.000	538.500	35.000	16.000		1.828.405
5.3	Apoios e Acordos	5.687	138.706	290.860	4.273	8.437	13.792	14.707	3.668	470	513.750	994.350
5.4	Projetos na Saúde	1.806	44.051	17.740	1.357	2.679	4.380	4.671	1.166	150	365.000	443.000
5.5	Recursos Humanos - Investimento e Planeamento										275.000	275.000
5.6	Tecnologias na Saúde										3.100.000	3.100.000
5.7	Capacitação do Sistema de Saúde	366.011	10.195.089	4.591.685	277.237	550.911	897.969	1.348.689	241.303	31.106		18.500.000
5.8	Promoção de Estilos de Vida Saudável e Prevenção/Tratamento e Reinserção dos Comportamentos Aditivos e Dependências										1.140.438	1.140.438
5.9	Desporto Crianças e Jovens	87.390	1.046.862	453.473	31.828	60.813	185.295	166.971	39.433	4.880	3.000	2.079.945
5.10	Atividade Desportiva	187.849	1.799.366	1.606.055	149.382	156.125	300.049	658.053	70.891	140	30.090	4.958.000
5.11	Atividade Física	3.109	78.000	25.000	2.000	7.000	5.000	6.000				126.109

Investimento Público 2021
Desagregação Espacial

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
5. 12 Instalações Desportivas	53.000	649.000	257.000	8.000	57.000	81.000	170.000	20.000			1.295.000
5. 13 Iniciativas Transversais às Diferentes Áreas do Desporto	14.406	15.729	15.129	1.153	4.818	8.306	5.294	1.429	676	15.060	82.000
5. 14 Equipamentos e Comunicações	83.361	837.210	427.231	9.507	19.856	30.632	32.463	8.212	930	150.000	1.599.402
5. 15 Infraestruturas do SRPCBA		1.901.446	100.000			90.967	2.975.856			30.000	5.098.269
5. 16 Protocolos e Apoios	105.806	2.976.368	1.218.498	83.680	174.774	305.461	323.727	72.284	8.195	1.372.000	6.640.793
5. 17 Formação										160.000	160.000
8 CULTURA, CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL	875.334	235.000	710.000		300.000	60.000	10.000	73.202	250.673	4.450.670	6.964.879
8. 1 Dinamização de Atividades Culturais	695.334	185.000	10.000				10.000		170.673	1.504.688	2.575.695
8. 2 Defesa e Valorização do Património Arquitétonico e Cultural	180.000	50.000	700.000		300.000	60.000		73.202	80.000	2.945.982	4.389.184
11 JUVENTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA	4.265.702	47.102.611	24.580.942	2.135.047	7.423.506	7.424.131	10.625.969	2.127.124	1.065.215	1.124.600	107.874.847
11. 1 Juventude	56.127	510.032	302.884	30.259	56.750	57.375	47.281	22.336	12.821	404.600	1.500.465
11. 2 Qualificação Profissional e Emprego	4.209.575	46.592.579	24.278.058	2.104.788	7.366.756	7.366.756	10.578.688	2.104.788	1.052.394	720.000	106.374.382
12 OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	176.193	17.955.710	1.554.271	135.028	454.001	749.484	1.409.044	536.112	210.000		23.179.843
12. 5 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo							108.204				108.204
12. 15 SRE - Construções Escolares	100.000	14.545.528	652.300	47.156		194.129	50.000	50.000	150.000		15.789.113
12. 16 SRE - Reparação das instalações da S.R.E			425.220								425.220
12. 17 SRSD - Instalações Desportivas		60.000	40.000				300.000				400.000
12. 18 SRSD - Ampliação e Remodelação de Infraestruturas		400.000	90.000				400.000				890.000
12. 19 SRSD - Beneficiação de Infraestruturas	76.193	190.876	296.751	87.872	454.001	515.355	485.840	486.112	20.000		2.613.000
12. 24 SRCCTD - Defesa e Valorização do Património Arquitétonico e Cultural		2.759.306	50.000			40.000	65.000		40.000		2.954.306
UM FUTURO MAIS DIGITAL E ECOLÓGICO NO SEIO DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO	7.261.290	79.052.735	44.152.614	6.870.619	14.203.212	22.793.075	20.094.575	5.695.935	1.356.544	65.123.293	266.603.892
3 COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1.549.000	15.490.000	13.553.750	1.161.750	1.161.750	2.323.500	1.936.250	1.161.750	387.250	20.150.000	58.875.000
3. 1 Competitividade Empresarial	1.549.000	15.490.000	13.553.750	1.161.750	1.161.750	2.323.500	1.936.250	1.161.750	387.250	20.150.000	58.875.000
6 AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	2.493.634	39.891.165	19.559.669	4.648.246	10.671.119	14.796.884	7.932.279	3.532.688	624.493	12.260.796	116.410.973
6. 1 Investigação, Inovação, Capacitação e Competitividade	589.632	25.682.133	13.596.260	3.423.126	2.913.736	6.133.108	4.357.134	1.034.171	161.912	5.553.018	63.444.230
6. 2 Desenvolvimento sustentável, biodiversidade e alterações climáticas	1.622.451	7.944.737	4.861.781	959.615	6.514.319	8.149.825	3.090.043	2.059.703	425.883	3.770.672	39.399.029
6. 3 Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo	281.551	6.264.295	1.101.628	265.505	1.243.064	513.951	485.102	438.814	36.698	2.937.106	13.567.714
7 PESCAS, AQUICULTURA E ASSUNTOS DO MAR	1.941.295	11.751.949	4.672.163	691.531	1.008.358	1.820.903	8.103.709	334.674	75.752	9.896.830	40.297.164
7. 1 Controlo, Inspeção e Gestão							1.485.114			2.227.298	3.712.412
7. 2 Infraestruturas de Apoio às Pescas	364.768	4.378.957	1.433.773	261.810	598.554	1.502.390	462.455	226.618	57.863	527.522	9.814.710
7. 3 FROTA e Recursos Humanos	124.948	1.261.019	541.993	85.967	122.195	150.524	70.531	74.404	2.990	1.647.624	4.082.195

Investimento Público 2021
Desagregação Espacial

Euro

	Objetivo/Programa/Projeto/Ação	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
7.4	Produtos da Pesca e da Aquicultura	42.446	306.960	387.253	42.814	287.609	48.551	38.190	33.652	14.899	1.701.951	2.904.325
7.5	Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020	1.409.133	5.805.013	2.309.144	300.940		119.438	4.839.959			1.426.373	16.210.000
7.7	Monitorização, Promoção, Fiscalização e Ação Ambiental Marinha										2.366.062	2.366.062
7.8	Escola do Mar dos Açores							1.207.460				1.207.460
8	CULTURA, CIÊNCIA E TRANSIÇÃO DIGITAL	636.266	2.049.755	1.598.050	82.907		6.925	409.109	180.000		6.683.304	11.646.316
8.3	Programa de incentivos ao sistema científico e tecnológico dos Açores	11.667	1.994.355	756.410			6.925	260.979			3.760.341	6.790.677
8.4	Ações de Valorização e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação		55.400					148.130			55.000	258.530
8.5	Iniciativas, Projetos e Infraestruturas de Base Tecnológica	624.599		4.491	82.907				180.000		442.552	1.334.549
8.6	Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia			837.149								837.149
8.7	Ações de Valorização e Promoção da Transição e Transformação Digital										2.210.221	2.210.221
8.8	Iniciativas, projetos, ações e infraestruturas para a Transição e Transformação Digital no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência										215.190	215.190
9	AMBIENTE, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E TERRITÓRIO	24.410	609.333	1.553.092	10.585	127.429	1.249.737	295.459	49.108	240.200	13.387.919	17.547.272
9.1	Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental	13.231	172.003	79.386	10.585	29.108	44.986	146.734	29.108	240.200	4.092.104	4.857.445
9.2	Qualidade Ambiental e Alterações Climáticas										2.138.275	2.138.275
9.3	Conservação da Natureza e Biodiversidade	11.179	32.542	533.368		92.441	67.772				3.728.557	4.465.859
9.4	Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica		254.518	934.455			1.116.979	38.725			1.925.884	4.270.561
9.5	Ordenamento e Gestão do Território		150.270	5.883		5.880	20.000		20.000		1.503.099	1.705.132
9.6	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo							110.000				110.000
10	TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA	124.254	3.037.880	1.219.604	93.100	811.330	302.025	321.273	80.268	10.267		6.000.001
10.1	Eficiência Energética e Energias Renováveis	14.517	354.936	142.494	10.878	21.396	35.288	37.536	9.378	1.200		627.623
10.2	Serviços Energéticos	93.181	2.278.187	914.613	69.819	765.536	226.496	240.932	60.195	7.699		4.656.658
10.3	Mobilidade Elétrica	10.745	262.686	105.460	8.050	15.834	26.116	27.780	6.941	888		464.500
10.4	Política Energética	5.811	142.071	57.037	4.353	8.564	14.125	15.025	3.754	480		251.220
11	JUVENTUDE, EMPREGO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA	89.929	2.527.500	930.000	49.607	157.893	302.000	211.321	81.286	5.821	2.144.443	6.499.800
11.3	Comércio e Indústria	36.000	1.800.000	630.000	18.000	102.000	225.000	135.000	54.000		420.000	3.420.000
11.4	Apoio ao Desenvolvimento das Empresas Artesanais	25.000	52.500	30.000	7.500	12.500	9.500	4.000	8.000	1.000	582.800	732.800
11.5	Gestão e Promoção da Marca Açores	28.929	675.000	270.000	24.107	43.393	67.500	72.321	19.286	4.821	844.643	2.050.000
11.6	Apoio ao Consumidor										100.000	100.000
11.7	AJEmCIA - Apoio à Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Artesanato										197.000	197.000
12	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	402.502	3.695.153	1.066.286	132.893	265.333	1.991.101	885.175	276.161	12.761	600.001	9.327.366
12.5	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo			46.981			776.542	176.477				1.000.000

Investimento Público 2021
Desagregação Espacial

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação		SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
12.20	SRADR - Infraestruturas públicas de apoio ao sector produtivo	402.502	1.579.206	769.305	132.893	265.333	1.022.885	613.923	226.161	12.761	375.031	5.400.000
12.21	SRMP - Infraestruturas de Apoio às Pescas		110.706	100.000					50.000			260.706
12.23	SRCTD - Construção dos Parques de Ciência e Tecnologia		1.250.000									1.250.000
12.25	SRAAC - Planeamento, Inspeção e Promoção Ambiental			50.000								50.000
12.26	SRAAC - Conservação da Natureza e Biodiversidade		579.000					45.000				624.000
12.27	SRAAC - Recursos Hídricos e Rede Hidrográfica		176.241	100.000			191.674	49.775			224.970	742.660
UMA GOVERNAÇÃO AO SERVIÇO DAS PESSOAS, PRÓXIMA E TRANSPARENTE		427.300	35.406.650	5.385.877	544.827	709.188	1.420.955	2.424.008	545.602	205.903	25.284.547	72.354.857
1	INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO EXTERNA	24.000	684.000	276.000	24.000	36.000	66.001	72.000	12.000	5.999		1.200.000
1.1	Apoio aos Media	21.550	614.175	247.825	21.550	32.325	59.263	64.650	10.775	5.387		1.077.500
1.2	Jornal Oficial	1.000	28.500	11.500	1.000	1.500	2.750	3.000	500	250		50.000
1.3	Coordenação da Atividade Governativa	1.450	41.325	16.675	1.450	2.175	3.988	4.350	725	362		72.500
2	SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES			600.000		186.788	808.344	499.306	73.003		832.559	3.000.000
2.9	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo			600.000		186.788	808.344	499.306	73.003			2.167.441
2.10	Cooperação com os Municípios										177.459	177.459
2.11	Cooperação com as Freguesias										655.100	655.100
3	COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	306.300	973.600	1.185.239	196.300	225.300	283.600	327.800	194.200	173.000	5.702.851	9.568.190
3.2	Emprego e Qualificação Profissional										50.000	50.000
3.3	Modernização e Reestruturação da Administração Pública Regional	100.000	10.000	40.000							408.451	558.451
3.4	Eficiência no Serviço Público ao Cidadão	151.300	655.400	756.200	161.300	151.300	191.600	191.600	141.200	121.000		2.520.900
3.5	Serviços Sociais										173.400	173.400
3.6	Estatística		8.200	99.039	5.000			3.200				115.439
3.7	Planeamento e Finanças	55.000	300.000	290.000	30.000	74.000	92.000	133.000	53.000	52.000	5.071.000	6.150.000
12	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	97.000	33.749.050	3.324.638	324.527	261.100	263.010	1.524.902	266.399	26.904	18.749.137	58.586.667
12.1	Construção de Estradas Regionais		24.776.640									24.776.640
12.2	Reabilitação de Estradas Regionais	97.000	4.937.513	804.608	324.527	213.900	263.010	1.524.902	266.399	26.904	581.730	9.040.493
12.3	Construção , Ampliação e Remodelação de Edifícios Públicos			1.770.030							1.425.234	3.195.264
12.4	Integração Paisagística de Zonas Adjacentes às ER										641.386	641.386
12.5	Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo										161.203	161.203
12.6	Execução do Plano de Recuperação e Resiliência		2.714.000	750.000		47.200						3.511.200
12.7	Sistema de Transportes Terrestres e Segurança Rodoviária		166.050								3.094.431	3.260.481
12.8	Sistemas de Informação e Infraestruturas de Suporte										8.738.736	8.738.736
12.9	Cibersegurança e Segurança da Informação										58.660	58.660

Investimento Público 2021
Desagregação Espacial

Euro

Objetivo/Programa/Projeto/Ação	SMA	SMG	TER	GRA	SJO	PIC	FAI	FLO	COR	NDE	RAA
12.10 Redes Publicas e Tecnologias de Comunicação										202.604	202.604
12.11 Laboratório Regional de Engenharia Civil		1.154.847									1.154.847
12.12 Cooperação com Diversas Entidades										3.745.553	3.745.553
12.13 Sensibilização e Divulgação										30.000	30.000
12.14 Saúde e Segurança no Trabalho										69.600	69.600
AFIRMAR OS AÇORES NO MUNDO	2.922.884	38.165.282	18.771.330	9.414.629	4.480.268	10.126.375	2.827.089	20.482.157	4.373.477	217.410.126	328.973.617
1 INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E COOPERAÇÃO EXTERNA										350.000	350.000
1.4 Relações com o atlântico e territórios de interesse estratégico para os Açores										136.650	136.650
1.5 Os Açores no Espaço Europeu										213.350	213.350
2 SOLIDARIEDADE, IGUALDADE, HABITAÇÃO, PODER LOCAL E COMUNIDADES			3.700.406							355.000	4.055.406
2.12 Emigrado e Regressado										63.020	63.020
2.13 Identidade Cultural e Açorianidade										171.550	171.550
2.14 Imigrado e Interculturalidade										120.430	120.430
2.15 Aerogare Civil das Lajes			3.700.406								3.700.406
7 PESCAS, AQUICULTURA E ASSUNTOS DO MAR						33.340				1.432.264	1.465.604
7.6 Gestão e Requalificação da Orla Costeira						33.340				1.432.264	1.465.604
10 TRANSPORTES, TURISMO E ENERGIA	2.772.884	37.699.088	14.960.162	9.029.435	3.076.743	9.935.185	2.827.089	20.322.157	4.223.477	213.317.903	318.164.123
10.5 Promoção e Desenvolvimento Turístico	16.440	3.062.661	601.547	6.753	20.165	103.456	193.333	17.718	1.063	18.235.557	22.258.693
10.6 Sustentabilidade do Destino Turístico	44.785	1.722.240	325.611	16.342	48.801	141.466	160.529	42.877	2.575	10.000	2.515.226
10.7 Qualificação do Destino	47.622	1.069.531	185.145	149.542	27.748	80.439	1.282.002	24.380	1.466	1.133.819	4.001.694
10.8 Infraestruturas e Equipamentos Portuários e Aeroportuários	53.469	29.659.182	10.541.139	8.856.798	2.755.520	6.065.550	638.726	1.549.510	4.205.320	462.804	64.788.018
10.9 Gestão dos Aeródromos Regionais										3.500.000	3.500.000
10.10 Serviço Público de Transporte Aéreo e Marítimo Inter-ilhas										177.923.323	177.923.323
10.11 Dinamização dos Transportes		10.000				10.000				631.536	651.536
10.12 Coesão Territorial - Transportes										6.525.633	6.525.633
10.13 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo	2.610.568	2.175.474	3.306.720		224.509	3.534.274	552.499	18.687.672	13.053	4.895.231	36.000.000
12 OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES TERRESTRES E COMUNICAÇÕES	150.000	466.194	110.762	385.194	1.403.525	157.850		160.000	150.000	1.954.959	4.938.484
12.5 Recuperação dos Efeitos da Intempérie Lorenzo										1.900.000	1.900.000
12.22 SRMP - Gestão e Requalificação da Orla Costeira	150.000	466.194	110.762	385.194	1.403.525	157.850		160.000	150.000	54.959	3.038.484